



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em História

Área de Concentração: História Social

Linha de Pesquisa: Instituições, Poder e Ciências

*O Primado da Política Interna de Getúlio Vargas e os
Reflexos da Frente Leste no Brasil*

1941 - 1945

João Claudio Platenik Pitillo

Tese de doutorado

Orientador: Professor Vanderlei Vazelesk Ribeiro

2021

João Claudio Platenik Pitillo

**O Primado da Política Interna de Getúlio Vargas e os Reflexos da
Frente Leste no Brasil**

1941 - 1945

Tese apresentada para a obtenção do título de doutor
em História Social no Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro.

Orientador: Professor Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Rio de Janeiro

2021

Ficha Catalográfica

P689 Platenik Pitillo, João Claudio
O Primado da Política Interna de Getúlio Vargas e os Reflexos da Frente Leste no Brasil / João Claudio Platenik Pitillo. -- Rio de Janeiro, 2021.
238

1. Governo Vargas. 2. Segunda Guerra Mundial. 3. Estado Novo. I. Vazelesk Ribeiro, Vanderlei , orient. II. Título.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese, desde que citada a fonte.

João C. P. Pitillo

29/03/201

Assinatura

Data

João Claudio Platenik Pitillo

**O Primado da Política Interna de Getúlio Vargas e os Reflexos da
Frente Leste no Brasil**

1941 - 1945

Tese apresentada para a obtenção do título de doutor em
História Social no Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Vanderlei Vazelesk Ribeiro Programa da Pós-Graduação em
História - UNIRIO

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Vanderlei Vazelesk Ribeiro – Programa da Pós-
graduação de História Social da UNIRIO

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva – Programa de Pós-
graduação de História Social da UFJF.

Prof.^a Dr.^a. Lená Medeiros de Menezes – Programa de Pós-
graduação de Relações Internacionais da UERJ.

Prof. Dr. Flávio Limonic – Programa de Pós-graduação em
História Social da UNIRIO

Prof. Dr. Angelo de Oliveira Segrillo – Departamento de História
da USP.

Membro substituto:

Prof.^a Dr.^a. Maria Tereza Toríbio Brittes Lemos – Programa de
Pós-graduação em História da UERJ.

DEDICATÓRIA

À minha avó Alzira Ruspaggiari Platenik, a primeira pessoa e me ensinar sobre Getúlio Vargas, explicando quanto o seu governo foi importante para os mais humildes. (in memoriam).

Á Álvaro dos Santos, retrato do Brasil que queria ser grande, largou seu emprego de ascensorista no Mosteiro de São Bento para lutar na Itália. Foi infante do Regimento Sampaio, um dos primeiros a chegar e um dos últimos a sair. De volta ao Brasil foi ser operário na Fábrica Nacional de Motores (FNM) onde se aposentou. (in memoriam)

AGRADECIMENTO

Agradeço com todo fervor à minha companheira Janaína Teixeira Caridade, a maior entusiasta desse doutorado, sem a sua ajuda, teria sido impossível concluí-lo. Ao meu filho João Caridade Platenik Pitillo, estendo esses agradecimentos, por compreender, mesmo que contrariado, que o papai nem sempre podia brincar, porque estava construindo a Tese.

Aos professores Roberto Santana Santos, Luís Eduardo Mergulhão Ruas, Lucas Rubio Mesquita da Silva hipoteco os meus agradecimentos por toda ajuda na construção desse trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e os do Arquivo Histórico do Itamaraty agradeço pela presteza no atendimento. Também agradeço à Secretaria do PPGH, sempre prestativa às minhas demandas.

RESUMO

O presente trabalho demonstra como a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial obedeceu a uma dinâmica interna. Onde Vargas foi capaz de traçar uma estratégia de crescimento utilizando o conflito mundial como oportunidade. A guerra então passou a ser um projeto de mobilização popular de apoio ao Estado Novo. O Primado da Política Interna desenvolvido por Getúlio Vargas foi capaz de equilibrar o Brasil diante das contradições envolvendo Aliados e Eixo. Para tanto, o Itamaraty foi transformado em um observador eficiente da conjuntura internacional, onde orientou os passos do governo brasileiro durante toda a Segunda Guerra Mundial. O anticomunismo e o temor com a transformação da União Soviética em potência durante a guerra foi outro fator que o governo Vargas utilizou com sabedoria, já que as medidas inovadoras para a edificação de um Estado de Bem Estar Social, também visavam afastar a influencia do movimento comunista da sociedade brasileira. O primado da política interna de Vargas foi capaz de neutralizar o assédio da “quinta-coluna”, assim como, obter ótimos acordos dos os Aliados. Os traços de independência e soberania foram fundamentais para que o Brasil conseguir terminar a guerra com ganhos extraordinários, ao mesmo tempo em que se transformou em uma potência regional.

Palavras-Chaves: Primado da Política Interna, Itamaraty, Soberania e Estado de Bem Estar Social.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução | 9 |
| Capítulo I – O Brasil e a sua Neutralidade Estratégica | 21 |
| I.I – A bilateralidade do Estado Novo | 34 |
| I.II – A Frente Leste na Mira do Itamaraty | 51 |
| Capítulo II – O Primado da Política de Vargas | 71 |
| II.I – A Autonomia do Estado Novo em Jogo..... | 81 |
| II.II – Projeto Guerra | 98 |
| Capítulo III – A Guerra Pela Soberania | 117 |
| III.I – Frente Leste, Um Tormento para Hitler e Vargas | 137 |
| III.II – A Política Interna e a Segurança Continental | 153 |
| Capítulo IV – Os Comunistas estão de Volta | 172 |
| IV.I – O Exército Vermelho Vence o Estado Novo | 190 |
| IV.II – A Quinta-Coluna Derrotou Vargas | 206 |
| Conclusão | 218 |
| Bibliografia | 229 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho destina-se a estudar a visão da diplomacia brasileira sobre a Frente Leste a partir da política interna de Vargas, aqui conceituada como Primado da Política Interna sobre a Política Externa. Traçando um paralelo entre a postura do Estado Novo no trato com o ambiente social e a observação do Itamaraty dos avanços soviéticos na Guerra, essa pesquisa pretende conhecer o tamanho da influência que as vitórias soviéticas tiveram na postura do Estado Novo durante a Segunda Guerra Mundial. Traçando também um paralelo entre a relação de Getúlio Vargas com os Aliados e a política interna de desenvolvimento econômico e social. A adesão ao campo Aliado, ao contrário de um movimento inevitável e subordinado, é vista por esta pesquisa como uma tentativa do governo Vargas de se proteger e evitar toda e qualquer ameaça das ideologias “alienantes”¹ que pudessem emergir durante a guerra, comprometendo o governo em virtude do conflito.

Se o autoritarismo e o centralismo do Estado Novo causavam temores às grandes democracias no início da Guerra, no cenário interno esse processo serviu para promover reformas estruturais profundas que beneficiaram em grande medida os setores populares urbanos. Entretanto, o governo Vargas estava longe de possuir estabilidade - a falta das liberdades individuais e o caráter reacionário o transformava em alvo de muitas críticas. Para aplacar essas oposições, o regime estava consciente da necessidade de avançar em um amplo projeto de industrialização como forma de romper as amarras da Dependência². Contudo, para que essa industrialização fosse alcançada, era preciso que o governo brasileiro tivesse êxito no intrincado jogo político e militar que se estabeleceu com a Guerra. Conseqüentemente, se fez necessário um corpo administrativo eficiente e que tivesse plena consciência do seu papel histórico. Nesse sentido, estavam os diplomatas do Itamaraty (Secretaria de Estado das Relações Exteriores).

Desde 1934 que o governo Vargas tentava estabelecer parcerias comerciais que pudessem dinamizar a economia nacional e, ao final do mesmo ano, o governo brasileiro estruturou uma aliança com os alemães. Essa aliança estava calcada nos

¹ Vargas usava essa classificação para definir o comunismo e o fascismo.

² No final da década de 60, os intelectuais Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank constituíram uma visão crítica a partir do projeto industrializante de Vargas, Perón e Cárdenas para desenvolver a célebre Teoria da Dependência.

“marcos de compensação”³, desdobrando-se em um acordo militar em 1938.⁴ Essas tratativas envolvendo Brasil e Alemanha foram muito positivas para o governo Vargas, transformando a Alemanha em grande parceira comercial do Brasil. Em 1936, foi a vez de o governo Vargas intensificar suas relações comerciais com os EUA a partir da visita do subsecretário de Estado estadunidense Sumner Welles⁵ ao Rio de Janeiro. Mesmo nesse contexto de ampliação das relações comerciais, o governo Vargas não deixou de impor uma série de restrições à expansão econômica estrangeira, preferindo viabilizar o crescimento do capital nacional de âmbito privado.⁶

Mesmo com as contradições entre os dois blocos contendores da Segunda Guerra Mundial (Aliados x Eixo) ficando mais agudas a partir de 1939, o governo Vargas manteve uma política independente e o mais pragmática possível no âmbito das relações internacionais. Pelo menos até 1940, as necessidades econômicas de EUA e Alemanha não se colidiram dentro dos objetivos do governo brasileiro. Ansioso para aproveitar esse momento ímpar, Vargas avançou no intuito de mudar o paradigma agrário exportador. Para isso, intensificou o comércio com essas duas potências emergentes visando uma relação que garantisse transferência de tecnologia.

Entretanto, existe uma bibliografia consolidada no Brasil que, ao classificá-lo como país periférico, sustenta que a sua entrada na Guerra foi um movimento subordinado. Segundo esses pesquisadores, a Guerra ao se tornar “Total”, tudo arrastava de forma inevitável, principalmente os países periféricos. Esse setor enxerga que os ganhos não foram tão significativos ao ponto de consolidar a independência industrial brasileira. Não há dúvida sobre a condição periférica do Brasil, mas existem inúmeros fatores que demonstram que a entrada do Brasil na guerra, foi um movimento que atendeu em primeiro lugar à conjuntura interna.

Essa análise de “subordinação total” tem como signatários os pesquisadores Roberto Gambini, Gerson Moura, Vágner Camilo Alves, Ricardo Antônio S. Seitenfus e até mesmo o brasilianista Staley Hilton. Todos muito assertivos com relação à condição periférica que o Brasil ocupava⁷, mas completamente omissos com temas referentes à

³ Moeda alemã usada exclusivamente para a compra de produtos alemães.

⁴ CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional, São Paulo, Editora UNESP, 1999. Pag.59.

⁵ MOURA, Gerson. Relações Exteriores do Brasil 1939 – 1950, Brasília, FAG, 2012. Pag. 53.

⁶ CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945), Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Difel, 1977. Pag.73.

⁷ Segundo esse pesquisador, ainda ocupa o Brasil essa condição mesmo 76 anos depois do fim da Guerra.

guerra travada no Leste e a sua relação com a conjuntura interna. Ao abraçarem a tese de “Guerra Total”, não analisaram os efeitos das vitórias soviéticas no Brasil e não consideraram a relação do governo Vargas com os vários matizes da sociedade brasileira, que refletiam no cotidiano as vitórias e derrotas de fascistas e comunistas na Frente Leste.

A neutralidade brandida pelo governo brasileiro até o ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 coadunava com a sua política de independência no âmbito das relações internacionais, uma consigna da Revolução de 1930. Todas as tentativas do governo brasileiro para desenvolver as suas forças produtivas, com o objetivo de gradualmente substituir as importações, não acarretaram em uma política de compromisso com a Alemanha e nem com os Estados Unidos. A única política que o governo se mostrou signatário desde o início foi o Pan-americanismo, momento de grande convergência entre o presidente Vargas e o presidente Roosevelt. Nem mesmo as iniciativas para reaparelhar as forças armadas, primeiro com os alemães e depois com os estadunidenses, resultaram em adesão instantânea a qualquer linha de pensamento desses países.

As excepcionalidades criadas pela Guerra no cenário econômico só foram aproveitadas pelo governo brasileiro graças a sua independência. Esse é um dos pontos de divergência que essa pesquisa mantém com boa parte das análises sobre a participação brasileira na Guerra até o momento. Essas “excepcionalidades” advindas da conjuntura de Guerra só puderam ser aproveitadas porque o governo Vargas possuía um projeto capaz de capitalizá-las, fazendo um movimento de alinhamento e não de subordinação. Não há dúvidas de que o fluxo de capital privado estadunidense que entrou no Brasil a partir de sua adesão ao campo Aliado tornou-se uma séria ameaça ao projeto de desenvolvimento autônomo de Vargas. Entretanto, ao fazer da Guerra um projeto da política interna, Vargas tentou manter a centralização política e submeter esse capital a um controle que não comprometesse os interesses nacionais.

Os acordos estabelecidos com a Alemanha não aconteceram simplesmente por haver no seio do Estado Novo uma forte corrente simpática ao fascismo; eles foram fruto da negativa estadunidense, e, em certa medida, inglesa também, de estabelecerem com os brasileiros uma relação comercial que atendesse as demandas nas áreas de siderurgia, Defesa e infraestrutura. O imperialismo capitaneado pelos anglo-

estadunidenses se desdobrava sobre a América Latina a partir da baixa industrialização da região e graças à fraqueza política e militar que muitos Estados possuíam. Os fatores que permitiram ao governo Vargas entabular uma relação mais equilibrada com essas potências alcançou o seu auge durante a Guerra, a partir de um governo forte e uma diplomacia vigorosa, diferente de muitos países da região. Os produtos exportados pelo Brasil e a localização estratégica do saliente nordestino permitiram ao governo brasileiro, com base em sua autonomia, colher frutos significativos.

A tese sustentada pelos renomados pesquisadores supra citados defende que o Brasil só obteve ganhos com a “guerra inevitável” graças aos choques e contradições estabelecidos por conta da formação de blocos antagônicos. O que essa pesquisa mostra é que o Brasil só conseguiu ter êxito na obtenção desses frutos da Guerra porque foi capaz de criar um ambiente interno favorável a essa interlocução. Assim, a questão passa a ser a seguinte: se a Guerra proporciona ganhos, por que não lutar? A adaptação do Estado Novo ao bloco Aliado não foi algo traumático para a sociedade brasileira e tampouco para a linha ideológica majoritária. Não foi uma contradição, foi um projeto político que encontra no conceito do Primado da Política Interna sobre a Política Externa o seu respaldo.

Isto é, o tal “movimento pendular”, muito citado na bibliografia nacional como sendo uma desorientação de Vargas e uma ambiguidade fora de qualquer lógica, é visto nesta pesquisa como uma linha coerente de um Estado independente que precisava aproveitar as oportunidades que o cenário internacional proporcionava. Seguiu uma lógica interna de consolidação de uma política nacionalista que se inseria na ordem econômica internacional a partir da afirmação de uma política externa independente e uma política interna afastada dos compromissos liberais, representada até aquele momento por Estados Unidos, Inglaterra e França. Outro problema crucial das análises aqui criticadas foi o estabelecimento de reflexões sobre o comportamento do Estado brasileiro na Guerra, sem terem levado em conta a disputa que acontecia na Frente Leste. Isto é, a elevação da URSS à condição de potência causava temor ao Estado Novo, intrinsecamente anticomunista.

O governo brasileiro, ao mostrar-se solidário aos Estados Unidos devido ao ataque japonês, o fazia no contexto do Pan-americanismo, conceito que o governo Vargas compartilhava antes do início do conflito. Ao congelar as relações com Eixo em

dezembro de 1941, sabia Vargas que os nazistas teriam dificuldade em tomar Moscou, capital da União Soviética, e já não podiam transitar pelo oceano Atlântico com suas cargas comerciais. Ao romper relações com o Eixo em janeiro de 1942, também sabia que os Estados Unidos entrariam na guerra europeia em conjunto com Inglaterra e URSS. Tal entendimento levou Vargas a uma atitude óbvia, a de romper relações com o Eixo e efetivar a parceria com os Aliados. Não existiam elementos nesse período que pudessem ocasionar alguma dúvida nesse tipo de acordo, ou seja, não houve movimento pendular; Vargas sempre deixou clara a opção brasileira pela defesa continental.

Os acordos com a Alemanha tinham sido inviabilizados com o “Bloqueio Atlântico”, erguido pelos ingleses a partir de 1939, afetando diretamente uma gama de pretensões que o Estado Novo mantinha, como a construção de uma siderúrgica e o reaparelhamento das forças armadas, dentre outros acordos com o governo alemão. A declaração de repúdio ao ataque japonês à Pearl Harbor e o subsequente rompimento das relações com os ítalo-germânicos foi um movimento pragmático de sinalização interna e externa que visava preparar o terreno para novas parcerias. Em nenhum momento o governo Vargas ensejou qualquer compromisso ideológico com o fascismo italiano ou com o nazismo alemão. Pelo contrário, o governo Vargas sabia que esses dois governos tiveram ativa participação no Levante Integralista de 1938, embora não se possa ignorar a presença de setores ligados ao Eixo no governo brasileiro. Todo o processo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos obedeceu ao escopo do Pan-americanismo, que se justificou com a ameaça de ataque por potências estrangeiras ao continente Americano.

A entrada do Brasil na Guerra foi, antes de tudo, motivada pelos ataques que os navios brasileiros sofreram dos alemães. Entretanto, essa decisão serviu para potencializar o projeto de modernização das forças armadas a partir de acordos firmados com os Aliados. A receptividade com que o Estado Novo encarou a demanda popular sobre a Guerra foi uma adaptação ao comportamento social que nasceu fruto dos novos projetos políticos e socioeconômicos que o governo desenvolveu. A guerra iniciada em 1941(tendo como marco o envolvimento estadunidense e soviético) trouxe uma série de problemas para as exportações brasileiras. A habilidade do governo Vargas de se colocar de imediato como grande fornecedor para o esforço de guerra Aliado foi capaz de atenuar esses problemas e conseguir ganhos importantes. Essa oportunidade, aliada ao apelo popular de revanche, permitiu a Vargas ir à guerra. Esse respaldo popular aqui

analisado foi vital para que Vargas sobrepujasse os setores mais reacionários e vencesse a “quinta-coluna”.⁸

*“A denominação de “história social” tem servido para cobrir as mais diferentes mercadorias. Tem se usado, inapropriadamente, para designar os estudos de história do movimento operário, porém o seu emprego mais frequente tem sido para nomear uma História “com a política fora” ou, para dizê-lo mais pedantemente, “uma disciplina construída ao redor de um tema central que a vertebrava: a história da sociedade enquanto sociedade, da estrutura social em todas as cambiantes manifestações”.*⁹

A análise da conjuntura social brasileira no âmbito da Segunda Guerra Mundial se mostrou necessária pelo grau de mobilização e participação de setores que, mesmo sob forte repressão, ganharam as ruas e ao mesmo tempo em que enalteciam a entrada do Brasil no campo Aliado, criticavam a falta de democracia no Estado Novo. As diferentes maneiras que os setores do governo interpretaram essa movimentação popular teve um peso muito grande no processo de “democratização” ocorrido em 1945. A fim de evitar análises próximas da Nova História, ou da História Política, essa pesquisa utilizará os pressupostos da História Social como ponto balizador da pesquisa.

*“O historiador social” mente quando pretende ter deixado a política de fora. A sua obra geralmente é inspirada por uma vontade de serviço à ordem estabelecida – a que concede cargos e outorga recompensas. Ainda que o “cientista social” escude-se atrás de parapeitos de teoria – mais ou menos legítima – e nos fale e do seu tempo com o mesmo distanciamento que empregaria se estivesse se ocupando de insetos, os móveis veem à luz quando escavamos um pouco”*¹⁰.

A vertente da História Social que será utilizada para analisar a conjuntura nacional brasileira é a defendida pelo professor espanhol Josef Fontana. Que afirma ser necessário o respaldo do maior número possível de fontes primárias.

“A partir da crítica aos que se chamavam a si mesmos de “historiadores sociais” e produziam livros ilegíveis, apoiados em resenhas e citações. A História Social contundente não se apoia no narrador que se dedica a colocar “fatos” em ordem cronológica para glosar as vidas de princesas virtuosas. É

⁸ Nome surgido na Guerra Civil Espanhola para definir traidores e conspiradores.

⁹ FONTANA, Josep. História – Análise do Passado e Projeto Social, Bauru, EDUSC, 1998. Pag.173.

¹⁰ Idem. Pag.175.

preciso ir além e tomar emprestados mecanismos teóricos de outras disciplinas essencialmente da sociologia, antropologia e economia”.

*“A verdade é que custa conceber uma história que não seja “social”, que se possa permitir o luxo de prescindir “da estrutura social em todas as suas diversas e cambiantes manifestações”. Como assinalou Hobsbawm: “A história social não pode ser outra especialização, como a economia ou como outras histórias setoriais, porque a matéria que estuda não pode ser isolada”. Podemos imaginar a possibilidade de estudar isoladamente as atividades econômicas ou as ideias críticas, “porém os aspectos sociais do ser humano não podem ser separados de outros aspectos do seu ser, senão à custa de cair na tautologia ou em uma extrema trivialização”.*¹¹

A mobilização popular que exigiu a entrada do Brasil na Guerra aqui investigada atuou na contramão do autoritarismo vigente. Foi uma ação espontânea no primeiro momento que contribuiu para a quebra do paradigma autoritário do Estado Novo. Se levarmos em consideração que o projeto de Vargas para obter ganhos na guerra precisava de respaldo popular, a repressão a esses setores colocava em dúvida esse respaldo da mesma maneira que a liberdade de reunião desagradava os setores mais duros do Estado Novo. Vargas precisava de algo conciliador e a Campanha da Itália funcionou como. No dia 18 de agosto de 1942, a população invadiu o Palácio Guanabara por conta de um ataque contra um navio brasileiro. Disse Getúlio Vargas a sua filha Alzira: *“Nunca fui contra os desejos do povo, e se os brasileiros querem a guerra, nós iremos para a guerra”*¹².

O Primado da Política Interna é utilizado para lançar um novo olhar sobre o governo Vargas no âmbito da Segunda Guerra Mundial e foi a política interna brasileira que assegurou que o país tivesse uma atuação de destaque no referido conflito. O Brasil foi o único país periférico a participar do conflito europeu, alcançando lugar de destaque entre as nações vencedoras. A política interna de Vargas foi a definidora das políticas externas, facilitando o trânsito do Brasil no cenário internacional no pós-guerra. O conceito de Primado aqui usado entende “Política Interna” como um conjunto de forças internas reunidas sob uma unidade política. Isto é, são os desenvolvimentos internos ocorridos em um país que definem os seus rumos internacionais, segundo a Escola de

¹¹ FONTANA, Josep. História – Análise do Passado e Projeto Social, Bauru, EDUSC, 1998. Pag.173.

¹² PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, Meu Pai, Rio de Janeiro, Objetiva, 2017. Pag.345.

Bielefeld na Alemanha. A referida escola de pensamento propõe estudar a história das Relações Internacionais a partir da compreensão das forças internas que movimentam as políticas externas dos Estados-nação, considerando assim a unicidade de cada unidade política e das sociedades que as contém.

Ao que tange os grupos que compunham a sociedade brasileira do momento em análise, existiam setores identificados com as vitórias da União Soviética, principalmente depois das Batalhas de Moscou¹³, Stalingrado¹⁴ e Kursk¹⁵, momento de muita efervescência social. Esses setores passaram a se expressar com maior frequência, inclusive fazendo oposição ao governo. O governo Vargas, através de seus dirigentes, deixou por várias vezes consignado o temor que tinham com essas vitórias no meio social. Principalmente com a rearticulação do PCB¹⁶ e de elementos da ANL¹⁷, entre outros movimentos, que exigiam no primeiro momento que o Brasil entrasse na guerra contra o Eixo e depois exigindo liberdade política.

A promulgação do Estado Novo em 1937 pelo presidente Vargas, além de atender as pautas econômicas e sociais ligadas à política interna, estabeleceu também uma ação de combate à penetração comunista. Os setores militares que apoiaram o movimento de 1937 anunciavam que tal coisa foi uma resposta ao “perigo comunista”. Mesmo tendo sido explícito no combate a “todas as ideologias alienígenas”, Vargas era enfático em seu temor maior, que era o pensamento comunista. Por diversas vezes, ele foi contundente em afirmar que o combate ao comunismo era a tarefa maior. Dessa maneira assinalou em entrevista para a “Gazzeta Del Popolo” de Turim (Itália) em 25 de dezembro de 1937:

*“...Por outro lado, a penetração e a atividade dos comunistas ameaçavam as instituições, exigindo o reforço do poder central”.*¹⁸

“A luta contra o comunismo será intensificada até alcançarmos o máximo grau de eficiência. O comunismo não conseguirá jamais o direito à cidadania no Brasil e não tornará

¹³ Operação Tufão 1941.

¹⁴ Operação Azul 1942.

¹⁵ Operação Cidadela 1943.

¹⁶ Partido Comunista do Brasil.

¹⁷ Aliança Nacional Libertadora, frente composta por setores de esquerda e de progressistas.

¹⁸ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.339.

o nosso país teatro das façanhas sinistras verificadas em alguns outros”.¹⁹

A análise minuciosa da documentação produzida pela diplomacia brasileira durante a Guerra, ora contida nesta pesquisa, revela que as representações diplomáticas brasileiras empregaram muito tempo observando o desenrolar da guerra na Frente Leste. Essa observação silenciosa da guerra travada na Frente Germano-Soviética gerou uma infinidade de documentos diplomáticos que chamam atenção pelo seu conteúdo extenso e pelas suas análises e indicações. A preocupação do governo Vargas com a URSS remonta ao Levante Comunista de 1935, mas também a filiação do PCB à Internacional Comunista e toda a sua teia de contatos na América do Sul, desvendada a partir da repressão desencadeada em 1935.

A repressão também se desdobrou em direção as forças progressistas, que compunham a Aliança Nacional Libertadora, que de certa forma também era influenciada pela URSS. Importante lembrar que o governo soviético estimulou que os comunistas organizassem “frentes populares” contra o fascismo, que na prática era a mobilização de forças de vários matizes ideológicos dispostos a combater o Eixo. Mesmo com a extinção da ANL, muitos de seus membros e simpatizantes continuaram a serem perseguidos pelo Estado Novo. A repressão não era um “privilegio” das forças comunistas e progressistas, os integralistas também foram alvo de perseguição, principalmente depois da tentativa frustrada de ataque ao Palácio Guanabara em 1938²⁰. Com a anuência de muitos membros do governo, essa repressão aos integralistas era atenuada, atendendo a conveniências políticas regionais.

A preocupação com a defesa nacional (inimigo externo) não é única resposta para tanta observação por parte da diplomacia brasileira da movimentação soviética, já que estava o país resguardado pela Carta do Atlântico²¹. Sendo assim, a pergunta que logo resplandece é o porquê de os embaixadores brasileiros inundarem o Ministério das Relações Exteriores com análises diárias da Guerra na Frente Leste? Uma das primeiras respostas que surgiu depois da confrontação de uma série de fontes primárias: o governo

¹⁹ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.340.

²⁰ Residência oficial do presidente Getúlio Vargas.

²¹ Pactuação entre EUA e Inglaterra, que colocou o continente Americano em consonância com os Aliados. A Carta foi divulgada em 14 de agosto de 1941.

brasileiro, dentro do seu projeto político, sabia perfeitamente que a conjuntura social interna que fundou o Estado Novo era transitória e que o Estado Novo, ao se adequar ao pós-guerra, encontraria uma conjuntura internacional onde os comunistas poderiam representar uma ameaça maior do que 1935. Se o país continuasse dependente e pobre, a emergência de forças revolucionárias poderia ser bastante perigosa. Também existia o temor que algum país da América dos Sul, pudesse se tornar uma base “comunista”.

Ainda sobre a Carta do Atlântico, a mesma tinha como alvo o mundo pós-guerra, seguindo Henry Kissinger, já que não levava em conta o equilíbrio de poder vigente. Ela objetivava suprimir em parte os entraves da entrada dos Estados Unidos na guerra ao lado da Inglaterra, isto é, o documento muito mais voltado para a política interna estadunidense.²² A promulgação da mesma também foi o marco na ascensão dos Estados Unidos como potência mundial e a confirmação de que a Inglaterra passou a ser a sua sócia minoritária. O Brasil, enquanto signatário da Carta, se enquadrava no contexto da solidariedade continental, mas também visou ser signatário pensando em colher frutos no pós-guerra, como foi confirmado na reunião que Vargas e Roosevelt realizaram na cidade de Natal (RN) em 1943.

Sendo um pacto futuro, a Carta do Atlântico no primeiro momento foi encarada pelo governo Vargas como mera formalidade no que tangia a guerra na Europa; ao governo Vargas, interessava o comércio com os Estados Unidos e a estabilidade continental. Ao contrário de algumas obras de nossa literatura, que acusam Vargas de ter tido uma postura “pendular” no sentido de dúvida ou oportunismo, a documentação copilada aponta para uma linha de interesse muito bem definida e coerente com o desenvolvimento interno. A observação da Frente Leste foi sem dúvida um dos instrumentos usados por Vargas para saber que direção seguir.

O governo Vargas, que enfrentou o Levante Comunista de 1935 e o Levante Integralista de 1938, também ostentou severas críticas ao liberalismo. Com isto, primava por uma política nacionalista e autônoma. A Guerra se tornou um projeto quando da ameaça dos submarinos. Antes desse momento, Vargas se desdobrou para manter a neutralidade, não só preocupado com o cenário externo, mas receoso com o que a guerra poderia causar no ambiente interno. Nesse sentido, temia a Guerra por saber perfeitamente que ela era a expressão máxima das contradições envolvendo todas

²² KINSSIGER, Henry. Diplomacia, Ediciones B, S.A. Barcelona, 1996. P.269.

essas “ideologias”. Na inauguração do Edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 10 de novembro de 1938 afirmou Vargas:

*“Os extremistas da direita e da esquerda, que, sob formas variadas, pretendiam, afinal, a mesma coisa – a nossa escravização -, foram repelidos e já não constituem perigo imediato para as instituições”.*²³

A bordo do encouraçado Minas Gerais, em 11 de junho de 1940, Vargas falou em seu discurso que o Estado Novo havia superado os “radicalismos externos” e que o Brasil tinha criado um sistema político próprio. Essa figura de linguagem era uma maneira de se afastar ao máximo das contradições políticas que a guerra na Europa gerava naquele momento:

*“Felizmente no Brasil, criamos um regime adequado às nossas necessidades, sem imitar outros nem filiar-se a qualquer das correntes doutrinárias e ideológicas existentes. É o regime da ordem e da paz brasileiras, de acordo com a índole e a tradição do nosso povo, capaz de impulsionar mais rapidamente o progresso geral e de garantir a segurança de todos”.*²⁴

O historiador Eric Hobsbawm, sobre os reflexos da Guerra nos cenários internos, disse *“Que vitória e mudança social andavam juntas...”*²⁵.

As representações diplomáticas analisadas compõem um cenário variado de avaliações políticas e militares que permitiram ao governo brasileiro ter acesso a múltiplas informações sobre a Guerra. Estas representações diplomáticas municiaram o Estado brasileiro com conhecimento necessário para que ele pudesse enfrentar o perigoso jogo da espionagem e da “Informação e Contrainformação” que dominava o cenário das relações internacionais durante o conflito. Cabe salientar a ação vigilante da diplomacia brasileira na obtenção de informações sigilosas que muito ajudaram o Estado Novo. Para o Brasil, um país pobre e sem tradição em guerras, a magnitude do conflito gerou várias ameaças, as quais o país tinha pouca chance de enfrentar sozinho.

²³ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.119.

²⁴ Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/21.pdf/view->>. Acessado em 7/02/2018.

²⁵ HOBBSAWM, Eric. Era dos Entremos – O Breve Século XX 1914-1991, São Paulo, Companhia das Letras, 1997. P.170.

A relação que o Brasil mantinha com os Alemães foi fruto de tensão em Washington. Com o avanço do Eixo na África, o território brasileiro passou a ser disputado. Os militares estadunidenses constituíram um plano de defesa do Oceano Atlântico que envolvia o Nordeste Brasileiro. Existiu por parte dos militares estadunidenses a ideia de se ocupar militarmente o Saliente Nordestino, caso o governo brasileiro hipotecasse solidariedade ao Eixo ou até mesmo se continuasse a ostentar uma neutralidade que favorecesse à Alemanha. Essa foi a primeira grande ameaça que o governo brasileiro precisou enfrentar. Ela dizia respeito à soberania nacional e à manutenção do governo Vargas. Foi graças à ação diplomática que o governo Vargas conseguiu, a partir desse momento, consolidar uma aliança com Washington sem abalar a sua soberania.²⁶

As embaixadas brasileiras em Lisboa, Madri, Paris, Berna, Berlim e Roma permitiram ao governo Vargas conhecer a política europeia da guerra. As representações brasileiras em Madri e Lisboa se mostraram muito ativas em suas análises. Já a embaixada brasileira em Londres forneceu ao Itamaraty informações vitais sobre a guerra travada na África e Ásia. Já a legação de Berna permitiu ao Brasil conhecer as comunicações que cruzavam a Europa de Leste a Oeste. Todos esses pontos diplomáticos mantiveram intensa comunicação com o Itamaraty sobre a guerra na Frente Leste, como também análises e conjecturas sobre os possíveis cenários do pós-guerra. As embaixadas de Roma e Berlim também foram muito ativas, mas, com a interrupção das relações, a produção de relatórios foi finalizada precocemente.

A análise da documentação diplomática das embaixadas brasileiras supracitadas sobre a atuação da União Soviética apontou com clareza o receio que esses diplomatas tinham do movimento comunista. A maioria deles, muito bem alinhados com as diretrizes do Estado Novo, não se furtaram em traçar um paralelo entre a transformação da União Soviética em potência e o crescimento do movimento comunista no Brasil. Os documentos pessoais e oficiais dos principais dirigentes civis e militares respaldam tal receio. Eles também foram enfáticos ao citar tal coisa como uma ameaça à sobrevivência do Estado Novo.

As mudanças que aconteceram no seio do Estado Novo durante a Guerra, principalmente o processo de democratização, seguiu paralelo às vitórias do Exército

²⁶ SILVA, Hélio. 1942, Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972

Vermelho e o estabelecimento de um vigoroso movimento comunista no mundo. Tal situação gerou reflexões em todas as sociedades mundo afora e no Brasil não poderia ser diferente. Ao traçar esse paralelo, esse trabalho mostra uma abordagem inédita da História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A escolha da política interna como ponto de partida para a análise da História Social por trás do engajamento brasileiro ao bloco Aliado e o conseqüente envio de tropas ao teatro de operações europeu também é uno em nossa historiografia.

CAPÍTULO I - O BRASIL E A SUA NEUTRALIDADE ESTRATÉGICA

Os estudos sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial possuem dois pioneiros no Brasil - Roberto Gambini e Gerson Moura. Ambos localizaram a neutralidade brasileira, sustentada entre os anos de 1939 a 1942, como um “duplo jogo” ou um “movimento pendular”. Analisaram a condição periférica do Brasil a partir da Teoria da Dependência²⁷, classificando a tentativa do governo Vargas em se manter independente como uma fracassada ação do governo brasileiro em se inserir na ordem capitalista. Afirmaram que a guerra provocada por potências mundiais (Guerra Total) automaticamente atraiem os países periféricos como o Brasil para a sua órbita, subordinando as suas economias, transformando-as em complementares as das potências beligerantes e impedindo por definitivo qualquer tentativa de neutralidade (autonomia).

Essa análise ignora por completo a conjuntura interna e praticamente omite as ações que permitiram o governo Vargas se manter operando mesmo depois de uma guerra civil e duas tentativas de levantes apoiados por dois poderosos países que se mostraram protagonistas da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética e a Alemanha. Na mesma linha de Gambini e Moura, o pesquisador Vágner Camilo Alves atestou que:

*“países periféricos são forçados pelas circunstâncias de guerra, não havendo escolha voluntária a respeito do lado a que se vai aderir, uma vez que esta “escolha” é grandemente determinada pela localização geográfica dos primeiros e pelos interesses geopolíticos das potências”.*²⁸

²⁷ Teoria da Dependência desenvolvida por Ruy Mauro Marini.

²⁸ ALVES, Vágner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um Envolvimento Forçado, São Paulo, Editora PUC RIO, 2002. Pág.7

Essa análise não levou em consideração o contexto social, também ignorando por completo a conjuntura interna dos países.

Ao estourar a guerra na Europa, o governo brasileiro assinalou que a mesma era um problema europeu e que o país estava ligado à solidariedade pan-americana, completamente distante do conflito. Durante os anos de 1939 e 1940, o Brasil tentou melhorar a relação comercial com Washington a partir da “Missão Aranha”, que discutiu a retomada do pagamento da dívida externa brasileira. Mas já havia por parte de Vargas a solicitação da compra de material bélico. A neutralidade que o governo brasileiro sonhava em manter tinha como intuito driblar a recessão que poderia se manifestar como na Primeira Guerra Mundial. Em 1940, não se tinha a ideia que o conflito fosse se estender a ponto de envolver outros continentes, muito menos as Américas.

Sobre neutralidade durante a guerra, existiram alguns exemplos, como Chile e Argentina, que se mantiveram neutros até 1944, quando resolveram se manifestar em uma conjuntura onde os rumos da guerra já estavam traçados. Suíça, bem próxima da Alemanha, manteve a sua neutralidade, assim como a Suécia. A Irlanda, próxima da Inglaterra, também se manteve fora do conflito. Por mais que Espanha e Portugal tivessem governos identificados com o Eixo, gozaram de neutralidade e uma ótima relação política e comercial com os Aliados durante a guerra. É óbvio que cada um desses países ostentou neutralidade por motivos distintos, mas são exemplos de que era possível, porém sem ganhos.

A refutação às afirmações do professor Alves por parte de desse trabalho começa com o elemento interno denominado “mobilização popular”, isto é, a reação, seguida de mobilização da população, em virtude dos ataques do Eixo como elemento determinante para que o Brasil declarasse guerra a Itália e a Alemanha. Independente da pressão política e econômica que os Aliados exerciam na América do Sul, o governo brasileiro teve autonomia suficiente para encampar essa tal “vontade popular”. Possuía o Brasil um ambiente social que, apesar das contradições, permitiu às forças antifascistas se sobreporem aos setores pró-Eixo do governo. Essa mobilização popular desafiou o autoritarismo institucional e conseguiu convencer Vargas, ocasionando uma

divisão no interior do Estado Novo e, paralelo a isso, fez o governo colocar em prática uma política voltada para a classe operária.

Dentro desse projeto político, o governo brasileiro conseguiu firmar acordos comerciais com os estadunidenses que produziram ganhos substanciais ao Brasil pelo menos até o fim da guerra. A construção da Siderúrgica Nacional sob a diretriz totalmente nacional não pode ser somente observada como um benefício da “Política da Boa Vizinhança” - ela foi parte da relação extraordinária que Vargas manteve com Roosevelt. A necessidade perene de desenvolver o mercado interno a partir da substituição gradativa das importações²⁹ fez com que Vargas mantivesse uma série de acordos comerciais pragmáticos que sustentaram o projeto nacionalista do mesmo desde o comércio compensado com a Alemanha. O subdesenvolvimento brasileiro forçava a necessidade de capital estrangeiro para áreas estratégicas. Nesse sentido, até as frações pró-Eixo acabaram apoiando a linha de Vargas junto aos estadunidenses.

Tanto Moura quanto Gambini, por causa da ditadura brasileira (1964-1985), tiveram muitas dificuldades em acessar documentos e fontes durante seus estudos nas décadas de 1960 e 1970. Ambos relataram essas dificuldades em suas obras, sinalizando que muitas das vezes foram obrigados a estudar o Brasil a partir do exterior, onde fizeram suas pós-graduações. Talvez os entraves da Guerra Fria, que foram marcantes no Brasil, tenham impedido os notórios pesquisadores de acessarem com mais clareza documentos que revelassem o cenário social de então, que poderiam revelar com mais clareza as influências que levaram o Brasil à Guerra. Nesse sentido, tento demonstrar que a neutralidade, ao contrário da linha corrente em nossa bibliografia, não foi um momento de dúvidas e confusões no governo Vargas, mas um instante de certeza sobre a necessidade de acumular forças para entender os rumos da Guerra.

Não se pode ignorar a percepção que o presidente Vargas e seus colaboradores tinham da realidade; a sua diplomacia tinha clareza total dos reflexos do Acordo de Munique³⁰ realizado em 1938. Acordo esse que revelou a fragilidade dos anglo-franceses e demonstrou o poder da Alemanha, que se tornou uma potência desde então. Ao comentar o apelo de paz do presidente estadunidense Franklin Roosevelt ao líder

²⁹ LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra Prometida, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1999. Pág. 107.

³⁰ Tratado realizado na cidade de Munique na Alemanha entre as lideranças europeias. Nesse encontro, a Alemanha fez uma série de exigências que levaram a um recuo por parte dos anglo-franceses, tendo Hitler conseguido parte do território da Tchecoslováquia.

alemão Adolf Hitler, quando do fracasso diplomático de Munique, Vargas disse: *“Em lugar de gastar palavras seria melhor cuidar logo de ir preparando os Estados Unidos para a guerra.”*³¹ A afirmação de Vargas sugere que ele sabia exatamente qual papel caberia ao Brasil, ainda mais tendo ele vivido a Primeira Guerra Mundial.

Esse capítulo analisa brevemente o início das hostilidades na Europa e seus reflexos no Brasil. Tendo como marco inicial a invasão da Áustria pelos alemães (1938), é estabelecido um paralelo com a movimentação social na promulgação do Estado Novo (1937). Esse paralelo é usado para entendermos a posição brasileira de 1937 a 1941, período no qual o Brasil construiu uma nova identidade internacional e também um novo modelo de Estado a partir da efetivação da Constituição Federal de 10 de novembro de 1937. O foco principal é analisar o ano de 1941 e demonstrar como a neutralidade sustentada pelo Brasil nesse período obedecia à preceitos ligados essencialmente à política interna.

Durante esses quatro anos (1937-1941), o Brasil construiu uma relação com as forças do Eixo de grande prosperidade, principalmente com a Alemanha. Contudo, viu o cenário de Guerra Mundial destruir essa relação. A partir daí, teve que edificar uma nova parceria com os anglo-estadunidenses através das demandas geopolíticas Aliadas. Internamente, recrudescer a perseguição aos fascistas e comunistas, a fim de se afastar do ambiente de Guerra. Enquanto o mundo entrava em um momento conturbado, Vargas organizou uma força diplomática que se converteu em olhos e ouvidos do Estado Novo nos quatro cantos do mundo. Essa força foi capaz de manter o governo brasileiro atualizado sobre todos os movimentos grandiosos da Guerra.

Vargas manteve, durante a neutralidade, uma relação comercial com a Alemanha excepcionalmente lucrativa e quando se transformou em contendor conseguiu dos estadunidenses uma valiosa parceria que lhe rendeu a tão sonhada siderúrgica. Todo esse proveito se materializou em avanços nos setores econômicos, sociais e militares, instituindo assim um projeto que permitiu ao Brasil se tornar o país mais desenvolvido economicamente da América Latina e com grande respaldo no cenário internacional, embora esse projeto tenha sido interrompido em 1946 com a eleição do presidente

³¹ VERGARA, Luiz. Fui Secretário de Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo, Editora Globo, 1960. Pag.167.

Dutra. Porém, marcos importantes foram edificados, o que facilitou o retorno de Vargas ao poder em 1950 e a eleição de seu correligionário João Goulart em 1961.

Para se entender os rumos que o governo brasileiro tomou durante a guerra, é necessário conhecer a correspondência diplomática brasileira, principalmente a que foi produzida a partir da observação da Frente Leste, onde lutavam dois países que representavam ideologias muito marcantes na sociedade brasileira durante as décadas de 30 e 40 do século XX. É preciso entender a relação do Estado Novo com os setores da população que se manifestaram sobre a Guerra, para se compreender a mudança gradativa que o referido regime passou durante a Segunda Guerra Mundial. A política interna de base estritamente reacionária transformou-se em democrática ao fim do conflito. Isso seria possível sem a intensa participação popular? O quanto a vitória soviética e a emergência dos comunistas influenciaram nesse processo?

Estabelecendo a invasão da Áustria pelo exército alemão no dia 12 de março de 1938 como o marco inicial da Segunda Guerra Mundial, veremos que o governo brasileiro já estava inserido nesse contexto de conflito mundial há algum tempo. Entre 1934 e 1939, o comércio entre Brasil e Alemanha dobrou e, somente em 1938, o Brasil forneceu mais de 30% das importações de algodão para a Alemanha.³² Até armamentos o Brasil comprou dos alemães, graças às exportações de produtos primários que também subiram bastante no período assinalado. Assim, os dois países desenvolveram um importante intercâmbio comercial com base nos esforços de guerra que Hitler empreendeu. Durante todo esse período, o governo Vargas não deixou de manter uma relação comercial e diplomática vigorosa com os Estados Unidos também. Tendo Vargas e Roosevelt uma consistente correspondência política, o problema residia nas demandas brasileiras, que não eram encampadas por Washington até aquele momento.

O projeto do Estado Novo visava recuperar o atraso industrial do Brasil e investir em bens de consumo e serviços para as camadas urbanas. Para tanto, o Brasil precisava de tecnologia estrangeira e dependia da exportação de seus produtos primários para consegui-la. Por isso, o governo Vargas não fazia distinção e nem tinha predileção por país ou bloco para se relacionar no âmbito do comércio internacional. O pragmatismo estadonovista exigia apenas que esse processo fosse o mais veloz possível,

³² HILTON, Staley E. Suástica sobre o Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977. Pag.22.

a fim de evitar crises internas. A questão econômica era crucial para o Estado Novo. Uma das razões da edificação do Estado Novo foi justamente a possibilidade de poder concentrado nas mãos de Vargas que permitiria a ele executar com mais rapidez as ações que visavam combater o subdesenvolvimento.

Entre os anos de 1937 e 1938, o Brasil estabeleceu importantes contratos de fornecimento com a empresa alemã Krupp para rearmamento e modernização das forças armadas brasileiras. Tais contratos se constituíram pelas ótimas condições oferecidas pelos alemães, fruto também da negativa dos anglo-estadunidenses em vender os mesmos materiais ao Brasil. Sendo assim, a Alemanha passou a ser um dos mais importantes parceiros comerciais do Brasil.³³ O Estado Novo fora estabelecido com o compromisso de modernizar as forças armadas. Essa missão visava também criar novas escolas de formação e aperfeiçoamento militar, além de modernizar e ampliar as existentes. Essa tarefa era uma das mais sensíveis, já que em 1937 não havia muitos países com capacidade de fornecer material militar que o Brasil desejava.

No ano de 1938, Vargas fez um esforço hercúleo para implementar a nova constituição e garantir os avanços na área econômica. No aspecto social, as leis trabalhistas foram sendo promulgadas, assim como a Lei do Salário Mínimo. Iniciou-se também um processo de construção de casas populares para os trabalhadores ligados aos Institutos de Previdência. Também foram ampliados os serviços de saúde pública e limpeza urbana. O novo processo de Educação passava também por preparar o cidadão para o mundo do trabalho. Um novo brasileiro, ordeiro, educado, asseado e comprometido com a pátria deveria surgir através da observação irrestrita da nova Constituição. Nesse contexto, Getúlio criou o Conselho Nacional de Serviço Social em 1938 para ajudar na efetivação da nova política social.

Os partidos políticos foram desmantelados e os estrangeiros proibidos de qualquer manifestação política. A unidade nacional dependia da observância de um idioma português. Sendo assim, a assimilação total por parte dos estrangeiros da cultura “nacional” foi feita a partir da integração nacional. O esforço para educar e integrar o cidadão ao mundo do trabalho passou pelo processo de aceitação do Estado Novo por esse indivíduo. Era propagado que esse era o fator determinante para a prosperidade do

³³ SILVA, F.C.T. PITILLO, J.C.P. NETO, P.G. SANTOS, R.S. A Segunda Guerra Mundial 70 Anos Depois, Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2016. Pag.173.

Brasil. Raça e Pátria estavam ligadas de forma indivisível pela persistente educação do povo. O fortalecimento da raça era de interesse público e necessário para remover numerosos obstáculos que entorpeciam o progresso nacional.³⁴

Os avanços na política brasileira em 1938 se dão no campo da materialização de uma identidade nacional a partir de um nacionalismo crítico às democracias liberais europeias. O Estado brasileiro foi praticamente refundado por Getúlio Vargas e seus colaboradores e a marca principal era a mobilização popular rumo à modernização da sociedade. Nesse projeto, todas as classes e grupos sociais foram abarcados, uns mais outros menos. Contudo, a mobilização foi geral. Os militares foram peça chave nesse processo, sendo o general Eurico Gaspar Dutra o principal expoente na aliança com Vargas. A marca reacionária do Estado ficou evidenciada no aparato repressor da polícia política que tratava as dissidências, principalmente as de orientação progressistas, como inimigas do Estado.

No cenário internacional, o ano de 1938 também foi marcado pelo Acordo de Munique, realizado em 29 de setembro, no qual as nações centrais se submeteram ao desejo de Hitler em anexar a região dos Sudetos na Tchecoslováquia. Mesmo sobre protestos do governo tcheco, a vontade de Hitler prevaleceu. Tal acontecimento marcou o mundo todo e recebeu o nome de “Política do Apaziguamento”.³⁵ Estava implícito no Acordo de Munique o desejo dos nazistas em conquistar o Leste Europeu. No dia 10 de novembro de 1938, aniversário de um ano do Estado Novo e da nova Constituição, Getúlio Vargas fez um discurso à nação ressaltando os desafios da economia brasileira. Afirmou que o Brasil ainda estava à mercê das exportações de matérias primas e que isso o colocava em risco de colapsos frequentes frente ao mercado internacional. Falou que a produção precisava subir de qualidade e contribuir diretamente para elevação do padrão de vida. Concluiu apontando para a conjuntura internacional:

“O setor aberto, no mundo, à livre concorrência está cada vez mais reduzido. Precisamos, por consequência, alterar a nossa tradicional política de país agrário, esforçando-nos por utilizar todas as fontes de riqueza disponíveis. Já atravessamos a fase crítica da monoprodução. Para reforçar a estrutura econômica do país, cumpre-nos reduzir a estreita dependência

³⁴ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.55.

³⁵ Manobra estratégica por parte de França e Inglaterra de submissão aos desejos de Hitler e Mussolini.

*em que se acha a renda nacional em relação à exportação de matérias primas e produtos alimentares”.*³⁶

O discurso de Vargas assinalou a necessidade de superar a herança colonial e escravista do Brasil. Contudo, sem ilusões, ele percebeu que o cenário internacional, necessário para que o Brasil conseguisse divisas e adquirisse tecnologia, estava complicado devido aos “tambores da guerra” que soavam na Europa. Entretanto, o discurso e a política econômica defendida por Vargas rompiam com o passado oligárquico e traduziam um anseio social e econômico de décadas, um ato de vanguarda para a época. Vargas também deixou claro a sua crítica à “livre concorrência”, modelo defendido por Estados Unidos, Inglaterra e França, ao sinalizar que tal modelo estava se reduzindo no mundo, dirigindo subliminarmente sua fala à emergência dos países do Eixo.

Em 1939, a ameaça de guerra mundial era iminente e ocupava boa parte dos assuntos ligados à política. No Brasil, a Guerra dividia os noticiários com a nova constituição e os novos paradigmas impostos pelo Estado Novo. Mesmo tendo o Brasil um governo autoritário, os espaços sociais urbanos continuaram ativos. Junto à figura de Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde), se uniram intelectuais e artistas de vários matizes ideológicos, como Carlos Drummond de Andrade, Villa-Lobos, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Cândido Portinari, Lúcio Costa e Oscar Niemayer. Até a cultura popular resplandeceu - o samba, a capoeira e o folclore passaram a ser vistos como expressões da brasilidade, resgatados institucionalmente do aspecto marginal que tiveram até então.

O reconhecimento de que a arte e a cultura deveriam estar a serviço do Estado fez com que Getúlio criasse, em 1939, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão estatal encarregado do mais rigoroso controle da vida cultural (e também social). Assim, toda produção artística e jornalística deveria ser convertida para as necessidades do Estado, oficializando, dessa maneira, o “instituto da censura”. Contudo, esse controle da vida cultural não levou ao empobrecimento e tampouco à pasteurização das artes, pelo contrário. A professora Lúcia Maria Lippi Oliveira definiu dessa maneira:

³⁶ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.76.

“Podemos dizer que entre a força (representada pelo Estado sob o controle da lei) e a liberdade (esfera da pessoa) se encontra a cultura (produto das relações sociais), como um amálgama ligado as partes e garantindo o equilíbrio criador da vida social.”³⁷

Em 24 de março de 1939, Getúlio Vargas, em uma cerimônia de entrega de novos canhões adquiridos da Alemanha para o exército, abordou o cenário internacional ressaltando que o mundo construído pelo Tratado de Versalhes estava em crise e que o caminho brasileiro era o da neutralidade, lembrado a solidariedade pan-americana:

“Assistimos ao espetáculo de um mundo atormentado pela incerteza do amanhã e dividido por ideologias estranhas. Os velhos institutos em que, até agora, se baseavam as organizações sociais e políticas abrem falência. Os povos procuram novas formas de equilíbrio, e os grandes blocos nacionais expõem do seu seio todas as forças de desagregação e negativismo. Não nos filiamos a ideologias estranhas aos nossos interesses e tradições, nem devemos, tampouco, fazer política de isolamento ou de hostilidade a outros povos. Nada temos com a organização interna de outros países, como não aceitamos interferências estranhas na nossa organização.

(...) Estejamos Unidos por um sentimento de defesa do continente americano, sem espírito de hostilidade a quem reconheça a nossa soberania e respeite as nossas leis.

(...) Instituímos um regime nacional, no interesse do povo, de acordo com as nossas tradições e como instrumento mais apropriado a forjar o nosso progresso”.³⁸

O discurso que Vargas fazia para justificar o Estado Novo partia da crítica ao liberalismo, que ele abominava como os culpados pela “Crise de 1929”. Vargas também era um crítico ferrenho do Tratado de Versalhes e do imperialismo, que ele focalizava no colonialismo anglo-francês e na sanha monopolista do capitalismo estadunidense. Essas também eram as críticas que edificaram o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha, por essa similitude, Vargas foi, a partir de 1937, tratado pela imprensa ocidental e pelos movimentos de esquerda como simpático ao Eixo. O regime de força

³⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria de Castro, Estado Novo – Ideologia e Poder, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. Pag.45.

³⁸ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.192.

instaurado no Brasil a partir de novembro 1937 e as ótimas relações com a Alemanha fizeram com que os anglo-estadunidenses duvidassem da posição do Brasil caso eles entrassem em guerra contra o Eixo. Vargas fez o referido discurso sob o espectro da ocupação nazista da Áustria realizada no dia 12 de março.

No dia 23 de agosto de 1939, a URSS e a Alemanha assinaram um “Pacto de Não Agressão”. Nesse contexto, a URSS ocupou parte da Polônia no dia 17 de setembro do mesmo ano. A União Soviética reivindicava terras na Polônia como seu território subtraído pelo “Tratado de Versalhes” em janeiro de 1920. E a Alemanha ocupou outra parte da Polônia em 1º de setembro, dentro do seu projeto de *lebensraum* (espaço vital, regiões do Leste Europeu onde o povo alemão deveria se estabelecer). No ano de 1939, os soviéticos lutaram duas guerras – contra os japoneses e contra os finlandeses – e todas visavam demarcar linhas de defesas em suas fronteiras. No dia 3 de setembro, Inglaterra e França, compromissadas com a Polônia, declararam guerra à Alemanha.

O governo alemão, envolto da guerra, tinha a percepção clara da importância da América Latina e, em especial, o Brasil. O “corredor Atlântico” e a proximidade do Brasil com a África e com a Europa colocaram o país em uma posição de destaque. A imensa produção de alimentos, minério e matérias primas transformou o Brasil em um objeto de cobiça. Sem perder tempo, o governo alemão instalou, em 1939, homens da “Abwehr” (Serviço Militar de Informações do Terceiro Reich) no Brasil a fim de colher dados e informações sobre a movimentação do governo brasileiro e o tráfego marítimo no Atlântico Sul.³⁹

A guerra, que avançou a passos largos na Europa, não demorou a preocupar o continente americano. Nesse sentido, foi realizada a I Reunião de Consultas dos Países Americanos no Panamá entre 23 de setembro e 3 de outubro de 1939. Nesse encontro, se formalizou a condição de neutralidade de todos os países americanos, além da definição espacial marítima de segurança, onde foi proposta a faixa de 300 milhas náuticas de largura. Tal decisão tinha o intuito de proteger o comércio no oceano Atlântico, beneficiando os Estados Unidos e ajudando a Inglaterra a coibir a navegação ítalo-alemã na região. Essa proposta teve o apoio brasileiro. A proposta contrária,

³⁹ HILTON, Staley E. Suástica sobre o Brasil, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

encaminhada pela Argentina, pedia liberdade total de navegação para os países americanos, em uma clara referência ao seu comércio com os países do Eixo.⁴⁰

A posição brasileira era curiosa naquele momento, já que o Bloqueio Atlântico, erguido pela Inglaterra, ainda não vigorava. Tudo indicava que o governo Vargas já se precavia sobre os futuros conflitos nos mares da região e sutilmente fazia um gesto de boa vontade direcionado a Washington. O governo Vargas não teve nenhum receio em adotar uma postura que desagradou a Alemanha naquele momento. A política externa brasileira, desde o início do conflito, emitiu sinais de entendimento com os estadunidenses dentro da política pan-americana de proteção continental. Essa postura da diplomacia brasileira, quando observada detalhadamente, refuta a tese corrente em nossa historiografia de que a entrada do Brasil no campo Aliado em 1942 foi um movimento oportunista.

A adesão brasileira à tal proposta demarcou um campo de atuação do governo Vargas. Ciente da complicada conjuntura internacional que se avizinhava, o governo brasileiro não teve dúvidas em aderir à proposta que limitava a ação da marinha de guerra alemã no oceano Atlântico, firmando que a navegação comercial dos nazistas era bem vinda, contudo, suas pretensões bélicas não. Isso foi mais um sinal de que o governo brasileiro não se tornou um partícipe do bloco Aliado de última hora. Sendo a frota mercante brasileira a principal responsável pela lucratividade econômica do país, o governo Vargas tinha interesses nas rotas atlânticas como nenhum outro país latino-americano tinha. Todas as propostas desse bloco, diante do pan-americanismo na conjuntura de guerra, tiveram a anuência brasileira.

Ao final de 1939, Vargas afirmou que os radicalismos e os problemas políticos que travavam o desenvolvimento nacional foram eliminados. No aniversário de dois anos do Estado Novo, falou dos problemas de ordem estrutural. Fez menção à paz interna alcançada pelo país. Contudo, sinalizou sobre um grande desafio para o governo, falando que a economia e a produção seguiam crescendo, mas alertando que o problema da falta de mão de obra técnica, de rodovias e de ferrovias era um entrave para o desenvolvimento. Afirmou também que os planos para a área da Saúde, Educação e

⁴⁰ ALVES, Vágner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um Envolvimento Forçado, São Paulo: Editora PUC RIO, 2002. Pag.84

Obras Públicas estavam sendo realizados com verba própria, sem precisar recorrer a empréstimos externos.⁴¹

Sobre a conjuntura internacional, Getúlio Vargas falou das *“rápidas e violentas mudanças ocorridas no cenário político e mundial, em que se opera uma revisão cruenta de princípios estabelecidos...”*. Falou também da visita do Ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha aos Estados Unidos a convite do presidente estadunidense Franklin Roosevelt e também da viagem do general Góes Monteiro (Chefe do Estado Maior do Exército) aos Estados Unidos a convite do exército daquele país. Nesse momento, iniciou-se a aproximação do Brasil com os Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial⁴², selando definitivamente a participação brasileira junto à política continental de defesa.

O ano de 1939 foi sintomático para o início da extração de petróleo em nosso país, já que foi em janeiro desse ano que foi descoberto o primeiro poço, localizado no Estado da Bahia. Entusiasmado, Vargas acreditou que o país estava dando um decisivo passo para superar a dependência por combustíveis. Vargas também voltou a conversar com Washington sobre uma moderna siderúrgica, a fim de impulsionar de uma vez a industrialização nacional e edificar uma indústria de base. No campo social, o 1º de Maio tornou-se o feriado mais importante. Passou a ser o Dia do Trabalhador e motivo de grandes comemorações por todo o país. O Estado Novo instituiu essa data como mobilizadora da classe operária para a exaltação do “Novo Brasil”.

Foi em 1940 que as pretensões de cada país que formavam o Eixo “Berlim-Tóquio-Roma” foram conhecidas por todo o mundo, chegando ao fim as ilusões que os anglo-franceses ainda nutriam de um acordo de paz com Hitler. O Japão avançou mais ainda em direção ao Sudeste Asiático, a fim de controlar o oceano Pacífico. A Itália, com a sua ganância pela África, em busca de matérias primas, e no Mediterrâneo, pensando em reconstruir as glórias da Roma Antiga, atacou essas regiões. Por último, a Alemanha avançou contra os Países Baixos a Oeste depois de ter revelado o projeto nazista de extermínio dos judeus em 1939 com a invasão da Polônia.

A necessidade brasileira em reaparelhar as suas forças armadas teve na deflagração da guerra entre Inglaterra e Alemanha o seu maior complicador. O trânsito

⁴¹ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.73.

⁴² VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VII, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.78.

dos navios alemães no oceano Atlântico passou a ser dificultado pela marinha britânica. Nesse momento, os britânicos passaram a externar suas desconfianças com o governo brasileiro, já que parte dos principais colaboradores de Vargas não se furtava, em várias ocasiões, de exprimirem opiniões positivas sobre os países do Eixo. Nesse ínterim, o governo brasileiro tentou, sem sucesso, obter dos Estados Unidos materiais para reaparelhar as suas forças armadas. O Brasil não figurava na lista de prioridades, até porque o principal cenário de luta estava na Europa. Para os estadunidenses, Inglaterra e União Soviética tinham precedência por conta do conflito.

A popularidade do Estado Novo seguiu o rastro dos avanços econômicos e a partir de pautas positivas, como inauguração de hospitais, escolas, estádios de futebol, obras de saneamento básico e construção de casas populares a repressão era atenuada. Vargas fazia questão de anunciar aos quatro cantos os resultados dos “novos tempos”, sempre reafirmando o nacionalismo e a sua crítica à Guerra Mundial. A necessidade perene de avançar no desenvolvimento obrigou o governo Vargas a estabelecer cada vez mais acordos internacionais que pudessem transferir para o Brasil tecnologia, principalmente nas áreas industriais. Em um mundo em guerra, o comércio é a primeira vítima. Vargas brandiu a neutralidade como uma maneira de fugir dos antagonismos forjados pelos blocos contendores, isto é, a neutralidade garantiria o pouco envolvimento da sociedade brasileira na contenda e também protegeria o comércio nacional.

*“A balança comercial é o primeiro e o mais importante índice da situação. As estatísticas relativas aos onze meses de 1939 são plenamente satisfatórias. O saldo apurado no comércio exterior facilitou-nos meios para vultosas aquisições, indispensáveis ao nosso equipamento econômico”.*⁴³

O governo federal, a fim de combater os problemas sociais, iniciou uma série de obras de infraestrutura, principalmente as que exaltavam o “Brasil civilizado”, como a construção de escolas e centros de ensino técnico que visavam à preparação do trabalhador para as modernas formas de produção. Obras de viadutos, pontes e estradas feitas nas capitais e voltadas para ajudar no desenvolvimento de algum setor produtivo tinham preferência. Para divulgá-las, o governo fazia questão de convidar a população

⁴³ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VII, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.244.

local para esses eventos, gerando uma mobilização de apoio ao governo Vargas. Uma organizada máquina de propaganda foi montada para manter Getúlio Vargas em evidência, marcando o mesmo no ideário popular como “pai dos pobres”, ao mesmo tempo em que a oposição o chamava de “mãe dos ricos”.

No dia 1º de maio de 1940, em seu tradicional discurso para os trabalhadores, Vargas fez questão de reafirmar o papel do Estado Novo contra o fascismo e contra o comunismo. Não deixou também de atacar a Velha República, a qual ele responsabilizava pela carestia nacional. Em seus discursos desde 1939, Vargas marcava posição contra as influências das ideologias estrangeiras, principalmente em seus discursos voltados para a classe operária. Para além da guerra que se avizinhava, Vargas mostrou preocupação com o fronte interno, isto é, a tão praguejada “quinta-coluna”⁴⁴.

“Embora deixados ao abandono, os nossos trabalhadores souberam resistir às influências malsãs dos semeadores de ódio, a serviço de velhas e novas ambições de poderio político, consagrados a envenenar o sentimento brasileiro de fraternidade com o exotismo das lutas de classe. O ambiente nacional tem reagido sadiamente contra esses agentes de perturbação e desordem”.⁴⁵

O governo Getúlio Vargas suscitou uma série de desconfianças mundo afora depois do golpe do Estado Novo. Os ingleses eram os mais reticentes, muito por conta da Guerra. As relações amistosas que o Brasil manteve com os italianos e alemães sempre foram motivo de desconfiança por parte dos ingleses. O acordo de compra de material bélico firmado pelo Brasil com a Alemanha e a nítida preferência que os generais Eurico Dutra e Góes Monteiro (chefes do Exército Brasileiro) nutriam pelos germânicos deixaram os ingleses em alerta naquele momento.⁴⁶ As críticas que o Estado Novo produzia contra o liberalismo, além da censura, faziam os ingleses acreditarem que o Brasil não demoraria a se alinhar ao Eixo.

O clímax da Guerra no ano de 1940 foi a invasão da França pelos ítalo-germânicos. Como um castelo de cartas, toda a defesa francesa se desmantelou em aproximadamente 45 dias. O mundo assistiu estupefato a França, uma das grandes

⁴⁴ Nome dado aos traidores da pátria.

⁴⁵ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VII, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.294.

⁴⁶ PEREIRA, Durval Lourenço. Operação Brasil – O Ataque Alemão que Mudou o Curso da Segunda Guerra Mundial, São Paulo, Editora Contexto, 2015. Pag.291.

potências mundiais, ser derrotada de forma fragorosa e se render no dia 25 de junho de 1940 aos alemães. Esse fato antecipou o ataque alemão à Inglaterra, dando início à Batalha da Inglaterra, na qual, de junho a outubro de 1940, a força aérea alemã bombardeou sistematicamente toda a ilha inglesa. Tal fato acelerou os planos de Roosevelt para a participação estadunidense na guerra, entrando no radar de Washington o Brasil e suas potencialidades. Durante esses “raiders” aéreos, o consulado brasileiro na cidade de Liverpool foi atingido pelo bombardeio alemão no dia 13 de junho, destruindo parte do prédio, mas sem vítimas.⁴⁷

LI – A BILATERALIDADE DO ESTADO NOVO

O discurso que Getúlio Vargas proferiu em 11 de junho de 1940 a bordo do encouraçado Minas Gerais demonstrou qual seria a orientação do Estado brasileiro para aquele momento. As palavras de Vargas soaram como uma bomba entre os anglo-estadunidenses, a imprensa ocidental taxou o discurso de uma saudação ao nazismo, ao mesmo tempo em que foi aplaudido pelas lideranças do Eixo, acarretando em um telegrama de congratulações enviando por Mussolini a Vargas. A voraz crítica que Vargas fez ao liberalismo foi em virtude da guerra. Vargas acreditava que a guerra novamente ascendia como fruto da ganância imperialista.

“A Ordenação política não faz, agora, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia. Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da Terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem. A democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para a defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas. Não há mais lugar para regimes fundados em privilégios e distinções: subsistem, somente, os que incorporam

⁴⁷ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty - Liverpool, prateleira 64, estante 3, Volume 8.

*toda a nação nos mesmos deveres e oferecem, equitativamente, justiça social e oportunidades na luta pela vida”.*⁴⁸

A imprensa dos Estados Unidos destacou que Vargas exaltava os regimes de força ao passo que a imprensa inglesa apontava o discurso como um elogio ao fascismo. Depois desse dia, a diplomacia estadunidense decidiu encaminhar de forma mais consequente as demandas brasileiras.⁴⁹

O modelo autoritário e centralizador do Estado Novo realmente causava desconfianças em muita gente. Não era difícil para um estrangeiro confundir o governo Vargas com uma ditadura fascista. Contudo, ao pronunciar esse discurso, Vargas já estava completamente compromissado com os Estados Unidos. O discurso do dia 11 de junho tinha como alvo o público interno. Vargas tinha a intenção de preparar o povo brasileiro para as dificuldades que estavam por vir com a guerra. Desde o início de 1939, Vargas efetivou uma série de conversas e acordos com o governo estadunidense. Durante esse período de neutralidade, Vargas nunca esboçou dúvidas com o porvir da guerra e muito menos dubiedade em integrar qualquer iniciativa continental de defesa do oceano Atlântico.⁵⁰

O documento da embaixada brasileira em Londres, datado em 27 de dezembro de 1940 e endereçado ao Secretário de Estado inglês, revela o desagrado do embaixador brasileiro Moniz Aragão com as constantes violações de suas correspondências por parte do governo inglês. Isso comprova a desconfiança que os ingleses nutriam do Estado Novo. Essa prática do governo inglês pode ser interpretada como uma espécie de autodefesa contra boas relações que o Brasil ainda mantinha com o Eixo⁵¹, muito embora não deixasse de ser um movimento de força do governo de Londres, dado o seu poder. Esse não foi o único movimento obtuso do governo britânico contra o Brasil. A retenção de navios brasileiros no ano de 1941 quase levou a uma ruptura nas relações anglo-brasileiras.

Com a derrota da França e o alinhamento político da Península Ibérica ao Eixo, o governo estadunidense passou a se sentir tão ameaçado por Hitler quanto a Inglaterra.

⁴⁸ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VII, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.333.

⁴⁹ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pag.74.

⁵⁰ SILVA, Hélio. Guerra Inevitável 1939-1942, Rio de Janeiro, Editora Três, 1975. Pag. 68.

⁵¹ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - estante 28, prateleira 1, volume 11.

Nesse instante, Washington iniciou as tratativas para alinhar a América Latina em uma política de neutralidade, com um viés anti-Eixo. Com as operações alemãs iniciadas em junho de 1940 na África, todo o Atlântico passou a ser motivo de preocupação dos Aliados. O maior temor do governo estadunidense era que algum país latino-americano se transformasse em uma cabeça-de-ponte do Eixo no continente. Nesse sentido, países como Argentina, Brasil e Chile (ABC) eram os que mais chamavam a atenção dos Aliados em 1940.

O governo brasileiro também tinha as suas desconfianças, principalmente com a Argentina. No período pré-guerra, o governo Vargas demonstrou temor com a possibilidade de a Argentina usar sua influência com a Alemanha para montar um moderno exército que pudesse ameaçar o Brasil. O desenvolvimento social argentino, percebido como mais elevado do que o brasileiro e a sua moderna marinha, eram os elementos que mais preocupavam o governo brasileiro no caso de uma guerra contra esse país.⁵² Em 1942, no período em que o Brasil declarou guerra ao Eixo, a Argentina aumentou as suas forças terrestres e posicionou novos contingentes próximo à fronteira brasileira, gerando bastante preocupação no Rio de Janeiro, principalmente porque as autoridades brasileiras tinham conhecimento que elementos do Eixo transitavam entre os altos mandos argentinos⁵³.

Um conflito entre Brasil e os Estados do Eixo poderia desencadear um perigoso movimento por parte da Argentina, que, junto do Chile, tinha muita proximidade com a Alemanha. A posição geográfica do Chile não o transformava em uma ameaça iminente, já a Argentina, por ser um país fronteiro, era um risco considerável. A dificuldade de deslocamento de tropas para a Região Sul e a precária situação da marinha de guerra brasileira levou o governo Vargas a considerar a Argentina uma possível ameaça. A quantidade de “súditos do Eixo” que residiam na Região Sul e a falta de via de transporte fizeram com que a preocupação do governo Vargas aumentasse.

Há de se levar em conta que o Brasil do pré-guerra possuía forças armadas incipientes e que estavam totalmente defasadas em relação ao conflito que se desenrolava na Europa. Foi justamente a necessidade de reaparelhamento das forças armadas que unificou setores internos que tinham ideias distintas sobre o papel do

⁵² LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pag. 19.

⁵³ SILVA, Hélio. 1942, Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. Pág.248.

Brasil no conflito. O movimento de levar tropas para a Europa, feito por Vargas, propiciou um salto tecnológico no setor militar que o colocou junto das grandes nações. A participação brasileira no teatro de operações da Europa foi um movimento duplo: primeiro para ajudar na superação do atraso das nossas forças armadas e segundo para mobilizar a política interna em prol de um projeto que visava os louros do pós-guerra.

Em 1940, Getúlio Vargas comemorou 10 anos de governo. Durante esse tempo, constituiu no Itamaraty um quadro de diplomatas alinhados com o nacionalismo do Estado Novo. Esses diplomatas desenvolveram uma vasta teia de relacionamentos, que permitiu ao governo brasileiro transitar com certa facilidade entre o ambiente diplomático mundial. Esse respaldo ajudou bastante o governo Vargas durante a Guerra. Foram esses diplomatas que garantiram a Vargas uma série de informações que permitiram ao Estado Novo orientar a sua política interna e externa com grande eficácia durante o estabelecimento dos acordos militares e comerciais com os Estados Unidos.

Um exemplo desse bom relacionamento que a diplomacia brasileira gozou durante a Guerra foi o acesso muitas vezes a informações sigilosas. O embaixador brasileiro em Madri Abelardo Roças informou ao Itamaraty de forma reservada que assessores do Primeiro Ministro francês Paul Reynauld foram capturados na fronteira espanhola com documentos que apontavam a disposição da URSS de se alinhar com os anglo-franceses para atacar a Alemanha antes da assinatura do “Pacto de Não Agressão”. O documento diplomático está datado de 16 de setembro de 1940.⁵⁴ A informação de que havia intenção por parte da URSS em atacar a Alemanha quando esta invadiu à Áustria em março de 1938 é desconhecida até hoje por boa parte dos Ocidentais.

A análise detalhada do documento em questão nos remete a alguns pontos interessantes. O primeiro é a classificação do mesmo. A diplomacia brasileira o classificou como “Atividades da Rússia”, mesmo sendo ele um informe sobre a detenção de dois agentes franceses. O pronto envio da informação para o Ministério das Relações Exteriores demonstra o quanto o Brasil se interessava pela Rússia (URSS) no compasso da Guerra e, por último, o respaldo que a diplomacia brasileira recebeu no âmbito das relações internacionais, já que o acesso a esse tipo de informação foi descrito como “extremamente restrito”.

⁵⁴ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Madri, prateleira 30, estante 2, Volume 3.

A União Soviética continuou discutindo essa possibilidade até a anexação de parte da Tchecoslováquia pelos nazistas em 1939. Contudo, a política reacionária de “Apaziguamento” dos anglo-franceses desconsiderou essa oferta da URSS e preferiu consensualizar com os abusos nazistas a fim de que eles seguissem em direção a Leste. A aceitação por parte dos Aliados da proposta de Stálin sobre a formação de um bloco militar que evitasse o expansionismo nazista naquele momento poderia ter evitado a Guerra e salvado milhões de vidas. Um fator importante a se ressaltar foi o jogo diplomático estabelecido pelas potências ocidentais a fim de isolar a União Soviética nos anos 1930. Isso facilitou a expansão do nazismo a partir da inobservância das violações do “Tratado de Versalhes” por parte de Berlim no quesito militar, alvos de vários protestos da União Soviética, todos solenemente ignorados pelas potências ocidentais.

Esse expansionismo nazista também teve as suas ramificações no Brasil. Aproveitando as boas relações comerciais entre os dois países e valendo-se do anticomunismo do Estado Novo, Hitler organizou a sua máquina de espionagem e de propaganda para ampliar a sua influência no Brasil através das comunidades de origem alemã, principalmente na Região Sul do país. O Partido Nazista no Brasil era o maior fora da Alemanha e isso facilitou o trânsito de agentes alemães em território nacional. Hermann Rauschning, amigo de Hitler e uma das lideranças do “*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*” (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) escreveu sobre os planos particulares de Hitler para o Brasil:

*“Criaremos lá uma nova Alemanha. Encontraremos lá tudo de que necessitamos. Todas as pré-condições de uma revolução lá se encontram, revolução que em algumas décadas, ou mesmo anos transformaria o Estado mestiço corrupto em domínio alemão... Nós lhe daremos... nossa filosofia... Se há lugar é na América do Sul... Vamos aguardar alguns anos e, nesse interregno, fazer o que pudermos para ajudá-los. Mas temos que enviar nossa gente até eles... Não iremos desembarcar tropas como Guilherme, o Conquistador, e dominar o Brasil pela força das armas. Nossas armas não são visíveis. Nossos conquistadores tem uma missão complexa”.*⁵⁵

⁵⁵ PRESTES, Anita Leocádia. Da Insurreição Armada (1935) À “União Nacional” (1938 – 1945), São Paulo, Paz e Terra, 2001. Pag. 33.

O presidente Getúlio Vargas, no discurso do dia 11 de novembro de 1940, ressaltou a posição que o Brasil ostentava naquele momento. A neutralidade que ele dizia ser “louvada” proporcionava conforto para a Alemanha, que transitava no Cone Sul ostentando uma lucrativa rede comercial e um excelente ponto de apoio geoestratégico.

“A projeção internacional do Brasil ampliou-se de forma notável nos dez últimos anos e exprime a justificada confiança com que os outros países encaram as nossas atitudes de correção e lealdade...”

*“Na guerra desencadeada noutros continentes, guardarmos posição de estrita neutralidade, louvada, até, pelos contendores, e, assim, pretendemos continuar, sem prejuízo dos nossos compromissos de completa solidariedade com o programa de defesa dos países americanos”.*⁵⁶

O discurso de Getúlio Vargas descrito acima demonstrava a disposição do governo brasileiro em se manter neutro, condição esse que visava os interesses nacionais. Nesse período, Vargas reclamou várias vezes da demora dos Estados Unidos em construir uma siderúrgica no Brasil, necessária para o projeto de industrialização nacional, ao mesmo tempo que o governo brasileiro já possuía a palavra do governo alemão de que, findada a guerra, eles iriam construir uma siderúrgica no país e aumentar a compra de produtos agrícolas brasileiros.⁵⁷ Vargas agia no cenário internacional de forma multipolar não só por independência política, mas também para agradar as várias tendências que compunham o Estado Novo.

O descontentamento com os estadunidenses vinha de longe. Isso fez com que Vargas suspendesse o pagamento da dívida externa em 1937. A falta de ajuda no fornecimento de material militar era outro assunto que gerava desconforto. Com o “Bloqueio Continental” imposto pelos ingleses aos navios alemães, a situação se agravou, já que autoridades inglesas confiscaram o navio brasileiro Siqueira Campos em 19 de novembro de 1940, que partia de Lisboa com armas compradas da Alemanha em direção ao Brasil. Tal fato fez com que a ira dos militares brasileiros contra os

⁵⁶ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VIII, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1941. Pag.181.

⁵⁷ ALVES, Vágner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um Envolvimento Forçado, São Paulo, Editora PUC-RIO, 2002. Pag.106.

ingleses se multiplicasse. O caso do Siqueira Campos só foi resolvido depois de muita negociação envolvendo também os Estados Unidos. Ele não foi o único - os ingleses também detiveram outros três navios brasileiros, Bagé, Buarque e o Itapé, todos no decorrer do ano de 1941.

No dia 31 de dezembro de 1940, em uma comemoração com as forças armadas no Automóvel Club do Brasil, localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro, o presidente Getúlio Vargas comentou a atitude dos ingleses, denominando-os de “valentões coloniais”:

“As nossas aquisições não são vultosas; correspondem ao mínimo do mínimo de nossas necessidades. Nelas aplicamos recursos produzidos pelo nosso trabalho, e consideramo-las, por isso, legítima conquista da nossa capacidade para satisfazer os imperativos da defesa nacional, sem pedir o auxílio ou a assistência financeira de estranhos. O material bélico que encomendamos é nosso e custou o nosso dinheiro. Seria uma violência aos nossos direitos querer impedir que venham à nossas mãos, e quem o tentar não poderá esperar de nós atos de boa vontade e espírito de colaboração amistosa”⁵⁸

O fato de o Brasil ter um contrato de compra de armamento com a Alemanha possibilitou que o exército brasileiro enviasse para Duisburg (Alemanha) oficiais para conhecer a fábrica da Krupp. Em 1939, enviou três oficiais que compunham a Comissão Militar que já operava em solo alemão desde 1938. Dentre esses três militares, estava o capitão de artilharia Herschell de Proença Borralho. Portador de informações coletadas “*in loco*”, manteve o governo informado do que se passava na Alemanha na data de 1º de novembro de 1940, momento em que produziu um relatório em forma de carta para o general Eurico Dutra.⁵⁹

Informou o capitão Herschell ao general Dutra que os bombardeiros a Berlim, noticiados pelo “Jornal do Comércio”, eram falsos e que o “Bloqueio Atlântico” já se fazia sentir no aspecto econômico. O capitão afirmou que as operações do Eixo na África e no Oriente Próximo poderiam ser uma alternativa ao poderio econômico do

⁵⁸ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VIII, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1941. Pag.241.

⁵⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. PITILLO, João Claudio Platenik. NETO, Paulo Gomes. SANTOS, Roberto Santana. A Segunda Guerra Mundial 70 Anos Depois, Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2016. Pag.175

EUA e que a América Latina não se alinharia aos EUA por questões ideológicas⁶⁰. A informação mais valiosa foi a relativa aos efeitos do Bloqueio. Ela demonstrava o tamanho da dependência que a Alemanha tinha das matérias-primas da América Latina e quanto difícil seria para Berlim vencer a Guerra sem uma alternativa a esses produtos.

O relatório também citou o acesso ao material militar em questão, inclusive com a permissão de fotografá-lo. O capitão ressaltou o progresso militar alemão e que acreditava em um ataque dos mesmos à Inglaterra em breve. Explicou que o material brasileiro de Artilharia Antiaérea (AAe), nesse caso, os modernos e poderosos Flak-88, estavam já encaixotados e esperando a requisição para o Brasil. A missão que fazia parte o capitão Herschell também tratou do interesse brasileiro pelo canhão de campanha alemão de 75mm. Os brasileiros visitaram as instalações militares das cidades de Meppem, Weimar, Frankfurt, Kessel e Munique, além de Berlim, tendo assistido várias demonstrações de armamentos.⁶¹

Os contratos de fornecimento de canhões foram estabelecidos pelo Brasil com a empresa alemã Krupp e mais outras cinco empresas em 1937. A relação do Brasil com a Krupp iniciou-se em 1935. Ela permitiu ao governo brasileiro ter acesso a peças de artilharia das mais modernas do mundo. Posicionadas no Nordeste, criaram uma defesa de costa que causou inveja até nos estadunidenses. Quando da visita de inspeção dos mesmos para a instalação de suas bases, oficiais estadunidenses disseram que o Brasil possuía canhões melhores do que os deles. Todo esse assunto foi mantido em absoluto segredo pelo governo brasileiro. A ideia de comprar armas alemãs e evolver a venda de produtos primários como forma de pagamento possibilitou ao Brasil ter acesso a uma tecnologia de ponta que nem mesmo o EUA tinham na época. A expansão da guerra para o teatro de operações do Atlântico impediu que o Brasil continuasse a comprar armas alemãs, que, em um momento posterior, foram substituídas pelas estadunidenses, já durante a guerra.

A carta do capitão Herschell dirigida ao general Eurico Dutra nos fornece detalhes importantes do pensamento militar da época: a fé na vitória alemã e os

⁶⁰ Carta do capitão Herschell de Proença Borralho para o general Eurico Dutra. Escrita em Berlim em 1º de novembro de 1940, relata detalhes da Guerra e a situação dos armamentos comprados pelo Brasil. Fonte – CPDOC-FGV – ED – vp 1940.11.01.

⁶¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. PITILLO, João Claudio Platenik. NETO, Paulo Gomes. SANTOS, Roberto Santana. A Segunda Guerra Mundial 70 Anos Depois, Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2016. Pag.177

desacordos com os ingleses. Podem se notar também as facilidades que o governo alemão estava franquiando ao governo brasileiro que, no âmbito dos acordos de fornecimento de material bélico, estava sendo tratado como um aliado. O governo brasileiro, diante da negativa de Washington de lhe fornecer armas, direcionou seus esforços para obtê-las em várias direções. Em abril de 1940, o então capitão Plínio Paes Barreto Cardoso, que fazia uma visita técnica à fábrica da “Dansk Industri Syndicat” na Dinamarca, para a obtenção de metralhadoras para o Exército Brasileiro, foi surpreendido pela invasão alemã naquele país. De imediato, recebeu dos dirigentes da fábrica vários projetos secretos de armas, para que ele trouxesse para o Brasil, a fim de evitar que eles caíssem em mãos nazistas. Cardoso cumpriu a missão e ao final da guerra foi à Dinamarca devolvê-los. Em agradecimento, ganhou o direito de produzir sob licença alguns projetos no Brasil. Nesse contexto surgiu a famosa INA (Indústria Nacional de Armas), que se tornou de capital misto e funcionou de 1949 a 1972, comandada pelo general Plínio Paes Barreto Cardoso.

O Brasil tinha uma grande carência em armamentos. Ao país faltava artilharia de costa e antiaérea. Não possuía aviões de caça e nem bombardeiros modernos e tampouco tinha navios capazes de garantir a segurança das rotas comerciais do país no oceano Atlântico. O Brasil, por não possuir uma siderúrgica, não pôde edificar uma indústria armamentista e por isso era dependente dos países estrangeiros para obtenção de material bélico. Nem mesmo simples compostos químicos para a fabricação de explosivos e munições o país produzia, isso por falta de tecnologia devido à ausência de centros de pesquisa. As fábricas de munições herdadas do império confeccionavam pouca quantidade e de qualidade duvidosa.

O caso dos navios brasileiros detidos pelos ingleses no final do ano de 1940 gerou descontentamento no país inteiro e fez aflorar um sentimento anti-britânico no seio da sociedade, que pela primeira vez se manifestou de forma contundente sobre um fato concernente à Guerra. A maneira arrogante como os ingleses impuseram sua vontade fez surgir os primeiros gritos de que o Brasil deveria se aliar ao Eixo⁶². Preocupados com isso, os estadunidenses convenceram os ingleses a não mais fazerem apreensões e, em contrapartida, o Brasil se comprometeu em um primeiro momento a

⁶² Vendo as negociações com os ingleses sobre o arresto do navio Siqueira Campos não avançarem, Getúlio Vargas faz uso dos jornais para informar a população sobre a determinação do governo de não permitir que a soberania fosse ultrajada sem uma resposta à altura. Jornal Diário Carioca de 3/12/1940 – Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

confiscar os navios do Eixo fundeados em seus portos, como queriam os ingleses, promessa que não foi efetivada por Vargas.⁶³

Ao final de 1940, o governo brasileiro estava praticamente proibido de comprar armas da Alemanha e pôde fazer o prognóstico de encerramento do lucrativo comércio compensado com Berlim devido ao Bloqueio. Com dificuldades em se armar e não tendo certeza sobre a obtenção de uma siderúrgica, Vargas ordenou que a sua diplomacia intensificasse esforços para obter tais coisas de Washington. Foi a partir de 1941 que o tráfico de correspondência entre Roosevelt e Vargas se intensificou, mas as resoluções estavam atreladas ao cenário internacional de guerra. Nas correspondências de Vargas aos seus colaboradores mais diretos, ficou explícito o temor do Presidente com as oposições internas e as dificuldades financeiras que a guerra causaria à economia nacional. Vargas já havia avaliado os riscos e montou uma estratégia diplomática para seduzir Roosevelt. Nesse primeiro momento, os diplomatas brasileiros informaram a Washington que conspirações internas poderiam comprometer a neutralidade brasileira.

A mobilização popular sobre forma de protestos ou de apoio a alguma questão relacionada à Guerra acabava se desdobrando para as outras demandas internas. Isso trouxe um desconforto para os setores mais duros do Estado Novo. Por mais que o aparato de segurança agisse para coibir a politização dessas manifestações, elas foram crescendo e tomando uma forma não prevista pelo governo. O povo que respaldou a participação brasileira na Guerra, o fez no ambiente de repulsa ao fascismo, sem deixar de lado a crítica ao autoritarismo interno que tanto pautava a vida das pessoas. O curioso é que muitas vezes a figura de Vargas foi poupada.

Ainda sobre o ano de 1940, um fato acontecido em junho foi de grande importância - a realização do IV Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), que congregou 135 associações estudantis e teve a presença importante dos comunistas, mas de forma clandestina devido à perseguição baseada na LSN (Lei de Segurança Nacional). Esta perseguição legitimava para os comunistas a caracterização deste Congresso em uma manifestação pela abertura democrática e antifascista. Segundo a historiadora Anita Leocádia Prestes, o referido congresso foi a maior manifestação do

⁶³ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pag.100.

povo brasileiro naquela altura.⁶⁴ A UNE capitaneou os estudantes para ser o maior movimento social e o mais atuante durante a Guerra. Nesse contexto, muitos sindicatos também tiveram uma atuação distinta, constituindo ao lado dos estudantes as forças mais críticas durante o Estado Novo.

Já sobre o signo da Guerra, os anos de 1940/41 foram de intensa repressão à oposição do Estado Novo. Mesmo com o integralismo proibido, seus adeptos não se furtaram em explicitar solidariedade ao Eixo. Entre as colônias ítalo-germânicas, integralistas e diplomatas do Eixo havia uma grande congregação. Os mesmos tinham ótimo trânsito entre as lideranças governamentais e outros tantos ocupavam cargos públicos. O aparato repressivo e o comando das forças armadas não escondiam a sua predileção ao Eixo diante dos Aliados. As manifestações contra o fascismo e de apoio à adesão brasileira ao campo Aliado cumpriram um excelente papel, inclusive para resguardar Vargas e seu grupo pró-Aliados que eram minoria na composição do Estado Novo.

O ano de 1941 é um dos mais importantes da história da Guerra, já que ele marcou a entrada da União Soviética e dos Estados Unidos na Guerra. Ele também registrou o congelamento das relações brasileiras com o Eixo em solidariedade aos Estados Unidos, vítima de um ataque japonês. O estado de conflagração geral surgido nesse ano aproximou os Estados Unidos do Brasil, mas também criou problemas internos para o Estado Novo. A polarização entre as democracias ocidentais e os regimes de forças penetrou a sociedade brasileira, expondo os setores mais reacionários à crítica, coisa impensável desde 1937. Teve início no Brasil um período de radical divisão da sociedade, comprometendo o ambiente de paz interna, tão comemorado por Getúlio Vargas em 1939.

Por mais que as liberdades pessoais, de reunião e opinião estivessem restritas no Brasil de 1941, setores da sociedade brasileira pressionaram o governo para uma posição contrária à do fascismo. As necessidades Aliadas suplantaram ideia de que Vargas tinha a intensão de ser um “Mussolini dos trópicos” de tempos atrás. O governo inglês, um dos países mais críticos ao Estado Novo, teve que rever os poucos os seus conceitos com relação ao Brasil. As necessidades econômicas e militares contribuíram a

⁶⁴ PRESTES, Anita Leocádia. Da Insurreição Armada (1935) À “União Nacional” (1938 – 1945), São Paulo, Paz e Terra, 2001. Pag.61.

mudança no pensamento do governo de Londres. Ao passo que o Brasil se tornou o principal país da América-Latina no fornecimento de matérias primas para o esforço de guerra Aliado, o envolvimento político e cultural com esse bloco acabou ganhando contornos no seio da sociedade brasileira.

Para que a relação do Brasil com os Aliados fosse efetiva no contexto da Guerra, foram estabelecidos pontos de aproximação por ambas as partes. Nesse sentido, o embaixador brasileiro em Londres, Moniz Aragão, na data de 13 de fevereiro de 1941, enviou para o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha um estudo da Universidade de Oxford que classificava o nacionalismo brasileiro de “construtivo”⁶⁵. Podemos notar que a observação que a academia inglesa fez do Brasil, em primeiro lugar, seguia o roteiro das necessidades estratégicas dos Aliados, mas também demonstrou o desejo dos ingleses em entender qual era realmente a conceituação ideológica do Estado Novo, coisa ainda confusa entre setores acadêmicos brasileiros.

O professor Robert Arthur Humphreys foi o primeiro professor de estudos latino-americanos no Reino Unido, sendo fundador do Instituto de Estudos Latino-Americanos da University College London. Seus livros falam da emancipação da América do Sul, a diplomacia britânica na América Central e a evolução da América Latina moderna. Durante a Segunda Guerra Mundial, Humphreys trabalhou no Ministério das Relações Exteriores Britânico.⁶⁶ Depois desse momento, o Brasil despertou o interesse em uma série de pesquisadores anglo-estadunidenses, que passaram a ter o país como objeto de suas pesquisas.

O embaixador Moniz Aragão, sediado em Londres, acompanhando os movimentos na Frente Leste, enviou um relatório ao Itamaraty explicando os acordos comerciais entre a União Soviética e a Alemanha. Denominando de “Acordo Germano-Russo”, Aragão falou de uma “coincidência forçada” o fato de os alemães terem assinado em Moscou, em 10 de janeiro de 1941, mais um acordo com os soviéticos, exatamente no mesmo dia em que o presidente Roosevelt enviou ao Congresso o projeto de ajuda à Inglaterra. Aragão relatou que foram acordos complementários aos de agosto de 1939 e fevereiro de 1940, envolvendo cereais e petróleo soviéticos por máquinas

⁶⁵ Documento da embaixada brasileira em Londres que cita estudos do pesquisador da Universidade de Oxford doutor Robin A. Humphreys, sobre o nacionalismo brasileiro, classificando-o de “construtivo”. Data: 13/02/41 – Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres, Estante 28, Prateleira 2, Volume 1.

⁶⁶ https://en.wikipedia.org/wiki/Robin_Humphreys - Acessado em 2/03/2018.

alemãs, e que Hitler ensejava assiná-los em novembro passado, tentando envolver a URSS com o Eixo, mas que Stálin deixou claro que os acordos com a Alemanha eram meramente comerciais⁶⁷.

Aragão analisou que os acordos não pareciam ser uma resposta as tratativas estadunidenses de ajuda geral aos ingleses. Contudo, eles são importantes no aspecto político e material para que a Alemanha vença a guerra. Afirmou que a União Soviética aproveitava as oportunidades geradas pelas necessidades alemãs e que achava possível a entrega por Hitler da região de Memel⁶⁸ para Stálin como sinal de boa vontade. Concluiu seu relatório considerando Stálin um vencedor, já que além dos acordos favoráveis, conseguiu consolidar as suas fronteiras com a Alemanha a partir da posse de terras polonesas e bálticas.

O relatório do embaixador Moniz Aragão revelou uma situação complicada para o governo brasileiro, que, apesar da boa relação com os alemães, temia o avanço do fascismo e do comunismo no Brasil. Segundo Aragão, esses dois países caminhavam para uma paz de compromisso, onde acordos de interesses mútuos os colocavam em atrito com a Inglaterra, que estava prestes a ser suportada pelos Estados Unidos. Seguindo essa tendência, uma guerra em grandes proporções se avizinhava e era preciso que o Brasil estivesse preparado. Nesse momento de 1941, só restava ao governo brasileiro aprofundar os seus laços com os estadunidenses, já que o comércio com os alemães estava impossibilitado por conta do Bloqueio Atlântico.

Os protestos contra a ação arbitrária dos ingleses em reter navios brasileiros com material bélico adquirido da Alemanha contou com a participação de civis e militares, que dirigiram sua fúria aos jornais “Correio da Manhã” e “Diário Carioca”, reprodutores constantes de matérias favoráveis aos ingleses. A guerra interna travada entre Góes Monteiro (contrário à ação dos ingleses e descontente com os estadunidenses) e o ministro Oswaldo Aranha (defensor de uma maior aproximação com o EUA) terminou com a vitória do segundo. A crise com a Inglaterra chegou ao fim graças à intervenção

⁶⁷ Documento datado de 13/01/1941. Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres, Estante 28, Prateleira 2, Volume 4.

⁶⁸ Região lituana que fora colocada sob controle francês diante do Tratado de Versalhes. Desde 1939, estava sob posse da Alemanha. Ao fim da guerra foi incorporado à URSS e hoje faz parte da Lituânia.

estadunidense. Assim, o Brasil pôde receber os seus últimos navios de carga vindos da Alemanha.⁶⁹

Para evitar um isolamento comercial, Vargas direcionou a sua diplomacia para tentar estabelecer com os estadunidenses uma relação comercial que pudesse compensar a perda dos mercados do Eixo. A decisão estadunidense de apoiar os ingleses na luta contra o Eixo possibilitaria ao governo brasileiro suprir os estadunidenses no seu esforço de guerra de forma mais volumosa do que outrora, colocando o Brasil na condição de parceiro preferencial. Mas, para isso fosse materializado, era necessário criar condições internas favoráveis. Essa possibilidade estava ligada diretamente à guerra que tomava forma no Leste e a posição que o governo brasileiro escolheria tomar.

Entretanto, o maior problema do governo Vargas naquele momento não era a guerra, mas sim as condições internas. As críticas ao autoritarismo e ao centralismo do Estado Novo eram frequentes, mesmo com a censura e a repressão política. O descontentamento era bem visível no seio da sociedade. Setores ligados à indústria e ao comércio também sentiam a falta do liberalismo econômico tão badalado nos países centrais. Os militares, que formavam um dos principais pilares de sustentação do Estado Novo, faziam críticas à aproximação com os Aliados, como também se ressentiam pela falta de investimentos e infraestrutura de suas forças. Muitos estavam seduzidos pelos avanços alemães na Europa e não tinham a menor vontade de apoiar os Aliados.

A suposta ameaça argentina também preocupava Vargas. A proximidade com as colônias de súditos do Eixo fazia da Região Sul um problema sério, já que pela fronteira argentina com o Rio Grande do Sul se poderia facilmente iniciar um movimento “quinta-coluna”, que seria difícil para o governo brasileiro debelar, devido à falta de estradas que ligassem o Sudeste ao Sul, sem dizer na precariedade da aviação brasileira. Em 1941, acentuou-se o duelo de propagandas ideológicas no Brasil, mesmo com toda a proibição. Percebendo o quanto era estratégico o Brasil, o Eixo e os Aliados implementaram operações de divulgação de seus ideais, a fim de atrair os brasileiros para os seus polos. Acusando uns aos outros de quererem “usar o Brasil”, eixistas e aliados, contando com o apoio velado de suas embaixadas, investiram bastante em propaganda de suas ideologias.

⁶⁹ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pag.110.

Os estadunidenses mobilizaram até o Walt Disney, que criou um desenho para o Brasil, o papagaio “malandro” chamado de Zé Carioca, com uma caricatura estereotipada do brasileiro boêmio da região dos Arcos da Lapa (região central da cidade do Rio de Janeiro), tradicional reduto da cultura popular. Os ítalo-germânicos apostavam em pequenos jornais e revistas, que tentavam, de forma subliminar, incutir notícias positivas a respeito do Eixo e negativas sobre os Aliados, principalmente entre os seus descendentes. A perigosa ameaça do “imperialismo ianque” também foi muito explorada pela imprensa pró-Eixo entre os imigrantes e brasileiros médios.

Em um ato espionagem internacional digno dos órgãos mais conhecidos da história, como CIA⁷⁰ e KGB⁷¹, o chefe de polícia do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) Filinto Müller encaminhou uma carta manuscrita ao coronel Benjamim Vargas, secretário e chefe da segurança pessoal de Vargas (Benjamim Dornelles Vargas, irmão do presidente Vargas) relatando os motivos secretos que levavam o famoso ator e militar estadunidense Douglas Fairbanks Júnior a vir ao Brasil encontrar o presidente Getúlio Vargas a pedido de Franklin Roosevelt presidente dos EUA⁷².

Filinto Müller relatou para Benjamim Vargas sobre os interesses britânicos em utilizar um “embaixador especial”, maneira que ele classificou o senhor Fairbanks, que tinha o intuito de fazer o presidente Vargas acreditar na vitória inglesa por conta de sua superioridade militar e industrial frente aos alemães. Müller, de forma enfática, afirmou saber que Douglas Fairbanks Júnior está no Brasil com uma missão definida, que é a de propaganda dos interesses ingleses.

A fim de precaver o presidente Vargas sobre as reais intenções do referido “embaixador especial”, Müller encaminhou em anexo ao bilhete três laudas datilografadas em português do conteúdo que o senhor Fairbanks recebeu da embaixada britânica em Londres, interceptado pela polícia brasileira. No referido bilhete, Müller também informou que o senhor Fairbanks, cidadão estadunidense, estava a serviço do representante inglês junto ao governo estadunidense. Nessas três laudas datilografadas, os pontos descritos serviriam para embasar a conversa que o presidente Getúlio Vargas teria com Fairbanks.

⁷⁰ Agência Central de Inteligência (EUA).

⁷¹ Comitê de Segurança do Estado (URSS).

⁷² Documento datado de 30/04/1941, fonte: CPDOC-FGV – GVc 1941.04.30.

As três laudas que foram interceptadas pela polícia brasileira se dividiam em seis tópicos que narravam detalhes sobre as ações inglesas no cenário de guerra. Elas descreviam a eficácia do bloqueio britânico aos navios do Eixo e a ineficácia das ações dos submarinos alemães em atacar os comboios ingleses. Relatou também sobre a capacidade industrial britânica e as atividades para armar a Inglaterra para resistir aos alemães. Também analisou a disposição das forças nazistas no continente europeu e a dificuldade que elas teriam para serem suportadas logisticamente. Por fim, apontou o documento que a vitória inglesa seria inevitável por esses fatores.

Em novembro de 1940, Vargas já havia sido informado pelo capitão brasileiro Herschell de Proença Borralho, que estava na Alemanha, sobre os efeitos do bloqueio inglês na economia alemã. O documento inglês que o senhor Fairbanks lhe entregou só confirmou tal coisa. Sendo assim, Vargas pode facilmente prever que a entrada dos Estados Unidos na guerra iria agravar a situação da Alemanha, além de colocar o continente Americano na mira das forças do Eixo. Também percebeu que o esforço de guerra estadunidense fomentaria a venda de matérias-primas brasileiras para tal coisa. Uma neutralidade calcada na independência política e uma política comercial pragmática era o melhor cenário para o Estado Novo, sem dizer que o apoio político de Washington o garantiria diante das conspirações.

Foi nesse momento que as diferenças entre as forças que compunham o Estado Novo começaram a aflorar. A propaganda acintosa dos Aliados era motivo de preocupação por parte dos setores ligados à Segurança e Defesa que não queriam desagradar o Eixo. Foi nesse ínterim que Vargas travou uma disputa interna com os militares pela criação do Ministério da Aeronáutica, feito em 20 de janeiro de 1941. O exército e a marinha não queriam perder o controle sobre os seus aviões, mas Vargas fez valer a sua vontade e criou o Ministério da Aeronáutica, colocando um civil, Salgado Filho, para comandar.

Todos os brasileiros estavam em alerta com relação à Guerra. Os militares lutavam para modernizar as suas forças e demonstravam total desagravo com qualquer envolvimento no conflito, ainda mais do lado Aliado, que eles definiam como imperialistas. A outra parte dos colaboradores de Vargas via no campo Aliado uma maneira do país se desenvolver. A sociedade brasileira que acompanhava a Guerra pelos jornais, na sua maioria, se solidarizava com os Aliados; contudo, a outra parte, que tinha

identidade com os países do Eixo e ou estavam ligados ao integralismo, torciam pela neutralidade.

O Brasil teve o seu primeiro contato com a guerra no dia 22 de março de 1941, dia que o navio brasileiro Taubaté foi atacado por um avião alemão próximo ao Egito. Mesmo sendo o Taubaté um navio cargueiro e o Brasil gozando de boas relações com o governo nazista, o avião alemão atacou por cerca de 60 minutos o navio, ferindo vários tripulantes e causando uma baixa, o conferente do Lloyd Brasileiro José Francisco Fraga. Os jornais só puderam noticiar o ataque a partir do dia 27 de março, causando grande comoção na população. Mesmo assim, isso não gerou protestos.⁷³

No dia 1º de maio de 1941, Getúlio Vargas anunciou em cadeia nacional de rádio a criação da Justiça do Trabalho, com a seguinte missão:

*“Defender de todos os perigos a nossa modelar legislação social-trabalhista, aprimorá-la pela jurisprudência coerente e pela retidão e firmeza das sentenças. Da nova magistratura outras coisas não esperavam Governo, empregados e empregadores”.*⁷⁴

A questão social estava incutida ideologicamente na Revolução de 1930. Foi ela que distinguiu e legitimou o governo Vargas, colocando-o como promotor da justiça e da prosperidade para os trabalhadores, que tiveram as suas demandas não mais tratadas apenas pela polícia, mas sim, encampadas pelo governo como um projeto de nação.

A professora Ângela Maria de Castro Gomes (Universidade Federal Fluminense) analisou da seguinte forma o projeto social do Estado Novo:

“Se todos os governos do pré-30 não reconheciam a prioridade da questão social no Brasil, era justamente porque encaravam o problema da pobreza como inevitável e até funcional à ordem socioeconômica. Mas tal perspectiva precisava ser radicalmente transformada, uma vez que cumpria dar ao homem brasileiro uma atuação digna de vida. A grande finalidade da obra revolucionária era justamente a de enfrentar este estado de constante necessidade em que vivia o povo brasileiro, estado desumanizador que identificava o trabalho como um apanágio da pobreza. Na verdade, a “pobreza” e o

⁷³ <https://tokdehistoria.com.br/2018/02/01/1941-o-ataque-de-um-aviao-nazista-ao-cargueiro-taubate-e-o-primeiro-potiguar-a-testemunhar-o-horror-da-segunda-guerra/> - Acessada em 3/05/2018.

⁷⁴ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VIII, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1941. Pag.261.

*trabalho precisavam dar entrada na cena política brasileira, e era justamente este o esforço do novo Estado Nacional”.*⁷⁵

I.II – A FRENTE LESTE ENTRA NA MIRA DO ITAMARATY

O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial obedeceu a uma dinâmica interna, que em 1941 enfrentou três grandes desafios que foram transformados em pilares do projeto de desenvolvimento autônomo de Vargas. O primeiro era a elevação do nível social dos brasileiros, de base agrária e com baixa industrialização. A sociedade brasileira carecia de saúde, transporte, educação e habitação. O segundo era a industrialização, que visava substituir gradativamente as importações de produtos industrializados. Vargas tinha em mente fortalecer o mercado interno ao mesmo tempo em que diminuiria as importações, evitando assim a evasão de capital. E o terceiro, a modernização das forças armadas, a garantidora do processo revolucionário de 1930 e a única instituição presente em todo o território nacional. Vargas sabia que as forças armadas eram as únicas capazes de garantir as decisões no cenário interno contra ameaças externas. A Revolução Constitucionalista de 1932 provou o quanto a lealdade das forças armadas era importante.

O governo Vargas transformou o Itamaraty em um dos seus órgãos mais eficientes, tendo à frente Oswaldo Aranha, um dos líderes da Revolução de 1930. Aranha utilizou sua boa relação com o governo estadunidense⁷⁶ para tentar extrair do mesmo os melhores acordos possíveis que o ambiente de guerra pudesse proporcionar. Contudo, não menos importantes foram os diplomatas brasileiros que serviram na Europa. Foram eles os olhos e os ouvidos do Estado Novo no fronte mais importante da guerra. Pouco estudados e tendo suas atuações ofuscadas pela grandiosidade de Oswaldo Aranha, utilizaremos os seus relatórios para compreender uma vertente da política interna que foi a política anticomunista do Estado Novo no âmbito das Relações Internacionais.

A observação que os diplomatas brasileiros fizeram da Frente Leste produziu um cabedal de documentos, praticamente inéditos. Ao relacioná-los com a política interna, evidenciou-se uma preocupação sistemática com aquele cenário de guerra. É nítida a

⁷⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria de Castro, Estado Novo – Ideologia e Poder, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. Pag.121.

⁷⁶ Oswaldo Aranha foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos de 1934 a 1937.

preocupação dos diplomatas brasileiros com as vitórias soviéticas e a sua relação com os Aliados. Os documentos mostram uma eficácia muito grande, quando das análises dos efeitos das vitórias do Exército Vermelho na sociedade brasileira. Tendo uma postura altiva e perspicaz, a diplomacia brasileira foi o primeiro órgão a informar ao comando do governo que as vitórias soviéticas influenciariam o cenário interno. Muitos desses diplomatas eram amigos de Vargas e colaboradores distantes. Outros foram partícipes da Revolução de 1930 e a sua maioria tinha compreensão de estar contribuindo para a edificação de uma política voltada para o nacional, mas que foram completamente ignorados pela maioria das pesquisas nacionais sobre a Guerra.

A abordagem aqui feita diferencia-se dos estudos majoritários sobre o Brasil na Guerra, que apenas visualizaram a figura de Oswaldo Aranha no aspecto diplomático. Um exemplo disso é o pesquisador Ricardo Antônio Silva Seitenfus, que possui significativos estudos sobre o tema, mas ignorou o conjunto político da Secretaria de Relações Exteriores (Itamaraty) e não levou em consideração a sua ação para o estabelecimento de uma política externa autônoma.

Seitenfus sustenta a tese de que Oswaldo Aranha vivia uma contínua contradição com Vargas no que tangia as Relações Internacionais do país. Isso é completamente equivocado, pois Vargas nunca defendeu a participação brasileira a qualquer bloco que a Alemanha integrava, mesmo o seu governo tendo uma série de figuras que se identificavam. Vargas nunca defendeu qualquer tipo de alinhamento ao Eixo, por isso, não havia nenhuma contradição entre Vargas e Aranha na linha internacional do Estado Novo. Com relação a política desenvolvida pelo Itamaraty de aproximação com Washington, ela foi rascunhada por Vargas do início ao fim, sendo a tônica dela as ótimas relações entre Vargas e Roosevelt.

*“Como julgar a ação de um ministro das relações exteriores que, durante vários anos e quase isolado dentro do governo por causa de suas simpatias democráticas, chega a desenvolver uma política pró-norte-americana nitidamente diferenciada da do chefe de Estado, tendo como única arma apenas sua ameaça de pedir demissão”?*⁷⁷

⁷⁷ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil de Getúlio Vargas E A Formação dos Blocos: 1930-1942, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985. Pag. 18.

Sendo o Estado Novo um governo autoritário, uma de suas principais instituições era a Polícia. Nesse sentido, o aparato policial brasileiro tinha no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e no DESPS (Delegacia Especial de Segurança Pública e Social) as suas principais instituições. Nos Estados, existiam órgãos correlatos, como os DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social). Entretanto, o trabalho de espionagem e de repressão era institucional, isto é, todos os órgãos públicos e todos os funcionários públicos eram intimados a vigiar e a relatar toda e qualquer atividade considerada estranha. Como não havia definição estrita para o conceito de atividade “estranha”, toda e qualquer movimentação social era motivo de desconfiança. Essa situação de prontidão permanente com as atividades subversivas levou a conceituação de que tudo que contrariasse os preceitos conservadores e reacionários do Estado Novo era perigoso.

Nomeado embaixador na Inglaterra em 24 de janeiro de 1940, José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão ficou no cargo até final de 1943, quando foi nomeado representante do governo brasileiro no Comitê Executivo Intergovernamental para Refugiados, com sede em Londres. Moniz Aragão teve um papel importante na repressão ao Levante Comunista de 1935, quando chefe da delegação brasileira em Berlim. Foi ele o responsável por obter junto aos serviços de informações alemães a real identidade de Olga Benário Prestes.⁷⁸ O governo brasileiro manteve com as autoridades policiais alemãs uma estreita relação, com troca de informações sobre suspeitos e de técnicas de investigações. O governo brasileiro oficialmente não participou do Pacto Anti-Komintern, mas a polícia brasileira teve uma atuação muito próxima a ele.

Nesse sentido, Moniz Aragão seguiu a diretriz anticomunista do governo Vargas à risca. Enviou para o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha um documento de cinco laudas, datado de 22 de janeiro de 1941, que tinha como título: “Ação Contra o Comunismo na Grã-Bretanha”⁷⁹. No documento, Moniz Aragão informou as ações de propaganda que os comunistas ingleses faziam contra a guerra. Informou também que o governo inglês via essa ação como algo orquestrado junto a Berlim. Seguiu revelando que as ações de “agitação e propaganda” por parte do Partido Comunista Inglês, assim como as suas atividades, seriam severamente reprimidas.

⁷⁸ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-de-lima-e-silva-muniz-de-aragao> - Acessado em 8/04/2018.

⁷⁹ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty - Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 1. 22/01/41.

O embaixador brasileiro relatou que as ações “derrotistas” empreendidas por Moscou em consonância com Berlim tinham sido detectadas nas fábricas de munições e de aviões na Inglaterra e que o movimento sindical estava sendo contaminado pelo trabalho dos comunistas. Relatou também que o jornal comunista “*The Daily Worker*” havia sido fechado e que outros veículos de comunicação comunistas como o “*The Week*” seriam também por estarem transmitindo mensagens subversivas. Mencionou que a proposta de paz dos comunistas era na verdade uma movimentação de Moscou, ajudada por Berlim, para que os comunistas ingleses tomassem o poder.⁸⁰ O embaixador finalizou o seu relatório informando que a Inglaterra enfrentava uma nova ofensiva da propaganda comunista que respaldava os interesses soviéticos e alemães.

Tais informações exemplificavam o ambiente que o governo brasileiro tentava evitar com a proibição de partidos e imprensa que representassem interesses estrangeiros. Seria aterrador para o Estado Novo uma militância ativa de comunistas no seio da sociedade brasileira. Nesse sentido, havia uma investigação do DESPS sobre os jornais “*The News*”, “*Deutsche Rio-Zeitung*”, “*Fanfula*”, e “*Gazeta Israelita*” por atuarem fora das normas⁸¹. Todos eles publicavam artigos em língua estrangeira (o que estava proibido desde 1939) e faziam propaganda da Guerra. Respectivamente, ingleses, alemães, italianos e judeus publicavam suas versões da guerra que ocorria na Europa.

A diplomacia brasileira estava muito atenta aos acontecimentos na Frente Leste, especialmente nas movimentações da União Soviética. Antes mesmo de invasão nazista à União Soviética, os diplomatas brasileiros já informavam que a paz entre soviéticos e nazistas era curta e que o conflito se estenderia ao Leste, até chegar ao Oriente. Em um documento sobre a guerra no Leste, o encarregado de negócios brasileiros em Berna, na Suíça (o Brasil não possuía embaixada na Suíça, somente uma legação), Luis Sparano, enviou, no dia 7 de abril de 1941, diretamente ao presidente Vargas algumas informações sobre a conjuntura de guerra que mostravam que ele estava bem entrosado com os acontecimentos. Além de informar sobre o ataque alemão à Iugoslávia e a situação da Grécia, Sparano falou sobre a União Soviética com destaque⁸².

Informou Sparano que Rússia e Turquia eram as incógnitas da Guerra até aquele momento, classificou a Polônia como um ponto de convergência entre União Soviética

⁸⁰ <https://www.theguardian.com/politics/1941/jan/22/past.secondworldwar> - Acessado em 8/05/2018.

⁸¹ Fonte: APERJ – Pol/Pol – ADM – Notação 13, Dossiê 1, Folhas 141, 83 e 160.

⁸² Datado de 7/04/1941. Fonte: CPDOC-FGV – Gv c 1941.04.07.1

e Alemanha, já os Bálcãs poderiam ser a divergência. Falou que o momento era difícil para fazer deduções acertadas, ainda mais se tratando de União Soviética. Para exemplificar a incerteza que a União Soviética gerava usou a seguinte metáfora: “*Na Rússia dois e dois somam frequentemente cinco, algumas vezes três, mas nunca quatro.*” Seguiu pontuando que o “*colosso russo pode perturbar a marcha dos acontecimentos*”.

A análise de Sparano se assemelhou à feita pelo embaixador Moniz Aragão quando falou da convergência de soviéticos e alemães até aquele momento. Citou a Polônia como um exemplo, mas deixou dúvidas sobre a sobrevivência dessa convergência em outros teatros. O conflito com o campo Aliados foi analisado por Sparano como definidor da guerra.⁸³ Ele era outro velho amigo de Vargas, fiel entusiasta do Estado Novo e atuava como diplomata há muitos anos. Por várias vezes, intimou o presidente Vargas “a varrer a canalha comunista”; admirador do fascismo, atuou seguidamente para que o governo brasileiro mantivesse relações vigorosas com o Eixo⁸⁴.

Tanto Sparano quanto Aragão demonstraram em seus relatórios um cristalino alinhamento com a linha política do Estado Novo. Diferente do que Seitenfus assinalou sobre os diplomatas brasileiros, nenhum dos diplomatas aqui investigados destoou o mínimo que fosse das diretrizes do governo Vargas. Sobre o corpo diplomático, Ricardo Seitenfus afirmou: “*papel negligenciável e por vezes contraditório, em relação à posição do Ministério das Relações Exteriores*”⁸⁵. As análises sobre a Frente Leste mostram-se hoje factíveis e se encaixam muito bem na política externa brasileira, que no primeiro semestre de 1941 tentou dinamizar as suas relações com os estadunidenses, enquanto desenvolvia uma política interna que objetivou afastar os reflexos produzidos pela guerra da sociedade.

Essa é outra confusão reinante nas análises corrente sobre a atuação de Vargas durante a Guerra – a de que Oswaldo Aranha era uma antítese ao reacionarismo de Vargas. Aranha foi uma das lideranças da Revolução de 1930, fiel colaborador de Vargas e muitas das vezes seu “tarefeiro”. Aranha abandonou o governo em 1944 por divergências internas, localizadas na atuação da repressão contra a “Sociedade dos Amigos das Américas”. Aranha teve livre arbítrio para dirigir a política externa e foi

⁸³ Luís Sparano foi diplomata na Itália em dois momentos, de 1918 a 1934 e depois de 1935 a 1941.

⁸⁴ SITENFUS, Ricardo. O Brasil Vai à Guerra, 3ª Edição, Barueri, Editora Moanole, 2003. Pág. 67.

⁸⁵ SITENFUS, Ricardo. O Brasil Vai à Guerra, 3ª Edição, Barueri, Editora Moanole, 2003. Pág. 8.

vencedor na contenda contra os setores mais reacionários, quando do alinhamento brasileiro aos Estados Unidos.

O relatório diplomático da embaixada em Londres de 13 de maio de 1941 tratou de alguns aspectos da Frente Leste. O primeiro é a eleição de Stálin ao cargo de Presidente do Conselho de Comissários do Povo, coisa que o embaixador brasileiro apontou como algo “incompreensível”, já que o referido líder passara “20 anos escondido exercendo o poder de fato como ditador”. Seguiu informando que a ação de Stálin foi semelhante a de Lênin quando da assinatura da “Paz de Brest”. Concluiu o assunto dizendo que Stálin agora concentrava poderes sem igual na URSS. Fez também um sucinto, mas importante, relato do desenvolvimento da conjuntura bélica na Europa a partir do “Pacto de Não Agressão”⁸⁶. Nesse momento, o embaixador Moniz Aragão fez uso da ameaçadora tese de “divisão do mundo” por comunistas e nazistas. Escreveu ele⁸⁷:

“Nessas condições, seriam dadas ordens para acalmar Moscou com lisonjas e certas aproximações que chegariam a um convite para que os soviets se juntem à Alemanha para a divisão do mundo, segundo as teorias da Nova Ordem Hitleriana”.

Com base nas informações sobre o Leste, era necessário que o Brasil se preparasse o mais rápido possível, já que a proximidade tácita entre Alemanha e União Soviética, edificada em 1939, parecia estar dando frutos a ponto de ameaçar a Inglaterra, como assim diziam alguns diplomatas brasileiros. Com a derrota da França, os alemães estavam próximos da América do Sul a partir do Marrocos, colônia desse país. A vitória do Eixo na África a partir de uma derrota inglesa poderia agitar os setores fascistas não só no Brasil, mas em todo o Cone Sul. Esse era o receio dos estadunidenses, que por inúmeras vezes alertaram ao governo Vargas sobre o valor estratégico do Saliente Nordestino e o risco que o mesmo corria. O único anteparo a

⁸⁶ Muito difundida entre as forças conservadoras, a tese de que o Pacto de Não Agressão entre URSS e Alemanha era na prática um acordo de divisão do mundo não encontrou comprovação documental até o momento. A partilha da Polônia a partir da constituição de “pontos secretos” que compunham o Pacto de Não Agressão foi outro ponto sem comprovação até o momento. Os soviéticos refutaram tais afirmações a partir da política internacional do seu governo, que nunca reconheceu a ocupação da Áustria e da Tchecoslováquia, mesmo com o Pacto de Não Agressão. Ver KULKOV, E. Rjchevski, O. Tchelichev, I. *A Verdade e a Mentira sobre a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa: Edições Avante, 1984. Pag.19.

⁸⁷ Datado de 13/05/1941. Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 4.

essa possível ameaça era a construção de uma política defensiva escudada no Pan-americanismo a partir da potencialidade estadunidense. Isso o que Vargas queria.

Até meados de 1941, duas coisas inquietavam muito o presidente Vargas: a dificuldade da industrialização nacional e a impossibilidade de modernização das forças armadas. Essas duas demandas eram a tônica da política interna. Sem a solução desses problemas, o governo Vargas estaria seriamente ameaçado, ainda mais com Aliados e Eixistas disputando os canais de influência da sociedade. A partir de 1941, surgiu a preocupação com as contradições internas; uma crise econômica poderia potencializar uma mudança de regime. Por isso, Vargas acelerou ações brasileiras no campo diplomático com Washington. Vargas não se furtou em sinalizar que um movimento de “quinta-coluna” poderia emergir. Essa observação se faz necessária - Vargas orientou a sua política externa a partir da sua política interna, que tinha como preceitos desenvolvimento e justiça social. A política social que Vargas desenvolveu foi em parte fiadora do seu compromisso com a democracia. Houve, por parte de Roosevelt e Vargas, convergências nas áreas sociais e isso contribuiu para aproximar esses dois líderes.

Sobre a candênte política social do Estado Novo, a professora Ângela Maria de Castro Gomes apontou:

“A questão social assume, neste contexto, a dimensão simbólica de encarnação dos males brasileiros e de bandeira identificadora do cerne do projeto político-ideológico do Estado Novo. Apenas mediante a identificação da questão social como centro das preocupações governamentais, os objetivos de retomada de nosso território e de realização de nosso homem poderiam ser cumpridos. A questão social, o problema das massas trabalhadoras no Brasil, encontrava-se na própria origem da revolução.”⁸⁸

A Revolução de 1930 não sobreviveria à Guerra sem que os problemas sociais tivessem um encaminhamento próspero. O tecido social aguentou o autoritarismo em troca da melhora nas condições de vida. O modelo que o Estado Novo ostentava passou a ficar ameaçado por conta das influências que a guerra causava. As potencialidades brasileiras deram início a uma disputa que mobilizou democratas e quintacolunas. As forças que formavam o Estado Novo estavam divididas entre neutralidade (um tácito

⁸⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria de Castro, Estado Novo – Ideologia e Poder, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. Pag.120.

apoio ao projeto do Eixo) e pró-Aliados, que encampava uma parte significativa da oposição ao governo Vargas e também agregava os comunistas.

Uma inevitável baixa no preço das commodities brasileiras, devido ao cenário de guerra, prejudicaria os avanços sociais. Tal coisa preocupou a equipe econômica do governo, que se movimentou para estabelecer com Washington contratos que pudessem neutralizar o problema. Com o fim das relações comerciais com o Eixo, devido ao Bloqueio Atlântico, só restou ao governo brasileiro tentar extrair o máximo de cooperação de Washington, mas dentro da política de neutralidade, era essa a ideia inicial. Vargas não abria mão nesse momento dessa condição. O que ele tinha a oferecer aos Aliados era a garantia de um Brasil longe do Eixo, mas, para tanto, ele precisava estar seguro no cargo e isso só seria possível com a economia funcionando bem. Essa linha política gerava segurança interna e garantia autonomia política ao Brasil. A segurança continental era o único ponto que Vargas aceitava discutir sob a ótica militar.

Gerson Moura falou da “dupla influência”⁸⁹ que Estados Unidos e Alemanha exerciam, mas, como podemos perceber, até meados de 1941 essa “influência”, se existia, não foi capaz de mudar a linha do Estado Novo, pois o governo brasileiro não se eximiu de reprimir toda e qualquer propaganda dos países do Eixo, usando a nacionalização da Educação e da Cultura como mote. Nem mesmo os protestos da diplomacia alemã, insinuando uma possível retaliação na área comercial, intimidaram o governo brasileiro. Quanto aos Estados Unidos, diante da sua negativa até o primeiro semestre de 1941 em apoiar o projeto de uma siderurgica e de ajudar na modernização das forças armadas brasileiras, a resposta brasileira foi praticamente nula aos apelos de Washington para que o Brasil tivesse uma participação mais efetiva na segurança continental.

Quando Moura afirmou que: *“a política externa de um país dependente está condicionada simultaneamente ao sistema de poder em que se situa, bem como às conjunturas políticas, interna e externa”*⁹⁰, ele não apontou um fator principal, apenas determinou linhas gerais. O Brasil não estava na linha de influência do Eixo, apesar das ótimas relações e tampouco participou dos projetos particulares de Washington. Todos os acordos foram tratados no contexto do Pan-americanismo, como por exemplo a

⁸⁹ MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. Pág.2.

⁹⁰ Idem, Pág.42.

solicitação de Roosevelt para que o Brasil ocupasse a Ilha da Madeira. Antes da edificação dos “acordos de guerra”, o governo brasileiro havia brandido atos firmes de soberania frente à Casa Branca, manteve as boas relações comerciais com a Alemanha, coisa que descontentava Washington, e aplicou a moratória na dívida externa, que tanto incomodou os investidores estadunidenses.

Quanto às relações privilegiadas com os Estados Unidos (segundo Moura, um centro hegemônico), elas não definiram a estrutura de poder no Brasil, pelo contrário, a estrutura erguida pelo Estado Novo se manteve atendendo as demandas internas, principalmente da elite dirigente que a internalizava nos processos políticos. A coesão do governo brasileiro foi mantida a partir de arranjos próprios, não havendo interferência do tal “centro hegemônico” na estabilidade interna. Pelo contrário, Vargas utilizou o apoio estadunidense para manter o Estado Novo vigente até o fim da guerra. O fato de o governo brasileiro ter cumprido todo o protocolo solicitado por Washington com relação à Guerra não significou que eles estivessem em contradição com as demandas internas.

A desconfiança de que os Estados Unidos pretendiam arrastar o Brasil para a guerra por muito tempo fez com que as autoridades brasileiras desconsiderassem algumas opiniões da Casa Branca sobre o perigo que o continente corria. Para melhor entender esse processo, o ministro Osvaldo Aranha solicitou em maio de 1941 que o secretário Caffery⁹¹ melhor informasse o presidente Vargas dos planos referentes à Guerra⁹², já que desde abril os navios estadunidenses estavam autorizados a usarem os portos brasileiros de Recife e Salvador em seus trabalhos de patrulha. Vargas e Aranha desconfiavam dos interesses estadunidenses no Nordeste brasileiro.

O documento enviado ao Brasil pelo embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins Pereira e Souza, informou que o Secretário de Estado Summer Welles lhe dissera de maneira reservada sobre as exigências de Hitler à União Soviética. Depois de apontar as tais exigências, concluiu que o exército alemão estava indo à URSS em busca de matérias-primas para a máquina de guerra nazista. É possível interpretar que esse ato do Secretário Welles tinha por interesse mostrar ao governo brasileiro com

⁹¹ Jefferson Caffery, embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

⁹² SILVA, Hélio. Guerra Inevitável 1939-1942, Editora Três, 1975. Pág.11.

antecedência o tamanho da complexidade que iria tomar conta da Guerra e que o governo brasileiro precisava escolher logo os seus parceiros para não ficar isolado⁹³.

O documento, datado de 10 de junho de 1941, também fez referência a possível entrada dos Estados Unidos na guerra em apoio à Inglaterra. Estando o Brasil muito interessado nesse momento em se modernizar para enfrentar os desafios continentais, essas informações podiam indicar um novo paradigma na política externa continental. O governo brasileiro não emitiu qualquer nota oficial e muito menos Vargas fez qualquer menção pública ao ataque nazista à União Soviética em 22 de junho de 1941. A guerra na Europa ainda era algo distante dos brasileiros e pouco atraente para o Estado Novo.

Os nazistas entraram na União Soviética a partir do território polonês, sem nenhum aviso prévio ou fato deflagrador. Berlim, algum tempo depois, disse ter informações que a União Soviética compirava com a Inglaterra para atacar o III Reich. De forma avassaladora, o exército alemão usou a sua temida blitzkrieg contra o Exército Vermelho. Apesar de ter alarmado o mundo todo, tal ataque já era esperado pelos Aliados desde que as ações nazistas se desdobraram em direção a Leste, envolvendo a Bulgária, Romênia e Hungria em seus planos. O referido ataque recebeu por parte do Comando alemão o nome de “Operação Barbaruiva”, em homenagem a Frederico Barbaruiva⁹⁴. Tal mobilização criou o maior operativo militar da história.

O ataque nazista à União Soviética deu um novo contorno a conjuntura de Guerra. Automaticamente, os anglo-estadunidenses manifestaram ajuda aos soviéticos, que perceberam a possibilidade da Inglaterra ser salva nas terras soviéticas. A necessidade de derrotar o Eixo se tornou maior, já que uma vitória nazista contra a União Soviética iria prover o Eixo de tamanha quantidade de matérias-primas e insumos, além de uma quantidade gigantesca de mão-de-obra semi-escravizada, que elevaria a capacidade militar da Alemanha a níveis extraordinários. A invasão da União Soviética também fez com que os Estados Unidos acelerassem os seus planos de proteção ao Atlântico Sul. A presença dos nazistas no Norte da África ameaçava a navegação Aliada e, em caso de uma vitória no Leste, esses operativos poderiam aumentar.

⁹³ Fonte: CPDOC – GV c 1941.0610.

⁹⁴ Foi imperador do Império Romano-Germânico no século XII.

Sendo o Nordeste brasileiro o ponto do continente Americano mais próximo da Europa e da África, depois de 22 de junho de 1941, o Brasil passou a ser um dos locais mais importantes no Ocidente. A diplomacia brasileira passou a acompanhar a guerra na Frente Leste com especial atenção. A estrita obediência à política interna serviu como parâmetro para o intenso trabalho de coleta de informações feito pelos diplomatas brasileiros, bem como aumentou a participação brasileira na elaboração das estratégias estadunidenses de defesa do continente, com muitos militares viajando aos Estados Unidos para debater sobre a conjuntura. Nas duas condições, a neutralidade era a tática a ser seguida.

O interesse do governante, e, depois, do Estado, proporciona a gênese da ação; as necessidades da política resultam da competição desregulada dos Estados; o cálculo baseado nessas necessidades pode identificar as políticas que melhor servirão aos interesses de um Estado; o sucesso é o teste último da política, e o sucesso é definido como preservador e fortalecedor do Estado.⁹⁵

O relatório do embaixador brasileiro em Londres Moniz Aragão ao Itamaraty tentou reproduzir a visão do Estado inglês sobre o “Pacto de Não Agressão Germânico-Soviético”, no qual, afirmavam eles, Moscou se uniu a Berlim por uma “predileção qualquer”. O relatório afirmou que os nazistas atacaram a União Soviética em face de estarem “acuados” pela resistência inglesa. Contudo, reconheceu a facilidade que a entrada da União Soviética na guerra poderia proporcionar aos Aliados para organizar a resistência às forças do Eixo. Ele também foi enfático em afirmar que não existia nenhum traço de verdade na acusação nazista de que havia uma conspiração anglo-soviética para atacar o Reich. Finalizou o relatório afirmando que, independentemente do resultado da contenda entre Alemanha e União Soviética, o futuro pertenceria à Inglaterra⁹⁶.

Com esse relatório sobre o ataque nazista à URSS, o embaixador Moniz Aragão sinalizou ao governo brasileiro que não haveria futuro nas relações com os países do Eixo, já que a provável vencedora seria a Inglaterra, que agora passara a apoiar a União Soviética com base na ajuda estadunidense. Entretanto, o Estado Novo possuía ainda

⁹⁵ WALTZ, Kenneth N. Teoria das Relações Internacionais, Lisboa: Edições Gradiva, 2012. P.163.

⁹⁶ Datado de 23 de junho de 1941. Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 3.

questões internas que não geravam interesse nesse sistema. A adesão à causa Aliada sem a resolução das demandas internas levaria invariavelmente a uma cizânia no seio do Estado Novo, que, edificado em bases autoritárias, não poderia correr o risco de perder o apoio do setor militar.

Embora o comando do exército (Dutra e Góes Monteiro) continuasse reticente a aliança do Brasil com os Aliados e preferindo que o país continuasse a insistir nas boas relações com o Eixo, Vargas enxergava de outra maneira; ele percebia que a Guerra se aproximava do Brasil com o desdobramento em direção ao Oriente, tornando-se então um conflito global. As dubiedades da Argentina e do Chile no cenário internacional também causavam desconfianças no governo brasileiro. A teimosia por parte dos estadunidenses em não atenderem as demandas do governo brasileiro deixava Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha em uma situação difícil junto aos militares e parte da opinião pública, já que os mesmos não tinham nada paupável para que fosse usado como moeda de troca que justificasse o apoio à causa Aliada.

O ataque nazista à União Soviética agitou as forças reacionárias mundo afora. Países detentores de uma política anticomunista oficial, como Portugal, aproveitaram o ensejo para ampliar o combate ao comunismo. O relatório diplomático a seguir, escrito pelo embaixador brasileiro em Lisboa Arthur Guimaraes de Araújo Jorge⁹⁷, traduziu bem essa posição. Além de tecer severas críticas à União Soviética e ao movimento comunista internacional, o governo português avencou a possibilidade de participar de ações ao lado da Alemanha na luta contra o comunismo no Ocidente.

Araújo Jorge relatou com detalhes no dia 13 de julho de 1941, que a situação interna de Portugal seguia em relativa calma. Falou também da possibilidade de uma ação militar conjunta de alemães e espanhóis contra Gibraltar e que Portugal seguia determinado em manter-se neutro diante do conflito militar. Afirmou que a única coisa que perturbava as autoridades portuguesas eram as ações “subterrâneas e silenciosas” dos agentes comunistas. Falou que apesar da luta de anos que o Estado português promovia contra esses elementos perigosos à “ordem pública”, eles ainda causavam preocupação séria⁹⁸.

⁹⁷ Diplomata de carreira foi secretário do presidente Vargas em 1935. Foi embaixador em Portugal de 1936 a 1943, quando se aposentou.

⁹⁸ Datado de 31 de julho de 1941. Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Lisboa - Estante 25, Prateleira 5, Volume 7.

Araújo Jorge escreveu que não se podia ser indiferente ao comunismo, que se deve lutar contra ele onde for preciso. Exemplificou como coerente o fato de Portugal não manter relações com a União Soviética. Classificou no documento como “rara entepidez” a oposição que Portugal fez à União Soviética na Liga das Nações e de “decidido” o apoio que deu as forças franquistas na Guerra Civil Espanhola (1936 a 1939). Informou que o presidente da Junta Central da Legião Portuguesa publicaria uma nota de apoio a todos que lutassem contra o comunismo. Concluiu alertando que o embate entre Alemanha e União Soviética traria consequências imprevisíveis.

O relatório do embaixador Araújo Jorge, que respaldava as ações do governo português, foram de encontro à visão do governo Vargas até então - neutralidade quanto à guerra e máxima vigilância contra as ideologias estrangeiras, em especial o comunismo, já que o fronte interno era o mais perigoso. A imprevisibilidade do resultado da luta entre alemães e soviéticos era tão perturbadora para o Estado Novo quanto o pós-guerra. Ao não arriscar uma vitória do Eixo, Araújo Jorge se aproximou da análise de Moniz Aragão, que previu uma vitória da Inglaterra no pós-guerra. Talvez por isso, Vargas nunca tenha comentado publicamente sobre a guerra no Leste.

No mesmo período, o embaixador brasileiro em Madri Abelardo Roças enviou o seu relatório diplomático para o Itamaraty contendo uma ampla análise da conjuntura internacional. Aproveitou o ensejo para fazer alguns prognósticos sobre o futuro da Espanha e dos Estados Unidos. Iniciou o seu relato informando sobre a parcimônia que o Estado espanhol demonstrou com o ataque nazista à União Soviética. Inclusive, relatou sobre o ataque que “populares”, membros da Falange, fizeram com pedras à embaixada inglesa em Madri. Informou também que a Espanha enviaria cerca de 50 mil homens (Divisão Azul) para lutar na União Soviética ao lado dos nazistas⁹⁹.

Também relatou sobre a tênue relação que a Espanha mantinha com a Inglaterra, falando em seguida dos rudes modos do embaixador estadunidense na Espanha e a sua difícil relação com o Ministro das Relações Exteriores deste país Serrano Suñer, que quase agrediu o diplomata estadunidense. Roças também informou sobre a neutralidade espanhola ter um alto preço no cenário pós-guerra caso a Alemanha vença, já que a

⁹⁹ Datado de 30 de junho de 1941. Fonte: Madri - Arquivo Histórico do Itamaraty. Estante 30, Prateleira, 2, Volume 4

mesma vinha pressionando o governo espanhol para fazer parte do Eixo e enviar tropas para a África. Quase que em tom profético, afirmou Roças:

“Com o derrubamento germânico, que se produzirá fatalmente um dia, uma Rússia intacta e poderosa se precipitará sobre o continente, enchendo de tragédia o caos europeu. Pelo menos, esse grande perigo parece agora afastado”.

Afirmou não acreditar em ganhos na invasão da URSS e assinalou que Hitler tem cometido erros grosseiros. Finalizou dizendo acreditar na paz depois da “campanha russa”, contudo, enxergava de maneira ameaçadora a indústria bélica estadunidense, que não permitiria que imperasse uma paz de compromisso. Com uma análise bastante centrada, o embaixador Roças alertou o governo brasileiro sobre um cenário do pós-guerra que revelariam duas potências - EUA e URSS. Assertivo com o futuro, Roças estava na verdade preocupado com presente. Ao falar dos “erros grosseiros” de Hitler, mostrou para o governo brasileiro que não se deveria acreditar em uma vitória nazista, ainda mais com a emergência dos EUA como potência, que se oporia a qualquer proposta nazista de “paz de compromisso”.

O embaixador brasileiro em Londres enviou um relatório ao Itamaraty no início de julho, que pode ser visto como complementar a análise feita anteriormente pelo seu colega sediado em Madri. Nas nove laudas que compõem o informe do “Mês Político Nº 7”, feito pelo embaixador Moniz Aragão, ele comunica que o Primeiro-Ministro inglês Winston Churchill não compartilhava do entusiasmo de Hitler em ganhar a guerra contra a União Soviética de forma rápida. Seguiu afirmando que se tal vitória não acontecesse de forma acelerada, acarretaria em um desastre fatal para os nazistas. Continuou citando Churchill, que afirmara que uma derrota da URSS abalaria as democracias. Foi enfático em concordar com o Primeiro-Ministro na afirmação de que a guerra não era ideológica e que ser inimigo do bolchevismo não o impedia de unir forças com os soviéticos para derrotar os nazistas¹⁰⁰.

Moniz Aragão citou a síntese que Churchill usou para “enquadrar” o problema: *“Todos que combatem o nazismo terão o nosso apoio, todos os que marcham com Hitler serão nossos inimigos”*. O embaixador não deixou de comungar com a crítica do

¹⁰⁰ Datado de 1 de julho de 1941. Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 4.

chefe de Estado inglês sobre o aspecto negativo do “Pacto de Não agressão”, além de qualificar como cínica a “agressão” soviética à Polônia. Moniz Aragão também advertiu sobre as posições dúbias da Suécia, Finlândia e Romênia, que acarretavam em uma política pro-Eixo. Sinalizou que a situação da Turquia era complicada devido ao tratado recém-assinado com a Alemanha. Por fim, falou dos avanços positivos dos Aliados na Síria e no Líbano.

Em cerca de dez dias, três embaixadores brasileiros em postos distintos na Europa informaram ao governo Vargas que a guerra na Frente Leste, iniciada em 22 de junho, seria decisiva para o futuro do conflito; nenhum apontou como favoritas as forças do Eixo. Além disso, todos afirmaram que a Inglaterra seria a maior beneficiada com o desgaste dos dois países que lutavam no Oriente. No início de julho, antes mesmo da Batalha de Moscou, lugar da primeira derrota nazista, o governo brasileiro já possuía análises que davam conta que os Aliados teriam a balança da guerra pendendo ao seu favor. Para Vargas, fosse qual fosse o resultado na Frente Leste, o Estado Novo estaria diante de um grande desafio.

Para o governo brasileiro, o belicismo alemão seria um problema se desdobrado para o Oeste do continente africano, principalmente por conta da confrontação direta que envolveria os anglo-estadunidenses. Já uma vitória da União Soviética poderia inflamar seus agentes e seguidores em toda a América do Sul com o seu projeto revolucionário. Oswaldo Aranha afirmou: *Se a vitória da Alemanha for definitiva na Europa, está prevista uma “recrudescência de todos os problemas germano-brasileiros no sul do país”*.¹⁰¹ O Brasil que até então não havia tomado nenhum partido, tinha ameaças externas em vários pontos do seu território, sem falar na quinta-coluna, que espreitava silenciosamente.

No início de julho, o embaixador estadunidense no Rio de Janeiro Jefferson Caffery entregou ao presidente Vargas uma carta do presidente Roosevelt. Ela falava das ameaças que os nazistas representariam para o continente Americano caso eles ocupassem Dakar. Discorreu sobre o risco que o oceano Atlântico passaria a ser para os navios Aliados com os alemães na região e do perigo iminente de invasão do Nordeste brasileiro a partir da África. Ele também convidou o governo brasileiro a cooperar mais

¹⁰¹ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil Vai à Guerra, 3ª Edição, Barueri, Editora Manole, 2003. Pág.235.

efetivamente com os Estados Unidos, sugerindo a participação de tropas brasileira nos Açores, Cabo Verde e Guiana Holandesa. Roosevelt advertiu que, em um cenário de vitória alemã na União Soviética, uma infinidade de homens e armas do Eixo estaria disponível contra a Inglaterra e o continente Americano.¹⁰²

O historiador Gerson Moura elencou a necessidade dos Estados Unidos em definir áreas de segurança para a sua atuação estratégica, sendo parte da corrida imperialista, que seu círculo de segurança no início dos anos 40 englobava o Saliente Nordeste Brasileiro, sendo o Pan-americanismo uma resposta não só as questões econômicas, mas também a objetivos estratégicos e *“que necessitava do alinhamento mais completo das nações latino-americanas à liderança estadunidense”*. Acontece que o Brasil também tinha necessidades estratégicas no mesmo período que também passavam pela segurança do Nordeste e do Atlântico. Essas necessidades foram geradas pela guerra na Europa que se desdobravam em direção à África. Pragmaticamente falando, o Brasil precisava das armas e do dinheiro de Washington e os Estados Unidos precisava dos insumos e do Nordeste brasileiro. Nesse momento, meados de 1941, os Estados Unidos e o Brasil estavam atrelados a um conflito que ainda não participavam.

A resposta negativa do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra para a proposta do presidente Roosevelt de o Brasil integrar uma força internacional junto com os estadunidenses ressaltava que o Brasil não deveria participar de tal “aventura” para não abalar sua neutralidade, que estava em consonância com todo o continente. Dutra chamou a atenção para a contradição reinante na proposta, já que os estadunidenses consideravam o Brasil fraco para proteger o seu próprio território e aptos para agir em terras estrangeiras. Esperava ele dos estadunidenses a prometida ajuda para equipar as forças armadas para que o Brasil pudesse de fato contribuir para a segurança do continente Americano.¹⁰³

“Com o Estado Novo estará também firmada uma sólida aliança de Vargas com a corporação militar e estabelecido o compromisso por parte do governo de promover o desenvolvimento econômico do país, o que lhe garantirá o crescente apoio de setores da burguesia”.¹⁰⁴

¹⁰² Fonte: CPDOC-FGV – GVc. 1941.07.02.

¹⁰³ Documento datado de 17/07/1941. Fonte: CPDOC-FGV – ED vp 1940.11.01.

¹⁰⁴ Gomes, Angela Maria, D’ARAÚJO, Maria Celina. Getulismo e Trabalhismo, São Paulo, Editora Ática, 1989. Pag. 7.

Não existem dúvidas sobre o caráter imperialista dos Estados Unidos e a situação de dependência econômica que o Brasil se encontrava no início dos anos 1940. Entretanto, a falta de afinidade política do Estado Novo com a política internacional dos Estados Unidos até 1942 foi um traço marcante para a edificação do nacionalismo que contribuiu para que o Brasil não se tornasse simplesmente mais uma estrela na bandeira estadunidense, já que o subdesenvolvimento nacional fragilizava qualquer Estado. As contradições que o Estado Novo mantinha com o liberalismo, o comércio com os alemães e a incompatibilidade com a democracia liberal levaram o governo brasileiro a manter uma relação ponderada com os estadunidenses, apenas alterada com os acordos acerca do esforço de guerra. A negativa de Dutra em ser força auxiliar dos estadunidenses na ocupação de pontos no Atlântico é um bom exemplo sobre a autonomia que o governo brasileiro constava sustentar.

Enquanto os Estados Unidos apresentavam um latente estado de beligerância ao suportar a Inglaterra, o Brasil brandia a sua neutralidade como escopo da sua política interna. Os militares, parte substancial do Estado Novo, não tinham o menor interesse em se opor ao Eixo, assim como a maioria da população não via sentido em uma guerra que estava restrita à Europa, como fora a Primeira Guerra Mundial. O embaixador estadunidense Caferry alertou o seu Secretário de Estado Cordell Hull que o Brasil estava do lado dos Estados Unidos, disposto a cooperar com a defesa do Hemisfério, mas que o desejo de Washington em enviar tropas para o Nordeste brasileiro só iria acontecer se o governo brasileiro percebesse que a ameaça nazista era iminente. Antes disso, nada aconteceria até que Washington enviasse material adequado para que os brasileiros pudessem se defender¹⁰⁵.

Moura atestou que a *“política externa brasileira (1939 a 1942) respondia mais diretamente à dinâmica da conjuntura política brasileira, que refletia a indefinição fruto da divisão de instâncias centrais”*.¹⁰⁶ Nessa afirmação, reside uma incompreensão da unidade política que formava o Estado Novo. As predileções de setores militares ao Eixo e a aproximação de outros setores aos Aliados não causaram ambiguidades na política externa brasileira, pelo contrário, os interesses do Brasil prevaleceram e estavam bem definidos. Quando Roosevelt solicitou para que o Brasil participasse de uma força conjunta, Vargas abriu consulta aos militares e, em respeito à posição

¹⁰⁵ SILVA, Hélio. 1942 Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. Pág.74.

¹⁰⁶ MOURA, Gerson. Autonomia na Dependência, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980. Pág.62.

negativa dos mesmos, respondeu ao presidente estadunidense que a Comissão Mista¹⁰⁷ deveria discutir o assunto. A tal Comissão tinha por constituição prioritária discutir o rearmamento brasileiro antes de tudo.

Sobre a coesão interna que respaldava a política externa brasileira, basta lembrar o caso da compra de armamentos alemães que foram apreendidos pelos ingleses. O traço de independência se manifestou até que todo o material fosse devolvido ao Brasil. Outro caso de coesão interna foi o processo de nacionalização¹⁰⁸, já citado aqui. Houve uma dura manifestação dos países do Eixo, mas a política externa acompanhou e respaldou a demanda interna. Nem mesmo a ameaça alemã de interromper o comércio com o Brasil (1939) fez com que a diplomacia tivesse uma postura diferente. Segundo Oswaldo Aranha, o bilateralismo era um complemento indispensável ao Pan-americanismo.¹⁰⁹

A Revolução de 1930 constitui-se em grande parte devido às críticas aos modelos liberais e ao capitalismo. Os Estados Unidos, muito embora não fosse alvo de ataques diretos, era visto como um vizinho pouco confiável. As suas notórias práticas imperialistas eram motivo de desconfiança dos revolucionários de 1930. Essas críticas ao governo estadunidense impregnavam parcelas da população, de comunistas a integralistas, passando por nacionalistas e setores ligados ao capital privado nacional. Sabendo dessa situação e compreendendo a contradição que poderia gerar com a presença de militares estadunidenses em solo brasileiro, o embaixador Caffery alertou ao general Marshall¹¹⁰ que medidas de caráter psicológico deveriam ser tomadas pelo governo brasileiro para pavimentar essa presença.

A precaução com a opinião pública manifestada pelo embaixador estadunidense mostrou que o elemento social é um traço importante na conjuntura interna e que mesmo o caráter centralizador e autoritário do Estado Novo não daria conta de impor uma situação dessas se que houvesse um respaldo positivo por parte dos setores majoritários da sociedade. O temor do embaixador estadunidense com a opinião pública brasileira contradiz a teoria de Vágner Camilo Alves sobre a capacidade restrita de

¹⁰⁷ Comissão Mista Brasileiro-Americana de Oficiais de Estado Maior, regulamentada em 24/07/41. Ela já havia sido delineada em 29/10/40, contudo, pouco produziu devido em parte ao desinteresse brasileiro.

¹⁰⁸ Decreto Lei 383. Dentre outras coisas, proibia o ensino e a imprensa em língua estrangeira.

¹⁰⁹ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil Vai à Guerra*, 3ª Edição, Barueri, Editora Manole, 2003. Pág.159.

¹¹⁰ George Marshall, Chefe do Estado Maior do Exército Estadunidense de 1939 a 1945.

autonomia dos países periféricos diante da Guerra Total¹¹¹. O problema dessas teses sistêmicas das quais Alves e muitos outros pesquisadores brasileiros são adeptos, é que o contexto social é pouco analisado.

*“Se a assistência militar americana deve vir mais tarde, sem perigo de levantes subversivos, as Forças Armadas brasileiras e o público deveriam ser preparados para esperar e saudar o nosso auxílio. O governo brasileiro tem agências necessárias para cooperar conosco na realização desta preparação psicológica”.*¹¹²

A resistência que a União Soviética demonstrou na Batalha de Moscou surpreendeu não só as forças do Eixo como também grande parte do Ocidente, que não esperava ver o Exército Vermelho Soviético ser a primeira força a infligir uma derrota aos nazistas na Guerra. Apesar da censura, os jornais que já demonstravam uma inclinação pró-Aliados passaram a dar ênfase à defesa obstinada que os soviéticos fizeram da sua capital. Isso provocou temor em alguns setores do Estado Novo. Em documento datado de 14 de novembro de 1941, Filinto Müller¹¹³ encaminhou ao presidente Getúlio Vargas um alerta sobre a inconveniência da grande projeção que a União Soviética estava alcançando nos jornais brasileiros. Müller destacou o papel do escritor inglês H.G. Wells e do jurista brasileiro Sobral Pinto no movimento de despertar simpatia e solidariedade com a União Soviética.

Destaque para o seguinte parágrafo do referido documento, que continha cinco laudas e citava uma série de jornais e escritores que estariam de forma “absurda” advogando a causa soviética. Escreveu Müller:

Enquanto os jornais liberais – e eles constituem a quase maioria absoluta da nossa imprensa – não têm uma única linha de ataque à pessoa de Stálin, ao regime soviético, aos princípios comunistas, assistimos esses mesmos jornais alardearem a inevitabilidade de revolução mundial, o poderio inigualável do exército russo, ao mesmo tempo em que procuram despertar a simpatia da opinião pública pela Rússia assoalhando que já se reza em Moscou. Não nos devemos esquecer de uma celebre

¹¹¹ ALVES, Vágner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um Envolvimento Forçado, São Paulo, Editora PUC RIO, 2002. Pág.41.

¹¹² SILVA, Hélio. 1942 Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. Pág.73.

¹¹³ Integrante da Revolução de 1930 e íntimo colaborador do presidente Vargas. Assumiu a Chefia de Polícia do Distrito Federal em 1933, ficando no cargo até 1942. Müller tinha íntimas ligações com os integralistas.

*advertência de Leon Trotsky: para o grosso das massas populares o comunismo é a Rússia. Eles estão identificados. A maioria dos homens não os separa.*¹¹⁴

A Guerra estabeleceu uma grande confusão no projeto de edificação de um Estado nacional livre das “influências externas”. A referida “paz interna” que Getúlio tanto preconizou como necessária para o crescimento do país estava novamente sob ameaça com o desenrolar da Guerra, principalmente quando as forças beligerantes passaram a tentar influir nas questões políticas do país. Por isso, Vargas passou a tratar a política interna como a principal batalha a ser travada pelo Estado Novo durante a Guerra. A bilateralidade nas relações internacionais, que o Brasil gozou até o final de 1941, trouxe lucros e também uma contribuição para a paz interna. Com a opção do governo brasileiro em seguir o campo Aliado, ele voltou a ter lucro, mas sem paz. Os contornos que edificaram o Estado Novo estavam sendo postos à prova nos campos de batalha.

CAPÍTULO II – O PRIMADO DA POLÍTICA DE VARGAS

Com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) proibido e as suas principais lideranças presas ou exiladas, o trabalho militante era feito na clandestinidade e de forma subliminar. Apesar da repressão, os comunistas continuaram a atuar entre os operários, estudantes e nos meios militares. A dura repressão dos anos de 1935 e 1936 foi ampliada a partir de 1937 com o Estado Novo e a divulgação do Plano Cohen¹¹⁵, a se considerar que o Estado Novo foi eficaz no combate ao integralismo e a influência do nazismo no Brasil. Isto é, o aparelho repressor brasileiro conseguiu, com certo sucesso, pelo menos até a guerra, cumprir a diretriz de Vargas que era manter essas ideologias apartadas do convívio social. A *abwehr* (Serviço de Espionagem Alemão), que tinha uma estrutura potente no Brasil desde 1937, chegou ao ano de 1943 totalmente

¹¹⁴ Fonte: CPDOC-FGV – GV Confid 1941.11.141.

¹¹⁵ Hipotético plano elaborado pelo capitão do exército, o integralista Olímpio Mourão Filho, onde os comunistas planejavam tomar o poder no Brasil. Foi usado como um dos argumentos para a instauração da ditadura do Estado Novo em 10 de novembro de 1937.

desmantelada: seus membros foram quase todos presos e seus contatos com a Alemanha praticamente encerrados.¹¹⁶

Já os comunistas, por terem uma base popular e uma estrutura militante em vários setores do tecido social brasileiro, ao mudarem de tática, passando a adotar a política de “união nacional”, puderam continuar com a suas atividades, mesmo que reduzidas à clandestinidade, durante todo o período da Guerra. A professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro Anita Leocádia Prestes abordou dois importantes aspectos dessa tática do PCB:

*“Por um lado, a política de “União Nacional” adotada pelo PCB não decorreria de orientação definida pela IC (Internacional Comunista), uma vez que durante o “biênio da neutralidade”, estivera, inclusive em contradição com tal orientação, por outro lado, a política de “União Nacional” resultou, no fundamental, da vaga de nacionalismo antifascista que se avolumava no próprio país e exerceria inegável influência sobre os comunistas brasileiros”.*¹¹⁷

Os comunistas eram um grande problema para o Estado Novo; o caráter ideológico do Levante de 1935 era inaceitável. O governo brasileiro sabia que as contradições políticas envolvendo os comunistas e o nacionalismo do Estado Novo não permitiam nenhum tipo de consensualização, por isso a diferença no tipo de repressão aos integralistas. Enquanto Luís Carlos Prestes, a maior liderança comunista, estava preso e incomunicável, Plínio Salgado, a máxima liderança integralista, estava exilado em Portugal, de onde mantinha contatos constantes com o Brasil. A proibição ao integralismo de se organizar e se expressar não significava que não se pudesse consensualizar com a referida ideologia em algum momento, assim pensavam os defensores ardorosos da neutralidade brasileira e da manutenção das relações diplomáticas com o Eixo.

A vigilância sobre as movimentações dos comunistas feita pela diplomacia brasileira se intensificou com a Guerra. Documento enviado ao Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha em caráter secreto pelo embaixador brasileiro em Assunção

¹¹⁶ HILTON, Stanley E. Suástica sobre o Brasil – A História da Espionagem Alemã no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. Pag.341.

¹¹⁷PRESTES, Anita Leocádia. Da Insurreição Armada (1935) À “União Nacional” (1938 – 1945), São Paulo, Paz e Terra, 2001. Pag.71.

Protásio Baptista Gonçalves¹¹⁸ informou, em 22 de agosto de 1941, sobre o Congresso do Partido Comunista Uruguaio. Gonçalves relatou sobre a participação do coronel Rafael Franco¹¹⁹ e da solidariedade hipotecada pelo referido Congresso a Luís Carlos Prestes, além de críticas ao presidente Vargas por apoiar o ditador paraguaio Morinigo¹²⁰, que havia participado do golpe contra o coronel Rafael Franco em 1937. Terminou o relatório revelando a denúncia feita pela diplomacia paraguaia sobre Montevideú, que tinha voltado a ser um “centro de propaganda comunista na América do Sul”.¹²¹

O referido documento demonstrou a situação explosiva que se encontrava o Cone Sul. Próximos do Eixo, os governos argentino e chileno eram contrários a qualquer tipo de restrições aos alemães. A já revelada tensão com as colônias de súditos do Eixo na região Sul do Brasil gerava desconforto para as autoridades brasileiras desde 1938, sem falar nas velhas tensões com os argentinos por questões fronteiriças. A presença de um movimento comunista organizado na área e ainda apoiado por um ex-presidente de um país da região, como revelava o documento, era motivo de uma preocupação a mais para o governo Vargas.

Na mesma linha seguiu o embaixador brasileiro em Lisboa, observando e analisando o perigo comunista e a determinação do Estado português em combatê-lo. Da pessoa do embaixador Araújo Jorge, o Itamaraty recebeu um relatório datado de 3 de agosto de 1941, no qual ele ligava o ataque nazista à União Soviética como um dos motivos para as ações comunistas em Portugal terem ganhado fôlego. O referido relatório também menciona sobre a luta das autoridades portuguesas contra os comunistas desde 1926 e que Portugal continuava a apoiar a guerra contra a União Soviética, sem, contudo, abandonar a neutralidade. O relatório informou que o comunismo era combatido com fervor pelos “Voluntários da Ordem”, organização que apregoava que o comunismo é a destruição de todos os princípios morais, sociais e

¹¹⁸ Diplomata de carreira. Sendo aliado do presidente Getúlio Vargas.

¹¹⁹ Coronel Rafael de la Cruz Franco Ojeda foi presidente provisório do Paraguai de 17 de fevereiro de 1936 a 13 de agosto de 1937, quando foi destituído do cargo por um golpe de Estado. De orientação progressista, Franco tomou uma série de atitudes que melhoraram a vida dos trabalhadores paraguaios. Foi derrubado por um golpe de direita liderado pelo conservador Félix Paiva.

¹²⁰ Higinio Morínigo Martínez foi presidente provisório e depois constitucional do Paraguai desde 7 de setembro de 1940 até 3 de junho de 1948, exercendo um regime autoritário e, em 1947, levou o país a uma sangrenta guerra civil lutando contra os comunistas e nacionalistas.

¹²¹ Fonte: CPDOC-FGV – GV Confid. 1941.08.22.1.

políticos.¹²² Cerca de 300 portugueses se voluntariaram para lutar contra a União Soviética; eles se integraram à Divisão Azul espanhola.

Ainda sobre a observação da guerra na Frente Leste, o relatório diplomático da embaixada brasileira em Madri, datado de 30 de novembro de 1941, falou da adesão da Espanha ao pacto anti-komintern. O embaixador Abelardo Roças atribuiu tal coisa a um sentimento de reciprocidade da parte dos espanhóis com os alemães que ajudaram a combater a “sangrenta intervenção russa” na Guerra Civil Espanhola. Concluiu o assunto falando em solidariedade europeia contra a Rússia. Sobre a ameaça de guerra na Península Ibérica, definiu a postura de neutralidade de Salazar como “sábua e prudente”, sendo para ele um modelo a ser seguido por Franco.¹²³

Era flagrante a preocupação da diplomacia brasileira com a movimentação dos comunistas. Tanto o embaixador brasileiro em Assunção quanto os de Madri e Lisboa exaltavam as ações de combate ao comunismo nos países em que trabalhavam. Tal padrão não era novidade, o que chama a atenção é que tais análises suplantavam todos os outros acontecimentos da Guerra. Existia uma clara associação entre a política externa, que observava os movimentos comunistas, e as questões internas (o comunismo era um dos inimigos internos) em 1941. Enquanto os Aliados pensavam na guerra ao Leste como um anteparo ao avanço do Eixo, o governo brasileiro se ressentia com a possibilidade dos comunistas aproveitarem o conflito para se expandirem.

Uma análise importante a ser feita ainda sobre o ano de 1941 é que mesmo sendo o Estado Novo um regime autoritário, centralizador e reacionário, esses conceitos não interferiram nas políticas trabalhistas e ações sociais do governo Vargas. Elas foram justamente um contraponto ao espectro fascista que dominava uma parte das elites nacionais. As forças do Eixo, e principalmente os nazistas, ganharam projeção mundial com os avanços militares, entretanto, não foram capazes de seduzir a maioria da sociedade brasileira. Percebendo a inviabilidade de brandir os dogmas fascistas, os “germanófilos” lutaram para manter o Brasil longe da Guerra, isto é, a neutralidade já bastava com uma espécie de apoio tácito ao Eixo.

O presidente Getúlio Vargas passou o ano de 1941 sustentando a posição de neutralidade como parte do projeto de desenvolvimento, isto é, a neutralidade fazia

¹²² Arquivo Histórico do Itamaraty – Lisboa - Estante 25, Prateleira 5, Volume 7.

¹²³ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Madri - Estante 30, Prateleira 2, Volume 4.

parte da política independente que o Estado Novo instava. A mesma fora compreendida por Vargas como uma oportunidade para o Brasil alavancar o seu projeto de desenvolvimento e manter as influências estrangeiras afastadas do país, projeto esse que oferecia ganhos substanciais à classe trabalhadora e permitia o desenvolvimento social em um ambiente pouco permeado pela conjuntura internacional de guerra. Temendo qualquer tipo de ingerência que pudesse prejudicar essa política, o governo brasileiro manteve a sua política externa subordinada à interna e com isso evitou aceitar as primeiras propostas estadunidenses para a defesa do litoral.

Entretanto, a partir do segundo semestre de 1941, houve um movimento por parte do governo brasileiro de aproximação maior com os Estados Unidos. Essa aproximação foi efetivada com base na guerra, que passaria a contar com a indústria estadunidense em forma de apoio à Inglaterra. Vargas enxergou a possibilidade para conseguir a tão necessária modernização das forças armadas, assim como novos contratos comerciais que pudessem substituir as perdas ocasionadas pelo fim do comércio compensado com os alemães. Essa aproximação pode ser vista como um novo viés do projeto de Vargas, que continuava a obedecer às demandas internas. Isto é, a nova abordagem que o Estado Novo estabeleceu na relação com os estadunidenses continuou necessariamente atrelado à política interna.

Em um documento confidencial datado de 23 de junho de 1941, o chefe de polícia do Distrito Federal Filinto Müller dirigiu-se ao coronel Benjamim Vargas reclamando da propaganda de guerra que faziam Inglaterra e Alemanha em terras brasileiras. Müller questionava o que se fazia no Brasil em benefício de outras nações. Falou da série de mentiras que eram ditas e criticou Hitler devido a sua “mania de nova ordem europeia” e Churchill com a sua (mania) de querer salvar o mundo. Falou para o coronel Vargas que as “propagandas dos dois países beligerantes estavam assumindo proporções enormes, estando a merecer medidas drásticas do governo”. Falou também das constantes distribuições de propagandas tendenciosas que levavam a população a conhecerem mais sobre Édén¹²⁴ e Göring¹²⁵ do que qualquer ministro brasileiro¹²⁶.

¹²⁴ Robert Anthony Eden, Secretário de Estado Inglês.

¹²⁵ Ministro da Aviação Alemã.

¹²⁶ Fonte: CPDOC-FGV – GV confid 1941.06.23.8

*“Durante o ano de 1941 foram cancelados o registro de 13 jornais e 6 revistas por servirem a interesses estrangeiros, desenvolvendo atividades contrárias ao regime”.*¹²⁷

A neutralidade como uma política voltada para os tempos de guerra estava realmente sendo efetivada pelos dirigentes do Estado Novo. Podemos até ponderar que as razões variavam conforme o grupo, mas era vista por todos como a política externa a ser seguida. Nas palavras de Filinto Müller reinava uma preocupação tremenda com a opinião pública - ele sabia que quanto mais o Brasil se distanciasse da Guerra, menos influência ela teria na sociedade. Mas, ao reivindicar um “programa de vulto e até mesmo a criação de um Ministério para cuidar das comunicações”, Müller ressaltou a política interna como única definidora dos rumos a serem seguidos.

Em documento datado de 14 de agosto de 1941, Müller voltou a se comunicar com o coronel Benjamin Vargas para tratar da propaganda estrangeira. Segundo Müller, as propagandas estrangeiras comprometeriam a neutralidade do governo Vargas e desviariam o foco de coisas realmente importantes para os brasileiros. Müller também relatou em seu documento que a embaixada alemã no Rio de Janeiro tinha cerca de 80 funcionários trabalhando na área da propaganda. Outro dado interessante do documento é a reflexão feita por ele sobre a neutralidade brasileira. Confessou o chefe de polícia saber que tal posição desagradava os brasileiros e estrangeiros.

*“Mas, por enquanto, devemos dedicar, tão somente, a nós brasileiros, todas as nossas atenções, de maneira que o interesse dos beligerantes, por mais ponderáveis que parecem, devem condicionar-se incondicionalmente aos princípios de defesa moral e material do nosso país”.*¹²⁸

Com data de 3 de outubro de 1941, o embaixador em Londres Moniz Aragão enviou um relatório ao Itamaraty sobre a Conferência de Moscou. Informou que a mesma aconteceu de maneira eficaz, onde os três países se comprometeram a cooperar na luta contra o fascismo. Os Estados Unidos e a Inglaterra se comprometeram em

¹²⁷ LOPES, Sônia de Castro. Lourival Fontes – As Duas Faces do Poder, Rio de Janeiro, Litteris Editora, 1999. Pag.94.

¹²⁸ Fonte: CPDOC-FGV – GV confid 1941.08.14. – Obs.: as vírgulas no trecho em itálico são como no original.

apoiar as demandas soviéticas nas áreas técnicas e militares. Contudo, a informação mais importante foi sobre o pós-guerra.

*“Pela primeira vez a Grã-Bretanha, a União Soviética e os Estados Unidos afirmam solenemente e conjuntamente a unidade de seus fins, marcando um perfeito acordo tanto para a atual política de guerra como em relação aos objetivos que têm em vista para a futura paz”.*¹²⁹

A partir dessa comunicação, o governo brasileiro compreendeu que as contradições ideológicas envolvendo esses três países estavam temporariamente sanadas e que o Eixo teria um bloco adversário muito poderoso, além de que bases de um pós-guerra haviam sido assentadas por esses três líderes, onde uma nova ordem mundial seria estabelecida a partir da derrota nazista. Outra informação que muito interessou ao governo brasileiro foi sobre o apoio tecnológico que os anglo-estadunidenses estavam dando aos soviéticos a partir da unidade contra o Eixo. Esse conjunto de informações deixou claro que existia a possibilidade concreta de ganhos a partir de uma aliança pragmática.

O nacionalismo defendido pelo Estado Novo foi algo realmente novo na história do país, pela primeira vez as classes sociais mais baixas estavam sendo contempladas de alguma forma. As pautas que produziram o movimento revolucionário de 1930 estavam sendo sedimentadas quando da eclosão da guerra, provocando uma série de dúvidas e incertezas nessas camadas mais baixas. O pacto que Getúlio forjou com as camadas mais pobres precisava ser mantido a partir dos avanços na área social, dependente dos avanços na área econômica. Toda a movimentação política no Brasil ao final de 1941 visava minorar os efeitos da guerra e tentar obter o máximo de ajuda dos estadunidenses, se comprometendo o menos possível com a guerra.

*“A estabilidade do Estado Novo estava fundamentada nesses compromissos e principalmente, no uso intensivo da força repressiva e da propaganda ideológica. Mas seu sucesso dependeria também de uma ampla base de legitimação que foi buscada eficientemente junto à classe trabalhadora”.*¹³⁰

¹²⁹ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 5.

¹³⁰ GOMES, Ângela de Castro. D'ARAÚJO, Maria Celina. Getulismo e Trabalhismo, São Paulo, Editora Ática, 1989. Pag.7

*“Só os povos bem organizados, de vigilante espírito nacionalista, subsistem. E nós subsistiremos, porque estamos unidos, disciplinados e dispostos a quaisquer sacrifícios pelo Brasil”.*¹³¹

No final de novembro, o embaixador brasileiro Carlos Alberto Moniz Gordilho¹³², em Roma, enviou um relatório, provavelmente influenciado pelas vitórias do Eixo, classificando a invasão da Líbia pelos ingleses como decisiva para Londres e inquietante para os italianos. O embaixador previu que uma derrota inglesa no referido país deixaria todo o Norte da África à mercê dos alemães, inclusive Dakar. Falou da agonia alemã na União Soviética, onde conquistam cidade por cidade sem conseguir a tão perseguida vitória. Afirmou peremptoriamente que os alemães não teriam condições para ocupar o Novo Mundo, mesmo vencendo a URSS e que tampouco os Aliados conseguirão arrancar a Europa das mãos dos alemães. Concluiu prevendo que a guerra iria durar ainda muito tempo, só terminando quando um bloco exterminasse o outro.¹³³

O ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor (Havaí) em 7 de dezembro de 1941 mostrou ao mundo o avanço da guerra para mais um continente. Era o terceiro a ser evolvido em um período tão curto. O governo Vargas percebeu que o Brasil e o continente americano, mais do que nunca, estavam ameaçados, já que o ataque japonês colocava os Estados Unidos na guerra contra o Eixo. Puderam também materializar a oportunidade de conseguir dos EUA o que já vinha pedindo há muito tempo. Solidário à Casa Branca pela questão continental, o governo brasileiro se manifestou contra o ataque japonês. A imprensa brasileira não poupou críticas ao Eixo, fazendo das manchetes um chamado continental à guerra. A população também foi às ruas em vários atos antifascistas. Os estudantes que já estavam mobilizados contra o nazismo foram vanguarda nesse processo, organizando atos e debates sobre as crescentes ações do Eixo contra os Aliados.¹³⁴

O ataque a Pearl Harbor lançou não só os Estados Unidos na guerra, como também uma parte significativa do povo brasileiro, que já vinha acompanhando os combates na Europa com muita atenção. Nesse sentido, as manifestações de

¹³¹ <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas> - Acessado em 11/05/2018.

¹³² Diplomata de carreira, exerceu a atividade em Roma até a ruptura.

¹³³ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Roma – Estante, 41, Prateleira, 4, Volume, 10.

¹³⁴ PRESTES, Anita Leocádia. Da Insurreição Armada (1935) À “União Nacional” (1938 – 1945), São Paulo, Paz e Terra, 2001. Pag.69.

solidariedade aos Estados Unidos feitas por Vargas foram encampadas por grande parte dos jornais, que vinham sofrendo com a censura. A sociedade também percebeu que o momento lhe trazia uma oportunidade de se manifestar contra o Eixo e também contra o autoritarismo do Estado Novo. A identificação com as democracias ocidentais ocorreu “*pari passu*” e passo com as conquistas sociais, influenciando diretamente no “*modus vivendi*” dos cidadãos urbanos já conectados ao novo mundo do trabalho, que surgia na esteira das garantias trabalhistas.

A ideia de Vargas em continuar a desenvolver as forças produtivas do país a margem do conflito mundial foi inviabilizada pelo ataque japonês. Logo, o apoio incondicional aos Aliados a partir do estabelecimento de uma relação de parceria com os estadunidenses seria a única maneira que Vargas teria para continuar o seu projeto. Com a ajuda dos estadunidenses, Vargas pôde romper a neutralidade sem perder o controle do país, já que as críticas seriam atenuadas pelo aporte logístico que os estadunidenses ministrariam ao país. Depois de ávidos debates, Vargas conseguiu dos Aliados apoio material, que se transformou em apoio político, evitando assim uma ruptura imediata dos preceitos do Estado Novo. O apoio popular ao rompimento garantiu a Vargas o respaldo para a Guerra, não para a manutenção do autoritarismo. Por isso, o apoio dos militares era fundamental - com a ajuda militar estadunidense, Vargas renovou a sua parceria com os militares brasileiros, mesmo que a contragosto deles.

Ao trazer as manifestações populares sobre a Guerra para o centro da discussão, essa pesquisa começa a se diferenciar das grandes análises, dos “sistemas” e principalmente da história linear que foi muito utilizada para estudar a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. As grandes análises, como a de Ranke¹³⁵, que servia ao Estado Prussiano, e de Kissinger¹³⁶, que foi um grande articulador do imperialismo estadunidense, dão conta somente da atitude dos homens através das nações, que são vistas como o vetor principal das sociedades. Esse tipo de pesquisador reduz a História à relação entre nações, justificando a existência das mesmas a partir da

¹³⁵ Foi um dos maiores historiadores alemães do século XIX e é frequentemente considerado como o pai da "História científica". Ranke introduziu ideais de vital importância para o uso do método científico na pesquisa histórica como o uso prioritário de fontes primárias, uma ênfase na história narrativa e especialmente em política internacional (*Aussenpolitik*) e um comprometimento em mostrar o passado tal como realmente foi.

¹³⁶ Secretário de Estado estadunidense de 1973 a 1977, um dos políticos mais influentes do século XX.

diplomacia e da guerra somente¹³⁷. Esse método impediu que se mensurasse até agora o quanto a participação popular influenciou nas tomadas de decisões acerca da Guerra durante a vigência do Estado Novo.

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, Washington passou a pressionar para que o Brasil tivesse uma atitude mais clara e incisiva sobre o apoio aos Aliados, inclusive, solicitando que Vargas substituísse alguns membros do seu governo nitidamente identificados com o Eixo¹³⁸. O temor de um ataque ao Nordeste e de um golpe de Estado pró-Eixo era nítido entre as lideranças Aliadas. O presidente brasileiro não aceitou tal ingerência, mas recrudescer a repressão à propaganda dos países do Eixo em território nacional e enfatizou a solidariedade aos estadunidenses condenando diretamente o ataque japonês.

Quatro dias depois do ataque japonês a Pearl Harbor, o governo brasileiro proibiu terminantemente toda e qualquer forma de propaganda dos países do Eixo. O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), tendo como chefe Lourival Fontes, um notório admirador do fascismo, foi encarregado de efetivar a ordem de silenciar a propaganda do Eixo, agora indevida¹³⁹. A censura e a repressão às ações do Eixo no Brasil conformaram uma maior estabilidade à política interna, isto é, a partir do aparato repressivo montado para coibir a propaganda de guerra, o Estado Novo pôde também aumentar o seu controle sobre questões políticas e sociais, muita das vezes utilizando o mundo do trabalho.

Até ao ataque japonês a Pearl Harbor, o governo brasileiro tratou as demandas estadunidenses de utilização do território brasileiro em “banho Maria”. Os interesses comerciais eram os prioritários, precisando substituir as exportações dos países do Eixo que findaram. O governo brasileiro tentou de todas as maneiras aumentar o seu comércio com os Estados Unidos e, ao mesmo tempo, conseguir deles apoio para o projeto de industrialização¹⁴⁰. Coisa semelhante havia sido tentada com a Alemanha, inviabilizada pela guerra. Segundo a definição do ex-secretário de Estado estadunidense Henry Kissinger, Brasil e Alemanha se relacionaram com base na *Realpolitik*, isto é, de

¹³⁷ FONTANA, Josep. História – Análise do Passado e Projeto Social, Bauru, EDUSC, 1998. Pág.130.

¹³⁸ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pag.138.

¹³⁹ Documento datado de 11/12/1941. Fonte: CPDOC-GGV – AGM c 1941. 12.11 – 2.

¹⁴⁰ Sobre esse tema controverso, entende-se por “projeto de industrialização” a construção de uma grande siderúrgica com um grande alto-forno (grande capacidade) e a edificação de uma indústria de base que pudesse gradativamente substituir as exportações de produtos industrializados.

forma prática o Brasil tratou de valorizar os seus interesses internos, que de forma pragmática também serviram aos interesses nacionais alemães.

Se existe a necessidade de qualificar a relação brasileira com a Alemanha no âmbito das Relações Internacionais, Henry Kissinger nos oferece a *Realpolitik*, que estabelece não haver necessidade em nenhum momento da fixação de regras e proximidade de bases ideológicas ou a necessidade da conformação de uma base ética e ou doutrinária comum. Foram esses os preceitos que margearam a relação brasileira com a Alemanha. O governo brasileiro tentava edificar uma relação com os Estados Unidos a partir da mesma premissa; contudo, a guerra impunha outra dinâmica. A partir da prontidão brasileira em se solidarizar com os Estados Unidos e de imediato congelar as relações com os países do Eixo, o governo Vargas visou explorar a beligerância estadunidense exclusivamente para atender aos interesses nacionais. Vargas não tinha ambições internacionais naquele momento.

Segundo a diplomacia brasileira, a guerra na Frente Leste era uma incógnita - qualquer uma das forças que duelavam naquela frente, sendo vitoriosa, poderia trazer problemas para o Brasil. No geral, fosse qual fosse o resultado final da guerra, o Brasil precisava estar preparado. Da parte Aliada, sabia-se de um pacto com a União Soviética, que reinseriria os comunistas no cenário internacional a partir de acordos com as democracias liberais no pós-guerra. Essas democracias gozavam de simpatia de parte significativa da população brasileira, por isso o Estado Novo, com a sua formação conservadora, corria um grande risco com os contornos da guerra cada vez mais proeminentes. A melhora na condição de vida do brasileiro e uma balança comercial favorável, a partir da industrialização, era o desejo que Vargas e de alguns de seus colaboradores mais íntimos vislumbraram com base na guerra.

O presidente Getúlio Vargas tinha muita atenção com o contexto social, sabendo que por mais que a guerra pudesse se alastrar e chegar até à América do Sul, tão importante quanto defender o território era saber como a população compreenderia a conjuntura. Ele não estava sozinho nessa empreitada: conseguiu, ao longo de 1941 e 1942, consolidar uma gama de apoiadores, civis e militares, que lhe permitiram agir a despeito de setores importantes que surgiram com a Revolução de 1930 e conquistaram bastante influência na sociedade e na máquina pública com o Estado Novo em 1937. Em 1941, aproveitando uma viagem de seu secretário Luiz Vergara aos Estados Unidos

para tratar da saúde, Vargas solicitou que o mesmo verificasse a opinião pública e dos governantes sobre a guerra naquele país. Viajando por muitas cidades e vários Estados, Vergara identificou uma falta de interesse muito grande com a guerra. Contudo, percebeu que o governo Roosevelt se preparava a passos largos para o conflito. O que mais lhe chamou a atenção foi a comunicação do general Amaro Bittencourt, adido militar brasileiro em Washington, sobre os inúmeros informes sobre a guerra que ele enviara ao general Góes Monteiro, a pedido do general Marshall e não recebera nenhuma resposta¹⁴¹. Vergara debateu com Vargas sobre essa letargia de Góes, que mais parecia uma sabotagem.

Com relação à guerra na Frente Leste, o embaixador brasileiro em Londres enviou um comunicado ao Itamaraty com data de 12 de dezembro de 1941 narrando o discurso do Primeiro-Ministro Winston Churchill, no qual ele informava sobre a “brilhante ofensiva dos russos” que obtinham vitórias em quase todas as frentes, repelido assim as investidas das forças invasoras. Informou desta maneira ao governo brasileiro que as forças do Eixo não lograriam êxito em tomar Moscou antes do inverno, obrigando os mesmos a travarem uma batalha também contra as baixas temperaturas do inverno soviético¹⁴².

Ao final do ano de 1941, o comando do Estado Novo estava dividido entre os pró-neutralidade e os pró-rompimento. O segundo grupo contava com respaldo popular, mas esse respaldo era visto com cautela, já que alterava em sua essência a “paz interna”; entre esse grupo, estavam também os comunistas. Vargas já havia se decidido pelo rompimento. Não havia mais nada a ganhar mantendo relações com o Eixo que não passavam de “*pro-forma*”. O Bloqueio Atlântico não permitia mais nenhum ganho nessa relação. Pelo contrário, caso continuasse, impediria que a aliança com os estadunidenses desse frutos. Era necessário continuar o projeto de desenvolvimento, dele dependia a manutenção da Revolução de 1930.

Havia uma sombria ameaça interna - os simpáticos do Eixo abundavam no aparato público, principalmente nas forças armadas e setores da Segurança. Havia também entre setores da elite dirigente muita simpatia pelo integralismo. Esses setores tinham uma ligação muito próxima com a diplomacia ítalo-germânica, que os

¹⁴¹ VERGARA, Luiz. Fui Secretário de Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo, Editora Globo, 1960. Pág.166.

¹⁴² Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 6.

municiam de informações e os conectavam com as lideranças dos países do Eixo. As grandes levas de imigrantes de países do Eixo próximas à fronteira com a Argentina faziam da Região Sul uma área problemática. A proximidade do Nordeste com a África o colocava na mira de Hitler. Sem condições de se defender devido à precariedade das forças armadas e a falta de estrutura viária, ferroviária e aérea, fazia o Estado Novo acreditar que seria difícil deter um golpe da “quinta-coluna” e ou um ataque externo.

Os problemas econômicos motivados pela recessão fruto da guerra poderiam não só impedir o prosseguimento dos projetos estatais, como causar também uma convulsão social. No subterrâneo, estavam comunistas e fascistas, que já haviam mostrado suas práticas belicosas. Todas essas possibilidades estavam diante de Vargas e não havia como ignorar a conjuntura. Nesse sentido, a sobrevivência do Estado Novo dependia da análise de Vargas em descobrir em qual frente deveria atacar primeiro. Vargas escolheu a aliança com Washington em prol da política interna. Compreendeu que poderia usar os Estados Unidos para conseguir armas e tecnologia para se defender das ameaças externas, já as ameaças internas seriam enfrentadas com a edificação de uma política de Bem Estar Social e com o desenvolvimento econômico autônomo. Nesse sentido, acabou encontrando respaldo popular que o ajudou tomar outra decisão complicada no ano seguinte em 1942.

III - A AUTONOMIA DO ESTADO NOVO EM JOGO

O ano de 1942 foi crucial para o governo Vargas. Foi sem dúvida o seu momento de maior intensidade política na seara internacional, onde as habilidades de seus colaboradores foram colocadas à prova com maior vigor. Com o congelamento das relações diplomáticas com o Eixo devido ao ataque japonês a Pearl Harbor e a declaração de guerra dos Estados Unidos ao referido bloco, o governo brasileiro se viu obrigado a reorganizar toda a sua política internacional. Primeiro na questão comercial e em segundo na área de Defesa, já que a Guerra, coisa que Getúlio Vargas classificava como um evento tipicamente europeu, estava agora em pleno Oceano Atlântico.

Em 1942, comemorou-se 5 anos do Estado Novo. Apesar da dura repressão, os indicadores sociais e econômicos indicavam números favoráveis. Era nessas duas esferas que Vargas mais temia os reflexos da guerra, que, apesar de se alastrar, ainda não havia alterado substantivamente a vida dos brasileiros. Vejamos o seguinte, o

governo Vargas precisava garantir as exportações e com os Estados Unidos entrando na Guerra, elas poderiam diminuir drasticamente, já que a demanda de Washington mudaria devido à necessidade de capitais para desenvolver a indústria de guerra. Negando ser apenas uma complementação à economia de guerra estadunidense, o governo brasileiro apresentou a Washington um gama de demandas para o incremento da indústria de base nacional. A lista quase interminável solicitava tecnologia e capital para a construção de fábricas de cimento, vidro, borracha, papel, laminados, motores, químicos, fármacos, munição e várias outras áreas. O governo Vargas teve êxito em quase todo a sua demanda, mas isso foi obtido paulatinamente, ao sabor do desenrolar da guerra.

Mesmo assim, reina de forma quase absoluta em nossa historiografia uma sinalização de que a política externa de Vargas foi dúbia e que suas tendências profascistas tenham colaborado para tanto. O professor Josef Santana critica essas análises lineares na História Social. Contra Vargas, usam com muita constância a Teoria da Dependência de R.M. Marini para refutar o “industrialismo” de Vargas, como se ele “fosse um fim em si mesmo”. Afirmam seus críticos que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro se mostrou errôneo com Vargas por não ter sido completo e não ter formando uma matriz autônoma, ocorrendo um acréscimo na Dependência. Esses críticos ignoram as condições mundiais que Vargas enfrentou.

*“O ponto de partida dessa revisão deveria ser a recusa da visão linear da história que serviu para justificar, ao mesmo tempo, o imperialismo e as formas de desenvolvimento com distribuição desigual, e a tentativa de construir, no seu lugar, algumas interpretações mais realistas, capazes de mostrar-nos não só a evolução simultânea de linhas distintas, mas o fato de que em cada uma delas, incluindo a que acabará sendo a dominante, não há um avanço contínuo em uma direção, mas sim uma sucessão de rupturas, de bifurcações em que se pode escolher entre diversos caminhos possíveis, e nem sempre se elegeu o que era melhor em termos do bem-estar do maior número possível de homens e mulheres, mas sim o que convinha – ou, pelo menos, o que parecia convir – a aqueles grupos que dispunham da capacidade de persuasão e da força repressiva necessária para decidir”.*¹⁴³

¹⁴³ FONTANA, Josep. História – Análise do Passado e Projeto Social, Bauru, EDUSC, 1998. Pag.275.

O governo brasileiro entrou o ano de 1942 ciente que as ótimas relações comerciais com a Alemanha não mais prosseguiriam. A participação conjunta dos anglo-estadunidenses na guerra não mais permitiria que os navios do Eixo atracassem nos portos brasileiros e muito menos concordariam eles com os navios brasileiros fornecendo suprimentos para os fascistas. Os positivos acordos militares e tecnológicos firmados com a Alemanha¹⁴⁴ também estavam encerrados, a ideia de reaparelhar as forças armadas brasileiras através dos alemães, assim como a construção de uma siderúrgica estava liquidada. Entretanto, uma parceria com os Estados Unidos poderia viabilizar todas essas demandas, além de garantir segurança ao Brasil em caso de um eventual ataque do Eixo, assim como neutralizar a “quinta-coluna”, muita ativa nesse período.

Tal situação irritou sistematicamente o comando militar, que, em sua maioria, era contra a entrada do Brasil na guerra e tinha clareza do vantajoso acordo militar que ora estava sendo perdido, ainda mais por não ter o Brasil outro contato para substituí-lo, já que os anglo-estadunidenses se negavam a suprir o governo brasileiro com armas modernas até então. Negavam-se por dois motivos: não tinham logística para tanto e também não confiavam no Estado Novo. Isso aumentou o descontentamento dos militares brasileiros com os Aliados. A solicitação dos mesmos para usarem as bases militares brasileiras no Nordeste, sem uma contrapartida justa, fez com que a ala simpática ao Eixo dentro do governo Vargas defendesse a neutralidade brasileira diante do conflito. Vargas, que também era partidário da neutralidade, a defendia no âmbito econômico, temia ele que os preços e o volume das exportações se alterassem em prejuízo do Brasil com a entrada do país na guerra.

O Estado Novo conseguiu aglutinar uma significativa base de sustentação política que congregava setores das camadas médias e altas, grupos ligados à administração pública, setores das elites industriais e rurais. Contudo, isso nunca significou tranquilidade para Vargas. Com a guerra, esses apoios tiveram que ser rediscutidos, principalmente com os militares e os agrupamentos próximos do integralismo. Já o apoio popular estava calcado nos êxitos sociais e econômicos obtidos até o início de 1942, apesar da guerra. Porém, a conjuntura internacional tendia a alterar tal estado de coisas, colocando o Estado Novo em uma situação difícil, já que o

¹⁴⁴ SILVA, F.C.T. PITILLO, J.C.P. NETO, P.G. SANTOS, R.S. A Segunda Guerra Mundial 70 Anos Depois, Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2016. Pag.172.

comando das forças armadas e frações da elite não viam a aproximação com os Estados Unidos e a guerra em si com bons olhos. O governo brasileiro tinha clareza que a entrada dos estadunidenses faria com que o Atlântico Sul se tornasse uma zona de guerra, inevitavelmente envolvendo o Brasil.

Tal situação se manifestou no documento enviado pelo general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, ao presidente Getúlio Vargas em 24 de janeiro de 1942. Dutra informou que o Brasil não tinha capacidade militar alguma para se engajar no conflito. Também expôs o descontentamento com os Estados Unidos por estar a dois anos sem atender aos pedidos brasileiros por armamentos. As palavras do general Dutra são endossadas pelas do general Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, que subscreveu o documento. A decisão pelo rompimento com o Eixo parecia já ter sido tomada por Getúlio Vargas e sem levar em conta a opinião dos militares, já que Oswaldo Aranha iniciou negociações com os estadunidenses no final de 1941.¹⁴⁵

Outro fator que deve ser observado é a vitória soviética em Moscou no final de 1941. Em janeiro de 1942, a União Soviética desenvolveu operações de contra-ataque a fim de afastar as forças do Eixo para mais distante possível de sua capital. A primeira derrota da Alemanha na guerra revelou ao mundo um Exército Vermelho surpreendente. O governo brasileiro tinha um cenário internacional diante de si no qual uma aliança com os anglo-estadunidenses era a possibilidade de evitar um ataque do Eixo, manter o comércio ativo, sanar as demandas internas por investimentos e também se escudar de uma possível ação por parte dos comunistas no pós-guerra.

A industrialização autônoma que o governo Getúlio Vargas perseguia como única maneira do Brasil se desenvolver estava ameaçada nesse novo cenário de guerra que o ano de 1942 revelou. O fim das relações com o Eixo e a efetiva solidariedade aos Estados Unidos levaria o Brasil à guerra. O maior problema que o governo Vargas tinha naquele momento eram os efeitos colaterais dessa situação. Para que o processo de modernização das forças produtivas nacionais avançasse, seria preciso dar aos Estados Unidos mais do que solidariedade e nesse “mais” encontrava-se uma área de desconforto para Vargas, já que era uma possível ingerência nos planos internos.

Em um primeiro momento, o governo brasileiro procurou articular, ao mesmo tempo, a participação dos capitais alemães e estadunidenses no processo de

¹⁴⁵ Fonte: CPDOC-FGV – GV.c.1942.01.24.

desenvolvimento sem, contudo, se subordinar a nenhum deles. Duvidoso quanto à eficácia do comprometimento de ambos com o desenvolvimento nacional, é que Vargas optou por tentar um projeto autônomo, pelo menos até ao final da década de 1930, agradando assim aos vários setores da sociedade, recebendo em troca um conjunto de alianças que o ajudou na edificação do Estado Novo e as suas medidas repressivas. O elemento povo era o fiel dessa balança. Entretanto, as forças “radicais” estavam presentes nesse tecido social, colocando-se como imprevisível e instável. Agora, Vargas teria que aceitar exclusivamente os capitais estadunidenses, mas precisava domá-los.

“A possibilidade de romper esses impasses só se colocou quando o conflito entre os blocos imperialistas evoluiu para o confronto aberto. Nesse momento, o Brasil foi obrigado a articular-se mais fortemente a um dos blocos. Foi no bojo desse processo que as questões relativas ao financiamento do desenvolvimento e ao acesso à tecnologia foram enfrentadas.”¹⁴⁶

Esses setores que se opunham à participação brasileira na Guerra eram os mesmos que teciam severas críticas aos Estados Unidos e a sua postura imperialista. Esses setores identificavam na figura do Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha uma pessoa branda e servil aos interesses estadunidenses. Tais objeções a Oswaldo Aranha vinham crescendo desde 1939, quando ele negociou com Washington a retomada do pagamento da dívida externa. Alegavam seus críticos que tal coisa dificultaria a modernização das forças armadas e prejudicaria os investimentos na área social.

A discordância de setores militares em juntarem-se às fileiras Aliadas na luta contra o Eixo era um problema delicado de se resolver. Getúlio Vargas não poderia impor a sua vontade; em um ambiente político e social desfavorável, era necessário fidelizar o engajamento desses militares. Foi na III Reunião de Consulta dos Ministérios das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942, que o governo brasileiro conseguiu o apoio estadunidense para equipar todas as suas forças armadas e desenvolver parte de sua indústria, depois de anunciar no mesmo dia 28 o rompimento das relações com o Eixo.

¹⁴⁶ CORSI. Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional, São Paulo, Editora UNESP, 1999. Pag.90.

As negociações que permitiram tal decisão foram complexas e a figura de Oswaldo Aranha foi decisiva, assim como o bom entrosamento de Roosevelt e sua equipe com Getúlio Vargas. O rompimento das relações com Eixo visou acelerar e ampliar a cooperação estadunidense, mas também (e talvez principalmente) ajudar na política interna no que tangia à quinta-coluna. Era óbvio que as ameaças de golpe contra Vargas colocariam o Brasil em antagonismo aos Estados Unidos. Se Roosevelt queria e precisava do Brasil, tinha que cacifar Vargas, apoiando a sua política e imiscuindo-se nela o mínimo possível.

Em junho de 1941, o general Marshall comunicou ao almirante Stark¹⁴⁷, que estava prestes a se encontrar com o presidente Vargas, que a maior ameaça ao Brasil eram as forças internas, que poderiam agir para capturar portos e aeroportos na Região Nordeste em combinação com forças do Eixo e que agiriam concomitantemente para desembarcar pequenos contingentes por céu e mar, formando assim uma cabeça-de-ponte até a chegada de contingentes maiores¹⁴⁸. É possível que tenha sido mais uma “informação de guerra” e que ela tenha sido usada para provocar algum temor em Vargas. Mas, em menor escala, existiam uma série de informes, que estão bem catalogados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, que dão conta de uma insatisfação em unidades militares que articulavam com lideranças civis a derrubada de Vargas em 1942.

Dos Estados Unidos, o Brasil recebeu, até ao final da Guerra, o aporte de US\$ 332 milhões, tornando o país o quinto maior recebedor de recursos dos estadunidenses, ficando atrás de Inglaterra, URSS, China e França. Esse montante correspondia a 70% de toda ajuda dada à América Latina. O instrumento jurídico que transformou o Brasil na maior potência latino-americana era chamado por Washington de Lei de Empréstimo e Arrendamento (*Lend-Lease*) e vigorou de março de 1941 a setembro de 1945.¹⁴⁹ Tem um detalhe importante que cabe registro - devido às ameaças externas, o Estado Novo censurou boa parte das discussões sobre esse tema. O receio era não só com o Eixo, mas também com a Argentina, que também agia para se modernizar.

¹⁴⁷ Harold Rainsford Stark, 8o Chefe de Operações Navais estadunidense de 1939 a 1942.

¹⁴⁸ SILVA, Hélio. 1942, Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. Pag.58.

¹⁴⁹ ALVES, Vágner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um Envolvimento Forçado, São Paulo, Editora PUC RIO, 2002. 133.

Com o rompimento das relações com o Eixo, o governo Vargas passou a ter problemas internos graves. O primeiro era a divisão no Estado Novo entre os defensores da neutralidade e os pró-rompimento. O fluxo de capital estadunidense que passou a invadir o Brasil precisava ser controlado, pois a autonomia econômica do governo estava em jogo. Dentre as ameaças que o Eixo poderia provocar, estava a ação de uma “quinta-coluna” que poderia surgir no Sul do país ou em forma de golpe de Estado contra a capital. Além desses fatores, tinha a agitação popular e a reorganização dos comunistas em todo o mundo. No Brasil, as forças progressistas começaram a pressionar para a libertação dos presos políticos aproveitando a declaração de guerra.

Como podemos notar, os problemas internos que o governo brasileiro acumulava eram numerosos. Mas a clareza do núcleo dirigente da política externa brasileira foi bem eficaz em materializar em pouco tempo os aportes estadunidenses e benefícios populares. Ao assumir um protagonismo na defesa do continente, Vargas também priorizou a classe operária em sua política social. O rompimento nunca foi um desejo de Vargas, mas, devidamente moldado, ele poderia trazer ganhos extraordinários que em tempos de paz seriam mais difíceis. Com muita habilidade, Vargas fez do rompimento um projeto para aplacar os problemas internos. Contradizendo a maioria da historiografia nacional, sim, Vargas tinha um projeto para o tempo de guerra.

Com a negativa dos governos chileno e argentino em aderir à proposta Aliada de rompimento com o Eixo, mais dúvidas suscitaram entre os militares brasileiros com relação a participar da guerra. Outro problema grave era a falta de infraestrutura rodoviária, ferroviária e até mesmo aeroviária que ligasse o Sudeste à Região Sul, tornando a defesa da região mais difícil ainda. A ajuda militar estadunidense tinha o objetivo de resguardar o Brasil de um possível ataque alemão, mas também de evitar alguma surpresa argentina; foi esse um dos motivos que ajudou a sensibilizar os militares.

Em termos gerais, a convicção de que as tendências da política externa dependem essencialmente da natureza das estruturas internas dos Estados, ou seja, de que a Razão de Estado, em se tratando de relações internacionais, depende essencialmente da existência de determinadas estruturas internas, que favorecem uma atitude agressiva e belicosa¹⁵⁰.

¹⁵⁰ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política, Volume I 11ª Edição, Brasília, Editora UNB, 1998. Pág.1140.

Está claro que Vargas tomou a decisão de romper as relações com o Eixo em comum acordo com os Estados Unidos, trabalhando também para que todos os países americanos o fizessem, mas no horizonte estava o interesse nacional. A figura do Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha foi imperiosa para tal fato. Todo esse arranjo fora feito sem o consentimento do comando das forças armadas, que se postaram até o último minuto fiéis à neutralidade. Essa foi uma medida ousada de Vargas, que acabou na conta de Oswaldo Aranha, que já era visto como “homem de Washington”. Os fatores que ajudaram a abrandar as críticas dos militares estavam na efetivação dos acordos estabelecidos com Washington, que desde meados de 1941 eram gerenciados pelo chanceler Oswaldo Aranha, que devolvia as críticas que recebia por parte dos militares apontando a inoperância de Góes Monteiro à frente da Comissão Mista, que nada produziu até aquela data¹⁵¹.

Havia desconfianças por parte de Oswaldo Aranha que Vargas deveria ser conhecedor da situação sobre a postura indolente dos comandantes militares brasileiros no concernente aos acordos militares, tanto que o general Leitão de Carvalho, que passou a chefiar a delegação brasileira em Washington nesse novo momento, tinha por ordem se reportar diretamente ao Ministério das Relações Exteriores. O rompimento das relações diplomáticas com o Eixo seguiu um rumo que só agradou a setores da sociedade que sempre se manifestaram contra o fascismo e se solidarizavam com os Estados Unidos face ao ataque japonês. Os setores que passaram a criticar a postura do governo brasileiro encampavam os ataques que muitos militares e simpáticos do fascismo faziam, alegando que o Brasil corria o risco de perder a sua autonomia para os estadunidenses.

O informe diplomático do embaixador brasileiro em Madri Abelardo Roças, datado de 28 de fevereiro de 1942, mostrou claramente os problemas sociais que os dois países ibéricos estavam vivendo. Dependentes de ajuda externa, ora do Eixo, ora dos Aliados, essas duas economias estavam paralisadas. A falta de carvão e trigo inviabilizava os transportes e contribuía para o aumento da fome. Graças as suas posições geográficas, conseguiram alguma ajuda dos Aliados. Roças também relatou ao Itamaraty que no encontro realizado em fevereiro daquele ano, Salazar e Franco

¹⁵¹ SILVA, Hélio. 1942, Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. Pag.94.

estabeleceram ações conjuntas na esfera policial para combater a subversão comunistas.¹⁵²

Esse relatório de Madri era uma séria advertência ao governo brasileiro sobre os problemas que a conjuntura de guerra poderia fazer surgir no Brasil. A neutralidade escolhida por Madri e Lisboa era bem semelhante a que os setores militares propunham, ela se ligava politicamente solidária ao fascismo e pragmaticamente aos Aliados. Contudo, cobrava o preço que a passagem bíblica de Mateus 6.24. cita: *“Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro, ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas”*. Os acordos firmados com os estadunidenses durante o ano de 1942 comprometeram cada vez mais o Brasil no esforço de guerra, contudo foram lucrativos: 60% das exportações brasileiras eram para os Estados Unidos e 15% para a Inglaterra. Esse comprometimento obedeceu a um cálculo pragmático, mas também estratégico, como veremos mais à frente.

O governo brasileiro anunciou o rompimento das relações com os países do Eixo no dia 28 de janeiro de 1942, ao final da III Reunião de Consulta dos Ministérios das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Esse rompimento estava restrito aos contatos formais, não foi uma declaração de guerra. Contudo, para a população, o rito era de guerra. Embalados pelos jornais, a população deu vivas aos Aliados e ao presidente Vargas e repudiou os países do Eixo. Não tardou para que a população e o governo sentissem o peso dessa decisão: no dia 15 de fevereiro o navio brasileiro *Buarque* foi afundado por um submarino alemão, causando uma morte.

O afundamento foi um choque de realidade para a população, principalmente para aqueles que ainda pensavam em consensualizar com o fascismo. O Brasil, a partir de então, passou a ser tratado como inimigo. Independente de declaração formal de guerra ou não, a Alemanha atacou a Polônia e a União Soviética sem declarações e não seria o Brasil o privilegiado a receber uma. Durante o mês de fevereiro, mais três navios brasileiros foram afundados pelos submarinos alemães, causando 55 mortes. Nesse momento, o núcleo do Estado Novo que definiu pelo rompimento passou a sofrer forte pressão - tanto por parte dos militares, que nada podiam fazer para defender os navios,

¹⁵² Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Madri - Estante 25, Prateleira 5, Volume 8

quanto pela população, que exigia uma declaração de guerra, coisa que Getúlio nunca imaginou fazer.

Os ataques de submarinos aos navios brasileiros tiveram um impacto profundo, já que no ano de 1942 as exportações brasileiras para os Estados Unidos e Inglaterra somaram mais de 70% do total. A navegação era de vital importância para a sobrevivência do Estado Novo. Essa relação aparentemente lucrativa foi uma das responsáveis pelo envolvimento cada vez mais acentuado do Brasil no cenário de guerra. Foram as necessidades internas que se encarregaram dessa decisão, já que a dependência das exportações, a falta de uma indústria de base, a fragilidade das forças armadas e a ameaça de uma “quinta-coluna” criaram um ambiente que impossibilitava outra escolha.

O rompimento não pode ser visto apenas como uma “Razão de Estado”¹⁵³; não havia risco eminente de ataque ao Brasil, tampouco pode ser interpretado como um movimento inevitável, que se justifica no conceito de “Guerra Total”, tão utilizado por pesquisadores como Vágner Camilo Alves, onde em tal situação não existe espaço para neutralidade. O governo brasileiro poderia ter optado pela neutralidade, correndo o risco de comprometer o seu projeto de desenvolvimento autônomo. As forças armadas desejavam a neutralidade, Vargas passou a correr risco de deposição com a guerra. Por mais que a conjuntura externa fosse ameaçadora, não era capaz de inviabilizar politicamente o governo Vargas. Havia espaço de manobra caso Vargas quisesse evitar o conflito; a junção ao bloco Aliado já garantia certa estabilidade, mas a guerra poderia proporcionar um patamar superior de oportunidades. A Argentina e o Chile são exemplos de que a “Guerra Total” não abarca a todos.

Os professores Moura e Alves, adeptos do conceito de “centro hegemônico”¹⁵⁴, que se utilizam de tal teoria para demonstrar o poder de um determinado país, capaz de intimidar e atrair países periféricos para a sua órbita, empregaram esse conceito para qualificar a entrada do Brasil na guerra junto aos Estados Unidos. Entretanto, ignoraram que essa entrada não foi subordinada e que as demandas internas (investimentos) era

¹⁵³ A “Razão de Estado” afirma que a segurança do Estado é de suma importância e que os governos, para garanti-la, são obrigados a violar toda e qualquer norma interna, seja ela jurídica, política, moral e econômica, que sejam necessárias para a sobrevivência do Estado.

¹⁵⁴ Sendo vocação intrínseca ao comportamento de qualquer Estado e da máxima expansão da própria potência, a história das relações internacionais não é senão um perpétuo alternar-se de equilíbrios instáveis e de tentativas hegemônicas por parte de Estados, que se situam dentro ou fora de sistemas internacionais pouco a pouco consolidados.

algo que o governo brasileiro já pleiteava antes da guerra. As ameaças internas eram muito mais factíveis dos que as externas, por isso Vargas preferiu valorizar a economia, aplicando uma política primária de distribuição da riqueza. Era possível ao governo brasileiro ficar neutro? Sim, era possível, contudo, os ganhos não teriam sido tantos e talvez o Estado Novo tivesse que recrudescer o seu sistema repressivo gerando um ônus social.

Os investimentos estadunidenses foram dirigidos pelo governo brasileiro em uma situação “*sui generis*”, ou seja, o governo Vargas manteve a autonomia na gestão desses investimentos. Essa foi outra marca que Vargas cunhou para tentar evitar que esse capital influísse nos rumos da economia e também para aplacar as críticas a uma suposta “sujeição ao imperialismo yanque” que pudesse surgir por parte de Washington. Mas como impedir que as forças ligadas ao Eixo formassem uma oposição tamanha que pudesse impedir isso? Se os submarinos inimigos comprometessem o trânsito de mercadorias para os Estados Unidos e Inglaterra, fatalmente esses investimentos teriam minguido a ponto de ameaçar as contas públicas. Estaria sendo deflagrada uma crise sem precedentes, onde Vargas e o núcleo ligado a Oswaldo Aranha seriam os responsáveis por essa situação de catástrofe.

Esse foi outro dilema para o Estado Novo, que, acostumado a uma “política sem povo” e reticente com mobilizações sociais, temendo que os comunistas estivessem sempre entre elas, não teve outro jeito se não o de fazer algumas concessões dentro das liberdades individuais, permitindo assim a participação popular dentro do contexto da Guerra e sob forte controle estatal. Essa participação, no primeiro momento, era vista como um respaldo ao rompimento e mantida sob vigilância, tinha limites. Com os ataques aos navios, essa participação extrapolou e passou a ter uma pauta própria, que era a guerra e a democracia. De imediato, o governo usou essa mobilização como instrumento de pressão contra os defensores da neutralidade e a guerra passou a ser um projeto.

Um documento da Polícia Civil do Distrito Federal, datado de 23 de fevereiro de 1942, informando que havia alemães carregando gasolina em uma lancha na praia de Copacabana na cidade do Rio de Janeiro, retrata bem o ambiente de suspeitas e apreensões que tomaram conta da população devido a Guerra¹⁵⁵. Os nazistas tinham

¹⁵⁵ Fonte: APERJ – Pol/Pol – Setor Alemão, Notação 1, Dossiê 1, Folha 21

uma ampla base de apoio no Brasil, que era vigiada pelo governo Vargas desde 1937¹⁵⁶. Ela continuava operando em 1942, contava com a ajuda dos diplomatas do Eixo e de agentes públicos ligados às forças de Segurança, que antes eram próximos dos integralistas. Com o afundamento dos navios, a população brasileira foi orientada a manter a vigilância e ajudar com denúncias. A polícia não tardou a dismantelar essa rede de espionagem do Eixo em solo nacional.

No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), no fundo Pol/Pol (Polícia Política), existe um inventário feito pela Polícia Civil do Distrito Federal de todos os estrangeiros que possuíam automóveis registrados em seu nome. Com a ameaça de ataque e ou invasão das forças do Eixo, a polícia catalogou todos esses estrangeiros, qualificando-os, tipificando os veículos e o endereço completo de cada proprietário. Essas pessoas foram mapeadas pela polícia por dois motivos. Primeiro, para utilizá-los em caso de mobilização para a defesa e segundo para neutralizá-los caso fossem participantes de algum plano de ataque ou desembarque de forças inimigas na capital.

Outro documento que mostra o ambiente de guerra no seio da sociedade foi o Boletim SVJ-DIP¹⁵⁷ de 6 de março de 1942. Ele mostra como os jornais que apoiavam os Aliados agiam para potencializar o descontentamento com tudo que pudesse estar ligado aos países que compunham o Eixo. A pequena reportagem do jornal carioca “*A Vanguarda*” falava de um bar que ostentava suásticas. Em quarenta e oito horas, a DESPS (Delegacia Especial de Segurança Pública e Social) fez diligência ao Bar e Restaurante Zeppelin, localizado na Zona Sul carioca, e removeu o referido objeto que ostentava as tais suásticas, conforme Informação N1-370 da delegacia ao Serviço de Verificações de Jornal do DIP. Tais ações eram amplamente divulgadas e recebiam grande apoio popular, ajudando assim na construção do ideário antifascista¹⁵⁸.

Os comunistas não estavam alheios a todas essas situações. Operando de forma discreta e clandestina, o PCB¹⁵⁹, depois da entrada do Brasil na Guerra, passou a atuar sob a ordem de “União Nacional”, com a qual o partido clamou a todas as forças progressistas por unidade na luta antifascista. Essa era uma maneira de voltar às ruas e

¹⁵⁶ HILTON, Stanley E. Suástica sobre o Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977.

¹⁵⁷ Serviço de Verificação de Jornais – Departamento de Imprensa e Propaganda.

¹⁵⁸ Fonte: APERJ – Pol/Pol – Setor Alemão, Notação 1, Dossiê 1.

¹⁵⁹ Partido Comunista do Brasil.

ao seio da classe trabalhadora, driblando a censura e a repressão do Estado Novo. Se o inimigo comum de brasileiros e soviéticos eram os nazistas, não fazia sentido os comunistas estarem presos, já que Brasil e a União Soviética, apesar de não nutrirem relações diplomáticas, lutavam no mesmo campo.¹⁶⁰

Nesse sentido, o PCB investiu em agitação e propaganda para a libertação de seus presos políticos e tentou um retorno à cena nacional sob o auspício da união de todas as forças brasileiras contra a agressão covarde das forças do Eixo. Isso foi algo que passou a preocupar muito os setores mais conservadores do Estado Novo, como veremos mais à frente. O partido passou a se organizar mais firmemente entre os jovens estudantes e sindicalistas, visando catalisar o sentimento nacional antifascista que aflorara com os ataques dos submarinos. Os comunistas objetivavam cunhar um arco de alianças que pudesse impedir a ação da “quinta-coluna” e legitimar as atitudes anti-Eixo do governo Vargas. Também pensavam em derrubar a censura e a repressão que impediam a soltura de seus presos e a atuação livre de seus militantes. A contradição estabelecida no seio do Estado Novo era oportuna para uma campanha de combate aos fascistas que abundavam na máquina pública.

“A partir da declaração de guerra ao Eixo, as manifestações populares antinazistas se tornaram cada vez mais violentas. Em agosto de 1942, “a palavra de ordem União Nacional está na boca de todos”, a antiga hegemonia das forças autoritárias, que domina até 1942, deixa de existir e, a partir de então, a reviravolta é a favor das forças democráticas.”¹⁶¹

A propaganda ideológica do Estado Novo alcançou outro nível durante a Guerra, já que ela precisava agora legitimar o ato de rompimento com o Eixo como um ato de defesa nacional. Era importante o respaldo popular. Foi entre os anos de 1942 e 1943, que as ações do governo mais alcançaram a classe operária, fazendo a popularidade de Vargas dar um salto. Foi nesse sentido que a diplomacia brasileira e o próprio Getúlio Vargas apostaram tudo no novo momento das relações com os Estados Unidos. O cenário de Guerra do final de 1941 até o primeiro semestre de 1942, momento de grande receio para o Brasil, deu lugar para um de grande expectativa.

¹⁶⁰ PRESTES, Anita Leocadia. Da Insurreição Armada (1935) À “União Nacional” (1938 – 1945), São Paulo, Paz e Terra, 2001.

¹⁶¹ CARONE, Edgar. Revoluções do Brasil Contemporâneo, 2ª Edição, Editora Difel, São Paulo, 1975. Pag.298.

*“Ao consolidar a aliança com o EUA, os acordos abriram também a possibilidade de um maior fluxo de capitais para fomentar o desenvolvimento. As promessas de crédito da ordem de 100 milhões de dólares devem ter alimentado as esperanças de Vargas nesse sentido. Tal aliança seria um caminho para articular a economia brasileira ao capital estrangeiro, o que naquele momento passava por acordos de governo a governo, a única forma de o capital fluir para o Brasil, pois desde 1929 os fluxos internacionais de capitais estavam praticamente interrompidos”.*¹⁶²

Em março de 1942, o Estado Novo aprovou uma reforma na Constituição Federal para facilitar o confisco de bens dos países do Eixo, apontando assim para o acirramento das relações com esses países¹⁶³. Ao editar a lei de confiscos de bens e ativos dos países do Eixo, o Brasil respondeu às agressões, mas também atendeu aos protestos que começavam a surgir entre a população, cobrando cada vez mais que o governo tomasse atitudes à altura dos fatos. Essas ações acabavam personificando em Vargas a condição de estadista, já que a sua posição de enfrentar o Eixo era também importante para desassociar a sua imagem do fascismo e desfazer qualquer ligação do Estado Novo com as ditaduras europeias.

A guerra definitivamente colocou o povo de volta às ruas, coisa que o Estado Novo tinha excluído em 1937. O boletim número 76 do DIP, datado de 21 de março de 1942, ordenou censurar em toda a imprensa o tumulto que aconteceu após a missa realizada na Igreja da Candelária, na região central do Rio de Janeiro. Ao término da missa, estudantes e demais populares fizeram uma passeata de protesto contra o Eixo, hostilizando imigrantes e atacando lojas e demais comércios que ostentassem nomes ligados aos países do Eixo. Não foi a primeira vez que protestos contra o Eixo terminaram em conflito entre manifestantes e policiais, mas esse foi o mais intenso até então¹⁶⁴.

A missa realizada na Igreja da Candelária contou com cerca de 20.000 pessoas e foi organizada pelo Sindicato dos Pilotos e Capitães da Marinha Mercante. Estiveram presentes várias figuras ilustres da sociedade civil, do governo e representantes estrangeiros. Todos os jornais seguiram à risca a ordem de censurar, noticiando com

¹⁶² CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional, São Paulo, Editora UNESP, 1999. Pag.220.

¹⁶³ Datado de 11/03/1942. Fonte: APERJ – Pol/Pol – Setor ADM, Notação 17.

¹⁶⁴ Fonte: APERJ – Pol/Pol – Setor ADM, Notação 13, Dossiê 1.

destaque a missa e ignorando por completo os tumultos.¹⁶⁵ Conforme os navios brasileiros eram afundados, mais protestos aconteciam e, tendo à frente os estudantes capitaneados pela UNE (União Nacional dos Estudantes), essas manifestações contra o Eixo acabavam englobando várias outras pautas. Já que a censura e a repressão não permitiam questionamentos públicos, os atos contra o Eixo passaram a ser a única maneira de protestar contra o governo.

No mês de março, mais dois navios brasileiros foram afundados, acarretando em 60 mortes. A reação a esses afundamentos acabou contagiando todos os segmentos da sociedade; até o excêntrico clube Marimbás, reduto da elite carioca, fez uma assembleia para expulsar todos os súditos do Eixo.¹⁶⁶ A situação do presidente Getúlio Vargas era contestada já algum tempo com relação à Guerra, antes mesmo do ataque japonês a Pearl Harbor. Com o afundamento dos navios, as críticas a Vargas aumentaram. A imprensa ligada à causa Aliada que pressionava contra a estreita ligação do governo brasileiro com os países do Eixo agora exigia guerra. Essa pressão fazia parte da disputa ideológica que setores da imprensa e da elite exerciam no governo em busca de acomodar os seus interesses políticos e econômicos.

*“Na verdade, surpresa mesmo não foi a decisão alemã em atacar de modo sistemático os navios e o litoral brasileiro, nem a decisão tomada pelo governo Vargas de, após a destruição ocorrida no mês de agosto, formalizar o estado de guerra do país com a Alemanha e Itália, mas, sim a demora excessiva de Vargas em dar este passo”.*¹⁶⁷

Outro aspecto que incomodava muito os empresários da comunicação era a censura exercida de forma contundente pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que além de exaltar o Estado Novo, também servia para ditar um padrão moral, que muitas das vezes se chocava com as produções culturais que a imprensa desejava encampar.¹⁶⁸ Trocando em miúdos, essa censura política, social e cultural que o DIP exerceu não fazia bem para o negócio que a imprensa privada tentava implantar

¹⁶⁵ Jornal Correio da Manhã, pág.5 – 22/03/1942. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶⁶ Jornal Correio da Manhã, pág.3 – 21/03/1942. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶⁷ ALVES, Vágner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um Envolvimento Forçado, São Paulo, Editora PUC RIO, 2002. Pág.174.

¹⁶⁸ LOPES, Sônia de Castro. Lourival Fontes – As Duas Faces do Poder, Rio de Janeiro, Litteris Editora, 1999.

no Brasil. Desde o acirramento da guerra em meados de 1940 que a setores da imprensa duelavam com a censura para tomar partido da guerra entre Aliados X Eixo¹⁶⁹.

Em julho de 1941 o chefe da Polícia Civil do Distrito Federal Filinto Müller relatou ao coronel Benjamim Vargas que o “Diários Associados” acusava o presidente de ser germanófilo e que tinha que ser deposto pelos Estados Unidos. Isso demonstra como a questão “Aliados versus Eixo” estava presente na mídia de forma incisiva. As notícias sobre a postura interna do governo brasileiro foram se avolumando de tal forma que até o onipresente DIP tinha dificuldade em agir. O chefe de polícia ainda alertou ao coronel que

“elementos inimigos do governo que o acusam de germanófilo, acham que a cooperação dos comunistas é indispensável ao combate ao Estado Novo, razão essa pela qual torna-se mister o redobramento da vigilância das nossas autoridades sobre os mesmos”¹⁷⁰.

No mesmo documento, o chefe de polícia indicou o nome de três “conspiradores” ligados ao conglomerado de imprensa “*Diário Associado*”: Vitor do Espírito Santo, redator chefe do vespertino “*Diário da Noite*”, Olímpio Guilherme, presidente do Conselho Nacional de Imprensa e um dos diretores do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e Frederico Barata, um dos proprietários do jornal “*Diário da Noite*”. Os “*Diários Associados*” foram um dos responsáveis pela campanha golpista contra o presidente Vargas a partir de 1953.¹⁷¹ Os comunistas mais uma vez estavam em pauta pela sua atuação vista como ameaçadora. Os setores mais reacionários do Estado Novo tinham mais um motivo para se colocarem contra o rompimento proposto por Vargas e os comunistas estavam se aproveitando dele.

Apesar da forte influência do integralismo entre funcionários públicos, intelectuais e setores da elite financeira, não houve por parte dos grupos mais humildes interesse em acompanhar essa ideologia. A política social e trabalhista de Vargas ajudou a afastar a classe operária do integralismo. Por isso, não houve maiores resistências ao governo quando da proibição da AIB¹⁷². A decretação do Estado Novo, apesar de um

¹⁶⁹ Fonte: APERJ – Pol/Pol – Setor ADM 1.

¹⁷⁰ Datado de: 2/07/1941. Fonte: CPDOC-FGV – GV.41.07.02.4.

¹⁷¹ <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa> - Acessado em 3/10/2018.

¹⁷² Ação Integralista Brasileira.

movimento radical à direita, não simbolizou uma aproximação com o fascismo europeu. Oswaldo Aranha escreveu uma carta a Summer Welles (Secretário de Estado estadunidense) dizendo o seguinte, quando da vigência do Estado Novo:

*“Posso assegurar-lhe que a solução foi, pode-se dizer, providencial para meu país. Providencial para o Brasil e igualmente para os Estados Unidos, péssima para a Alemanha de Hitler”.*¹⁷³

“É difícil perceber por que o governo brasileiro tem levado a efeito nos últimos meses uma campanha contra todos os elementos alemães no Brasil... Cheguei agora à conclusão de que essas coisas não acontecem acidentalmente... A questão alemã é assunto de discussões constantes do presidente com seus ministros e com os principais interventores, generais e secretários dos três Estados do Sul. Embora sua posição tenha sido ameaçada e esteja grandemente enfraquecida no momento, o presidente teria força para evitar esse ataque contra o elemento germânico, se realmente quisesse fazê-lo”.

*Karl Ritter embaixador da Alemanha no Brasil
30/03/1938.*¹⁷⁴

Essa falta de penetração, seja do integralismo ou do fascismo, nas camadas populares contribuiu para que as medidas adotadas pelo governo brasileiro contra os interesses do Eixo no Brasil não encontrassem dificuldades. Nem mesmo entre as colônias de imigrantes houve questionamentos relevantes sobre as leis de nacionalização. Pelo contrário, com o recrudescimento da guerra submarina no oceano Atlântico, mais a população se lançou às ruas contra os países do Eixo, a ponto de o presidente reconhecer essas manifestações. Esse movimento de Vargas atendia aos manifestantes, mas também impunha uma dura derrota ao agrupamento pró-neutralidade, que passou a ter dificuldade em reprimir um movimento que tinha reconhecimento presidencial. Sem poder ir ao evento do 1º de maio de 1942, devido a um acidente de automóvel, Vargas solicitou ao ministro do trabalho Marcondes Filho que lesse o seu comunicado.

“Antes de vos falar sobre as coisas públicas e transmiti-vos a palavra do governo, quero agradecer as expressões de carinho, solidariedade e simpatia que me chegaram de todos os pontos do país, partidas das mais variadas camadas da

¹⁷³ RIBEIRO, José Augusto. A Era Vargas 1882-1950. Rio de Janeiro, Casa Jorge Editorial, 2001.

Pág.163.

¹⁷⁴ Idem, Pág.164.

*população do dia 19 de abril. Afastado de meu posto habitual de trabalho, num recanto tranquilo da terra brasileira, ouvi comovido o eco das manifestações. Tocaram-me, particularmente, as demonstrações da juventude e os donativos feitos para as obras sociais com a Cruz Vermelha Brasileira. Recebi-os, interpretei-os, como conforto, estímulo e aprovação à política que vimos seguindo, nos assuntos internos e externos, em que a prudência não exclui a segurança nem a serenidade afasta a energia. Confessando-vos minha gratidão, brasileiros e amigos do Brasil, reasseguro-vos que, em qualquer circunstância, como chefe ou como soldado, estarei sempre convosco na defesa das grandes causas nacionais, na primeira linha dos combatentes, pronto a dar tudo pela pátria, sem limite de esforço e de dedicação no dever de servir”.*¹⁷⁵

As lesões de Vargas demoraram pouco mais de dois meses para serem curadas. Como ele não tinha vice e nem havia apontado um sucessor, um jogo de intrigas e boatos tomou conta da capital. Os mais acintosos foram os militares pró-neutralidade. Foram eles os que mais especularam sobre um possível sucessor imediato de Vargas e, por conseguinte, uma mudança nos rumos da política internacional. Com Vargas impossibilitado de ir a público, as conspirações tomaram conta dos noticiários, nos quais as duas vertentes inundaram as manchetes com uma série de especulações.¹⁷⁶ Esse foi um momento de muita incerteza que preocupou a todos, inclusive aos estadunidenses, que sempre temiam um movimento de força contra Vargas por conta do alinhamento.

II.II - PROJETO GUERRA

Durante a convalescença de Vargas, os ataques aos navios brasileiros se intensificaram. Segundo o professor Neil Lochery da “*University College London*”, Hitler instruiu os submarinos a empreender um esforço concentrado contra o Brasil. O objetivo de Hitler era mudar a opinião popular do país, distanciando-o da causa Aliada.¹⁷⁷ A mensagem de Hitler reforçou a opinião dos militares favoráveis à neutralidade, mas não surtiu efeito entre a população, que intensificou as manifestações contra o Eixo. Isto é, havia um plano de ação da Alemanha contra o Brasil, que

¹⁷⁵ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil IX, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1942.

Pág.215.

¹⁷⁶ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pág.172.

¹⁷⁷ Idem, Pág.172.

coadunava, mesmo que fosse indiretamente, com setores da política nacional. No dia 3 de julho de 1942, o general Eurico Dutra fez um longo discurso em homenagem a Olavo Bilac na sede do Clube de Regatas Botafogo (hoje Botafogo Futebol e Regatas). No seu discurso, citou a conjuntura e mandou um recado, que tinha como endereço o campo Aliado:

*“Aliados da política, não toleraremos, todavia que os maus políticos e agitadores – nacionais e internacionais – perturbem a tranquilidade da paz brasileira e abalem o edifício de nossa nacionalidade. Eis a nossa política que é a política do governo e do povo brasileiro, a sã, a legítima política, que devemos todos seguir, neste momento de perturbação, de anarquia social, inconcebível violência”.*¹⁷⁸

Na data de 4 de julho de 1942, dia da independência estadunidense, tendo à frente os estudantes, organizou-se uma grande manifestação contra os ataques do Eixo. A manifestação recebeu o nome de “Passeata Estudantil Antitotalitária” e foi a primeira a congregar tamanho público e de se postar em forma de desfile. Mesmo proibida, contou com o apoio de vários integrantes do governo, como o ministro Oswaldo Aranha e o governador do Estado do Rio de Janeiro Amaral Peixoto, demonstrando que havia uma profunda divisão no seio do Estado Novo. A proibição à passeata tinha o objetivo de “impedir desordem”, mas o agravante era a “infiltração comunista”, como apontava a polícia.

Nesse momento, o chefe de polícia Filinto Müller proibiu tal evento. Com o presidente ainda acamado, a situação virou uma crise institucional que mobilizou toda a nação. De pronto, o encarregado do expediente do Ministério da Justiça Vasco Leitão, que estava de plantão na ausência do Ministro Francisco Campos, que estava fora da capital, decretou a prisão domiciliar de Filinto Müller e autorizou a passeata. Devido à censura, os jornais não puderam se aprofundar sobre a prisão. Contudo, enalteceram Vasco Leitão de forma velada.

“O espírito liberal e a conduta retilínea que tem caracterizado a conduta do ministro Vasco Leitão da Cunha na pasta da Justiça cercaram seu nome de uma auréola de respeito e admiração por parte de todos os brasileiros”.

¹⁷⁸ Correio da Manhã, pág.4 – 4/07/1942. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A passeata recebeu muitos jovens, principalmente estudantes, que fizeram saudações a Vargas, Roosevelt e a Leitão da Cunha. Contou com a ampla cobertura da imprensa e teve a aprovação da população em geral. A prisão de Müller serviu para evidenciar a principal divisão que permeava o governo Vargas. O general Dutra tomou partido do chefe de polícia e Oswaldo Aranha apoiou o ministro da Justiça. A contenda entre as duas linhas tomou contornos de um embate pela sucessão de Vargas, que ainda estava convalescendo devido ao acidente.¹⁷⁹ Estava, a partir de então, demarcado um campo “liberal”. Isto é, o setor do Estado Novo que defendeu a passeata naquele momento caiu nas graças dos manifestantes e passou a ser visto como um contra ponto a todo o aparato repressivo e autoritário.

Essa divisão entre as alas “pró” e “contra” a guerra marcou a sociedade nesse período. Os setores que tinham identificação com o fascismo acreditavam que a influência dos Aliados poderia de alguma forma abalar o Estado Novo, corrompendo a sua autonomia. Esse agrupamento nunca teve um “projeto de política externa”, apenas apostava em um isolacionismo externo, contando com uma vitória do Eixo para que as relações com Berlim pudessem ser retomadas. Anticomunistas e adeptos de um regime de força, esse setor costumava ligar esse processo de aproximação com os Aliados à possibilidade de retorno dos comunistas.

“*O Jornal*” noticiou com destaque a intervenção estatal no Clube Germânica, fundado por cidadãos alemães. Muitos desses clubes e associações Brasil afora passaram por intervenções devido à guerra. Outros tantos tiveram que mudar de nome depois do decreto-lei de 17 de junho de 1942, que exigia que as agremiações esportivas que tivessem nomes estrangeiros mudassem suas denominações. Foi assim que o Palestra Itália de São Paulo se tornou Palmeiras e o de Minas Gerais se tornou Cruzeiro. O Clube Germânia de São Paulo se transformou no Clube Pinheiros e o do Rio de Janeiro virou sede da UNE depois da invasão dos alunos em sinal de protesto contra o Eixo¹⁸⁰.

Essas ações passaram a ser frequentes, forjando um ambiente de liberdade e de combate ao fascismo. Graças ao clima anti-Eixo, setores que estavam alijados da política nacional passaram a se organizar e a pressionar setores do Estado Novo, até

¹⁷⁹ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pág.174.

¹⁸⁰ Datado de 15/04/1942. Fonte: APERJ – Pol/Pol – Setor Alemão, Notação 11, Dossiê 16.

então intocáveis. A vitória de Oswaldo Aranha diante da contenda com Dutra só foi possível pelo voto de “minerva” de Vargas, que aproveitou o momento para enviar um recado a Washington. Esse movimento caracterizou em Vargas e em Aranha os símbolos dessa luta, obrigando as figuras pró-neutralidade a recuarem. Muito da popularidade que Vargas ostentou em 1945, na formação do PTB, começou a ser construída nesse momento de grande clamor social contra o nazismo.

A maior dúvida desses manifestantes antifascistas era sobre a posição de Vargas, que até então havia protestado contra os ataques do Eixo, mas nunca falara em guerra. Isso foi algo que ocupou o imaginário popular durante o tempo que o mesmo esteve recluso devido aos ferimentos resultantes do acidente de carro. Para agravar a situação, foi nessa época que as manifestações passaram a ter maior engajamento, servindo como uma resposta aos ataques aos navios brasileiros que se avolumavam. Em junho, foram três navios; julho, mais três; e agosto, o pior mês, com seis afundamentos. Todos na costa brasileira entre Sergipe e Bahia, ocasionando 607 mortes.¹⁸¹

O presidente Vargas não decepcionou os manifestantes. Aproveitando o acirramento criado pelas passeatas, demitiu, no dia 17 de julho, Filinto Müller e substituiu Francisco Campos, Vasco Leitão da Cunha e Lourival Fontes, este último trocado da direção do DIP pelo major Antônio José Coelho dos Reis, ligado ao general Dutra.¹⁸² Dessa maneira, Vargas afastou da máquina pública três grandes entusiastas do Eixo, Müller, Campos e Fontes, todos três também ligados ao integralismo e com grande trânsito entre a diplomacia ítalo-germânica que atuava no Brasil. Os três demitidos também eram nomes de proa no aparato repressivo. Os novos ocupantes dos respectivos cargos também eram ligados à ala militar, mas desconhecidos do grande público. Para efeito geral, Vargas estava atenuando a repressão e isso causou uma boa imagem interna e externamente ao governo.

Em julho de 1941, Vargas, que havia sido convidado pelo presidente estadunidense Franklin Roosevelt para que fornecesse tropas para uma atuação conjunta com os estadunidenses no Mar do Caribe e no Oceano Atlântico, anotou em seu diário: *“Os americanos querem nos arrastar à guerra na Europa sob o pretexto de defesa da*

¹⁸¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_navios_brasileiros_atacados_na_Segunda_Guerra_Mundial - Acessado em 4/10/1942.

¹⁸² <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontes-lourival> - Acessado em 4/10/1942.

América”. Em 18 de agosto de 1942, depois de receber o povo revoltado que invadiu o Palácio Guanabara por conta do ataque aos navios brasileiros, disse à sua filha Alzira Vargas: “*Nunca fui contra os desejos do povo, e se os brasileiros querem a guerra, nós iremos para a guerra*”¹⁸³. Nesse momento, Vargas transformou a guerra em um projeto, subvertendo toda a postura do Estado Novo até aquele momento, inclusive com relação aos Estados Unidos, que desejava do Brasil apenas o “rompimento”. Uma declaração de guerra obrigaria os estadunidenses a reavaliar o nível de ajuda tratado até então. E foi isso que Vargas fez. Aproveitou o afundamento dos navios e o clamor popular para exigir de Washington apoio, neutralizando assim os setores pró-neutralidade.

O engajamento dos setores popular, como sindicalistas e estudantes, não foi automático. Por mais que a guerra exercesse um interesse elevado, o processo desencadeado por Vargas de valorização do mundo do trabalho contribuiu para que parcelas que nunca haviam participado da vida política do país o fizessem naquele momento. A participação popular, mesmo que muitas das vezes acontecendo de forma a referendar o governo, aproveitou o ensejo para se posicionar contra a repressão, que foi de pronto caracterizada na imagem das forças do Eixo. A declaração de guerra ao Eixo só foi possível graças ao apoio popular, livre e consciente de que o Brasil precisava reagir. Esse apoio também se tornou fiador da aliança com os Estados Unidos, que permitiu a Vargas não só se armar para se defender das ameaças externas, mas também enfrentar as pressões internas dos mais conservadores.

“Getúlio, com os Estados Unidos, teve entendimentos comerciais, diplomáticos e políticos. Com a Alemanha, teve entendimentos comerciais e diplomáticos – políticos, não”.¹⁸⁴

O “rompimento” e a consequente declaração de guerra feita por Vargas foram uma mudança no projeto original do Estado Novo. Não foi uma simples adequação à conjuntura, foi uma reformulação política que consentiu (por pressão) a participação de setores da sociedade que estavam alijados das decisões. Ao tentar resolver problemas internos de ordem política, econômica e social, Vargas foi obrigado a buscar apoio junto

¹⁸³ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, Meu Pai*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2017. Pag.345.

¹⁸⁴ RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas 1882-1950*. Rio de Janeiro, Casa Jorge Editorial, 2001. Pág.186.

à população, que gradativamente foi mostrando o seu apoio recíproco, mas não ao caráter repressivo do Estado Novo, que muito lembrava o fascismo que agora era combatido nas ruas. O professor Josef Fontana afirmou que os estudos da História Social devem procurar interpretações realistas. Quando se analisa a postura de Vargas na guerra, para além de interpretações dogmáticas, é preciso observar a relação do mesmo com a população. Essa relação suplanta a pecha de fascista e revela um Vargas que acreditava na construção de uma política popular, distante das linhas progressistas e liberais, contudo, popular. Incapazes de entender esse traço do nacionalismo, muitos pesquisadores preferiram de forma pejorativa denominar essa política de “populismo”.

*“Capazes de mostrar-nos não só a evolução simultânea de linhas distintas, mas o fato de que em cada uma delas, incluindo a que acabará sendo a dominante, não há um avanço contínuo numa direção, mas sim uma sucessão de rupturas, de bifurcações em que se pode escolher entre diversos caminhos possíveis, e nem sempre se elegeu o que era melhor em termos do bem-estar do maior número possível de homens e mulheres, mas sim o que convinha – ou, pelo menos, o que parecia convir – a aqueles grupos que dispunham da capacidade de persuasão e da força repressiva necessária para decidir”.*¹⁸⁵

A ruptura e a bifurcação que Fontana apontou na História Social estão configuradas no rompimento das relações com o Eixo; é esse movimento que muda o escopo do Estado Novo, permitindo a emergência de setores liberais na linha de comando. Ao final da reunião de Chanceleres das Américas em janeiro de 1942, Vargas fez um discurso inusitado e desafiador. Pode ser até interpretado como uma ameaça aos setores das forças armadas que insistiam na neutralidade e ou nutriam simpatias pelos países do Eixo. Vargas fez uma espécie de convocação para que o povo fosse o guardião do governo na luta antifascista. Ele estava contrariando setores importantes do Estado Novo e os substituindo pela participação popular no processo da guerra. Essa fala justifica a atitude tomada por ele em 4 de julho contra a “velha guarda” integralista que se opunha a manifestação popular contra as forças do Eixo em julho de 1942.

“O Governo não tem que depender das forças armadas da república para controlar as atividades subversivas, incluindo até mesmo qualquer tentativa de levante local por simpatizantes alemães ou italianos. O povo brasileiro está 100% de acordo

¹⁸⁵ FONTANA, Josep. História – Análise do Passado e Projeto Social, Bauru, EDUSC, 1998. Pág. 275.

com a política que acabo de escolher, e a população conseguirá debelar qualquer tentativa de levante inspirada pelo Eixo”.¹⁸⁶

Os Estados Unidos, em seus esforços para garantir a presença brasileira ao seu lado na guerra, investiram fortemente em um aparato ideológico voltado ao convencimento da população. Enviaram ao Brasil uma série de personalidades ligadas às artes, ao jornalismo e à ciência. Esse forte aparato cultural estabelecido por Washington tinha a ideia de melhorar cada vez mais a imagem dos Estados Unidos e combater toda e qualquer influência dos países do Eixo na conjuntura nacional. Gerson Moura entendeu esse movimento como uma prática comum dentro do seu conceito de “Centro Hegemônico”. Entretanto, esse movimento também visava informar e dar conhecimento à sociedade estadunidense sobre o Brasil. Roosevelt também se ressentia de críticas internas à sua decisão de, no primeiro momento da guerra, apoiar ingleses, franceses e chineses. Enviar divisas para o Brasil carecia de apoio interno, por isso essa “tropa” de agentes culturais também obedeciam a uma dinâmica interna da política estadunidense. Não eram somente “agentes estrangeiros a serviço do imperialismo” agindo para dominar o Brasil.

O governo brasileiro se aproveitou desse aparato de propaganda para seus fins. O integralismo era um movimento grande, havia um número significativo de militantes que precisavam ser convencidos do contrário. As colônias de súbitos do Eixo também eram numerosas, havia dificuldade em alcançá-los em língua portuguesa escrita e por isso o governo investiu no rádio. Os estadunidenses ajudaram na formação das redes e estações de rádio por todo o Brasil. Essa política de agitação e propaganda também beneficiou o governo Vargas e ajudou na defesa nacional.

*No sentido de estabelecer seu sistema de poder: quebrar as possibilidades do sistema de poder adversário, impedir o desenvolvimento autônomo dos aliados subordinados (“revoluções”) e aumentar o seu próprio poder econômico e político. E tudo isso sem dar a impressão de estar perseguindo esses objetivos*¹⁸⁷.

Convenhamos que a cultura estadunidense já se desdobrava sobre o Brasil antes da guerra. A relação de dependência econômica que o Brasil mantinha com os Estados

¹⁸⁶ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pág.140.

¹⁸⁷ MOURA, Gerson. Autonomia na Dependência, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980.

Pág.140.

Unidos já impunha ao país a dinâmica do imperialismo muito antes da chegada do “Zé Carioca”. Outro ponto de Gerson Moura a ser contestado é desacreditar que houvesse algum “sistema de poder” em voga na sociedade brasileira resultante dos países do Eixo. Havia sim um esforço pontual por parte da Itália e da Alemanha para que a neutralidade reinasse no maior número de países não beligerantes possíveis. E a tentativa estadunidense de aumentar o seu poder no Brasil foi percebido como positivo dentro do esforço de guerra - até os comunistas desejavam que Vargas estabelecesse alianças com os Estados Unidos a fim de ajudar na luta interna.

Existiram dois movimentos do governo brasileiro que mostraram autonomia e extrapolaram o projeto de parceria com os Estados Unidos. A declaração de guerra em agosto de 1942 e a subsequente decisão de enviar tropas para o teatro de operações italiano que se efetivou em 1944. Nesses dois movimentos, Vargas e seus colaboradores pró-Aliados conseguiram angariar um maior respaldo popular e em paralelo neutralizar as forças pró-Eixo, ao mesmo tempo em que comprometeram os Estados Unidos em ambos os feitos. Nessa movimentação, Vargas subverteu o sistema de poder estadunidense que visava um apoio parcial no qual as forças armadas latino-americanas deveriam se preocupar apenas com a ordem interna e terem um papel de polícias políticas. Isto é, o Brasil, que seria apenas uma “base” para os Aliados, exigiu ser parte do exército.

Vargas, ao declarar guerra e ir à Itália, obrigou os Estados Unidos a transformarem o Brasil na maior potência militar da América Latina, sendo o único país da região a lutar na Europa. No aspecto militar, o governo brasileiro intimou um processo de experiência tecnológica das suas forças armadas compatível às dos países centrais. Se o pós-guerra era uma incógnita ameaçadora, como vimos em várias análises até aqui, Vargas, ao mandar tropas para à Itália, garantiu ao Brasil um lugar de destaque no Ocidente e de vanguarda na América Latina. A guerra passou a ser um projeto dentro da nova configuração do Estado Novo. Ela era a chave para uma vitória interna, leia-se a continuação de Vargas no poder, com projeção externa. O “projeto guerra” passou a ser a madrinha da industrialização.

Depois do rompimento das relações diplomáticas com o Eixo e o retorno dos diplomatas brasileiros de toda a Europa dominada por Hitler e de todas as áreas da Ásia onde o Japão ocupou, as embaixadas de Lisboa, Madri e Londres passaram a ser as

representações diplomáticas mais importantes para o Itamaraty. Situadas na Europa, as mesmas representações conseguiam acompanhar a Guerra “*in loco*” e terem acesso ao enorme tráfego de informações que cruzavam pela Península Ibérica. As embaixadas brasileiras em Madri e Lisboa se tornaram especiais também pelas informações que conseguiam colher junto às autoridades espanholas e portuguesas, autoridades essas que mantinham uma relação privilegiada com os países do Eixo.

O relatório diplomático elaborado pelo embaixador brasileiro em Londres em 19 de maio de 1942 tratou exclusivamente da Frente Leste. Informou o embaixador Moniz Aragão ao Itamaraty que os alemães preparavam a sua ofensiva de verão rumo ao Cáucaso e que Hitler já havia afirmado que a guerra contra a União Soviética seria encerrada em 1942. O relato citava de forma precisa as operações soviéticas na Crimeia a fim de evitar que os invasores investissem contra o Cáucaso. Os soviéticos desenvolveram, desde dezembro de 1941, uma ofensiva geral de inverno que não foi completamente exitosa. Contudo, os soviéticos conseguiram estabilizar a frente de batalha na região central, aliviando assim a pressão sobre Moscou.¹⁸⁸

O relatório também citou as operações nazistas que capturaram a península de Kerch, complicando a situação na cidade fortificada de Sebastopol. A queda de Sebastopol permitiu aos fascistas alcançarem a região do Cáucaso pela cidade de Karkov e de lá ir em direção à Curva do Rio Don na margem anterior da cidade de Stalingrado¹⁸⁹. Esse relatório permitiu ao Itamaraty compreender que na Frente Leste os nazistas apostavam as suas principais forças na tentativa de alcançar os recursos naturais do Cáucaso e que os soviéticos, apesar de tudo, impediam a “*blitzkrieg*” de alcançar os êxitos de anos anteriores. Sebastopol era uma cidade fortaleza, resistiu isolada aos ataques nazistas de outubro de 1941 a julho de 1942 e a determinação dos seus defensores chamou a atenção do mundo todo.

O governo Vargas obteve de sua diplomacia a informação de que dificilmente os alemães dominariam a União Soviética em 1942. Vargas também foi informado que o Exército Vermelho estava em um crescente que dificultaria a situação das tropas do Eixo que operavam no país dos soviéticos ao máximo. Sendo assim, o Estado Novo pôde

¹⁸⁸ MINASIÁN, M. La Gran Guerra Patria de La Union Soviética, Moscú, Editorial Progreso, 1975.

Pág.138.

¹⁸⁹ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 8.

concluir que sem os recursos naturais da URSS, dificilmente a Alemanha conseguiria manter o seu projeto expansionista. Para piorar a situação do Eixo, os anglo-estadunidenses passaram a operar juntos no Norte da África, utilizando as bases brasileiras no Nordeste como base de lançamento. Tal coisa também complicou o acesso dos fascistas às reservas de petróleo africanas.

A incapacidade alemã de tomar as cidades de Leningrado e Moscou denotaram o fracasso da “*blitzkrieg*” na União Soviética. A mudança para uma guerra de longa duração feita por Hitler em seus planos evidenciou a impossibilidade dos nazistas de lançarem qualquer tipo de ataque à América do Sul partindo do território africano. Vargas deve ter percebido que Hitler estava preso à guerra no Leste e não teria como apoiar nenhuma investida contra o Brasil, seja via Região Sul ou através de um golpe de Estado, até porque a presença estadunidense nesse momento no Saliente Nordestino também desestimulava tal coisa. As forças do Eixo, que já não conseguiam obter o petróleo com facilidade e estando também sem as matérias-primas das Américas, dificilmente conseguiriam sustentar uma ofensiva militar por muito tempo.

O informe diplomático da embaixada de Londres em 26 de maio de 1942 relatou que as forças alemãs estavam desenvolvendo uma ofensiva de êxito duvidoso, já que o Comando Nazista não acreditava mais em uma vitória total na União Soviética. O informe também citou divergências entre os comandantes militares alemães, que acreditavam não mais ser possível resistir aos ataques do Exército Vermelho. Naquele momento, a ofensiva soviética não foi plenamente exitosa, mas cumpriu o papel de desgastar as forças invasoras, impedindo que as mesmas alcançassem a capital Moscou. Esse desgaste comprometeu todos os outros planos nazistas nas demais frentes.¹⁹⁰

O relatório também continha uma série de informações sobre o desdobramento da guerra, que poderia envolver o Japão e a Turquia, assim como algumas informações não confirmadas da movimentação das diplomacias do Eixo e Aliada sobre uma possível paz de compromisso. A indecisão do Japão em atacar a URSS e a neutralidade turca complicavam os planos nazistas no Oriente. O governo brasileiro pôde concluir que a ameaça nazista no Atlântico estava se esvaindo na Frente Leste¹⁹¹. Com o enfraquecimento dos nazistas no Leste e a presença estadunidense no Nordeste, Vargas

¹⁹⁰ PITILLO, João Claudio Platenik. Aço Vermelho – Os Segredos da Vitória Soviética na Segunda Guerra Mundial, Rio de Janeiro, Multifoco, 2014. P.88.

¹⁹¹ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 8

poderia tranquilamente usar as manifestações populares para concluir a sua política de aliança com o Washington. O problema, contudo, eram os comunistas e as forças progressistas que se articulavam na esteira das vitórias do Exército Vermelho.

A ofensiva alemã no Cáucaso e a consequente Batalha de Stalingrado recuperaram as esperanças nazistas de derrotarem a URSS. Os nazistas voltaram a sonhar em se apossarem de Moscou e envolverem a Turquia e o Japão nas operações militares conjuntas contra os soviéticos. Com a vitória na Batalha de Sebastopol (30 de outubro de 1941 até 4 de julho de 1942), os nazistas dominaram a região da Crimeia e rumaram para Stalingrado em julho de 1942. Considerada a porta de entrada do Cáucaso, a referida cidade se tornou famosa pela batalha que aconteceu em suas ruas. Os soviéticos dividem a Batalha de Stalingrado em dois momentos - de 2 de julho de 1942 a 18 de novembro de 1942 como momento defensivo e de 19 de novembro de 1942 a 2 de fevereiro de 1943 como momento ofensivo.¹⁹²

Os olhos do mundo todo estavam voltados para Frente Leste em meados de 1942. Nas margens do Rio Volga, se disputou o futuro da Segunda Guerra Mundial. Para a Inglaterra, era imprescindível que os nazistas não lograssem êxito, caso contrário, Hitler teria uma quantidade quase que inesgotável de recursos naturais à sua disposição, além de poder continuar com seus planos de invadir Londres. Por isso, a Inglaterra e os Estados Unidos se mobilizaram para apoiar os soviéticos, mas a dificuldade no transporte dessa ajuda limitou a sua efetividade. O governo Vargas também aguardou os acontecimentos no Leste com atenção; uma vitória nazista recolocaria o oceano Atlântico na mira de Hitler e incrementaria a militância dos simpáticos ao nazismo no país.

O documento diplomático da embaixada brasileira em Washington direcionado ao Itamaraty e redigido pelo embaixador Carlos Martins em 20 de julho de 1942 tratou das operações militares que deram início a Batalha de Stalingrado e a apreensão dos Aliados com o desfecho da mesma. Contudo, o prognóstico era de que os soviéticos iriam repetir a encarniçada defesa que vinham mantendo desde a Batalha de Moscou em 1941. O relatório do embaixador é muito bem detalhado e mostrou com clareza como o ataque alemão estava disposto no território soviético. Para o desenvolvimento da

¹⁹² TCHUIKOV. Vasili Ivanovitch, A Batalha de Stalingrado, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.

“*blitzkrieg*” em direção ao Cáucaso, os nazistas tentariam dominar as cidades de Voronezh, Rostov e Stalingrado, segundo o relatório¹⁹³. O mesmo também informou sobre as tensões envolvendo os Estados Unidos e a Finlândia, que se prostava pró-Eixo.

O relatório do embaixador brasileiro em Londres de 1 de julho de 1942 atestou a celebração entre os governos da União Soviética e Inglaterra de um tratado de assistência mútua, formalizando assim uma aliança para o pós-guerra, já que o mesmo tinha validade de 20 anos. Tal coisa trazia a URSS para o campo Aliado e reconhecia a importância do governo soviético, reestabelecendo um patamar amistoso ao nível das Relações Internacionais, coisa que havia sido rompido com o “*cordon sanitaire*”¹⁹⁴ de 1919. O relatório também falou dos problemas causados para os ingleses com desobediência civil de Mahatma Gandhi na Índia, assim como fala de Jawaharlal Nehru, que apesar de ser independentista, era a favor de lutar contra o Japão, sendo assim, um contraponto a Ghandhi, que insistia na paz¹⁹⁵.

O governo brasileiro tinha agora a certeza da entrada da União Soviética no cenário internacional do pós-guerra, sendo ela uma das participantes efetivas da “nova ordem” que se ergueria, isso graças aos seus esforços na luta contra o Eixo. De certa maneira, o exemplo soviético respaldava a atitude brasileira em ir além do rompimento, declarando guerra. O professor Lochery fala da equação usada na época no âmbito das Relações Internacionais: “*o que você ofereceu ao entrar = o que você receberá ao sair*”.¹⁹⁶ Inclusive, esse é um dos problemas das grandes teorias usadas para qualificar as Relações Internacionais, principalmente em momentos de guerra. Hegel¹⁹⁷ ao definir a conjuntura internacional a partir de “naturalmente anárquica”, subordina todas as nações a um sistema de relações que descarta as conjunturas nacionais e as particularidades estruturais.

O Brasil, o único país latino-americano a lutar na Europa e o único exército Ocidental não segregado, fez um movimento particular e inovador para um país periférico ao pleitear lutar ao lado das grandes nações. Outra particularidade era o fato de o regime político brasileiro ser uma ditadura que não se identificava com o modelo

¹⁹³ Fonte: CPDOC-FGV – GVC. 1942.07.205.

¹⁹⁴ O primeiro ministro francês Georges Clemenceau conclamou que os países fronteiriços à URSS a isolassem política e economicamente.

¹⁹⁵ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 8.

¹⁹⁶ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pág.199.

¹⁹⁷ Georg Wilhelm Friedrich Hegel, considerado um dos mais influentes filósofos da História.

liberal e, mesmo assim, Vargas lutou contra outras ditaduras que também não concordavam com o liberalismo, além de contar com uma população que exigiu ir à guerra.

Tentando construir um projeto de desenvolvimento autônomo a partir do fluxo de capital estrangeiro, o governo brasileiro era um modelo contraditório e em hipótese alguma pode ser enquadrado nessas grandes teorias, ainda mais as que ignoram as especificidades internas. Moura e Alves, talvez presos a esses conceitos gerais, não perceberam o quanto o movimento de Vargas era particular. Vargas estava fazendo um movimento de vanguarda quando atrelou a participação brasileira na guerra, visando os frutos que poderiam ser colhidos no pós-guerra. Sobre essa situação, o presidente Franklin Roosevelt assinalou:

O tipo de ordem mundial que nós, povos amantes da paz, devemos alcançar precisa depender essencialmente das relações humanas amistosas, do conhecimento pessoal, da tolerância, da sinceridade inatacável, da boa vontade e da boa-fé.¹⁹⁸

Os ataques aos navios brasileiros durante o primeiro semestre de 1942 foram uma resposta do Eixo ao alinhamento brasileiro aos anglo-estadunidenses. Nenhum desses ataques foi explicado por Berlim, que permaneceu em silêncio, apesar dos reiterados protestos do governo brasileiro via diplomacia espanhola e portuguesa. O embaixador alemão que trabalhava no Rio de Janeiro percebeu que a cada ataque, mais a animosidade popular contra o Eixo crescia, colocando o governo brasileiro em uma situação insustentável de manter a paz. A tática de acuar a sociedade brasileira não funcionou. O que poderia dar certo era estrangular a economia, assim as forças nazistas prosseguiram com os ataques.

A guerra velada do Eixo contra o Brasil acontecia desde a ruptura das relações diplomáticas em janeiro de 1942. A declaração formal de Guerra não foi feita por Berlim por dois motivos - o Brasil era pouco significativo para receber tal coisa do Reich e os alemães também acreditavam na possibilidade de destituição do governo Vargas por um grupo pró-Eixo e por isso não queriam formalizar nada contra o país. O apoio que o Brasil passou a receber dos anglo-estadunidenses trouxe mais segurança para o

¹⁹⁸ KINSSIGER, Henry. *Ordem Mundial*, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2009. Pág.186.

governo com relação a um possível ataque ou invasão de forças do Eixo e também aglutinou parte significativa da sociedade junto a Vargas, isolando a ala mais reacionária. Um golpe de Estado nesse momento poderia causar uma crise grave. Uma ação de “quinta-coluna” não iria seduzir o conjunto dos militares e qualquer ação na fronteira seria debelada pelos Aliados.

Mesmo sendo as forças armadas um dos maiores sustentáculos da Revolução de 1930 e do Estado Novo, Vargas nunca permitiu ser centralizado por elas. De forma coletiva, ele sempre partilhou as suas decisões com esse setor, o que foi recíproco, pelo menos até 1944. Sobre a decisão de declarar guerra ao Eixo e ampliar as relações com os estadunidenses, foi um ato exclusivo do presidente Getúlio Vargas. É óbvio que existiam setores nas forças armadas que apoiaram tal decisão, mas o comando do Exército Brasileiro e da Marinha de Guerra tinha uma firme posição pela neutralidade. Com essa decisão, Vargas também apostou em uma divisão no seio das forças armadas para enfraquecer qualquer tentativa golpista.

*“Apesar do grande poder dos militares, seria um erro acreditar que fosse absoluto. Todas as suas reivindicações nunca se fizeram longe do jogo político e é certo que muitas vezes tiveram que amargar derrotas para os seus aliados dentro do sistema de poder. Não constituíam um grupo homogêneo, com um programa definido, e sua atuação esteve sujeita à variação das inclinações pessoais. Sua coesão foi moldada por aqueles temas caros aos militares enquanto corporação: a questão da segurança nacional ou a modernização do país. Todos esses fatores permitiram a Vargas não ser um mero objeto dos interesses militares e essa diversidade de opiniões, em questões que transcendiam as preocupações da corporação, permitiu ao hábil político que era Getúlio, coordenar as pressões castrenses com outras mais fracas dos grupos que compunham a administração”.*¹⁹⁹

*“Dentro do sistema político, o poder pessoal de Vargas representou a instância decisiva. Submetido às mais diversas influências e pressões, soube manobrar e tirar proveito de um jogo de interesses em que nenhuma das forças possuía um poder hegemônico, restando-lhe, quase sempre, a última palavra no confronto entre grupos”.*²⁰⁰

¹⁹⁹ FARIA, Antônio A. da Costa. BARROS, Edgar Luiz de, Getúlio Vargas e sua Época, São Paulo, Global Editora, 9ª Edição, 2001. Pág.48.

²⁰⁰ Idem. Pág.49.

Ao iniciar a Batalha de Stalingrado, o embaixador brasileiro em Londres enviou um relatório com data de 20 de julho de 1942 ao Itamaraty. De posse de boas informações, fez observações positivas sobre o Exército Vermelho. Também fez prognósticos favoráveis aos soviéticos na batalha que se seguia. Mostrando-se otimista, o embaixador Moniz Aragão revelou com antecedência duas situações que ficariam marcadas sobre a Batalha de Stalingrado: a necessidade dos nazistas de vencerem antes do inverno e o fato dos soviéticos não terem sido pegos de surpresa. O teor das informações revelou que o Itamaraty acompanhava atentamente a guerra travada no Leste e que o embaixador Aragão estava muito bem informado sobre a realidade soviética²⁰¹.

Interessado na postura soviética, o Itamaraty intensificou a sua observação sobre a guerra no Leste. A partir do segundo semestre de 1942, as embaixadas de Londres, Lisboa e Madri passaram a incluir mais informações sobre Exército Vermelho em seus relatórios ao Itamaraty. Respondendo a uma solicitação do próprio Itamaraty, o embaixador brasileiro enviou, na data de 15 de agosto de 1942, duas crônicas extraídas do jornal “*Diário da Manhã*” de Lisboa que faziam análises militares. Havia, por parte da burocracia do Estado Novo, a necessidade de se compreender como a URSS, aquela que foi sempre tratada como inferior, demonstrava agora forte superioridade frente ao Eixo.²⁰²

A primeira crônica, denominada “A Brecha no Leste”, falava dos avanços nazistas pelo centro e sul da União Soviética. Apontava que o avanço paulatino dos alemães tinha sido custoso e que as forças do Eixo estavam se aproximando de Stalingrado em virtude do rompimento das defesas soviéticas na Criméia. Finalizou a análise colocando em dúvida a vitória alemã. Apesar dos avanços, citou as reservas estratégicas do Exército Vermelho como um ponto de inflexão para a vitória fascista sobre a União Soviética.

A segunda crônica tinha o título de “A Segunda Frente” e colocava em dúvida os planos Aliados de formação de uma Segunda Frente naquele período. Informava o texto que o desembarque de 500 mil homens em qualquer litoral ocidental não faria qualquer diferença para a URSS e que ela deveria salvar a si mesma porque a Segunda Frente não

²⁰¹ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 8

²⁰² DULLES, John W. Foster, *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro, 1973. Pág.347.

resolveria o problema. Terminou afirmando que o oceano Atlântico era o teatro decisivo para a Guerra²⁰³.

O afundamento de 6 navios brasileiros entre os dias 15 e 19 de agosto provocou uma revolta em toda a população. Uma série de manifestações ocorreu em quase todo o país. Nesse momento, a população tomou as rédeas da Guerra e exigiu do governo uma postura à altura. No dia 18 de agosto, uma massa enfurecida foi ao Palácio do Catete, sede do governo federal, localizado na Zona Sul carioca. Ali, milhares de pessoas exigiram de Vargas uma resposta aos países do Eixo pela morte dos brasileiros e pelo ataque à soberania nacional. Vargas falou de improviso tentando acalmar os manifestantes, afirmou que o governo iria punir espiões e “quintas-colunas” que tivessem informado a localização dos navios e que a bandeira nacional não seria ultrajada. Finalizou solicitando que os manifestantes regressassem para as suas casas com a consciência tranquila e de cabeça alta.²⁰⁴

Mas poucos acataram o conselho do presidente - por todo o país, uma série de distúrbios aconteceram nesse dia. Tudo que era propriedade dos países do Eixo ou fazia lembrá-los foi alvo de ataque. No Rio de Janeiro, um tradicional bar chamado “*Adolf*” só não foi destruído porque o famoso cantor Ary Barros explicou aos manifestantes que o nome nada tinha com Hitler. Contudo, o proprietário do estabelecimento mudou o nome para “*Bar Luís*” e publicou um anúncio no jornal “*O Globo*” no dia 28 de agosto para informar a população.²⁰⁵ Os ataques enfureceram boa parte da sociedade e alarmou o governo, que não tinha como garantir a segurança de seus navios mercantes.

A paralização da navegação brasileira seria a ruína do país. No aspecto político, Vargas temia que isso servisse para enaltecer a corrente da “neutralidade” que culpava Vargas e o acordo com os Aliados. De pronto, o general Eurico Dutra culpou o governo estadunidense por não ter dado a devida proteção aos navios brasileiros.²⁰⁶ Essa situação deixou o governo Vargas em uma condição delicada, pois havia dois grupos insatisfeitos, a população e os militares. Mais uma vez, as questões internas intimaram soluções externas e colocaram Vargas em estado de alerta.

²⁰³ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Lisboa - Estante 30, Prateleira 2, Volume 6.

²⁰⁴ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil IX, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1942. Pág. 231.

²⁰⁵ <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/com-2-guerra-restaurantes-alemaes-do-rio-foram-obrigados-trocar-seus-nomes-17225810> - Acessado em 9/10/2018.

²⁰⁶ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pág.187.

O documento a seguir é extremamente revelador sobre os rumos da guerra. Ele demonstrou ao Estado Novo que a conjuntura internacional estava ganhando contornos distintos muito rapidamente, reflexo direto da guerra no Leste. Nessa nova conjuntura, os Aliados já contabilizavam os soviéticos como parte vencedora e já projetavam um pós-guerra completamente diferente do mundo que viu iniciar a guerra. Era possível também entender que os arranjos ideológicos que permitiram a edificação do Estado Novo estavam se desfazendo rapidamente. O pós-guerra teria como expoentes os liberais e os comunistas, detentores de sociedades industrializadas e possuidoras de grandes exércitos. A Alemanha, Itália, Japão e seus satélites deixariam de existir. Outra informação importante era o avanço diplomático da União Soviética na região (América Latina), graças à aproximação com os Aliados.

Conforme o relatório do embaixador Muniz Aragão em Londres de 5 de agosto de 1942, boatos davam conta da possibilidade de reconhecimento do governo soviético pelo governo argentino. Tal articulação, segundo esses boatos, estava sendo estabelecida por Washington, no mesmo momento que o embaixador argentino em Londres questionou Aragão se o governo brasileiro reconheceria o governo de Moscou. O embaixador argentino afirmou ser uma coisa positiva e que havia aconselhado o seu governo a reconhecer o governo dos soviéticos. Disse: “... *mais cedo ou mais tarde, toda a América do Sul teria de chegar a essa solução, tal como foi feito ontem por diversos países sul-americanos*”²⁰⁷. Era uma realidade que o Estado Novo não estava preparado e fez de tudo para protelar.

Desde janeiro de 1942, o Estado Novo convivia com uma coisa completamente nova: o povo na rua se manifestando. Essas manifestações, na maioria das vezes, exaltavam Vargas, mas estavam fora de controle; os atos de violência e depredação contra tudo que lembrasse o Eixo era a subversão de uma ordem social e política que o Estado Novo primava como o mais estrito dever a ser seguido pelos seus cidadãos. Até os militares fizeram manifestação na porta do Palácio do Catete por conta dos afundamentos dos navios²⁰⁸, coisa inédita para o regime de 1937. No dia 21 de agosto, Vargas reuniu-se com os marítimos do “Lloyd Brasileiro” que faziam a sua manifestação contra os ataques do Eixo. Ao recebê-los, Vargas disse que a Marinha e a Aeronáutica, em conjunto com as forças estadunidenses, iriam defender os navios e a

²⁰⁷ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty –Londres - Estante 29, Prateleira 5, Volume 5.

²⁰⁸ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pág.189.

costa brasileira e que os marítimos poderiam ficar tranquilos. Vargas queria evitar mais manifestações, que ainda estavam proibidas pela polícia.²⁰⁹

No dia 22 de agosto, o governo anunciou que o país entrava em “Estado de Beligerância” contra a Alemanha e a Itália. A entrada do Brasil na Guerra aconteceu concomitantemente à visita de Winston Churchill a Moscou, que foi relatada ao Itamaraty no dia 20, avisando sobre a assinatura de apoio mútuo envolvendo os anglo-estadunidenses e os soviéticos²¹⁰. Essa visita não foi uma surpresa para Vargas, ele já havia sido informado no dia 5 de agosto sobre essa possibilidade pelo Itamaraty. O embaixador brasileiro em Londres se apressou para informar sobre o êxito do encontro entre o líder inglês e o líder soviético, assim como noticiou sobre a firme defesa soviética em Stalingrado. O documento tinha um caráter “confidencial” já que a informação tratava do deslocamento sigiloso do Primeiro-Ministro Winston Churchill à União Soviética²¹¹.

Com os Aliados ganhando terreno frente ao Eixo, um governo autoritário e conservador como o Estado Novo teria a sua existência muito criticada. A Guerra no Leste alterou todo o equilíbrio criado pela emergência de governos nacionalistas de cunho fascistas e reacionários. Os questionamentos que o Estado Novo estabeleceu contra o liberalismo, muito pela Crise de 1929, perdia lugar com a guerra. O anticomunismo estatal também estava em xeque, já que estadunidenses e ingleses estavam ombreados à URSS que desmantelara o Komintern para melhor cooperação. O nacionalismo autônomo, tão perseguido pelo Estado Novo, iria precisar de uma nova estratégia, já que o fluxo de capital estadunidense no Brasil começou a abundar. Com a população se mobilizando a cada ataque contra os navios brasileiros, o governo passou a vivenciar uma série de contradições.

Os setores ligados ao capital anglo-estadunidense apoiaram as manifestações em busca de respaldo às suas demandas liberais, já que a censura os fazia perder dinheiro. A ideia de um grande Brasil liberal seduzia parte do empresariado, assim como setores ligados ao Eixo viam nessas manifestações uma oportunidade para criticar Vargas por ter levado o país a um conflito para o qual não estava preparado. Os militares reclamavam pela falta de apoio dos estadunidenses e aproveitavam para atacar o

²⁰⁹ Idem. Pág.189.

²¹⁰ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 8.

²¹¹ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 29, Prateleira 5, Volume 5.

ministro Oswaldo Aranha, acusando-o de falta de perspicácia nas negociações com Washington. Os sucessivos afundamentos dos navios brasileiros foram recebidos com fúria pela população e temor pelo governo. Já que a economia dependia da exportação por via marítima, a paralização desse modal colocaria o país em uma situação de penúria. A fragilidade da marinha brasileira, aliado à falta de aviões patrulha, fez do mar brasileiro um local perigoso para a navegação e propício para os submarinos do Eixo.

CAPÍTULO III – A GUERRA PELA SOBERANIA

O Estado de Beligerância foi decretado por Vargas no dia 22 de agosto, mas só no dia 31 é que a guerra foi declarada oficialmente através do Decreto Nº 10.358. De imediato, o governo começou uma luta em duas frentes. Internamente, deu início a uma verdadeira caçada aos simpatizantes do Eixo e apoiadores do integralismo. Toda a máquina pública foi investigada e cada órgão produziu a sua apuração, onde listas de simpatizantes do Eixo e elementos ligados ao integralismo foram confeccionadas para a formação de processos de investigação. Comprovado o envolvimento com os inimigos da nação, o indivíduo era demitido e, tendo participado de algum ato de espionagem ou sabotagem, era também preso.²¹²

O ambiente de radicalização contra estrangeiros ligados aos países do Eixo e simpatizantes aflorou por toda a sociedade. A população tomou as ruas de todo o país para protestar contra o Eixo, mas várias outras pautas surgiam em maior ou menor escala, revelando uma crítica contra o Estado Novo. Essa crítica parecia estar guardada há muitos anos, pois a radicalização demonstrada em alguns atos surpreendeu a todos. O ambiente político e social brasileiro, de uma complexidade ímpar não pode ser analisado deslocado da guerra. Ao mesmo tempo em que setores das camadas médias vinculavam Vargas a Hitler e Mussolini, as classes mais baixas manifestavam apoio integral ao presidente. A popularidade de Getúlio Vargas cresceu muito por conta da declaração de guerra e das leis que abarcavam pautas sociais.

²¹² No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) existem centenas desses processos e inquéritos.

O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) começou um trabalho de informação e contrainformação. A censura, que já era rígida, passou a obedecer à sistemática da Guerra. A máquina de propaganda do governo passou a trabalhar no intuito de mobilizar a população para o esforço de guerra, mas dentro da “Ordem” do Estado Novo, isto é, manifestações, radicalismo e alarmismos estavam proibidos. O “mundo do trabalho” tinha que ser fortalecido para suportar a Guerra e a mobilização tinha que ser estritamente de apoio ao governo. A imprensa participou ativamente desse esforço de guerra: conectadas as grandes redes de notícias nos Estados Unidos e na Europa, a imprensa brasileira passou a publicar grandes manchetes sobre a guerra.

Havia o temor que as agitações contra o Eixo se transformassem em protestos contra o governo, manobradas pela “quinta-coluna” e pelos comunistas. Por isso, a polícia política intensificou os seus esforços para identificar todo e qualquer tipo de ameaças à segurança interna, principalmente as advindas de organizações proibidas. Enquanto Vargas negociava com os estadunidenses o efetivo reaparelhamento das forças armadas brasileiras, a conjuntura interna se complicou. O governo precisou mostrar estabilidade para ser merecedor da ajuda de Washington. Por muito tempo, a pecha de simpático ao fascismo atrapalhou o Estado Novo no recebimento de armas por parte dos anglo-estadunidenses. Uma agitação que indicasse que as armas aliadas poderiam parar nas mãos de um governo pró-Eixo impediria o prosseguimento do acordo com os estadunidenses²¹³.

No boletim de número 195 do DIP, datado de 17 de agosto²¹⁴, consta a proibição que os jornais “O Globo” e “Correio da Manhã” receberam de publicar informações sobre a depredação de imóveis de súditos do Eixo na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. A censura objetivava tranquilizar os ânimos e não influenciar novos conflitos, mas também mostrar que o Estado tinha restaurado a tranquilidade com o país caminhando em sua normalidade. Dois dias depois, o boletim do DIP de número 197²¹⁵ reiterou a proibição de qualquer publicação sobre ataques contra residências e estabelecimentos de súditos do Eixo em todo o país.

²¹³ PEREIRA, Durval Lourenço. Operação Brasil - O Ataque Alemão que Mudou o Curso da Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Editora Contexto, 2015. Pág.289.

²¹⁴ Datado de 17/08/1942. Fonte: APERJ - Pol/Pol setor ADM – notação 13, dossiê 1.

²¹⁵ Datado de 19/08/1942. Fonte: APERJ - Pol/Pol setor ADM – notação 13, dossiê 1

Os protestos violentos continuaram por todas as grandes cidades brasileiras. Muitos desses atos foram dirigidos contra estabelecimentos comerciais de propriedade de imigrantes, situação preocupante no aspecto social e econômico. Também foi censurado pelo DIP qualquer assunto sobre o trânsito de navios nos portos brasileiros. O governo acreditava que os afundamentos de agosto de 1942 tinham sido possíveis graças às informações de espões em terra. O pesquisador Durval Loureço Pereira revelou que alguns desses ataques aconteceram de forma casual. Porém, existia um plano de Hitler para atacar uma série de portos no Brasil com uma esquadra de 10 submarinos, que acabaram se desviando para outro objetivo por engano, desfazendo o ataque²¹⁶. A proibição da divulgação de ações de combate dizia respeito até as ações brasileiras. Foi o caso de um ataque feito por um avião da FAB em 1942 a um submarino alemão, que depois se confirmou não ter surtido efeito.²¹⁷

O boletim do DIP editado em 22 de agosto de 1942, continha elementos que retratam o momento que o país atravessava sob o olhar da máquina pública. O temor com a Guerra e as dúvidas quanto ao comportamento da sociedade permeavam o governo, que não exitou em ampliar os dispositivos de censura e de segurança interna. O DIP proibiu qualquer divulgação sobre “afundamento de submarino do Eixo”, primeiro que não havia sido confirmado e segundo para evitar alarmismo. Também não se havia firmado um plano de defesa e vigilância do oceano Atlântico com os estadunidenses. A ideia era esperar a efetivação desse plano para anunciar qualquer conflito do tipo nas águas territoriais brasileiras. O pensamento de que submarinos inimigos espreitavam o litoral brasileiro causou grande apreensão entre a população.

O DIP também proibiu a divulgação sobre a fuga de uma embarcação argentina da Baía da Guanabara; a ideia era evitar que a população virasse as suas baterias de ódio contra a nação vizinha. O governo brasileiro tinha conhecimento que na Argentina operava uma poderosa base da espionagem alemã, como também sabia que o governo alemão usava o litoral portenho para suporte logístico para seus submarinos e navios. O DIP também proibiu a divulgação de um suposto aeroporto nazista na cidade de Formosa, no Estado de Góias, denunciado por populares que afirmaram ter ouvido pessoas falando alemão no local. Sobre essa história de Formosa, pairam algumas

²¹⁶ PEREIRA, Durval Lourenço. Operação Brasil - O Ataque Alemão que Mudou o Curso da Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Editora Contexto, 2015.

²¹⁷ Idem. Pág.112.

dúvidas até hoje. Um pesquisador local apontou que tal aeródromo era de uso exclusivo de uma fazenda local.²¹⁸

No mesmo período (15 de agosto de 1942), o DIP censurou a manifestação de solidariedade dos integralistas ao governo brasileiro. Dessa maneira, o governo quis evitar uma possível reentrada desse segmento na vida pública. “A Câmara dos 40”, descrita no documento, era o órgão consultivo da Direção Nacional da AIB. Com o início da Guerra, as dúvidas sobre a postura dos integralistas se intensificaram. Muitos dos seus membros eram vistos por parte da sociedade e mídia como “quintas-colunas”²¹⁹. Impedidos de se organizarem desde 1938, os integralistas transformaram-se em páreas. Apesar de numerosos e articulados na máquina pública e setores da elite nacional, o episódio dos afundamentos os comprometeu. O boato (e ou a lenda) de que os estadunidenses foram os responsáveis pelos afundamento dos navios brasileiros, com o intuito de colocar o Brasil na guerra e comprometer a relação entre Brasil e Eixo, foi algo orquestrado pelos integralistas.

O boletim 209 do DIP, datado de 2 de setembro, revelou que os primeiros dias da declaração de guerra brasileira ao Eixo foram muito conturbados, principalmente pela reação popular contra o afundamento de seis navios e a morte de centenas de cidadãos que viajavam neles. A decisão de declarar guerra ao Eixo uniu várias correntes políticas que faziam oposição Vargas. Depois dos integralistas, foi a vez dos comunistas e depois os liberais hipotecarem solidariedade ao governo. O DIP censurou todos os manifestos. Até o ex-interventor no Rio Grande do Sul e ex-aliado de Vargas, Flores da Cunha²²⁰, que estava exilado no Uruguai e tinha escrito um manifesto contra a agressão fascista e solicitando a unidade, também foi censurado.

Os boletins do DIP sobre censura de atos que pudessem alterar o comportamento social foram produzidos até o fim da guerra. Às vezes, eles eram editados três vezes ao dia. Qualquer informação sobre as ações de vingança por parte de populares contra o Eixo também era proibida, como no caso de um alemão que saudou o Eixo e foi assassinado em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Da mesma maneira, continuavam censuradas as informações sobre os submarinos do Eixo na costa

²¹⁸ <http://neymourateles.com.br/nazistas-em-formosa-realidade-ou-fantasia/> - Acessado em 11/10/2018.

²¹⁹ Fonte: APERJ - Pol/Pol setor ADM – notação 13, dossiê 1

²²⁰ Flores da Cunha voltou ao Brasil ainda no ano de 1942 e foi preso por nove meses (cumpria a pena de 12 meses por importação ilegal de armas) sendo libertado em 1943, três meses antes de concluir a pena, por um indulto presidencial.

brasileira, situação que causou muitos boatos e gerou bastante apreensão. Por isso, no dia 6 de setembro, o governo iniciou exercícios de “blecaute” (*black out*) nas principais cidades litorâneas. No início, houve muita resistência por parte da população em aderir ao “blecaute”, precisando a polícia agir para obrigar os cidadãos a apagarem as luzes de suas casas.²²¹

O DIP também censurou comentários sobre a suspensão de artigos da Constituição Federal que foram suprimidos pelo Estado de Guerra. Os opositores alegavam que Vargas estava se aproveitando da Guerra para aprofundar a centralização de seus poderes. Esse ato gerou muitos protestos, principalmente por parte dos estudantes que acusavam Vargas de estar se aproveitando da guerra para se eternizar no poder. O telegrama de Agildo Barata, líder comunista que oferecia a solidariedade dos comunistas a Vargas também não pôde ser publicado²²². O avanço nas Leis Trabalhistas e o aumento nas vagas de empregos contribuíram para formar uma base de apoio a Vargas, que utilizou o rádio e os jornais para se comunicar diretamente com esses setores beneficiados com a respectiva política pública.

O jornal “Correio da Manhã” de 5 de setembro de 1942 trouxe em sua manchete a seguinte chamada: “Um Pedido da Polícia”. O governo solicitou a população que cessasse com os atos violentos contra os “súditos” do Eixo²²³, alertando sobre os “objetivos inconfessáveis” que poderiam ser encarados como tentativa de derrubar o governo federal. O jornal também destacou o início dos “blecautes” em toda a cidade. O presidente Vargas andou desconfiado das tais manifestações, acreditando que elas pudessem ser “movimentações subterrâneas” para derrubar o governo. O argumento de que os estadunidenses estavam se aproveitando da conjuntura para dominar o país ganhou corpo.

Os boletins do DIP aqui elencados, referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 1942, possuíam informações importantes para compreendermos o comportamento de uma parte significativa da população brasileira naquele momento. Esse traço social precisa ser observado a partir das especificidades do Estado Novo, que não possuía uma constituição homogênea. Mesmo com a ajuda estadunidense, era muito difícil agir contra os submarinos inimigos. Esse efeito colateral não tinha sido previsto

²²¹ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pág.200.

²²² Boletim do DIP de 2/09/1942 - Fonte: APERJ - Pol/Pol setor ADM – notação 13, dossiê 1.

²²³ Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Correio da Manhã – 5/09/1942.

por Vargas e a solução para esse problema só poderia surgir do aprofundamento das relações com os Aliados. Isso ressalta o caráter minucioso que o governo brasileiro tratou a sua relação com Washington. As demandas brasileiras tratadas em um primeiro momento com absurdas pelos militares estadunidenses foram atendidas paulatinamente pelas Casa Branca em um segundo tempo, quando o Brasil se tornou o fiel da balança na América Latina.

Os boletins do DIP demonstravam os anais da censura. Neles estavam transcritos os receios do governo. A análise desses documentos traz à tona uma história concreta e factível do lado mais frágil do Estado Novo, aquele que eles queriam evitar que fosse de conhecimento público. Existia o apelo da “segurança nacional” e isso era justo, mas desde a instalação do Estado Novo, o ambiente social passou a ser visto sob o aspecto da desconfiança do onipresente “inimigo interno”, que justificava o uso indiscriminado da censura.

As fontes primárias, os boletins do DIP, ajudam a se afastar das especulações filosóficas que muito foram utilizadas pelos historiadores em suas análises sobre o governo Vargas. Usaram essas “especulações filosóficas” a despeito da importância do nacionalismo que Vargas utilizou para subordinar o ambiente social ao econômico como justificativa para o tal “alinhamento automático”, muito defendido na historiografia brasileira com relação à Guerra. Nos referidos boletins, encontra-se um protagonismo bem elevado do ambiente social. O comportamento do cidadão, de forma individual ou coletiva, tinha uma relevância muito grande para o governo. A falta de análises sobre a contribuição da conjuntura social para a entrada do Brasil na Guerra produziu uma historiografia com muitos elementos tacanhos e pouco realistas.

O professor Vagner Camilo Alves foi um dos signatários da teoria de que as conquistas brasileiras quando dos acordos com os Estados Unidos no contexto da guerra foram muito mais um momento de fraqueza de Washington do que de fortaleza do Rio de Janeiro. O mesmo não observou que o desejo majoritário da população era de ir à guerra ao lado dos Aliados.

A guerra total e mundial torna a capacidade de ação autônoma dos Estados periféricos ainda mais restrita, é preciso repetir. Entretanto, aumentam, concomitantemente, as possibilidades de tais Estados angariarem alguns frutos desta situação, negociando seus alinhamentos ao poder regional

*preponderante antes que este esteja capacitado a praticamente exigí-lo. É nesta brecha, em meio a poderosíssimas restrições estruturais, que residia o espaço para habilidade e maestria política das lideranças dos países fracos.*²²⁴

A afirmação de Alves tem uma série de pontos que precisam ser observados de forma crítica. Ao falarmos da autonomia brasileira durante a guerra, precisamos compreender que o governo brasileiro teve a palavra final em todos os acertos técnico-militares, não houve um só ponto que tivesse sido posto em prática por imposição de Washington. Pelo contrário, o governo brasileiro é que pautou a “ajuda” o tempo todo. Outro ponto foi a negociação do alinhamento: o Brasil já participava de acordos no contexto pan-americano e não havia nenhuma ingerência estadunidense no governo brasileiro. Isto é, o Estado Novo em nenhum momento redirecionou a sua política interna para a conveniência de Washington. Tomemos como exemplo o treinamento e a mobilização da FAB e da FEB, que não agradaram os anglo-estadunidenses.

A observação de Alves não levou em consideração que a ameaça nazista ao Brasil era real, tanto externamente, como internamente, assim como era real a intenção dos estadunidenses de ocuparem o Nordeste brasileiro à revelia do Rio de Janeiro. O alinhamento brasileiro aos Estados Unidos não se transformou em submissão política, pelo contrário, o Estado Novo continuou com a sua estrutura antiliberal, mas estatelando parcerias com os estadunidenses no âmbito da Defesa dentro de um contexto geral do pan-americanismo. O rompimento era uma demanda da maioria dos setores urbanos, sendo assim, antes de qualquer projeto estadunidense, essa realidade já pertencia ao contexto político e social brasileiro. Sobre o alinhamento brasileiro às propostas de Washington nos fóruns internacionais, estavam coerentes com a política anticomunista de Vargas que se completava com a política externa de Washington.

Com base na afirmação de Alves, nos questionamos: a Inglaterra, ao abrir os seus mercados no Oriente aos Estados Unidos em troca de apoio, estava se tornando um país periférico? E o caso argentino, onde se enquadra? Estaria a Argentina sofrendo pressão do “centro hegemônico” que seria a Alemanha para não se engajar no bloco Aliado? Não parece factível que esses dois exemplos sejam enquadrados na teoria de Alves, muito menos o Brasil. Outro que foge a essa regra foi o Chile, que, por possuir

²²⁴ ALVES, Vágner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um Envolvimento Forçado, São Paulo, Editora PUC RIO, 2002. Pág. 41.

uma grande costa, preferiu a neutralidade como um movimento defensivo. A Turquia é outro caso que contraria Alves: pressionada por Inglaterra e Alemanha, duas potências, escolheu a neutralidade. Ainda sobre a situação da Argentina, o seu presidente afirmou no dia 17 de janeiro de 1942:

*“Há uma campanha tendenciosa para tergiversar nossa atitude, atribuindo-lhe propósitos que jamais existiram. O governo da nação tem, na ordem interna, a responsabilidade de muitos interesses que deve conciliar. Talvez devido a isso, a nossa atitude, na ordem externa, não seja tão espetacular como alguns desejariam”.*²²⁵

Sobre o crescimento das manifestações, o que mais incomodava ao governo Vargas era a presença dos comunistas. Isso fez com que a vigilância sobre eles fosse ampliada. Desde janeiro de 1942, o governo voltou a intensificar a perseguição a eles. Preso na Ilha Grande (Rio de Janeiro), Prestes e mais 150 militantes comunistas enviaram, no dia 21 de agosto de 1942, um comunicado ao presidente Getúlio Vargas solicitando liberdade de expressão e de reunião para que todos que quisessem lutar contra o fascismo o pudessem fazer em um ambiente democrático e sob o auspício da União Nacional.²²⁶ Getúlio Vargas estava suficientemente informado que os comunistas já estavam na luta de maneira clandestina. A política interna que estava dirigindo todo o processo de guerra era essencialmente anticomunista, por isso não cabia esse tipo de concessão para eles.

O Boletim do DIP de número 214, de 8 de setembro de 1942, trouxe a censura prévia ao jornalista estadunidense Waldo Frank, que excursionava pela América Latina a serviço do governo de seu país em missão de aproximação no contexto da luta antifascista. Frank era um intelectual, romancista, escritor, jornalista e especialista em literatura espanhola e latino-americana. Também era militante comunista ligado a Leon Trotsky, que, a fim de estabelecer uma ponte cultural entre Estados Unidos e os países da América Latina, começou a excursionar pela região proferindo uma série de palestras. O tom libertário e a crítica contundente de seus discursos contra as ditaduras provocaram desconforto ao governo brasileiro. Por isso, suas entrevistas precisavam de

²²⁵ SILVA, Hélio. 1942 Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. Pág. 197.

²²⁶ PRESTES, Anita Leocádia. Da Insurreição Armada (1935) À “União Nacional” (1938 – 1945), São Paulo, Paz e Terra, 2001. Pág.74.

autorização do DIP antes de serem publicadas²²⁷. Vários outros artistas estadunidenses foram tratados como comunistas em suas estadas no Brasil; tinham liberdade para andar, mas suas entrevistas eram na maioria das vezes censuradas.

Os boletins do DIP citavam textualmente que as notícias de caráter “político-social” deveriam ser observadas antes de toda e qualquer divulgação. Nesse sentido, o Setor de Verificação de Jornais (SVJ) procedia a uma rigorosa observação de todos os jornais diariamente. As redações tinham que enviar as notícias sobre o “político-social” para o DIP previamente. Todas referentes aos “comunistas” e as agitações populares, sofriam a censura prévia. Até mesmo o discurso do líder inglês Winston Churchill sobre a Conferência de Moscou foi censurado. As palavras de reconhecimento de Churchill ao líder comunista Josef Stálin pelas vitórias que o Exército Vermelho alcançou na Frente Leste eram, segundo o DIP, elogiosas demais.²²⁸

Nessas manifestações contra o Eixo, estavam presentes os comunistas e muitos apoiadores do Levante de 1935, como também muitos liberais que gritavam por democracia. Estava presente, às vezes, o povo mais humilde criticando a incompetência dos Interventores. Também estavam presentes os estudantes e os sindicalistas protestando contra a polícia e seus métodos truculentos. Estavam os intelectuais que reclamavam da censura e muitos membros da elite financeira, que sempre foram contra o centralismo político e econômico do Estado Novo. Entre as palavras de ordem contra a Itália fascista e a Alemanha nazista, estavam os gritos contra as ditaduras reacionárias e contra os “quintas-colunas” e muitos desses alvos eram membros destacados do governo. No Rio de Janeiro, as manifestações foram terminantemente proibidas em julho de 1942, só acontecendo em locais fechados e com autorização oficial.

Entretanto, a figura de Vargas passava incólume diante das camadas mais baixas. A sua política social e econômica melhorou a vida de muita gente, que reconhecia na figura do presidente o promotor desse feito. Com a decretação da guerra, ficaram evidentes as contradições entre as duas correntes que tentavam hegemonizar o Estado Novo. Os simpáticos do Eixo, travestidos de defensores da neutralidade, perderam a iniciativa e tiveram que recuar com os ataques dos submarinos aos navios brasileiros e os defensores da aliança brasileira com os anglo-estadunidenses tomaram a

²²⁷ Fonte: APERJ - Pol/Pol setor ADM – notação 13, dossiê 1.

²²⁸ Fonte: APERJ - Pol/Pol setor ADM – notação 13, dossiê 1.

dianteira e caíram nas graças da população. Mais uma vez, Getúlio Vargas foi ao encontro do povo.

As suspeitas sobre a capacidade do governo em defender o país ganharam mais fôlego com as críticas à falta de estradas e linhas ferroviárias, já que para mover tropas para a Região Nordeste só era possível de navio. A problemática da infraestrutura de transporte foi alvo de intenso debate na sociedade, coisa que colocou em dúvida a capacidade do Estado Novo em defender o território nacional. A dificuldade em cruzar o país devido à falta de estradas de rodagem e de ferro obrigou o governo Vargas a acelerar o uso de aviões. Nesse ponto, a Panair (que adquiriu toda a logística da alemã Condor e da Italiana LATI) agiu construindo aeroportos civis que secretamente atendiam a demanda militar por todo o país. Essas críticas sobre infraestrutura foram suprimidas dos jornais e rádios a partir de novas diretrizes do DIP. Enquanto durasse a guerra, nenhum assunto sobre as condições de infraestrutura do país poderia circular.

A reação popular contra os ataques de submarinos foi tão extremada que o governo decidiu censurar as informações sobre o afundamento de dois navios ocorridos em 28 de julho. Os navios *Barbacena* e do *Piave* foram afundados próximos a Barbados²²⁹ e havia sido censurado qualquer comentário sobre o fato. Em setembro, apareceram novos comentários sobre o caso, que o governo agiu para evitar que as informações alcançassem a opinião pública. O boletim do DIP, de 15 de setembro de 1942, continha a ordem de censura sobre o referido assunto²³⁰. Com a situação interna em um clima explosivo, a censura passou a ser um elemento central da defesa interna.

De uma maneira um tanto abstrata, Vagner Camilo Alves afirmou que

“cada passo em direção à aliança com os EUA significava um menor leque de escolhas para o governo brasileiro e um paulatino envolvimento na guerra contra o Eixo que crescia em escopo geográfico”.²³¹

Mas só havia duas opções, a neutralidade com alguns ganhos e a aliança com vários ganhos. Isso se não levarmos em considerações dois fatos concretos que, em se

²²⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_navios_brasileiros_atacados_na_Segunda_Guerra_Mundial - Acessado em 11/10/2018.

²³⁰ Fonte: APERJ - Pol/Pol setor ADM – notação 13, dossiê 1.

²³¹ ALVES, Vágner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um Envolvimento Forçado, São Paulo, Editora PUC RIO, 2002. Pág. 102.

tratando da guerra, que foram determinantes. O ataque a Pearl Harbor mostrou que os aviões poderiam atacar em qualquer lugar que os porta-aviões os levassem e que o Nordeste estava ao alcance do Eixo via Dakar. Além disso, os afundamentos dos navios brasileiros construíram uma conjuntura interna que era impossível de ser ignorada, já que comprometia a estabilidade governamental. Josef Fontana exemplifica essas afirmações afastadas do fato concreto:

*“um dos problemas que mencionei se refere à forma de relacionar os fatos concretos com o contexto teórico que terá de explicá-los, sofre também as consequências da miopia a que nos condenou o modelo linear. Temos de superar a prática que vai da análise abstrata ao dado pontual: que coleciona fatos que possam encaixar-se no lugar que lhes tenha sido designado previamente no modelo interpretativo. Necessitamos, pelo contrário, partir do concreto, do acontecimento com tudo o que tem de complexo e peculiar, não para isolá-lo como algo único, mas sim para colocar a prova o marco interpretativo e enriquecê-lo ao mesmo tempo”.*²³²

O fato concreto era o ambiente interno que a guerra forjou no Brasil de 1942. Para além das relações internacionais, estava em voga o projeto de industrialização. Desse projeto dependia outro muito importante: o de edificação de leis que estabeleciam condições para o Bem-Estar Social. Contudo, a possibilidade de as forças do Eixo atacarem o Brasil, seja por Dakar, pela Argentina, pelo oceano Atlântico ou até mesmo pelos próprios nacionais em forma de uma “quinta-coluna”, obrigou o governo brasileiro a estabelecer uma aliança defensiva que tinha também um caráter econômico. Alves subestimou essas peculiaridades e tampouco apontou um fato concreto que determinasse qual outro rumo seria viável.

Essa atmosfera de protestos que permeou a sociedade brasileira naquele momento tinha um importante componente - os estudantes, que desde iniciada a guerra se mobilizaram contra o bloco “Berlim-Tóquio-Roma”. Na vanguarda, estava a UNE (União Nacional dos Estudantes) e entre eles estavam os comunistas, que, orientados pela nova política de “União Nacional”, começaram um processo de reorganização de sua militância por área de interesse. Com as principais lideranças presas ou banidas, uma gama de jovens comunistas foi às ruas embalados pelos feitos do Exército Vermelho. As capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, foram vanguarda

²³² FONTANA, Josep. História – Análise do Passado e Projeto Social, Bauru, EDUSC, 1998. Pág.227.

nesse processo “rebelde”, coisa que depois se alastrou por todo o país conforme os ataques de submarinos continuaram.

A censura visava todo o movimento estudantil, como podemos ver no boletim do DIP de setembro de 1942. Ele faz menção ao Centro Acadêmico XI de Agosto, que já possuía um “dossiê” no órgão e era um velho conhecido da polícia política. Isso era devido à forte oposição que os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo faziam ao Estado Novo desde 1937. Também são censuradas as informações sobre o V Congresso da UNE, que apesar de saudar a entrada do Brasil na Guerra, fez críticas duras ao Estado Novo. Por fim, o boletim também mandou censurar a revista chilena “Mundial”, que trazia em suas linhas “assunto relativo à União Soviética”²³³.

Para sair da defensiva, o governo Vargas usou o dispositivo de segurança interna e a imprensa. Com a declaração de guerra, Vargas pôde executar uma ampla ação de repressão contra agentes e simpatizantes do Eixo. Essa ação do governo foi feita a partir de palavras de ordem que exaltavam o “nacionalismo”. Vargas, a todo o momento, ressaltou que os inimigos do Brasil queriam pôr fim a sua política de independência para colocar o país de joelhos. Muitos desses que foram alvos da repressão já tinham fichas e dossiê nos órgãos policiais desde o Levante Integralista em 1938. O documento do DESPS que tratou da apreensão de uma rádio clandestina e de elementos ligados ao Eixo trazia a orientação para a sua máxima divulgação na imprensa. O documento em questão é um exemplo de como o governo Vargas explorou essas ações. O objetivo era dar uma satisfação à população e diminuir o sentimento de impotência.²³⁴

“Na trajetória da vida política nacional, o Estado Novo (1937-45) continua sendo um período um tanto enigmático, que desafia incessantemente explicações e reconstituições já dadas. Pelo seu caráter de experiência política “bem-sucedida”, pela especificidade de suas propostas e, sobretudo pela surpreendente capacidade de angariar adesões e absorver conflitos, o regime não pode ser explicado simplesmente pela emergência de circunstâncias sócio-políticas favoráveis. É preciso considerar que junto a estas condições objetivas – conjuntura internacional de guerra, emergência de regimes autoritários – foi elaborado um projeto político-ideológico extremamente bem articulado, que soube capitalizar os

²³³ Fonte: APERJ - Pol/Pol setor ADM – notação 13, dossiê 1.

²³⁴ Documento do DESPS autorizando a divulgação da apreensão de estações de rádio clandestinas dos agentes do Eixo na cidade do Rio de Janeiro. Datado de 21/09/1942. Fonte: Pol/Pol setor ADM – notação 13, dossiê 1.

*acontecimentos, reforçar situações e, sobretudo, convencer da preeminência de uma nova ordem, centrada no fortalecimento do Estado”.*²³⁵

Em um de seus textos, Mônica Pimentel Velloso destaca a capacidade do Estado Novo em se sobrepôr às adversidades que encontrou durante a sua existência. Fala que a dimensão ideológica adquiriu peso fundamental para a sociedade a ponto de redimensionar a cidadania.

*“Nessa relação com as forças sociais, o Estado realiza duplo movimento: procura restringir o núcleo decisório, ao mesmo tempo em que realiza um esforço para ampliar as bases de sustentação, incorporando certas demandas das camadas populares”.*²³⁶

As manifestações antifascistas são fruto do próprio processo que o Estado Novo criou ao incorporar minimamente setores das camadas urbanas em seu programa. Ele acabou forjando, independentemente da vontade estatal, uma massa crítica. Apesar da subordinação em alguns momentos e da forte repressão, esses setores acabaram ganhando autonomia e a usaram para pressionar o governo em uma direção que acabou respaldada pelos Aliados. Essa autonomia se tornou mais aguda em 1945, quando a pressão sobre o Estado Novo, e principalmente sobre Vargas, o fragilizou, abrindo caminho para as forças golpistas.

O problema é que a paranoia anticomunista levou o governo Vargas a enxergar nas manifestações somente o que estava implícito, ou o que eles acreditavam estar. Os setores mais duros temiam a infiltração comunista no tecido social. Esses setores também enxergavam a atuação dos agrupamentos liberais como parte desse plano maior. Vargas temia que setores golpistas pudessem usar o caráter radicalizado dessas manifestações para uma ação de força contra o Estado Novo, ou até mesmo afastá-lo do poder com a justificativa de ser incapaz de lidar com a situação. No meio desse turbilhão interno, a Frente Leste revelou uma das maiores surpresas da guerra - a segunda derrota nazista diante da União Soviética. O embaixador Moniz Aragão informou ao Itamaraty em 25 de novembro de 1942 que as forças do Eixo foram

²³⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria de Castro, Estado Novo – Ideologia e Poder, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. Pág. 71.

²³⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria de Castro, Estado Novo – Ideologia e Poder, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. Pág. 71.

cercadas em Stalingrado e que a vitória do Exército Vermelho era inevitável²³⁷. Dois dias depois, Aragão voltou a informar que a vitória soviética em Stalingrado fora confirmada e se deu de forma extraordinária²³⁸.

As mobilizações continuaram firmes mesmo depois de o governo ter informado que intensificaria, junto com os estadunidenses, a vigilância das rotas marítimas. Os estudantes que eram a vanguarda passaram a ter a companhia de sindicalistas nas manifestações, ampliando o leque de mobilização. Devido a guerra, alguns produtos começaram a faltar no início de 1943 e a gasolina passou a ser racionada. Essa questão da escassez econômica passou a estar na pauta dos manifestantes, que, mesmo sob repressão, não desanimaram. A maioria das manifestações poupou o presidente Vargas de suas críticas, enquanto outras hipotecavam a ele a sua solidariedade. Contudo, havia segmentos estudantis que não perdiam a oportunidade de criticar o Estado Novo, seus integrantes de cunho fascista e a postura ditatorial de Vargas.²³⁹

No dia 2 de setembro (Semana da Pátria), uma manifestação de diversos segmentos foi ao Palácio do Catete protestar contra o Eixo e exigir que o governo brasileiro respondesse aos ataques de maneira mais incisiva. Mas uma vez falando de improviso, Vargas acudiu a multidão e pediu calma. Disse que a população não tinha motivo para temer, que o Brasil estava à altura do acontecimento. Entretanto, no final do discurso, disse uma frase intrigante. Solicitou que regressassem à suas oficinas e às suas fábricas, para continuarem a produzir para o Brasil, *“para que as forças militares e às que tivessem que ser mobilizadas e marchar para o teatro de guerra nada faltasse”*.²⁴⁰

Nesse dia, Vargas indicou o desejo de se fazer um movimento muito mais significativo do que encampar ativos do Eixo e prender espíões. Mais uma vez, as questões internas estavam pautando as atitudes externas do Estado Novo. Estava em trânsito a vontade de Vargas de participar do conflito mundial. O desejo estadunidense era que o Brasil tivesse um simples alinhamento. Isso não aconteceu porque muitas questões internas precisavam ser sanadas, principalmente o reaparelhamento das forças

²³⁷ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 29, Prateleira 5, Volume 5.

²³⁸ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 29, Prateleira 5, Volume 5.

²³⁹ PRESTES, Anita Leocádia. Da Insurreição Armada (1935) À “União Nacional” (1938 – 1945), São Paulo, Paz e Terra, 2001. Pag. 75.

²⁴⁰ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil IX, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1942. Pág.248.

armadas e a siderurgia para a industrialização. A declaração de guerra feita por Vargas também não foi algo que estava nos planos de Washington. Ela obrigou os estadunidenses a mobilizar mais forças para a defesa do Atlântico Sul, assim como entregar mais armas para os brasileiros. E a projeção por parte de Vargas de tropas brasileiras em algum teatro de operações foi outro complicador para a Casa Branca.

As manifestações eram uma “torre de Babel” – vários matizes se juntavam para criticar o Estado Novo. Um exemplo dessa miscelânea de críticas foi um grupo de cerca de 30 “quintas-colunas” que tentou aproveitar uma manifestação no Centro do Rio de Janeiro, no dia 2 de setembro de 1942, para atacar a sede do jornal “*Diário da Noite*”, localizado na Praça Mauá, região central da capital. Contudo, os funcionários reagiram e conseguiram dominar os agressores com a ajuda da multidão. Depois de brigas e discussões, a polícia conseguiu prender os líderes da agitação. Ao serem levados para a delegacia, ficou provado que eram integralistas já fichados e alguns foragidos da Justiça. Um dos presos foi Jaime Fischer Gamboa, ex-policia civil, que ao ver a imprensa, fez a saudação nazista de erguer o braço para o delegado que o prendeu. Outro preso foi Ivens de Araújo dos Santos, ex-telegrafista do Lloyd Brasileiro, demitido por transmitir a localização de navios brasileiros para agentes do Eixo.²⁴¹

A mobilização popular contra o Eixo se desdobrou em vários atos por todo o país. A UNE passou a ser a entidade catalizadora da insatisfação estudantil. No dia 28 de março de 1942, a polícia interditou o Clube Germânia, tradicional local de encontro da elite carioca ligada à Alemanha.²⁴² O clube foi considerado Bem Nacional quando de sua encampação pelo governo federal. Isso incentivou as lideranças da UNE a ocuparem a sede do referido clube no dia 14 de setembro, realizando no local o 5º Congresso da UNE, transformando o clube em “Quartel General dos Estudantes Contra a Quinta-Coluna no Brasil”.

“... Procuramos os diretores e informamos que a UNE ia se instalar naquele edifício, e que nós dávamos cinco dias para o Clube Germânia evacuar o edifício de modo próprio e sem qualquer atribulação...”, explicou o ex-presidente da UNE, Hélio de Almeida, em depoimento publicado no livro Histórico UNE.²⁴³

²⁴¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Jornal Diário da Noite – 2/09/1942 Pág. 1 e 2.

²⁴² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Correio da Manhã 29/03/1942. Pág. 1

²⁴³ <http://www.une.org.br/2012/09/ha-70-anos-une-ocupava-a-praia-do-flamengo-132/> - Acessado em 15/10/2018.

O aparato cultural entorno do esforço de guerra também ajudou muito na conscientização e na mobilização contra o Eixo. O governo estadunidense investiu muito nesse tipo de trabalho para ajudar na aproximação. Essa ofensiva cultural ajudou a desenvolver um ambiente de negócios muito favorável no Brasil. Importante ressaltar que no primeiro momento, o projeto de desenvolvimento autônomo restringia a ação do capital estrangeiro e no segundo, com a guerra vigente, não foi um “*lesse fair, lesse passe*”, mas o governo teve que fazer algumas concessões. Vargas direcionou esses investimentos para as áreas de interesse nacional. As indústrias que constituíam as necessidades da guerra ficaram sob controle estatal e os outros setores puderam ter capital estrangeiro. Esse detalhe precisa ser levando em consideração, pois a historiografia nacional tem por muitas vezes ignorado essa condição para constituir uma crítica descabida quanto à questão econômica.

Um exemplo notório dessa junção entre capital estrangeiro e cultura foi a inauguração do Cine Vitória no Centro da cidade do Rio de Janeiro no dia 12 de agosto de 1942. A referida inauguração teve a estreia do filme o “Grande Ditador” de Charles Chaplin, que fez uma crítica profunda ao fascismo e a ascensão de Hitler²⁴⁴. Outras iniciativas na esfera cultural foram encampadas pelo capital nacional contra o fascismo e pela aproximação com os estadunidenses. O governo estadunidense também intensificou seus esforços junto aos jornais brasileiros em busca de espaço comercial e apoio ideológico. O liberalismo, tão combatido pelo Estado Novo, enfim alcançou a elite brasileira. O famoso refrigerante Coca-Cola também chegou ao Brasil nesse contexto – em abril de 1942, foi inaugurada uma fábrica no bairro de São Cristóvão na região central da cidade do Rio de Janeiro e as primeiras unidades eram em garrafas de 185 ml.

É importante caracterizar o aspecto econômico do nacionalismo que a Revolução de 1930 cunhou no Brasil. Foi um nacionalismo constituído contra as oligarquias, em resposta à Crise de 1929 e à Revolução Soviética de 1917. Acabou sendo, por conseguinte, um movimento anti-imperialista. Vargas não possuía um projeto consolidado no primeiro momento, as dificuldades econômicas não permitiam grandes avanços. Mas os embates contra os levantes comunista e integralista e a repulsa ao liberalismo ajudaram a evidenciar o que não seguir. A forte influência militar foi

²⁴⁴ <https://diariodorio.com/os-cinemas-da-cinelandia/> - Acessado em 25/10/2018.

decisiva para a crítica à postura liberal, que estava contida nos movimentos, tais como Tenentismo (1920), 18 do Forte (1922) e a Coluna Prestes (1924), que causavam temor aos militares do Estado Novo.

Vargas anunciou desde o início da Revolução de 1930 que tinha como metas principais uma ação pragmática de combate à inflação e ao desemprego, deixado como herança pelos governos liberais da República “do Café com Leite”, e o fim da corrupção e das fraudes eleitorais. Logo se percebeu que a centralização do poder era o único meio de se conseguir tais coisas. O nacionalismo de Vargas nasceu em oposição aos governos que se caracterizaram pela subserviência ao capital estrangeiro e pela falta de políticas públicas voltadas para as camadas mais baixas da população. Essa origem explica essa reticência inicial com os anglo-estadunidenses, que dialeticamente se transformou em um projeto de nação com bases nacionalistas e anti-imperialistas. O historiador Edgard Carone define o nacionalismo que Vargas implantou até o início da Guerra da seguinte forma:

*“O pensamento tenentista ou o “socializante” da época, que se expande com o Estado Novo, é caracteristicamente reformista e abrange medidas e campos heterogêneos, que traduzem medidas muito mais paliativas e prementes do que um plano ordenado e coerente ideologicamente”.*²⁴⁵

A análise de Carone ignora por completo as mudanças profundas no mundo do trabalho e os ganhos na área social, coisa que mudou o paradigma social do país, colocando o Brasil como um país de vanguarda no trato do Bem-Estar Social na época. O nacionalismo cunhado por Vargas carecia de conceitos dialéticos galgados no materialismo histórico, isso é, real, mas não foi um movimento empirista. Ele levou a ganhos reais que estão de pé até hoje. O processo iniciado por Vargas foi consequente a ponto de se ligar às “Reformas de Base” do governo João Goulart e do “Projeto Brasil” de Leonel Brizola. Não foi mera coincidência retórica o que Roosevelt disse a Vargas sobre ele ser o pai do “New Deal”. As Leis Trabalhistas transcenderam vários governos e regimes, provando a sua profundidade. O envolvimento do povo no processo político do governo Vargas não pode ser visto como algo amorfo, pelo contrário, o povo respondia de maneira coerente aos bem feitos e não deixava de se manifestar contra os

²⁴⁵ CARONE. Edgard. O Estado Novo (1937-1945), Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Difel, 1977. Pág.72.

maus feitos. Pela primeira vez na história do país, o povo recebeu algo em troca pela sua participação.

O nacionalismo que o Estado Novo exaltou foi compreendido de forma distinta pelos vários agrupamentos que o compunham. A população que foi às ruas se manifestar nesse período entendia esse nacionalismo como uma conquista que lhe dava direito de criticar o Eixo e todas as similitudes que ela enxergava internamente. É um erro crasso afirmar que as “massas” durante o Estado Novo eram manipuladas. A violência e o autoritarismo que o governo Vargas invocou como justificativa para defender os interesses da nação frente às ações externas nunca foram aceitos. O nacionalismo do Estado Novo, que prometeu aos brasileiros um país grande e soberano, foi o mesmo que levou os brasileiros a saírem às ruas e clamarem por guerra.

O repúdio aos simpatizantes do Eixo tomou conta da maioria da sociedade – em várias esferas, a população se mobilizou para evitar que os “quintas-colunas” continuassem a conspirar contra a pátria. Esse sentimento dividiu vários setores da sociedade, a convivência tolerante e até amistosa com os adeptos do fascismo foi brutalmente estancada com o afundamento dos navios. O sentimento de repulsa à Alemanha nazista e a Itália fascista foi algo claro no seio da sociedade brasileira em meados de 1942. O problema maior para Vargas foi o fato de o Estado Novo estar impregnando desses elementos, que eram essenciais para garantir a centralização do poder que ele tanto necessitava.

Ao final de 1942, se estabeleceu uma nova onda de perseguições aos simpáticos do Eixo e também aos comunistas, por conta da radicalização da guerra e a aproximação brasileira ao campo Aliado. Em pesquisa feita no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro foram encontrados centenas de dossiês de órgãos públicos nos quais se estabeleciam o mapeamento do comportamento ideológico de seus servidores. Muitos já possuíam fichas e anotações, que agora estavam sendo revistas. A empresa de navegação Lloyd Brasileiro foi uma que estabeleceu uma rigorosa investigação dos seus funcionários. Com data de 22 de junho de 1942, a Divisão de Polícia Política e Social (DPSS) produziu uma grande investigação no Lloyd.

Em um dos dossiês, constava a informação do S-1 (Serviço de Informação) de nomes dos comandantes de navios mercantes que eram simpáticos a “causa eixista”, como citou o referido documento. Isso mostrou a preocupação do governo Vargas em

identificar quais funcionários públicos poderiam comprometer a segurança nacional. Levando em consideração o momento que o país atravessava, comandantes de navios brasileiros simpáticos à causa fascista era realmente um grande perigo. E como mostrou a documentação, não só o governo se preocupou com eles, a população e os seus colegas de trabalho também²⁴⁶. As denúncias de vizinhos e colegas de trabalho deram início a centenas de investigações que formam um conjunto vasto no APERJ.

Em boletim datado de 18 de junho de 1942, um sargento do Corpo de Fuzileiros Navais que trabalhava no gabinete do diretor do Lloyd denunciou para as autoridades uma série de funcionários que, segundo ele, eram simpáticos ao Eixo. No boletim do dia 22, a polícia identificou mais simpáticos da causa eixista. O ambiente de radicalização entre os funcionários do Lloyd estava também ligado ao fato de ter essa empresa pago o preço mais alto pela decisão brasileira de romper relações com os países fascistas²⁴⁷. A entrada do Brasil na guerra, ao contrário de aplacar a fúria popular, deu mais fôlego às mobilizações e protestos, já que em setembro de 1942 mais três navios brasileiros foram torpedeados.

A contínua mobilização da população contra os ataques dos submarinos do Eixo aos navios brasileiros continuou a atemorizar o governo, que tinha pouco tato com manifestações que não fizessem parte de um contexto “oficial”. Com os contínuos ataques dos submarinos e a incapacidade das forças brasileiras em promover uma reação à altura, as mobilizações populares migraram dos ataques aos símbolos do Eixo para a coação aos nacionais que se mostravam simpáticos à causa fascista. Nesse sentido, passaram a exigir que o governo tomasse providências contra os “quintas-colunas”, acusando-os de traidores. Essa foi outra situação de grande tensão para o Estado Novo, já que essa cobrança atingiu em cheio o serviço público, civil e militar, lugares de grande militância integralista e base de apoio ao governo. O nome de muitas autoridades, que os manifestantes acusavam de fascistas, eram denunciados nas manifestações.

Um relatório produzido pela DOPS narrou a realização de uma assembleia no dia 27 de agosto de 1942 com cerca de 800 funcionários com os ânimos exaltados, na qual eles entregaram para a direção do Lloyd uma lista contendo o nome de 34

²⁴⁶ Fonte: APERJ - Pol/Pol setor ADM – notação 16.

²⁴⁷ Fonte: APERJ - Pol/Pol setor ADM – notação 16.

funcionários que eram simpatizantes do Eixo, objetivando o imediato afastamento de todos eles dos quadros da empresa. Em um segundo documento, produzido pela Polícia Civil do Distrito Federal de dezembro de 1942, há uma lista de mais 17 nomes impedidos de trabalhar por ação efetiva dos demais funcionários do Lloyd Brasileiro que também estavam sendo acusados de serem simpatizantes do Eixo. A investigação teve início após a direção da empresa marítima solicitar auxílio da polícia para solucionar o problema²⁴⁸.

A vitória do Exército Vermelho na Batalha de Stalingrado foi um problema não só para Hitler. Para o Estado Novo, essa notícia também foi um complicador, já que diversas informações davam conta da ação dos comunistas entre os manifestantes que ganharam as ruas em 1942. O problema foi o aumento do prestígio da URSS no cenário mundial e os respectivos desdobramentos que isso causava na sociedade brasileira, que tinham em seu seio uma significativa militância comunista. É verdade que o movimento comunista no Brasil em 1942 estava desarticulado, fruto da dura repressão que o governo brasileiro lançou contra esses militantes por conta de 1935; mas isso não os impediu de atuar. As vitórias soviéticas foram as maiores recrutadoras de militantes para a causa comunista. Por mais que o DIP censurasse, as informações de vitórias épicas acabaram chegando ao Brasil.

O governo brasileiro tinha conhecimento que frações do movimento comunista continuavam agindo em menor escala entre operários, militares e estudantes. Com a declaração de guerra feita pelo Brasil ao Eixo, os comunistas aumentaram a sua articulação mais firmemente, aproveitando a conjuntura internacional. Resolveram se solidarizar publicamente com o presidente Vargas em dois momentos. Primeiro, quando o governo brasileiro ficou ao lado dos Estados Unidos no episódio do ataque japonês em dezembro de 1941 e depois quando do rompimento das relações com os países fascistas em janeiro de 1942. Esses dois movimentos explicitaram a estratégia dos comunistas em tentar, a partir das contradições do Estado Novo, marcar uma posição para a população brasileira.

Mesmo assim, o Estado Novo continuou com a sua política anticomunista e repressora aos movimentos progressistas. Apostando na contradição que isso poderia causar, o PCB lançou mão de uma estratégia de “União Nacional”, forçando a quebra da

²⁴⁸ APERJ - Pol/Pol setor ADM – notação 16.

hegemonia das forças autoritárias na condução do Estado Novo²⁴⁹. Mesmo assim, o governo Vargas continuou a brandir o espantalho do anticomunismo. A repressão e a censura ao movimento comunista continuaram mesmo com o afastamento dos elementos considerados da linha dura. Também continuou em larga escala a censura às informações das vitórias soviéticas na Frente Leste. Isso obrigou os comunistas a atuarem de forma dissimulada entre os movimentos sociais, já que a repressão recrudescera.

III.1 – FRENTE LESTE, UM TORMENTO PARA HITLER E PARA VARGAS

Ao final de 1942, a derrota alemã tornou-se irreversível em Stalingrado, surpreendendo até mesmo o comando alemão, que havia apostado em uma penetração rumo ao Cáucaso pelo sul da União Soviética. A certeza da vitória era tão grande para os nazistas que no dia 16 de setembro de 1942 o Ministro da Educação Pública e Propaganda Joseph Goebbels mandou às redações dos jornais ordens para preparar edições especiais saldando a vitória alemã em Stalingrado. Até o Ministro japonês Hideki Tojo afirmou que a vitória alemã em Stalingrado mudaria as relações nipso-soviéticas.²⁵⁰ As vitórias do Exército Vermelho em Stalingrado tiveram projeção mundial e o Ocidente deu grande publicidade a essa campanha, já que ela foi tratada pelos Aliados como o início do fim do III Reich.

A imprensa brasileira, tentando furar a censura do Estado Novo, deu algum destaque para a vitória soviética em Stalingrado. Contudo, a política anticomunista do governo Vargas continuava refutando a campanha soviética. A Frente Leste foi tratada pelo governo brasileiro como um lugar onde o Estado Novo perdia em qualquer cenário. O jornal “Correio da Manhã” de 26 de novembro de 1942 publicou em sua capa uma manchete que falou do cerco fatal que estavam envolvidas as forças fascistas que atacaram Stalingrado. Noticiou que os alemães estavam destroçados e graças ao revés que sofreram na localidade de Sunovikio, a possibilidade do rompimento do cerco imposto pelos soviéticos era impossível.

²⁴⁹ PRESTES, Anita Leocádia. *Da Insurreição Armada (1935) À “União Nacional” (1938 – 1945)*, São Paulo, Paz e Terra, 2001.

²⁵⁰ PITILLO, João C. P. *Aço Vermelho Os Segredos da Vitória Soviética na Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2014. Pág. 42.

A fotografia publicada era apenas a “vista parcial de uma zona industrial de Stalingrado”. A fotografia não retratava o Exército Soviético ou qualquer símbolo ou representante da União Soviética, apenas mostrava algumas construções em forma de galpões. Nem mesmo essa simples fotografia foi aceita pelo DIP. A mesma foi alvo de reprimenda por parte do referido órgão de censura, que encaminhou uma “advertência” por tal publicação ao jornal “Correio da Manhã”. O Boletim do DIP de 26 de novembro de 1942, além da fotografia de Stalingrado, também censurou qualquer assunto que fizesse menção ao divórcio²⁵¹. Isto é, comunistas e divorcistas estavam na classe de perigosos para o governo Vargas.

Tal coisa mostra a preocupação do Estado Novo não só com a questão ideológica no ambiente social, mas também com os costumes. O conservadorismo e a moral burguesa eram instrumentos de coerção que o Estado Novo defendia como valores importantes. Um comportamento fora do “padrão” levava necessariamente a pessoa a ser vista como pertencente a uma classe perigosa. Não à toa, comunistas e divorcistas estavam sendo censurados juntos. Ambos subvertiam todo o projeto de “cidadão de bem”. Sobre o assunto divórcio, Vargas costumava discutir alegando ser preciso a anuência da Igreja Católica; esse foi um dos poucos acenos que ele fez ao catolicismo. Isso foi capitalizado por Dutra quando do golpe de 1945. O mesmo costurou em amplo leque de apoio entre as comunidades católicas. Dutra era “carola” e contrastava com a figura boemia de Vargas, que bebia, fumava, jogava e, segundo o imaginário popular, possuía amantes.

Os comunistas estavam desde 1941 trabalhando para tornar a conjuntura de guerra em um ambiente onde a sua militância pudesse tomar a iniciativa na luta antifascista. A percepção de que Vargas não conseguiria manter o Brasil em uma neutralidade que atendesse tanto os Aliados quanto o Eixo fez com que o PCB elaborasse uma estratégia de aproximação com o Estado Novo no âmbito da solidariedade pan-americana. Tal estratégia, por mais que fosse censurada e ignorada pelo Estado Novo no início, acabou ganhando força e se popularizando com a entrada do Brasil na Guerra. Contudo, foram as vitórias do Exército Vermelho que facilitaram a integração entre os militantes comunistas e os demais manifestantes antifascistas.

²⁵¹ Fonte: ASPERJ – POL/POL, ADM. Notação 13, Dossiê 01.

A repressão aos comunistas feita nos anos de 1941 e 1942 não foi capaz de evitar que eles, a partir do segundo semestre de 1942, contribuíssem para que as manifestações antifascistas e as demais reivindicações sociais dessem um salto qualitativo.

*“As medidas coercitivas contra os sindicatos, as prisões e as outras formas de coagir as manifestações operárias independentes não puderam abafar os momentos de rebeldia espontânea, ou o renascimento do movimento comunista a partir de 1942. É que apesar de o governo atender parte das reivindicações proletárias, as necessidades e consciência da classe são superiores às condições propostas. Vencendo a repressão e o medo, aqui e ali apareceram manifestações que provam a capacidade e até a organização da classe e, no momento da abertura democrática, e, 1945, as greves, as reivindicações e a organização demonstraram a vitalidade e consciência ideológica do trabalhador”.*²⁵²

Com o documento intitulado “A Luta Contra a Agressão Nazista e a Política no Brasil”, produzido em agosto de 1941, o PCB objetivou alertar a população sobre a importância do governo brasileiro em fazer parte efetiva do campo Aliado. Ao exigir que o Estado Novo rompesse relações com o Eixo e eliminasse de seus quadros os elementos identificados com o fascismo, o PCB expunha a contradição interna do regime. Com a entrada da União Soviética na guerra ao lado dos Aliados, o PCB conseguiu um ótimo argumento para questionar publicamente a política anticomunista de Vargas²⁵³.

O Estado Novo tinha conhecimento que o PCB tinha se rearticulado usando a guerra como mote. As vitórias soviéticas e os pactos firmados entre os Aliados e os soviéticos estabeleceram um enorme problema para o Estado Novo, que participava do mesmo campo, mas continuava com uma política anticomunista completamente estranha à conjuntura. A censura à União Soviética, que já era total antes da guerra, se ampliou com o alargamento do conflito. O uso do Itamaraty para entender a guerra na Frente Leste permitiu ao Estado Novo conhecer os meandros da política externa

²⁵² CARONE, Edgar. Revoluções do Brasil Contemporâneo, 2ª Edição, Editora Difel, São Paulo, 1975. Pag. 121.

²⁵³ Manifesto do PCB apreendido e enviado pelo chefe de polícia do Distrito Federal Filinto Müller ao irmão e assessor do presidente Getúlio Vargas, coronel Benjamin Vargas, para que o mesmo fosse levado ao conhecimento do presidente. Datado de julho de 1941, momento que a URSS foi atacada pelo Eixo. Fonte: CPDOC – FGV Gv. Confid. 1941.08.231.

soviética, que seguia os passos de seu exército. A política interna brasileira manteve essa política anticomunista de pé, tentando manter a unidade do Estado Novo e tal política era algo inegociável para a ala militar.

A censura por parte do DIP às notícias referentes à resistência do Exército Vermelho em Moscou durante novembro de 1941 chamou a atenção das agências de notícias estadunidenses, que não se furtaram em tentar furar a censura do Estado Novo e divulgar a importância daquele momento para o contexto da luta antifascista. Em documento datado de 5 de dezembro de 1941, o chefe de polícia Filinto Müller solicitou ao coronel Benjamim Vargas que comunicasse ao presidente sobre as táticas que estavam sendo usadas pelas agências de notícias estrangeiras para burlar a censura do DIP e fazer chegar até a imprensa brasileira as notícias sobre o progresso soviético na Batalha de Moscou. O documento do chefe de polícia afirmou categoricamente que só existia, até aquele momento, censura para os soviéticos, estando as notícias sobre os alemães liberadas. As notícias sobre os “russos” tinham que se ater somente aos “fatos”²⁵⁴.

Passado um ano do referido documento, o Brasil estava em guerra contra o Eixo e mesmo assim a política anticomunista continuava de pé, mesmo após o afastamento de uma série de líderes do Estado Novo que se identificavam com o fascismo, como o próprio Filinto Müller. A conjuntura antifascista não foi capaz de ajudar na anistia aos comunistas, confirmado assim que o Estado Novo mantinha uma política de primazia às questões internas, principalmente àquelas referentes aos temas sociais. Essa política era parte constitutiva do Estado Novo e não fruto da influência de um grupo. Os comunistas não eram só um problema político, eram também um problema social. O aparato de censura e repressão continuou classificando os comunistas como inimigos do Estado, atendendo às demandas internas, mesmo com a luta contra o Eixo em voga.

Em um documento de junho de 1942, contendo seis laudas, o Ministro da Guerra Eurico Dutra enviou ao Presidente da República Getúlio Vargas suas observações sobre as crescentes atividades comunistas. Dutra apontou o papel da imprensa e do ambiente cultural que se formou no contexto antifascista aproveitado

²⁵⁴ Relatório da Polícia Civil do Distrito Federal encaminhado ao Presidente da República narrando as táticas empregadas pelas agências estrangeiras para burlar a censura do DIP com relação ao Exército Vermelho na Batalha de Moscou. Acrescentando uma lista de nomes de funcionários supostamente simpáticos a causa socialista. Fonte: CPDOC-FGV – Gv Confid 1941.12.05.

pelos comunistas. Também alertou ao presidente Vargas sobre um “saudosismo democrático parasitário”, que crescia no ambiente social, o qual ele interpretava como ameaçador. A carta do ministro Dutra é um excelente material para se perceber o quanto a política de “Unidade Nacional” do PCB, iniciada em 1941, estava surtindo efeito em meados de 1942²⁵⁵.

Os dois documentos, que foram confeccionados em um intervalo de seis meses, demonstram como a questão dos comunistas chamava a atenção da direção do país. Essa vigilância apurada que o Estado Novo manteve contra os comunistas, mesmo eles estando proscritos, retrata como os acontecimentos na Frente Leste refletiam na direção do Estado Novo. A carta de Dutra é um documento muito importante para compreendermos como os setores militares do Estado Novo pensavam. Isso fez diferença em 1945, quando Vargas, traído por essa ala, foi incapaz de reconhecer a importância dos comunistas e criar uma frente democrática continuadora da sua política nacionalista e anti-imperialista e deter o golpe. Ao endereçar a carta ao presidente Vargas, Dutra sugeria um aumento da repressão aos comunistas e, principalmente, alertava ao presidente Vargas a ingerência dos estrangeiros (Aliados) nos assuntos internos brasileiros.

Dutra deixou transparecer que compreendia bem que entre as liberdades democráticas e sociais estão os comunistas se articulando contra a pátria. Eles, parecendo solidários ao governo em sua “atitude internacional”, estavam fazendo uso da mentira para atentar contra as virtudes morais da nação. Dutra citou como exemplo o manifesto de solidariedade ao governo que o PCB havia lançado e teve grande repercussão na sociedade. Em uma crítica velada ao liberalismo que o momento propiciava, Dutra faz um apelo dramático sobre a ameaça comunista e sugeriu ao presidente que recrudescesse a censura. Nas seis laudas que compunham a sua carta, Dutra não tocou nenhuma vez na ameaça nazista e muito mesmo no perigo que os “quintas-colunas” representavam para o país.

Usando uma retórica ufanista, Dutra lembrou ao presidente que os temores de ambos sobre a aproximação com os estadunidenses estava se confirmando. A manutenção da política reacionária era fundamental para esse setor militar de Dutra

²⁵⁵ Carta do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra ao Presidente da República Getúlio Vargas alertando ao mesmo o perigo crescente do movimento comunista que aproveitava a conjuntura de guerra ao Eixo para se “infiltrar” na sociedade. Fonte: CPDOC-FGV – GVC 1942.06.15.

continuassem no poder. Dutra tentou sensibilizar o presidente para um aumento das medidas autoritárias, fortalecendo assim os setores ligados à repressão, que não fazia muito tempo, estavam altivos com as vitórias nazistas. O ambiente de solidariedade aos Aliados propiciou a reaglutinação dos comunistas, mas não foi somente essa reaglutinação que passou a incomodar, foi a inserção dos comunistas no movimento sindical e estudantil, que vivia um crescimento graças às políticas públicas, que assustou Dutra. Os relatórios que ele recebia das polícias davam conta dessa simbiose e mostrava cada vez mais os comunistas dando direção as manifestações.

O presidente Getúlio Vargas era o fiel da balança. A única vez que foi intimado a se decidir sobre qual setor iria apoiar, não titubeou em manter a prisão de Filinto Müller decretada por Vasco Leitão quando das manifestações de 4 de julho de 1942.²⁵⁶ De roldão, Vargas aceitou a demissão de Francisco Campos, Lourival Fontes e do próprio Filinto Müller, todos substituídos por nomes da confiança de Dutra, mas sem o protagonismo de seus antecessores. O movimento que Vargas fez em aceitar que a “velha guarda fascista” se afastasse foi puramente pragmático. A partir do desenrolar da guerra na Frente Leste, Vargas percebeu que a União Soviética se tornaria uma potência e que ao final de 1942 não poderia mais ser derrotada pelo Eixo devido ao apoio Aliado. Essa compreensão foi de encontro à nova conjuntura de guerra, na qual o Brasil não poderia influir. Vargas, nesse sentido, acenou para Washington, mostrando ser confiável, ao mesmo tempo em que sinalizou para as forças democráticas nacionais.

Vargas percebeu que o grosso da sociedade se movimentou para o campo Aliado de forma inconciliável com o fascismo. Esse mesmo fascismo estava sendo gradativamente derrotado, por isso não poderia mais ser usado como antítese aos comunistas e aos liberais; era preciso encerrar todos os resquícios de vínculos com essa ideologia para que o país pudesse receber investimentos. Vargas também tinha noção que o Estado Novo, da maneira que fora concebido, não sobreviveria ao pós-guerra, que seria regido por uma nova ordem mundial onde os liberais e comunistas seriam protagonistas. Contudo, o Brasil poderia sobreviver de forma autônoma e forte, escudado nos estadunidenses, dentro do contexto continental que até então continuava tão anticomunista como o regime brasileiro.

²⁵⁶ SEITENFUS. Ricardo Antonio Silva. O Brasil de Getúlio Vargas E A Formação dos Blocos: 1930-1942, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985. Pág. 416.

E para deter os comunistas, que se organizavam a passos largos com base nessa nova ordem, Getúlio iria precisar dos liberais, já que as práticas autoritárias e repressivas estavam sendo duramente contestadas nos campos de batalha. Esses liberais que Vargas esperava contar para edificar um Brasil autônomo e moderno estavam balizados em figuras como Oswaldo Aranha, um liberal comprometido com o desenvolvimento nacional. As boas relações que Vargas construiu com Franklin Roosevelt superavam as desconfianças com as práticas imperialistas dos estadunidenses, gerando um ambiente de concórdia no continente. Com relação à sociedade brasileira, na qual Vargas era quase que unanimidade, ele percebeu um grande movimento de repulsa ao fascismo e de clamor por democracia.

Entretanto, a guerra e os problemas internos faziam do Estado Novo um baluarte autoritário, conservador, centralizador, reacionário e anticomunista. Esses eram os instrumentos para aplacar os problemas internos e garantir que o país atravessasse a Guerra de maneira segura, assim pensava Vargas. Próximo do final de 1942, apesar da vitória soviética em Stalingrado, o Eixo ainda era o maior e mais poderoso bloco militar em ação. Seus tentáculos ainda estavam próximos do Brasil e o governo ainda não tinha condições de defender a população de um ataque caso ele acontecesse.

Os problemas econômicos, frutos do ambiente de guerra, as incertezas quanto às forças contrárias internas e o insidioso comportamento social motivado pelos ataques dos submarinos do Eixo eram os principais problemas que o governo Vargas enfrentava depois da decretação de guerra. Um documento do DIP de 2 de agosto de 1942 retratou com fidelidade a situação político-social no Brasil naquele momento. O boletim N°182 discorre sobre os assuntos que preocupavam o governo por causa da segurança nacional. Nele também estavam implícitos os problemas de ordem política que ameaçavam o mandato de Vargas e principalmente as questões da guerra que estavam dando o tom entre a sociedade brasileira²⁵⁷.

Por ordem do DIP, os jornais deveriam abster-se de comentar sobre a presença ou a eventual ausência do presidente Vargas no Grande Prêmio Brasil (turfe). Vargas ainda se recuperava do acidente automobilístico que sofreu em maio daquele ano e sua ausência à frente do governo aconteceu em um momento de grave ameaça à nação, aliado ao problema dos ataques estava a situação de Vargas, que nunca havia indicado

²⁵⁷ Fonte: ASPERJ – POL/POL, ADM. Notação 13, Dossiê 01.

um vice ou um substituto. Especulações davam conta que a saúde do presidente não ia bem e que o momento de extrema gravidade necessitava de um líder na plenitude de suas forças. Concomitante a convalescência de Vargas, deu-se o entrevero entre Vasco Leitão e Filinto Müller, que resultou no afastamento do segundo do cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal. Esse foi um momento complexo que colocou em prova o prestígio de Vargas entre seus companheiros de Estado Novo.

Outro ponto que foi censurado era um assunto sobre um barco que, sem a autorização da Capitania dos Portos, deixou o porto e teria abastecido com combustíveis submarinos do Eixo em uma localização próxima à cidade de Belém (PA). O mais delicado de todos os problemas naquele momento era a defesa dos navios brasileiros. O DIP ordenou que não se divulgasse nada sobre o suposto ataque ao navio *Santarém*. Realmente o navio não foi alvo de ataque, como confirmado posteriormente. Essas três pautas censuradas pelo DIP eram exatamente o extrato das preocupações que ocupavam o governo, por isso não deveriam chegar até a sociedade. Podemos perceber que os problemas internos causavam mais instabilidade do que os externos, mesmo estando o Brasil em guerra.

Para controlar as mobilizações, o governo decretou, em 31 de agosto de 1942, normas especiais para as entidades sindicais seguirem enquanto durasse o Estado de Guerra. Tais normas obrigavam as entidades a prestarem colaboração permanente ao poder público, assim como, assembleias e reuniões só poderiam acontecer com prévia autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Também entrou em vigência a proibição aos sindicatos de se filiarem a qualquer movimento, mesmo que esse seja cívico. Tentou-se, com isso, manter os trabalhadores, principalmente os sindicalizados – que era a massa mais crítica e entre os quais os comunistas tinham penetração –, fora da mobilização contra o Eixo.

Com a edição de tais normas, o governo visou diminuir a participação dos trabalhadores nos atos e manifestações que constantemente começavam contra os países do Eixo e acabavam em críticas ao Estado Novo.²⁵⁸ Criminalizando a participação dos sindicatos nas manifestações, o Estado Novo esperava diminuir a vitalidade dessas manifestações, já que os operários eram a principal força junto com os estudantes. As

²⁵⁸ CARONE. Edgard. O Estado Novo (1937-1945), Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Difel, 1977. Pág.136.

normas editadas em 31 de agosto demonstram que o Estado Novo, por mais que tentasse tutelar os sindicatos por intermédio do controle de suas direções, não conseguiu que isso fosse efetivo. Isto é, os pelegos não foram tão efetivos assim, provando que a tal “tutela aos sindicatos” que a historiografia costuma atribuir a Vargas não foi tão abrangente como tentam indicar.

Como havia sugerido Dutra em sua carta de junho de 1942 endereçada ao presidente Vargas e já revelada aqui, a polícia política, sob comando do DIP, realizou, a partir de setembro do referido ano, uma série de ações em todo o território nacional a fim de recolher toda e qualquer obra que pudesse ser identificada como simpática a causa comunista. Seguindo essa diretriz, a obra *“Missão em Moscou”* do diplomata estadunidense Joseph E. Davies, escrita em 1941, foi alvo de busca e apreensão por parte da polícia em várias livrarias. A obra era considerada “laudatória demais” aos interesses soviéticos e estava em desacordo com as diretrizes internas.

O documento da Seção de Segurança Social da Polícia Civil do Distrito Federal, datado de 4 de setembro de 1942, revela a execução da ordem de apreensão dos volumes do referido livro nas línguas espanhola (Argentina) e inglesa (Estados Unidos)²⁵⁹. Os mesmos foram distribuídos e editados no Brasil a partir de 1942 pela Editora Calvino, que operava sob a orientação do CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória) do PCB. Desafiando a censura, a Calvino editou várias outras obras sobre a União Soviética durante toda a Guerra.²⁶⁰

Para o governo Vargas, a cooperação com os anglo-estadunidenses não englobava as questões internas, que continuaram a ser enfrentadas a partir de pressupostos particulares, que eram erguidos com o máximo distanciamento de qualquer influência exterior. Os acordos militares e econômicos com os estadunidenses não passaram por nenhuma condicionante ligada à política interna, agora mais do que nunca ameaçada por uma série de influência advindas da Guerra. O alinhamento “automático”, se existiu, nunca se manifestou nas questões internas e, como a política externa, seguiu o ritmo dos processos internos.

²⁵⁹ Fonte: ASPERJ – POL/POL, ADM. Notação 13, Dossiê 01.

²⁶⁰ CARONE. Edgard. O Estado Novo (1937-1945), Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Difel, 1977. Pág.239.

Esse conceito de “alinhamento automático” de Gerson Moura perde forças se visto do ângulo interno. No final do ano de 1943 e durante o ano de 1944, o presidente Roosevelt e seus assessores próximos sugeriram ao presidente Vargas que realizasse eleições e fosse candidato, coisa que ele definiu para o fim da guerra. O presidente Roosevelt fez essa sugestão no âmbito das discussões sobre a ONU e sobre a vaga que o governo brasileiro pleiteava no Conselho de Segurança. Britânicos e soviéticos questionavam as questões internas brasileiras ligadas às liberdades democráticas. Os soviéticos, cientes da dura repressão aos comunistas e da condição de preso político que Prestes enfrentava, foram os que mais questionaram as pretensões do governo Vargas.

O governo brasileiro celebrou uma série de acordos com os estadunidenses que garantiram ao Brasil vultosos investimentos, tudo isso dado a importância geográfica que a Região Nordeste tinha para a guerra e a representatividade do Brasil no continente. A Operação Torch, realizada em 8 de novembro de 1942, utilizou as bases do Nordeste como ponto de partida e desembarcou tropas Aliadas em vários pontos do Marrocos e Argélia. Essa operação teve por objetivo eliminar a ameaça dos ítalo-germânicos no Norte da África. O que facilitou sua realização foi o entendimento dos Aliados com o almirante Darlan²⁶¹, que comandava as colônias francesas na África. A partir dessa operação e as vitórias Aliadas no início de 1943, as ameaças de uma invasão ao Brasil usando a África como plataforma praticamente acabaram.

Pressentindo que o Brasil corria o risco de ser tratado como um ente menor, já que a sua importância diminuí com a expedição Aliada na África, o grupo em torno de Vargas tomou as rédeas do processo e mais uma vez fez um movimento perspicaz para conseguir de Washington os investimentos militares. Esse movimento não só comprometeu Roosevelt, como ajudou a aplacar a oposição “quinta-colunista” e obrigou, de uma vez por todas, os militares a se unirem em torno de Vargas. No discurso de 31 de dezembro de 1942 no Rio de Janeiro, Vargas explanou o desejo de enviar tropas para cooperar na luta contra o Eixo.

“O dever de zelar pela vida dos brasileiros obriga-nos a medir as responsabilidades de uma possível ação fora do Continente. De qualquer modo, não deveremos cingir-nos à simples expedição de contingente simbólico. Queremos ser eficientes e, para isso, precisamos dispor de forças completamente treinadas e aparelhadas aguardando a marcha

²⁶¹ François Darlan foi assassinado em dezembro de 1942, logo depois de ter aderido ao bloco Aliado.

*dos acontecimentos, que determinará a forma e o lugar onde tenham de operar”.*²⁶²

Com essa atitude, Vargas repotencializou a importância do Brasil no cenário internacional e manteve a conjuntura interna mobilizada junto ao seu governo para enfrentar a guerra, agora com o desafio de levar as forças armadas brasileiras para outras terras. Na tentativa de relativizar a atuação de Vargas junto aos estadunidenses, o professor Vagner Camilo Alves assegurou que o momento propício ajudou nas conquistas brasileiras junto ao governo estadunidense²⁶³. Bom, o tal “momento propício” praticamente terminou com o êxito da Operação Torch. A ideia de Vargas de participar da guerra foi, antes de tudo, a criação de um novo “momento propício”, não mais estabelecido pela conjuntura externa e sim pela política interna brasileira. A pretensão de Vargas em enviar tropas para um dos teatros de operações exigiu dos Estados Unidos não mais uma cooperação no campo defensivo, mas o treinamento e o aparelhamento de um contingente ofensivo. O momento propício desta vez foi produzido por Vargas, não uma mera adaptação à conjuntura como nos faz crer o professor Camilo.

Ao final de 1942, a derrota nazista em Stalingrado era um fato consumado. Impossibilitados de romper o cerco soviético, os nazistas ficaram à beira de um colapso no Cáucaso e na iminência de perderem a iniciativa na Frente Leste. No Brasil, os jornais publicaram com destaque nas últimas semanas de dezembro os feitos soviéticos em Stalingrado, inclusive com a ilustração de mapas e a reprodução de comunicados de Moscou. Por mais que a censura proibisse “fotografias e citações elogiosas às autoridades soviéticas”, as manchetes essencialmente militares (atendo-se aos fatos, como exigia o DIP) garantiram a popularidade do Exército Vermelho diante da sociedade brasileira.

*“Os Russos Penetram Novamente na Ucrânia” –
“Recapturada Várias Cidades pelos Exércitos de Timoshenco”
– Diário Carioca de 24 de dezembro de 1942.*²⁶⁴

*“Os Russos, Anuncia Berlim, Atravessaram o Volga” –
“Salve-se Quem Puder” – “Em Vários Pontos do Médio Don os*

²⁶² SILVA, Hélio. 1942, Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. Pág.114.

²⁶³ ALVES, Vagner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um Envolvimento Forçado, São Paulo, Editora PUC RIO, 2002. Pág.137.

²⁶⁴ Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional – Acessado em 23/07/2019.

*Alemães Recuam em Completa Desordem” – Correio da Manhã de 24 de dezembro de 1942.*²⁶⁵

Graças à Guerra e às vitórias soviéticas na Frente Leste, os comunistas, mesmo sob forte repressão, tinham voltando a ter certo protagonismo no cenário político e social. Era inevitável não ligar as vitórias do Exército Vermelho ao movimento comunista brasileiro. Inevitáveis também foram os questionamentos internos e externos, sobre o posicionamento antifascista do governo brasileiro e a paradoxal manutenção da proibição de participação dos comunistas na vida pública. Mas essa era a irremediável postura do Estado Novo, que se dividiu sobre as questões externas, mas se mantinha unido nas questões internas, que davam direção ao todo.

*“Para desassossego dos dirigentes da nação, da classe patronal e de todos aqueles que expandiram seus negócios financiando o Estado Novo e lucrando com a guerra, os velhos protagonistas voltaram à cena, agora legitimados pelas lutas que há meses mobilizavam os trabalhadores e a juventude que das ruas exigiam abertura de uma Segunda Frente, com a presença do Brasil nos campos de batalha”.*²⁶⁶

A fim de moldar essas manifestações e subordiná-las ao escopo estatal, o governo brasileiro, além de proibi-las em locais públicos, passou a promovê-las com um caráter oficial, tentando, nesse sentido, atrair os estudantes para próximo do governo. Em documento do DESPS de 28 de agosto de 1942, o chefe da área de Segurança Social, Coronel Seraphim Braga, comunica que o comício promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) no estádio do Fluminense Futebol Club, na Zona Sul carioca, transcorreu na mais perfeita ordem, contando inclusive com a presença de várias autoridades, entre elas o Ministro da Educação, o Chefe de Polícia, o Bispo de Garanhuns, o diretor do DIP e representantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, além do embaixador estadunidense Jefferson Caffery, que, instado pela multidão, proferiu um breve discurso, sendo, segundo o documento, “delirantemente aplaudido”.²⁶⁷

O relatório feito pelo mesmo DESPS sobre a abertura do 5º Congresso da UNE, realizado no dia 14 de setembro de 1942 na cidade do Rio de Janeiro, revelou que a

²⁶⁵ Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional – Acessado em 23/07/2019.

²⁶⁶ JÚNIOR, Carlos Zacarias de Sena. Capítulos de História dos Comunistas no Brasil, Salvador, EDUFBA, 2016. Pág.160.

²⁶⁷ Fonte: APERJ – Pol/Pol, Setor: Geral, Notação: 44B.

abertura foi feita pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, que, ao lado da direção da UNE, dirigiu todos os trabalhos, ficando também ao seu cargo o encerramento do evento, feito depois dos discursos dos generais Manuel Rabelo²⁶⁸ e Heitor Borges²⁶⁹. O relatório apontou a presença de várias autoridades estaduais e federais, além das autoridades militares. Confirmou que os enaltecidos discursos antifascistas foram procedidos de críticas, por parte dos estudantes, aos muitos professores e funcionários públicos ainda ligados ao integralismo que continuavam em atividade²⁷⁰.

A Delegacia Especial de Segurança Pública e Social acompanhou todo o Congresso, montando inclusive um dossiê sobre o referido evento. Relatou o Chefe da Seção de Segurança Social Seraphim Braga que no dia 15 de setembro de 1942, dia marcado para a escolha do novo presidente da UNE, os estudantes resolveram fazer o pleito no antigo “Clube Germânia”, expropriado pelo governo federal e ocupado por eles. Braga relatou que a fala dos estudantes paulistas ligados ao Diretório XI de Agosto, os mais críticos ao Estado Novo, parecia pretenciosa.

Também relatou a presença do embaixador estadunidense Jefferson Caffery acompanhado do jornalista Waldo Frank, seu conterrâneo, que, muito saudado pelos estudantes, preferiu não se pronunciar, mesmo tendo sido solicitado pelos presentes. Não sabiam os estudantes que Frank estava sob forte vigilância do DIP e do DOPS²⁷¹, devendo ter sido orientado por seu embaixador a não se pronunciar. Como já relatado, Frank era comunista e desagradava o Estado Novo com a sua oratória radical, mesmo ao estar excursionando pela América Latina cumprindo missão “cultural” a mando do governo estadunidense. O DIP também proibiu qualquer divulgação sobre o 5º Congresso da UNE que não fossem as notas oficiais²⁷².

A crítica exposta pelos estudantes da UNE sobre a forte presença de funcionários públicos ligados ao integralismo em franca atividade pode ser notada também no dossiê “Parque de Aeronáutica dos Afonsos” (1942/1943), montado pelo

²⁶⁸ Manuel Rabelo Mendes foi interventor federal em São Paulo e membro do governo provisório. Foi também General-de-Divisão e ministro do Superior Tribunal Militar. Fundador da Associação Amigos da América.

²⁶⁹ Heitor Augusto Borges, General-de-Divisão, Ministro do Supremo Tribunal Militar e comandante da 5º Região Militar.

²⁷⁰ Fonte: APERJ – Pol/Pol, Setor: Geral - Notação 44B.

²⁷¹ Fonte: APERJ - Pol/Pol setor: ADM – notação 13, dossiê 1.

²⁷² Fonte: APERJ – Pol/Pol, Setor: ADM 13, Dossiê 1, Folhas 83, 141, 160.

DOPS.²⁷³ Nele constam sindicâncias que resultaram em prisões e demissões de servidores civis e militares, nacionais e estrangeiros, todos ligados ao Eixo. Encontram-se relatados nessa documentação, nomes de sabotadores, espiões, agitadores e até de ladrões, que, em contrário à causa Aliada, praticaram uma série de atos, como furto de combustível, dano a baterias de aviões, subtração de peças de rádios, provocações e até a troca de informações com súditos do Eixo. No documento, consta inclusive o relato da prisão de um funcionário de nome Max Heeren Júnior, que possuía em sua casa um sistema de rádio clandestino montado com peças desviadas da Aeronáutica, na qual o mesmo exercia o cargo de chefe da seção de equipamento de rádio. Anos depois, em 1949, Max Heeren Júnior, então membro da “Liga de Amadores Brasileiro de Rádio Emissão” foi aprovado no curso de Rádio Amador da ECT (Empresa de Correios e Telégrafos).²⁷⁴

Vários órgãos públicos tiveram problemas internos por conta da presença de simpáticos do Eixo em seus quadros. Isso também aconteceu no ambiente privado. Existe uma série de dossiês de pessoas que foram denunciadas por vizinhos e amigos de trabalho por externarem simpatia ao Eixo. Exemplo de José Queiroz Muniz, que no dia do enterro do seu irmão, em 6 de abril de 1943, proferiu a seguinte frase no Cemitério São Francisco Xavier, na capital federal: “em nome do chefe nacional, três anauês”. A saudação integralista custou um inquérito policial remetido ao Tribunal de Segurança Nacional.²⁷⁵

A censura era a principal arma do Estado Novo para tentar conter a exaltação social com a Guerra. Uma série de temores tomou conta da administração pública. Para evitar que os vários movimentos que a sociedade externava saíssem do controle, o Estado Novo reorganizou o DIP, colocando-o sob os cuidados do Ministério da Justiça, com o intuito de melhor controlar as informações, que transitavam em maior fluxo devido a Guerra. Também ampliou as investigações no aparelho público para identificar os simpáticos ao Eixo, poupando muitas vezes altos dirigentes e oficiais. Um exemplo desse aumento do controle social está no boletim do DIP de número 209 (página IX) de 2 de setembro de 1942.

²⁷³ Fonte: APERJ – Pol/Pol, Setor: ADM 4.

²⁷⁴ <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ABkPfkKuCjIoJ:https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2367179/pg-30-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-04-1949+&cd=16&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> – Acessado em 24/07/2019.

²⁷⁵ Fonte: APERJ – Pol/Pol, Setor: DESPS, Notação: 93.

Outro problema surgiu com a guerra, as críticas aos “Interventores”, que passaram a estar presentes nas palavras de ordem dos manifestantes. Isso, em certa medida, ressuscitou a “velha política regionalista” que o Estado Novo combateu como prática danosa das oligarquias. O ônus da incompetência de alguns “Interventores” deixou Vargas às vezes exposto a críticas reais e contundentes e isso fortaleceu essa oposição regional, alijada da política pelo movimento de 1937. A proibição de divulgação por parte do DIP do manifesto de solidariedade de Flores da Cunha tinha a intensão de evitar ao máximo que esse setor se aproximasse do governo, já que Cunha era um dos representantes dessa oposição regionalista.²⁷⁶

O projeto nacionalista de Vargas ganhou corpo à medida que os investimentos foram transformados em subsídios para obras públicas. A “coisa pública” com Vargas ganhou uma dimensão muito abrangente. Setores historicamente desassistidos pela União passaram a receber algum tipo de ajuda nas áreas Social e de Saúde. Isso só foi possível graças aos acordos firmados por Vargas com Washington, nos quais a diplomacia brasileira teve uma atuação fundamental. A ideia de enviar tropas para algum teatro de guerra provocou a ampliação desses acordos com os Estados Unidos e colocou o Brasil, um país pobre e atrasado, em evidência internacional. No aspecto da política internacional, essa foi a forma encontrada por Vargas para tentar influir na conjuntura do pós-guerra, resguardando os interesses nacionais.

O ano de 1942 marcou o fim da “paz interna” que Getúlio saudou tanto em 1941, depois de 4 anos de Estado Novo. O retorno à cena pública de elementos outrora contidos desencadeou um processo que se mostrou impossível de ser estancado. As sucessivas derrotas do Eixo colocaram o Estado Novo diante de uma terrível contradição. O centralismo, encarnado na figura de Vargas, era aceito de forma parcial, já que a popularidade do presidente junto aos setores mais humildes lhe garantia respaldo. A oposição por parte dos militares era uma constante – sejam os reacionários ou os liberais, ambos faziam críticas veladas a Vargas. Os setores militares mais duros tentaram manter, a partir dos aparelhos de repressão e controle, o Estado Novo operando a despeito da conjuntura externa. Já os agrupamentos militares mais liberais viram a aproximação com os Estados Unidos como uma oportunidade para acabar com o regime de força brasileiro.

²⁷⁶ Fonte: APERJ – Pol/Pol, Setor: ADM 13, Dossiê 1, Folhas 83, 141, 160.

Não existem dúvidas do caráter estratégico que os Estados Unidos davam à sua política na América Latina, na qual o Brasil, ao lado de Argentina e México, eram os aliados expoentes. O governo brasileiro, ao lutar na Europa, marcou uma posição que transformou o país em uma potência regional, superando esses dois Estados, inclusive na relação com Washington. A diplomacia brasileira, atenta a essa movimentação, passou a valorizar a relação com os países da América Latina, principalmente com os países do Cone Sul. No ano de 1943, Vargas realizou uma série de encontros com diplomatas e líderes dessas regiões, nos quais estreitou laços de cooperação econômica e amizade.

O governo brasileiro também tomou parte em uma gama de fóruns e encontros internacionais que versavam sobre questões fronteiriças, defesa e cooperação. Também participou de conversas para ajudar a resolver a instabilidade de vários países, como Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. Os relatórios do Itamaraty mostram esse momento vigoroso da diplomacia brasileira. Vargas citou a necessidade da aliança pan-americana se tornar uma política de ajuda mútua. Pensava ele em tornar o Brasil um exportador de produtos manufaturados para a região. As pretensões brasileiras na América do Sul acabaram pesando contra Vargas em 1945 – a política autônoma e de cooperação com os países vizinhos era um entrave para a Doutrina Truman. A deposição de Vargas nesse ano contribuiu para diminuir o protagonismo do Itamaraty na região.

III.II – A POLÍTICA INTERNA E A SEGURANÇA CONTINENTAL

O ano de 1943 ficou marcado pela retumbante vitória soviética em Stalingrado em fevereiro e também pela importante vitória em Kursk, no mês de agosto. Esse ano também revelou as operações estadunidenses na África, frutos da Operação Torch. Em ambos os cenários, o Eixo foi duramente enfraquecido, enquanto a União Soviética emergiu como potência mundial. Foi também em 1943 que os Aliados realizaram a Operação Husky, a invasão da Sicília, propiciando a derrota de Mussolini. Sobre essa conjuntura, o presidente Getúlio Vargas fez uma consulta ao ministro João Severiano Fonseca Hermes, que atuava como diplomata em Madri.

Em carta com data de 24 de janeiro de 1943, Fonseca Hermes respondeu ao presidente Vargas que uma vitória do “*Reich ou dos Soviétis*” seria ruim para os Aliados e, em especial, para o Brasil. Ambos os países ansiavam, segundo ele, a “união europeia sob o domínio de uma só potência”. Afirmou que a vitória nazista poria em jogo a cultura latina (Itália e França), enquanto a soviética seria a sua aniquilação total. Informou que a brutalidade nazista seria ruim, mas a influência comunista seria mais duradoura e determinante, revelando-se um mal maior. Fonseca Hermes seguiu afirmando que a vitória soviética em Stalingrado revelou técnicas e quantidades de tropas surpreendentes que ameaçava a integridade do solo alemão. Finalizou indicando que a derrota nazista na Europa não poderia ser auspiciada pela URSS sozinha e que os Aliados, inclusive o Brasil, deveriam estar prontos para guarnecer o continente Europeu²⁷⁷.

Fonseca Hermes também analisou os movimentos sociais que, espalhados por toda a Europa, poderiam entrar em ebulição com uma vitória soviética, já que em quase todos os países havia, antes da guerra, a presença de um Partido Comunista, citando como exemplo a própria Alemanha. Por isso, sugeriu ele, os Estados Unidos, Inglaterra e o Brasil deveriam fazer todos os esforços para impedir a prematura vitória da União Soviética sem que os Aliados possam subordiná-la. Hermes praticamente conclamou uma cruzada contra os soviéticos em defesa da Europa. O crucial foi a sugestão que o Brasil fizesse parte da defesa dos valores ocidentais no Velho Mundo. Fonseca Hermes acrescentou:

*“A derrota da Alemanha se impõe, mas de maneira em não implicar no triunfo definitivo e único do comunismo, e esse triunfo será incontestável se os Aliados não estiverem habilitados a organizar a Europa com uma força capaz de impor a ordem e de deter os exércitos soviéticos”.*²⁷⁸

A opinião do diplomata J.S. da Fonseca Hermes com relação ao movimento comunista e a União Soviética é o mesmo da maioria, se não de todos, os dirigentes do Estado Novo, principalmente depois do Levante de 1935, no qual a participação do governo soviético ficou latente através da Internacional Comunista. Os temores com o movimento comunista e seus reflexos na política interna se intensificaram com a

²⁷⁷ GVC.1943.01.24 – CPDOC-FGV.

²⁷⁸ GVC.1943.01.24 – CPDOC-FGV.

edificação do Estado Novo a partir de 1937. Oficialmente, o Brasil se tornou um país anticomunista, no qual essa ideologia era tratada como um conjunto de comportamentos indesejáveis ao governo. Em suma, o Estado Novo tratava o movimento comunista como inimigo e foi nesse tom que Fonseca Hermes informou a Vargas que a vitória soviética era um acontecimento pior do que a vitória de Hitler.

Não foi só o diplomata J.S. da Fonseca Hermes que transmitiu da Espanha o seu temor com a crescente ascensão militar soviética. O Encarregado de Negócios da legação brasileira em Berna Rubens Ferreira de Mello remeteu ao Itamaraty, em 10 de fevereiro de 1943, as suas análises sobre aquele país. Informou que alguns dias antes, por conta do julgamento de um conhecido líder comunista, tinha ocorrido uma grande manifestação popular em favor do mesmo, causando temor ao governo suíço, que reafirmou estar pronto para sufocar qualquer ação dos comunistas. Mello também informou que a imprensa tinha iniciado uma forte campanha contra a União Soviética, que, segundo a imprensa, ainda estava apoiando a revolução mundial com base na “III Internacional” e que, para isso, contava com seus muitos agentes espalhados pelo mundo, inclusive na Alemanha.²⁷⁹

O embaixador brasileiro em Madri Abelardo Roças escreveu ao Itamaraty a sua análise sobre o mês de março de 1943, informando que as tentativas do Eixo em constituir uma paz de compromisso não foram aceitas pelos Aliados, dando a entender que não haveria espaço para o Reich nazista no pós-guerra, da mesma forma que também desacreditou a possibilidade que qualquer aliança entre os anglo-estadunidenses e a Alemanha para combater o comunismo soviético pudesse se estabelecer. Citou o temor que a sociedade espanhola tinha dos comunistas, rememorando a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), apoiada por Stalin. Fez previsão sobre convulsões sociais apoiadas pela URSS e se mostrou preocupado com as ambições imperiais de Moscou, revelando a sua descrença na confiabilidade do líder soviético. Sobre Stálin, o embaixador brasileiro escreveu:

“Tudo depende, pois, do que tem em mãos e do que será capaz esse misterioso e insensível Stálin, dissimulado como um asiático... Hoje, como no passado, a Rússia continua sendo uma casa oriental, abrigada por grandes muros, em que os segredos de Estado pertencem apenas ao autocrata, enquanto que nos outros países os manejam o governo, a tribuna e a imprensa.

²⁷⁹ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Madri - estante 30, prateleira 2, volume 7.

*Assim, Stálin, como outrora o Tzar, pode ver o jogo dos outros sem mostrar o seu”.*²⁸⁰

É seguro apontar que havia uma linha dentro do Itamaraty de pesquisa e análise do comportamento da União Soviética no contexto da guerra e que essa observação silenciosa da guerra na Frente Leste estava pautando de alguma forma as ações do governo Vargas. Os inúmeros e detalhados relatórios sobre a guerra no Leste eram produzidos sistematicamente, sendo que alguns deles iam direto para o presidente Vargas antes de chegarem oficialmente ao Itamaraty, como foi o caso de Fonseca Hermes, supracitado. Muitos desses diplomatas eram colaboradores de Vargas desde 1930, tendo eles total entrosamento não só com o Estado Novo, como também com a política anticomunista.

A DESPS (Delegacia Especial de Segurança Pública e Social) era dirigida por homens ligados a Filinto Müller e a Eurico Dutra. Todo o aparato de Segurança Pública estava nas mãos de homens indicados pelos setores mais duros do Estado Novo e, como veremos mais à frente, esse grupo não era homogêneo, mas a política repressiva os unia. Mesmo após o afastamento de Francisco Campos, Lourival Fontes e Filinto Müller do governo, eles continuaram, junto com o comando das Forças Armadas, influenciando no aparato de segurança. Todas essas figuras nutriam algum tipo de simpatia pelos países do Eixo e suas ideologias, assim como tinham o anticomunismo como missão profícua. O nacionalismo que muitos desses defendiam se distanciava do brandido por Vargas em dois pontos – a política social e a política externa.

Para comemorar um ano do rompimento das relações com o Eixo, a UNE (União Nacional dos Estudantes) realizou uma passeata no centro do Rio de Janeiro para lançar a “Campanha de Bônus de Guerra”. A ideia era captar dinheiro para armar o país e mobilizar a população contra os agentes de “quinta-coluna”. O relatório do DESPES apontou a participação majoritariamente estudantil e com ares de oficialidade, já que contou com a banda da Polícia Militar, carros do DIP com microfones e membros do governo discursando, como os ministros Oswaldo Aranha, Souza Costa, Gustavo Capanema, Dutra e seu Estado Maior, além do prefeito da cidade Henrique Dodsworth. O documento revelou o bom acolhimento dos populares com o ato e a ausência de qualquer elemento comunista conhecido e de sindicatos trabalhistas entre os

²⁸⁰ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Berna - estante 6, prateleira 1, volume 9.

manifestantes, mas citou a presença do general Manoel Rabello, Presidente da Sociedade Amigos da América.²⁸¹

A ideia de fazer eventos oficiais no contexto antifascista serviu para aproximar setores de descontentes do governo. Esses eventos “chapa-branca” não atraíam o grosso dos manifestantes, como descreve o documento, mas servia para enaltecer os setores liberais que trabalharam pela aliança “Brasil – Estados Unidos”. Esse foi outro inconveniente para o grupamento reacionário do governo, que já havia definido como pernicioso a atuação de Oswaldo Aranha no Itamaraty. Os militares que se posicionaram pró-Aliados, que não foram poucos, tinham pouca influência na máquina pública e por isso, até o lançamento da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, poucos foram os atritos entre essas duas alas.

A preocupação com o caráter dessas manifestações e a presença dos comunistas era o que mais mobilizava o governo. Mas, a partir de 1943, os sindicatos começaram a engrossar essas manifestações, afinal, eles eram fruto da política trabalhista. Importante notar que o relatório policial anterior denominou os sindicatos de “trabalhistas”. Isto é, a política trabalhista do governo Vargas foi adquirindo um contorno de movimento social, que fez dessa tendência uma vertente progressista do nacionalismo de Vargas. Ou seja, os trabalhadores foram se apropriando da política social do Estado Novo e dando o seu traço próprio à mesma. Esses trabalhadores, cada vez mais críticos ao caráter repressivo do Estado Novo, ao mesmo tempo em que hipotecavam solidariedade a Vargas, foram deslocando os setores policialesco do Estado Novo para a direita de Vargas e seu projeto de Bem-Estar Social.

Na manifestação assinalada pelo DESPS, estava presente uma figura que passou a chamar a atenção do aparato de segurança e que depois se posicionou firmemente em favor dos Aliados e sobre a necessidade de o Brasil entrar na guerra. O general Manoel Rabello passou a ser um catalizador dos setores militares próximos dos Aliados, em especial dos estadunidenses, com a criação da “Sociedade dos Amigos da América”, entidade que passou a presidir. O general começou a ser visto como pouco confiável pelos seus pares que discordavam da entrada do Brasil no conflito mundial. Ele e o ministro Oswaldo Aranha eram vistos pelo comando das Forças Armadas como homens

²⁸¹ Fonte: APERJ – Pol/Pol setor GERAL – notação 44 B.

perigosamente próximos de Washington, principalmente pelos seus posicionamentos antifascistas e a consensualização com os comunistas no ambiente de guerra.

Sobre a “Sociedade dos Amigos da América”, a DESPS classificou a mesma como uma entidade que foi criada pelo general Rabello a fim de defender os interesses do continente, possuindo, entretanto, entre seus quadros pessoas com uma atuação “bastante esquerdista”. Os investigadores relataram a intenção da Sociedade em criar um “serviço secreto” chefiado por um oficial da marinha para combater a “quinta-coluna”. Os agentes também indicaram a colocação de policiais infiltrados para atuarem na referida organização a fim de acompanhar mais detalhadamente o seu comportamento. A investigação acreditava, segundo o relatório, que logo a mesma se desvirtuaria de sua missão primaz. O documento é datado de 26 de fevereiro de 1943.²⁸²

O ano de 1943 marcou o aumento das manifestações contra o Estado Novo. A perda de prestígio do Eixo e a ascensão do campo Aliado acabaram refletindo no Estado Novo. Por mais que a decisão de Vargas em marchar junto com os Aliados tenha sido um aceno à democracia, a estrutura repressiva do regime não permitia que a população percebesse isso, porque, na prática, a falta de liberdades individuais equiparava o regime brasileiro aos países do Eixo. O centralismo, a falta de liberdade políticas e de opinião desagradavam os setores médios, que eram os mais mobilizados naquele momento. A classe operária, ainda pouco organizada, sentia menos esses problemas, a escassez de alguns alimentos a incomodava muito mais.

A guerra, por mais que atribulasse o ambiente político por conta da polarização, se tornou também um agente mobilizador ao entorno do Estado Novo, que, desde 1942, clamava todas as forças políticas a se unirem para enfrentar os problemas advindos do conflito. A participação brasileira de forma efetiva no conflito serviu para serenar parte desses setores médios, que nunca acreditaram que Vargas pudesse declarar guerra e ir lutar na Europa contra Hitler. Por isso, o símbolo da FEB (Força Expedicionária Brasileira) era uma cobra fumando. Diziam as rodas populares que era “mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na guerra”. As contradições envolvendo as “ideologias alienantes”, como se referia Getúlio ao socialismo e ao fascismo, não foram dirimidas no “projeto guerra”. Pelo contrário, elas aumentaram, principalmente no seio

²⁸² Fonte: APERJ – Pol/Pol setor GERAL – notação 14 dossiê 01.

da sociedade, com frações cada vez mais radicalizadas contra os ataques alemães e em defesa da democracia.

Mas, para se lutar a Segunda Guerra Mundial, não bastavam armas, eram necessárias informações e elas só poderiam ser obtidas pela diplomacia. Não obstante, Oswaldo Aranha se tornou o mais famoso colaborador de Vargas e o Itamaraty o principal órgão do governo durante a guerra. Indagado sobre o Itamaraty pelo seu secretário Luiz Vergara em 1937, Vargas respondeu sobre a resolução de nomear Oswaldo Aranha chanceler:

*“É o que ele tem de fazer. Eu já declarei que o que ele quer não é oportuno, que o mais acertado é assumir o cargo e começar a trabalhar porque a situação internacional obriga que estejamos atentos e preparados para adotar resoluções que podem ser imperiosas e de graves consequências”.*²⁸³

O professor Fontana em sua obra (FONTANA, 1998) lembrou de Ranke em sua análise sobre a identificação entre “Estado” e “Nação”, na qual os Estados, quebrando o velho consenso, devem apoiar-se agora (pós-Revolução Francesa) na consciência de identidade nacional que lhes eduquem a despeito das lutas de classe para não debilitar a coesão social e que os conceitos envolvendo povos e unidades interclassistas cimentem um sentimento comum de nacionalidade. Ainda citando Ranke: *“todo grande povo reclama uma posição internacional de acordo com a sua dignidade”*.²⁸⁴ Por conseguinte, algo muito semelhante foi o que Getúlio Vargas tentou constituir – uma sociedade apartada das lutas de classe, acompanhada de uma boa inserção no cenário externo. Coisa completamente utópica, que revela não só o caráter ideológico do presidente, mas os seus limites de classe. Talvez esse seja um ponto que os críticos do “projeto nacionalista” de Vargas se debruçam para refutá-lo.

A vitória do Exército Vermelho em Stalingrado não só fez o prestígio dos soviéticos aumentarem, como também reacendeu a discussão de uma proposta de paz, vitaminada pelos sentimentos anticomunistas de Berlim, que se colocava como a única barreira possível entre os valores ocidentais e a “praga comunista”. Essa tática tinha a função de gerar dúvidas entre os Aliados, como também mobilizar internamente os

²⁸³ VERGARA, Luiz. Fui Secretário de Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo, Editora Globo, 1960. Pág.146.

²⁸⁴ FONTANA, Josep. História – Análise do Passado e Projeto Social, Bauru, EDUSC, 1998. Pág.131.

alemães. Nesse sentido, velhas rusgas envolvendo o Ocidente e os comunistas voltaram à pauta. Por mais que os dirigentes Aliados evitassem essa discussão, a imprensa na sua maioria, debatia a possibilidade do “perigo vermelho” se lançar sobre o Ocidente.

Sobre a Batalha de Stalingrado, os jornais brasileiros eram obrigados pelo DIP a produzir manchetes rasas, como por exemplo o “Correio da Manhã” de 22 de janeiro de 1943 – “*Os Alemães estão deixando o Cáucaso velozmente*”²⁸⁵. A frase estava escrita no canto esquerdo do jornal, sem nenhum destaque. No dia 4 de fevereiro, dia que os soviéticos anunciaram ao mundo a rendição do 6º Exército Alemão, a manchete foi: “*A rendição salvou milhares de soldados alemães de morte horrível*”²⁸⁶. O jornal “Diário Carioca” de 30 de dezembro de 1942 publicou: “*Caiu Kotelnikovo – Grande Presa de Guerra em Poder dos Russos*”²⁸⁷

Com a derrota do 6º Exército Alemão em Stalingrado, as atenções foram voltadas para a Frente Ocidental, especialmente o Norte da África. Foi nesse teatro que se apontou primeiramente a possibilidade de atuação brasileira. O presidente Vargas, ao definir a participação brasileira na guerra, fez um movimento inesperado pelos Aliados, que planejaram para o Brasil uma participação menor. Essa jogada de ir à Europa lutar, idealizada por Vargas, evitou que o processo de industrialização congelasse e atrelou o destino do seu governo ao êxito não só dos acordos econômicos com Washington, mas também ao sucesso da Campanha da Itália. O governo brasileiro já havia cedido o Saliente Nordeste para as bases Aliadas e toda a produção primária estava direcionada para o esforço de guerra, com destaque para a borracha. Não havia mais espaço diplomático para a obtenção de novos ganhos. Foi então a formação da FEB/FAB que criou aditivos aos já consumados acordos com Washington.

Os acordos do pós-guerra no âmbito do continente Americano necessariamente passariam pelo Brasil; era essa a aposta de Vargas. Em suas correspondências com alguns colaboradores, Vargas era taxativo em apostar nos frutos da política industrializante no pós-guerra. Estando o país em uma posição de vanguarda nos tempos de paz, poderia entabular negociações com outras nações industrializadas em condições favoráveis, diminuindo assim o “déficit” da balança comercial. A necessidade de desenvolver as forças produtivas nacionais e edificar uma sociedade mais justa aplacaria

²⁸⁵ Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Idem.

o perigo de golpes e instabilidades políticas. Sem desenvolvimento nacional, sem justiça social, o Brasil estaria à mercê de ideologias estranhas. Foi essa a máxima de Vargas para avançar com as Leis Trabalhistas.

Outro grande acontecimento de 1943 foi a Conferência de Casablanca, no Marrocos, durante os dias 14 e 24 de janeiro. Os líderes Franklin Roosevelt e Winston Churchill trataram de uma série de assuntos concernentes a guerra na Europa, tais como a unidade francesa, a Segunda Frente e as relações com os satélites do Eixo. O que mais interessou ao governo brasileiro nessa reunião foram os próximos passos dos Aliados. A Segunda Frente foi programada para ser aberta no segundo semestre de 1943 e as operações na África tinham perspectiva de término no primeiro semestre. O plano Aliado era expulsar o Eixo do Norte da África, invadir a Sicília e recuperar o Mar Mediterrâneo.²⁸⁸

Tão surpreendente como a Conferência de Casablanca, que foi preparada de forma sigilosa e só informada ao mundo quando de sua finalização, foi a Conferência do Potengi, realizada nos dias 28 e 29 de janeiro em Natal, Rio Grande do Norte, onde o presidente Getúlio Vargas recebeu o presidente dos EUA Franklin D. Roosevelt. Tal ato colocou o presidente Vargas no centro da conjuntura internacional. O esforço feito por Roosevelt para estar nessa reunião foi tremendo; devido a sequelas da poliomielite, ele tinha muita dificuldade para fazer deslocamentos distantes e a idade avançada também era outro complicador. Atravessar o oceano Atlântico infestado de submarinos nazistas era outro desafio, sem dizer no cansaço natural pelos 10 dias de discussões em Casablanca. Mesmo com tudo isso, o presidente de uma das maiores potências mundiais foi ao encontro de Vargas para definir o papel do Brasil na guerra.²⁸⁹

Com o Brasil na guerra e os acordos com os Estados Unidos firmados, Vargas criou a expectativa de aplacar uma série de contestações que surgiram no tumultuado ano de 1942. O afundamento dos navios brasileiros seria respondido com a Campanha da Itália, a carestia seria aplacada com o incremento das exportações, e o subdesenvolvimento combatido com a construção da Siderúrgica de Volta Redonda (CSN), com a transferência de tecnologia que os estadunidenses estavam fazendo por conta do esforço de guerra, aumentando assim, o investimento público e privado no

²⁸⁸ BUTLER, Susan. Prezado Sr. Stálin, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2005. Pág. 152.

²⁸⁹ MUYLAERT, Roberto. 1943 Roosevelt e Vargas em Natal, São Paulo, Editora Bússola, 2012.

Brasil. Com o país em guerra, as medidas de força poderiam se manter vigentes como parte da política de segurança nacional. Inclusive, a discussão política a respeito das eleições foi automaticamente suspensa até o fim do conflito.

Os planos de Vargas não aconteceram de forma tranquila. As oposições continuaram mobilizadas e, apesar da “Campanha da Itália”, elas não toleravam a falta de democracia. Era a guerra que Vargas usava como justificativa para manter o regime fechado, mas era justamente ela que a oposição identificava como elemento ideal para se promover aberturas. O início da escassez de alguns alimentos e produtos foi um golpe na política econômica do governo. A demora por parte de Washington em treinar, equipar e definir a atuação das forças brasileiras também prejudicou a popularidade de Vargas. Pela primeira vez, fatores externos influíram na popularidade do presidente e esse momento no ano de 1943 marcou um avanço importante das forças liberais no país.

Em seu tradicional discurso de 1º de Maio, no ano de 1943, Vargas falou sobre o futuro e o que a população poderia esperar do Brasil pós-guerra:

*Malgrado as sérias apreensões decorrentes da atual situação do mundo, não devemos alimentar temores e receios quanto ao futuro. Sabemos que a guerra é uma escola de sacrifícios e para enfrentá-los não nos faltam coragem e tenacidade. A fase de reorganização que sobrevirá ao choque dos exércitos não nos encontrará desprecauidos. Antecipadamente, nos preparamos para fazer face aos seus problemas. Identificado o programa das Nações Aliadas, consubstanciado na Carta do Atlântico, cumprimos até o fim os nossos compromissos de solidariedade e estreita cooperação na luta militar e econômica, certos de concorrermos para a vitória e de compartilharmos, em futuro próximo, de acontecimentos felizes, capazes de aumentar o relevo da nossa atuação.*²⁹⁰

“O programa Vargas de industrialização” tinha que ser executado a qualquer custo, “pois a indústria é hoje a primeira defesa contra o perigo externo e interior, na vida de qualquer país.”²⁹¹ Essa frase, dita por Oswaldo Aranha em 1943, traduziu bem os objetivos do governo com relação à guerra. Ela demonstra a necessidade de suplantar a dependência externa e de enfrentar os “perigos interiores”. Aranha estava respondendo

²⁹⁰ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil X, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1944. Pag.34.

²⁹¹ HILTON, Stanley. O Brasil e a Crise Internacional (1930/1945), Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977. Pág. 113.

à escalada da oposição e o perigo do projeto de industrialização ser interrompido. A industrialização brasileira tinha um entrave difícil de ser removido, que era a dependência de investimento externo. Se o Brasil perdesse importância na geografia da guerra, o governo estadunidense não tinha porque continuar a oferecer condições especiais para o país.

Com a política de cotas para a exportação imposta pelo governo estadunidense desde 1940, a situação se complicou para o Brasil. Foi o esforço de guerra e a relação Vargas e Roosevelt que conseguiu suplantar esse problema, mas as condições ficaram ao sabor da guerra. Por isso a pressa de Vargas para edificar algumas parcerias e o engajamento com a Campanha da Itália. Vargas respondeu anos depois que tais decisões só foram possíveis de serem realizadas pela excepcional centralidade de que possuía. Talvez a explicação, ou pelo menos parte dela, para a sua insistência em um regime de força resida nessa afirmação.²⁹²

As desconfianças com as fronteiras do Cone Sul, a defesa do Saliente Nordestino e a preocupação com o litoral Sudeste, áreas que o governo tinha como frágeis, precisavam ser resolvidas e, para isso, era necessário armamentos que os Aliados não podiam e não queriam fornecer. Essa foi outra dura batalha que o governo travou e ganhou, tornando o Brasil o país mais poderoso da América Latina; tudo isso graças aos esforços prioritários do Itamaraty. Ao tempo que as manifestações contra o Estado Novo ganharam corpo, Vargas criou uma espécie de “missão nacional” que consistiu em levar o país à vitória na Europa. O professor de História Arno J. Meyer, especialista em Relações Internacionais e História Moderna da Europa, assinalou que o Primado da Política Interna foi o responsável pela Primeira Guerra Mundial. Afirmou Meyer que os países beligerantes da PGM tinham uma série de problemas internos que foram momentaneamente congelados com a guerra.²⁹³

Arno J. Meyer, que também é professor das Universidades de Princeton, Yale e City College of New York, citou uma situação que às vezes permeia os estudiosos das Relações Interacionais de maneira negativa, segundo a sua visão:

“...essa limitação deriva em grande parte da disposição do historiador diplomático de separar hermeticamente a política externa da política interna; e desconectar rigorosamente os atores da política

²⁹² PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, Meu Pai, Rio de Janeiro, Objetiva, 2017.

²⁹³ <https://web.viu.ca/davies/H482.WWI/Mayer.domestic.causes.WWI.1967.htm>. Acessado em 06/01/21.

*externa e da diplomacia do contexto político e social de onde se originam e operam”.*²⁹⁴

Essa é justamente a falha em que ocorreu na ação dos professores Gerson Moura, Vagner Camilo Alves e Roberto Gambini. Eles analisaram a participação brasileira na guerra estritamente a partir dos acontecimentos internacionais, deslocando a figura de Vargas de seu contexto social.

Os críticos do Primado da Política Interna costumam conceituá-la como uma política tipicamente “bonapartista”, fruto das tensões políticas e sociais, que são domadas pela força. Usando o cenário internacional como uma espécie de cortina de fumaça, na qual práticas expansionistas, ou até mesmo de aumento das tensões internacionais, podem se tornar usuais características de governos autoritários, conservadores e centralizadores.²⁹⁵ Essa conceituação não leva em conta os pressupostos culturais e sociais; ela pasteuriza as sociedades, criando um determinismo que suplanta a dialética interna de cada sociedade em particular. Não existem garantias práticas de que tensões ou contradições internas possam ser atenuadas a partir de ações no cenário externo. Temos como exemplo o Iraque da guerra contra o Irã (1980 a 1988) e depois contra o Kuwait e Estados Unidos (Primeira Guerra do Golfo, 1990 a 1991) e a Argentina da Guerra das Malvinas (1982). Iraque e Argentina tiveram a suas conjunturas internas agravadas depois de suas ações externas. Vargas foi à guerra em busca de investimento de seu principal aliado, não se embrenhou em um conflito atrás de territórios ou glórias militares.

Depois da Revolução Soviética de 1917, surgiu o “internacionalismo proletário”, pelo qual países passaram a lutar guerras que não as suas diretamente (refuta-se aqui o conceito de “guerra por procuração”, usada na Guerra Fria). O “internacionalismo proletário” se manifesta no contexto da solidariedade, independente do problema interno de cada Estado envolvido, e muito menos tem um caráter expansionista. Cuba lutou em Angola (1975 a 1991) do mesmo jeito que a China lutou na Coreia (1950 a 1953). Nesses dois exemplos, não houve qualquer ganho territorial ou muito menos a diminuição das contradições internas nesses países. A política externa desses dois países estava umbilicalmente ligada às razões internas que forjaram a solidariedade

²⁹⁴ <https://web.viu.ca/davies/H482.WWI/Mayer.domestic.causes.WWI.1967.htm>. Acessado em 06/01/21.

²⁹⁵ BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO. Dicionário de Política volume I. 11ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Pág. 1094.

internacional como política de Estado. A afirmação de que a política interna dos Estados, principalmente os periféricos, se transforma a partir de uma atuação de potência no plano internacional não é uma regra geral.

O Primado da Política Interna sobre a Política Externa refuta tal coisa, principalmente por analisar o conjunto de forças internas como gerador de uma identidade para a política externa. O governo Vargas, edificado em 1930, é um exemplo da valorização das forças internas – ele foi uma resposta à crise capitalista de 1929. E o Estado Novo, outro exemplo de construção interna, a partir de uma forte contradição doméstica, que foi o movimento de 1935. Em ambos os momentos, o governo brasileiro tentou construir uma política externa de valorização nacional e de refuta ao imperialismo.

É claro que havia influência da conjuntura internacional sob o governo Vargas, mas não a ponto de alterar a sua política interna. O Estado Novo permaneceu com a sua doutrina autoritária durante toda a guerra e a política de industrialização não só se manteve, apesar da guerra, como se ampliou, juntamente com a negativa em se estabelecer qualquer vínculo ou concessão ao movimento comunista e aos setores progressistas, que então passaram a compartilhar da postura antifascista do governo Vargas. Praticamente todos os traços característicos do Estado Novo se mantiveram durante o conflito. As “Razões de Estado” não surgiram no Brasil com o conflito se tornando global, elas já estavam vigentes por conta do Estado Novo, isto é, o governo Vargas, a partir da estrita observação do cenário internacional, pôde atenuar os efeitos da guerra e manter boa parte de seu projeto em andamento sem comprometer a sua autonomia e soberania.

Existe também, no âmbito das Relações Internacionais, a crítica que o Primado da Política Interna constantemente obriga aos Estados a usarem os aparelhos militares, destinados à defesa externa, a exercerem influência interna, favorecendo as tendências autoritárias.²⁹⁶ Esse é outro tópico importante. Em 1943, pressionado sobre o prazo de validade do Estado Novo, Vargas condicionou eleições ao término do conflito. A repressão existia como pilar do regime, mas nunca influenciou para atenuar as demandas populares. Politicamente falando, os militares, mesmo comandando a

²⁹⁶ BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO. Dicionário de Política volume I. 11ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Pág. 1095.

repressão, não constituíram força capaz de influir nos rumos do país. Tudo isso casado às medidas de proteção social e trabalhista, junto do plano de expansão da rede de Ensino.

Vargas, como civil e líder do movimento de 1930, capitalizou muito mais do que qualquer agente da repressão que participou de seu governo. Os direitos sociais promulgados por Vargas contribuíram na condução do contexto social para um debate inevitável sobre as liberdades individuais. Mesmo o governo utilizando a excepcionalidade da guerra para manter o Estado Novo vigente, setores da sociedade insistiram em questioná-lo, relativizando-o com a conjuntura internacional de descenso do fascismo.

A aliança estratégica sagrada pelo governo Vargas com os Estados Unidos durante a guerra permitiu ao Brasil executar uma política nacionalista graças à sua política interna que se sobrepôs a conjuntura internacional. Enquanto o continente africano estava em disputa, o Atlântico Sul passou a ser um dos corredores oceânicos mais importantes. As exportações brasileiras de matéria-prima para os Aliados tornaram-se fundamentais. Esses fatores permitiram ao governo Vargas equalizar suas demandas internacionais com as domésticas. O equilíbrio entre os acordos com os estadunidenses e as críticas aos liberais importava para o cenário interno. Getúlio Vargas escreveu em seu diário no dia 17 de outubro de 1941:

*“Acentua-se a vitória alemã sobre a Rússia. Isto se reflete na situação interna: liberais e comunistas, que andavam arrogantes e espalhando boatos, se retraem; integralistas, animados com o manifesto de Plínio Salgado aconselhando apoio ao governo, procuram organizar-se”.*²⁹⁷

O ano de 1943 marcou definitivamente a política nacional sob o auspício do nacionalismo. Vargas reafirmou seu desejo de que o Brasil fosse um parceiro dos Estados Unidos mantendo a sua autonomia política e econômica. O projeto de desenvolvimento passou a orientar a política externa, cenário no qual o governo brasileiro tentou disputar espaços no pós-guerra dentre as nações vencedoras. Ante a insistência do governo argentino de manter-se neutro, Vargas vislumbrou a

²⁹⁷ VARGAS, Getúlio. Diário volume I, São Paulo, Editora Siciliano, 1995. Pág.429.

possibilidade do Brasil se tornar o parceiro preferencial de Washington enquanto tomava a dianteira econômica entre os países da América Latina.²⁹⁸

O temor de algum ataque alemão de grandes proporções contra o Brasil foi dissipado no primeiro semestre de 1943. As tropas Aliadas empurraram as tropas do Eixo para o Egito e restauraram a ligação aérea entre os continentes americano e africano. Os ataques aos navios brasileiros também diminuíram diante da presença cada vez maior das patrulhas Aliadas no oceano Atlântico. O Brasil começou a receber parte do armamento que encomendou dos Estados Unidos, entretanto ainda não tinha capacidade de guarnecer sozinho seu enorme litoral. Um registro importante sobre a Marinha de Guerra do Brasil: a bordo de navios obsoletos, denominados de “caça-pau” – navios com o casco de madeira – os marinheiros brasileiros realizaram muitas missões de patrulha a fim de proteger a navegação nacional dos temidos “U-boat” e, com o avanço nos acordos com os Aliados, a Marinha recebeu então os “caça-ferro” – navios mais modernos e feitos de aço.

Os estadunidenses insistiram na negativa em fornecer toda a lista de material exigida pelo governo brasileiro, alegando que o pior momento já havia passado. Mas Vargas se mostrou irredutível, alegou a necessidade de equipar o Nordeste com três divisões para não só defendessem a região, como também pudessem estar prontas para combater em outras praças. Reafirmou a necessidade de proteger os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, locais que produziam grande quantidade de materiais estratégicos para o esforço de guerra Aliado, além de ser uma zona de grande colonização de súditos do Eixo. Vargas não escondeu o seu temor com as possíveis ameaças via Argentina que poderiam surgir.²⁹⁹

O governo brasileiro também confirmou a sua entrada na guerra com tropas que, no primeiro momento, foram cogitadas a agir na África e depois confirmadas a atuar na Europa. Quanto mais rápido as tropas brasileiras entrassem em combate, mais rápido o governo poderia capitalizar os seus feitos nas áreas econômicas. É factível que o governo também queria sentir o gosto da revanche contra os nazistas, afinal, isso, para a propaganda, era importante. A exaltação de vitórias e heroísmos era importante para aplacar o sentimento de cerco provocado pelos constantes afundamentos dos navios

²⁹⁸ CORSÍ, Francisco Luiz. Política Externa, Projeto Nacional e Política Econômica ao Final do Estado Novo, Revista Política e Sociedade n 12, São Paulo, 2008. Pág.69.

²⁹⁹ SILVA, Hélio. O Brasil Declara Guerra ao Eixo 1943 – 1945, São Paulo, Editora Três, 2006. Pág. 69.

mercantes, mas nunca foi o fator principal. As falas de Getúlio Vargas e a documentação disponível apontam de forma segura que o envio de tropas para a Itália tinha interesse estratégico em conseguir investimento e possuir uma força moderna para a defesa nacional.

No início de maio de 1943, o Ministro da Justiça Alexandre Marcondes Filho encaminhou um ofício ao chefe da polícia do Distrito Federal, Coronel Alcides Etechegoyen, solicitando uma série de medidas de segurança requisitadas pelo Ministério da Guerra, como a proteção de obras de arte, usinas, reservatórios e qualquer outro alvo que pudesse dificultar a ação das autoridades em caso de ataque inimigo.³⁰⁰ Era evidente o temor dos órgãos de segurança com possíveis ações de pessoas ligadas ao Eixo. Nesse mesmo mês de maio, a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) foi promulgada pelo Ministro do Trabalho e Alexandre Marcondes Filho acumulou os dois ministérios.

Com isso, o movimento operário deixou de ser um exclusivo caso de polícia. Nesses dois relatos, podemos notar a peculiaridade do momento que o país atravessava. Diante das dificuldades da guerra, o governo implantou medidas de proteção ao trabalhador. Essas foram nuances da política interna que foram ignorados por muitos pesquisadores da participação brasileira na guerra, que preferiram utilizar conceitos gerais e uniformizadores, que pouco ou nada se encaixam a realidade nacional.

O temor das forças de segurança por atos de sabotagem foram alvo de debate na Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente, na qual Góes Monteiro era o representante brasileiro no referido órgão.³⁰¹ A Comissão encaminhou uma série de sugestões para se elevar o grau de segurança nos países Americanos. No Brasil, o DESPS, comandado pelo tenente-coronel Olindo Denys, é que ficou a cargo de executar os planos de prevenção e a Delegacia de Estrangeiros a cargo da vigilância dos estrangeiros suspeitos de envolvimento com o Eixo.³⁰² Isso fez com o Brasil estabelecesse uma série de intercâmbios com as polícias dos países da América do Sul e com os serviços de segurança dos Estados Unidos. Os ingleses operavam uma poderosa

³⁰⁰ Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – POL/POL-DIP. Setor Espionagem, Notação 6.

³⁰¹ Órgão que congregava representantes de todos os países da América. Sediado em Montevideú, tinha por função monitorar ações do Eixo contra países do continente.

³⁰² Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – POL/POL-DIP. Setor Político, Notação 4..

base de captação e análise de informações no Caribe e de I, o governo brasileiro também recebeu informações sobre suspeitos e medidas de segurança a serem tomadas.

O governo brasileiro aproveitou o ano de 1943 para expandir a sua política continental. Vargas recebeu ao longo do ano os presidentes da Bolívia e Paraguai, além de representante de todo o Cone Sul. Estabeleceu uma série de tratados comerciais com os países vizinhos, além de colaborar com a aplicação de uma política conjunta de defesa continental. As missões militares brasileiras na Guiana Francesa e no Marrocos consolidaram a participação brasileira na defesa do Hemisfério Sul. O governo brasileiro aproveitou o ensejo e elevou uma série de missão diplomáticas no Caribe a condição de embaixadas, da mesma maneira que começou a fazer parte de várias comissões latino-americanas de debates de interesses mútuos.³⁰³ Também assinou vários tratados sobre a regulamentação das fronteiras nacionais com os países vizinhos. Signatário das Nações Unidas e defensor da Carta do Atlântico, o governo Vargas conseguiu elevar o Brasil a condição de potência regional.

No quesito segurança interna, as delegacias especiais autuaram uma série de pessoas por atos em prol do Eixo ou que de alguma maneira desmereceram a postura antifascista do país. No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, uma grande quantidade de dossiês demonstra a ação firme das polícias contra qualquer coisa que lembrasse algum tipo de menção positiva aos países do Eixo. Com data de 20 de abril de 1943, um relatório do DESPS informou sobre uma operação de busca e apreensão do livro *“Timoshenko e Mac Arthur”*. Ao todo foram confiscados 304 exemplares em 25 diferentes endereços. O relatório também confirmou a captura de 3 exemplares do livro *“Minha Luta”* de Hitler.³⁰⁴ A operação foi feita a pedido do DIP com a seguinte justificativa, informada pelo general Etchegoyen (Chefe de Polícia do Distrito Federal):

“A difusão de trabalhos laudatórios da organização social das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no momento em que, através do noticiário telegráfico, tomamos conhecimento da força de sua organização militar, parece-me contraditório com os princípios anticomunista que o Estado Nacional (ele escreveu “Novo” e depois rasurou – anotação nossa) tem pregado e desenvolvido, e, se bem que as circunstâncias atuais sejam de molde a autorizar certa tolerância com o governo

³⁰³ https://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1943.pdf - Acessado em 13/01/21.

³⁰⁴ Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – POL/POL-DIP. Setor ADM, Notação 13, Dossiê 1, Folhas 141, 83 e 160.

*russo, afigurasse-me pernicioso a publicação, em massa de livros sobre o assunto”.*³⁰⁵

As palavras do general Etchegoyen deixam bem claro os temores do governo Vargas com relação à guerra travada na Frente Leste. A União Soviética emergiu como uma potência militar adentrando o cenário internacional vencendo a Alemanha e não podia ter coisa pior para o comando das forças armadas brasileiras. Apesar de reconhecer o seu “status” de integrante do conjunto Aliado, o governo Vargas não permitiu qualquer concessão à União Soviética e aos comunistas. Durante o ano de 1943, o governo estadunidense iniciou sondagens junto ao Itamaraty para o estabelecimento de relações com Moscou. Vargas refutou todas, dizendo que esse assunto dependia de consulta prévia aos militares.

O governo brasileiro resolveu fechar o cerco aos militantes integralistas e aqueles ligados ao Eixo. Os imigrantes eram os alvos principais. Os motoristas profissionais (táxi, ônibus, caminhão e etc.) súditos do Eixo, naturalizados ou não, foram todos identificados pelo DESPS e ficaram sob estrita vigilância. Aqueles que tinham ficha criminal ou qualquer ligação comprovada com o Eixo foram impedidos de trabalhar. O governo temia que essas pessoas pudessem ser usadas pelas forças do Eixo em uma eventual invasão. O fato de possuírem veículos e conhecerem a geografia da cidade os colocou sob suspeita.³⁰⁶

Em setembro de 1943, o DESPS produz um relatório de 10 laudas com o título de “*Fascistas e Espiões no Alto Comércio do Brasil*”. O material descreveu o perigo da propaganda fascista. Em um longo trabalho de investigação, o relatório apontou o nome de uma série de comerciantes, industriais e empresários de origem italiana. O mesmo relatório informou sobre as relações financeiras e políticas dos mesmos, com gente no Brasil e no exterior e também assinalou o nome de políticos famosos ligados ao Estado Novo, qualificando-os como “fascistas”, como nos casos de Lourival Fontes, ex-diretor do DIP, Waldemar Falcão, ex-Ministro do Trabalho, e Vicente Raó, ex-Ministro do Interior e Justiça. O relatório apontou também as agremiações “Instituto Italiano de Alta

³⁰⁵ Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – POL/POL-DIP. Setor ADM, Notação 13, Dossiê 1.

³⁰⁶ Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – POL/POL-DIP. Setor: Diversos, Notação 9.

Cultura” e “Sociedade dos Amigos da Itália” como fachada para operações de propaganda fascista.³⁰⁷

As leis trabalhistas e os avanços no campo social permitiram a Vargas transitar cada vez mais entre a classe trabalhadora.³⁰⁸ Essa massa foi o pilar de sustentação do governo. Mesmo depois do golpe de 1945, esse setor da sociedade continuou apoiando Vargas. Sobre a falta de liberdade política, Vargas tinha a seguinte observação: “*A democracia brasileira, livre das influências externas, seria o esteio de uma atividade política voltada exclusivamente para a solução dos problemas nacionais*”. A organização do mundo do trabalho e a industrialização levaram Vargas a sonhar com o processo de reconstrução do Velho Continente. Com o parque industrial brasileiro desenvolvido, o país poderia participar ativamente da reconstrução das áreas atingidas pela guerra. Por isso, o desejo do governo Vargas sobre o Brasil possuir assento no Conselho de Segurança da ONU.

Negar que tais planos fossem um projeto é no mínimo um preciosismo exacerbado. Esse projeto não era linear, ele estava atrelado ao campo de batalha, no qual as condições mudam a todo instante. A demora na definição exata de onde e como a força militar brasileira iria atuar só não foi maior do que seu envio e equipagem. A definição que seria a Itália agradou a Vargas, mas não ao comando do Exército Brasileiro, que temia pelo clima e pelo relevo desconhecido para o soldado brasileiro, já que a luta aconteceria em montes gelados.

Ao final de 1943, o governo Vargas passou por uma estabilização, as exportações cresceram e as forças do Eixo foram banidas da África. Os temores de um golpe diminuíram e as questões fronteiriças no Sul já não chamavam tanto a atenção. O problema era realmente a conjuntura interna; o Primado de Política Interna deveria ser usado para conseguir soluções a partir da política externa. Se os problemas políticos nacionais não fossem dirimidos, dificilmente se alcançaria os objetivos externos.

*“A política, tanto no âmbito nacional como no internacional, consiste em uma luta pelo poder, modificada somente pelas distintas condições sob as quais essa luta tem lugar nas esferas nacional e internacional”.*³⁰⁹

³⁰⁷ Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – POL/POL-DIP. Setor: Espionagem, Notação 1.

³⁰⁸ GOMES, Angela. A Invenção do Trabalhismo, Rio de Janeiro, IUPERJ, Vértice, 1988.

³⁰⁹ MORGENTHAU, Has. A Política entre as Nações, São Paulo, Editora UNB, 2003. Pág. 64.

A vigência da política anticomunista do Estado Novo residia no exercício da soberania. Acreditava-se que a liberdade política levaria à ingerência do movimento comunista nos assuntos internos do Brasil. A política de segurança nacional tinha a participação ativa das forças armadas como um ponto de equilíbrio. Sem a presença das “classes armadas”, como dizia Vargas, o Estado Novo não teria acontecido. As figuras de Góis Monteiro e Eurico Dutra foram determinantes não só para a edificação do regime, como também para a vitória de Vargas em 1930 e 1932. A política de segurança nacional e a vigilância interna tinham os traços marcantes desses dois militares. Eles foram atores centrais no afastamento de Vargas e na entrada do Brasil na Guerra Fria a partir da Doutrina Truman.

Uma reflexão importante é sobre a visão estratégica do agrupamento civil que rodeava Vargas. Ao tomar a decisão de enviar tropas para lutar na Europa, Vargas teve o apoio incondicional de Oswaldo Aranha e Salgado Filho, esse último nomeado por Vargas como Ministro da Aeronáutica. A aeronáutica brasileira foi um dos seguimentos que mais se desenvolveu, graças a perspicácia de seu ministro, muito criticado quando de sua nomeação por ser civil. A aviação brasileira comercial e de caça ostentam excelentes referências até hoje. A atuação da FAB nas patrulhas de costa e no teatro de operações europeu foi digna dos grandes ases. Tanto o Ministro do Exército (Dutra) quanto o Ministro da Marinha (Guilhem) foram contra o rompimento e também contra a participação brasileira na guerra. O setor militar dirigente, além de anticomunista, tinha pouca visão estratégica.

Essa ala militar não teve nenhum pudor em transparecer suas admirações pelo fascismo quando do início da guerra na Europa. Essa contradição foi enfrentada por Vargas a partir de sua política externa e leis voltadas para os setores mais humildes. A popularidade de Vargas conseguiu resguardá-lo dos desacordos com a área militar dirigente. Se na política anticomunista Vargas conseguiu ter plena sintonia com esse setor, na demais, as discordâncias se acentuaram. Vargas construiu dois anteparos contra as aventuras golpistas – um foi a classe operária a partir de 1941 e o outro a amizade com Roosevelt. Ambos guarneceram Vargas durante a guerra. Com a morte de Roosevelt e a reorientação da política externa dos Estados Unidos, Vargas perdeu o apoio externo e os seus limites de classe o impediram de organizar essa massa de trabalhadores entorno de seu projeto, perdendo assim o principal apoio interno.

CAPÍTULO IV – OS COMUNISTAS ESTÃO DE VOLTA

Em julho de 1943, a Alemanha desencadeou a Operação Cidadela para retomar a ofensiva no Leste, agora lutando na primavera. Conhecida como a Batalha de Kursk, por ter sido travada no Saliente de Kursk (oeste da Rússia), foi a maior batalha de blindados da história. Novamente, os soviéticos surpreenderam os alemães, derrotando-os em apenas 28 dias (entre 5 de julho e 23 de agosto). A maior força militar da história foi reunida pelos alemães com objetivo de retomar a luta por Moscou e mesmo assim foi completamente desmantelada em Kursk em poucos dias pelos soviéticos, obrigando os nazistas a passarem para a defensiva. Com a vitória, os soviéticos chegaram às portas da Ucrânia e da Bielorrússia. Depois dessa derrota, os nazistas perderam definitivamente a iniciativa na Frente Leste.³¹⁰

Com essa importante vitória, a União Soviética definitivamente passou a ser vista como uma potência, não só pela questão militar, mas também pela capacidade industrial. A guerra de propaganda contra a União Soviética foi reativada nesse contexto de avanço para ao Oeste. As operações militares soviéticas desde então passaram a receber, por parte de setores ocidentais, a crítica de serem expansionistas, não mais analisadas como uma luta de libertação e sim uma “escalada em direção às novas fronteiras”. A diplomacia brasileira reproduziu por diversas vezes essa narrativa que visava dificultar a entrada do Exército Vermelho nos países Bálticos e na Polônia.

Era sabido que a Alemanha, privada dos recursos do Leste e alijada da África, teria sérias dificuldades para enfrentar uma guerra em duas frentes. O problema era que os Aliados postergaram ao máximo a abertura dessa segunda Frente, que só foi estabelecida em junho de 1944, quando as tropas soviéticas já estavam com as suas fronteiras livres. A ausência de uma segunda frente no ano de 1943 permitiu aos alemães se organizarem no Leste, edificando fortificações que dificultaram as operações soviéticas no inverno de 1943 na Ucrânia. Tão ansioso pela Segunda Frente estava também o governo brasileiro, que dependia dessa definição para poder participar da guerra na Europa.

³¹⁰ PITILLO, João Claudio Platenik. *Aço Vermelho – Os Segredos da Vitória Soviética na Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, Multifoco, 2014. Pág. 55.

Em 21 de agosto de 1943, o embaixador brasileiro no México Carlos de Lima Cavalcanti informou que o embaixador soviético fazia esforços para aproximar Buenos Aires de Moscou. Salientou que até os estadunidenses já estavam cientes das atividades do embaixador soviético Ousmansky no México, que visava o alargamento das relações diplomáticas de Moscou na parte sul do continente Americano e que isso seria um grande problema no pós-guerra.³¹¹ Antes mesmo da Guerra Fria, o Estado Novo já possuía um cálculo negativo com relação a presença diplomática dos soviéticos na América do Sul. Isso facilitou muito a adesão do Brasil (já governado por Dutra) à Doutrina Truman. A política anticomunista do Estado Novo foi um fio condutor para a entrada do Brasil na Guerra Fria. Essa vertente da política interna brasileira foi sabiamente explorada pelo governo estadunidense, que se materializou como um traço de autonomia com Vargas e que depois se mostrou como o chamariz para a subordinação com Dutra.

O Encarregado de Negócios da Legação brasileira de Berna escreveu ao Itamaraty no dia 25 de setembro de 1943 sobre os problemas internos daquele país com relação aos comunistas: “*O chefe do Departamento de Justiça e Polícia afirmou na última reunião do Conselho Nacional que os comunistas da Suíça, apesar da dissolução da III Internacional, continuam a receber diretrizes de Moscou.*”³¹² Em 10 de fevereiro do mesmo ano, durante a Batalha de Stalingrado, Rubens Pereira de Mello já havia reportado ao Itamaraty sobre os temores das autoridades suíças com as consequências das vitórias soviéticas no seio da classe operária suíça.³¹³

O embaixador brasileiro em Londres Muniz Aragão, em seu relatório de 28 de setembro de 1943, informou sobre a tragédia que tinha ocorrido na frente de batalha alemã, na qual os soviéticos os obrigaram a fugir, abandonando todas as suas posições conquistadas na Bacia do Don, Ucrânia Oriental e parte da Rússia Branca. O temor era que o Exército Vermelho penetrasse nas fronteiras alemãs. Afirmou o embaixador que as autoridades da Romênia, Bulgária, Hungria e Finlândia contataram os ingleses para tratar de se retirar da guerra, antes que os soviéticos lhe impusessem uma derrota total.³¹⁴ Londres, desde o início da guerra, foi o QG dos governos liberais europeus

³¹¹ Fonte: CPDOC-FGV – GVC 1943.08.11.

³¹² Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Berna - estante 6, prateleira 1, volume 9.

³¹³ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Berna - estante 6, prateleira 1, volume 9.

³¹⁴ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Berna - estante 28, prateleira 3, volume 2.

destituídos por Hitler. Muito do arcabouço ideológico criado pela Guerra Fria contra a União Soviética foi constituído na Inglaterra com a ajuda desses setores imigrados.

De Lisboa, o embaixador Araújo Jorge escreveu no dia 28 de fevereiro de 1943 sobre o clima reinante em Portugal. Falou da afirmação de Salazar com a neutralidade e a preocupação com as incertezas na Península Ibérica. Citou casos de repressão ao movimento comunista e informou sobre a seguinte orientação das autoridades portuguesas: *“sobre o problema russo, que apaixona mentes esclarecidas e preocupa seriamente os círculos oficiais, não irão tolerar qualquer relação com a URSS.”*³¹⁵ Salazar foi um fiel aliado de Hitler, Portugal foi uma das maiores bases de espionagem do governo alemão. A diplomacia portuguesa foi uma das que mais serviu de ligação entre as potências do Eixo e os Aliados.

O embaixador brasileiro em Madri Abelardo Roças enviou em caráter confidencial ao presidente Vargas um documento com data de 7 de maio de 1943 no qual fazia uma série de análises sobre a conjuntura da guerra.³¹⁶ Dois pontos chamam a atenção. Um era a falta de crédito das autoridades espanholas com uma virada de jogo por parte dos alemães no Leste, coisa que se provou correta com a derrota em Kursk três meses depois, e o outro foi a informação que ele coletara a respeito dos Aliados estarem preocupados com os avanços soviéticos nos setores “Leningrado – Smolensk e Países Bálticos – Prússia Oriental”, outro prognóstico que se mostrou factível, já que depois da vitória em Kursk, os soviéticos desencadearam a Operação Bagration³¹⁷ (23/06/44 a 29/08/44), que colocou o Exército Vermelho às portas de Varsóvia. Esse corredor citado por Roças era de interesse britânico. Churchill chegou a analisar a proposta de enviar tropas aerotransportadas para os Cárpatos, mas não obteve a anuência de Moscou.

Ao analisarmos o discurso desses três diplomatas, precisamos primeiro entender a conjuntura que os revestia. As vitórias soviéticas foram uma grandiosa surpresa. O Estado Novo tentou escondê-las e, quando não era possível, agiu para minorá-las. A censura fez o possível para que a população brasileira compreendesse pouco os detalhes da guerra no Leste, mas era notícia corrente que os alemães estavam sendo derrotados pelos soviéticos. As manifestações a partir de 1944 passaram a conter bandeiras da

³¹⁵ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Lisboa - estante 25, prateleira 5, volume 10.

³¹⁶ Fonte: CPDOC-FGV – GVC 1943.02.09.

³¹⁷ PITILLO, João Claudio Platenik. A Segunda Guerra Mundial e seus Momentos Decisivos, São Paulo, Raízes da América, 2017. Pág.72.

URSS, retratos de Stálin e faixas com dizeres saudando o Exército Vermelho. Os referidos diplomatas, como agentes do Estado Novo, ficaram receosos não só por conta do rápido avanço soviéticos, mas também pelas informações de agitação comunista em vários países.

O temor se tornou maior também por conta do rápido processo de desmantelamento do Eixo no Leste. Esse vácuo foi preenchido pelas forças antifascistas, que, na maioria das vezes, estavam ligadas a Moscou. Se levarmos em consideração a Guerra Civil Espanhola (1936 a 1939), o nazismo acumulou cinco anos de vitórias contra o movimento comunista. No Brasil, a vitória contra o Levante de 1935 foi rápida e segura e, desde então, União Soviética e comunismo eram assuntos proibidos e praticamente esquecidos. Em um curto espaço de tempo, pouco mais de 18 meses desde o início da guerra, a União Soviética não só derrotou as maiores forças do Eixo, como ascendeu a condição de potência mundial, rompendo anos de isolamento. No Brasil, seus feitos militares estavam estampados, mesmo que escamoteados, em todas as bancas de jornal. Isso sem dúvida foi um choque muito grande para os idealizadores para política anticomunista nacional.

Todo esse discurso anticomunista da diplomacia brasileira foi voltado para as questões internas do país. Essa longa e silenciosa observação que os diplomatas do Itamaraty fizeram desde 1939 sobre a União Soviética tinha a intenção de orientar o governo sobre a prática dos comunistas, no caso específico, a União Soviética. Por várias vezes, a diplomacia informou ao governo federal que a Internacional Comunista continuava a agir. Muitos desses diplomatas, além de informar oficialmente aos seus chefes no Itamaraty, também enviavam de maneira reservada ao presidente Getúlio Vargas respectivas análises. Isso demonstra a importância que essa coleta de informações tinha na orientação da política interna.

*“O que mais caracteriza a definição discursiva de ideologia é o fato de ela designar um processo que constitui a realidade. Note bem: a ideologia pensada como um funcionamento discursivo não representa, mas constitui, incluindo sujeito e sentido. A propósito, mesmo o formato das subjetividades ao longo da história é efeito de ideologia, analisável estritamente para cada época, ou para um estrato histórico e não outro”.*³¹⁸

³¹⁸ SOUZA, Pedro. Análise do Discurso, Florianópolis, Editora UFSC, 2014. Pág.80.

Lourival Fontes, homem forte do Estado Novo e ex-diretor do DIP, escreveu a Vargas em 18 de novembro de 1943 fazendo uma análise da conjuntura de guerra naquele final de ano. Exaltou a Conferência de Moscou³¹⁹, afirmando que a mesma fora um sucesso e criticou o fato de o governo brasileiro ter omitido tal coisa do seu povo. Estando ele naquela data em Nova Iorque, registrou o questionamento que a imprensa estadunidense fez por tal censura. Dentre muitas análises e alguns conselhos, disse a Vargas que o Brasil não poderia seguir evitando a União Soviética e que ela era uma das nações mais importantes. Disse que o reconhecimento da URSS não implicaria em consentir com a sua doutrina. Finalizou alertando ao presidente Vargas sobre a importância de se realizar eleições assim que passar a guerra e que os problemas internos brasileiros tendiam a se acirrar.³²⁰

Menos alarmado do que os embaixadores, Fontes foi bem realista em sua análise. Em suma, Fontes informou ao presidente Vargas que o Estado Novo, como fora concebido, não resistiria ao pós-guerra. Mesmo sendo um notório anticomunista, foi capaz de analisar as relações internacionais envolvendo a União Soviética de forma pragmática. Fontes também apontou a Vargas sobre a realidade de um concerto das nações onde os Estados Unidos seria a liderança primaz no Ocidente. Indicou as questões comerciais como definidoras das relações internacionais do mundo sem guerra e em plena reconstrução. Talvez influenciado pelos ares cosmopolitas de Nova Iorque, de onde escreveu, falou dos problemas internos brasileiros ligados a falta de liberdade e as dificuldades do subdesenvolvimento, que eram os maiores problemas do Brasil daquela data.

Lourival Fontes, que depois se tornou diplomata no México (1945), disse ao presidente Vargas que os problemas internos e não a conjuntura externa eram os maiores desafios do Estado Novo e que os reflexos do pós-guerra já estavam ressoando no meio da sociedade brasileira. Fontes tocou em pontos que contribuíram na deposição de Vargas. Não foi o primeiro colaborador próximo a lhe alertar sobre os malefícios políticos que lhe recaíam sobre as costas pela falta de liberdade que o Estado Novo cunhava na população. O aparato repressivo isolava Vargas da sua principal base, que era a classe operária.

³¹⁹ Aconteceu de 18 de outubro de 1943 a 11 de novembro de 1943. Definiu-se ali o fim do fascismo, a autodeterminação dos povos e o compromisso com a ONU.

³²⁰ Fonte: CPDOC-FGV – GV.c 1943.11.18.

A manutenção do Estado Novo deixou Vargas exposto a uma série de críticas, a maioria delas quanto à política repressora. De sabedoria aguçada, ele não correu esse risco apenas temendo os comunistas ou uma sedição oligárquica. Os poderes “ditatoriais” que ele acumulou também lhe permitiram uma mobilidade administrativa que democracia ocidental nenhuma lhe daria. Em um sistema de “peso e contrapeso”, os malefícios da “ditadura do Estado Novo” foram, em sua concepção, compensados com os avanços nas áreas sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que se evitava a oposição dos militares, que tinham o Estado Novo como um instrumento de defesa nacional. O que se tornou objeto de disputa a partir de 1943 na política interna foi a narrativa dessa conjuntura.

“Isso equivale a dizer que, conforme a posição ideológica em que são faladas, as mesmas palavras acontecem com diferentes sentidos, tornando evidente que são proferidas a partir de uma formação discursiva ou outra. Portanto, o que define uma formação discursiva não é um conjunto particular de vocabulário, mas é o modo ou a posição ideológica com a qual certo vocabulário indica o processo de formação de discurso de que faz parte, ou precisamente o mecanismo de efeitos de sentido que funciona nele”.³²¹

O relativo equilíbrio que o Estado Novo atravessou até 1944, quando começaram as conspirações contra Vargas (ou ficaram mais nítidas, melhor dizendo) foi fruto de uma conjuntura muito mais associada à política econômica e à política externa³²² do que ao centralismo e o autoritarismo. Essas conspirações surgidas no seio do próprio Estado Novo estavam em um caminho inverso, no qual a segurança nacional (leia-se uma política anticomunista), associada a uma economia mais liberal, era o fator principal. Essas políticas autocentradas que levaram aos ganhos econômicos e sociais regida por Vargas estavam localizadas em sua base de apoio. Sem os militares, Vargas não seria capaz de governar sem respaldo eleitoral.

Outra questão que pautou o ano de 1944 era se a autonomia política e a tranquilidade social poderiam perdurar. Vargas tinha plena consciência que não só a influência comunista era perigosa, como o liberalismo estadunidense também e esse era um adversário que ele estava sendo obrigado a conviver. Esses setores golpistas que se

³²¹ SOUZA, Pedro. Análise do Discurso, Florianópolis, Editora UFSC, 2014. Pág.80.

³²² SARAIVA, José Flávio Sombra. Relações Internacionais – Dois Séculos de História Volume I, Brasília, Editora UNB, 2001. Pág.201.

tornaram mais insidiosos no ano de 1944 também demonstraram essa capacidade de adaptação ao liberalismo. Com a aliança militar Brasil-Estados Unidos, as questões geopolíticas entraram na pauta do Comando das forças armadas brasileiras. A questão do “avanço do comunismo” passou a influir mais diretamente na política de segurança nacional que se desdobrou ao fim da guerra em especial.

Enquanto Oswaldo Aranha esteve no comando do Itamaraty, o eixo definidor da política externa brasileira passava por esse órgão. Com a saída de Aranha do cargo e a aproximação entre militares brasileiros e estadunidenses, a política externa passou a fazer parte da pauta dos altos mandos militares brasileiros. A subida de Truman ao poder e a deposição de Vargas acentuaram tal mudança, na qual a política interna brasileira não era mais a definidora da política externa nacional. A subordinação brasileira à Doutrina Truman se mostrou muito mais uma necessidade militar do que uma demanda econômica e social. O nacionalismo de Vargas era um impeditivo para esse alinhamento sem contrapartida. A discussão central passou a ser a “segurança nacional e o comunismo” – essa era a demanda de Washington.

Todos esses relatos confirmando que a União Soviética tinha se tornado um *player* no cenário internacional não seriam tão ruins se as questões internas não estivessem tão afloradas. Na área econômica, havia desabastecimento de vários produtos como leite³²³, carne e gasolina; esse último implicava na escassez de transporte. Os novos ordenamentos produtivos por conta do esforço de guerra produziram esse problema. O governo promulgou leis de controle fiscal, já que os lucros dos setores ligados a exportação tornaram-se grandiosos em detrimento do mercado interno, mas esse aumento dos impostos desagradou setores da burguesia. No campo político, setores liberais exigiam eleições, já que a constituição de 1937 tinha dado um mandato de 6 anos ao presidente Vargas, que expirou em 1943. Vale lembrar que já no ano anterior, a Lei Constitucional número 9 havia prorrogado o mandato do presidente para após o fim da guerra. Os grupos mais reacionários do governo também entendiam que eleições somente seriam possíveis depois da guerra.³²⁴

³²³ A avó deste escritor, Alzira Ruspaggiari Platenik, moradora do bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, relatou sobre as dificuldades para se conseguir leite em 1944. Era preciso ficar em longas filas, iniciadas ainda de madrugada. Mesmo depois de esperar 6 ou 7 horas, muitos não conseguiam.

³²⁴ MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil 1939 -1950*, Brasília, Editora UNB, 2012.

Em maio de 1943, em um discurso no campo do Clube de Regatas Vasco da Gama para saudar o 7 de Setembro, Vargas respondeu aos questionamentos sobre eleições e a volta das liberdades:

*“Cuidemos, portanto do que é essencial e urgente: vencer a guerra e preparar o país para fortalecer a sua independência política e completar a sua independência econômica. Os problemas internos de estrutura definitiva do Estado, de complementação da ordem institucional, serão resolvidos em tempo com o pronunciamento amplo de todas as forças sociais. Numa situação de emergência como a que atravessamos, com tantos imperativos de segurança a atender, não é possível existir ambiente de serenidade, apropriado à livre manifestação da opinião, permitindo realizar obra duradoura e útil”.*³²⁵

Toda e qualquer contestação política e social nesse período tinha, por parte do governo e da polícia política, a compreensão da participação dos comunistas como seus principais promotores. No final de 1943, duas situações chamavam a atenção da direção do Estado Novo: o Congresso da UNE, que mobilizou os estudantes, e a Conferência de Moscou, que incrementou a entrada da União Soviética na ONU no mesmo patamar que as potências ocidentais (Estados Unidos e Inglaterra), com um agravante, a destruição completa do campo fascista, que era uma antítese ao liberalismo e ao comunismo.

Em relatório com data de 29 de junho de 1944, o DESPS realizou uma análise da conjuntura interna. Em um documento de 7 laudas, o delegado Seraphin Braga apontou possíveis conspirações contra o governo. Discorreu temeroso sobre os problemas das “liberdades de pensamento e política”, citando as manifestações populares, nas quais frequentemente apareciam bandeiras da União Soviética e retratos de Stálin. Falou dos que pretendiam influenciar e se aproveitar da juventude, através de ideologias radicais, que voltaram a surgir graças ao cenário internacional. Alertou sobre o perigo da reaproximação com a URSS e o risco de uma insurreição devido à infiltração nas forças armadas.³²⁶

Em 21 de julho do mesmo ano, o mesmo Seraphin Braga assinou um relatório sobre a investigação que era feita na Igreja Ortodoxa de São Paulo e sobre os imigrantes

³²⁵ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil X, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1944. Pag.114.

³²⁶ Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – POL/POL. Setor: Comunismo, Notação 11, Dossiê 1, Folhas 279

russos. A investigação apontou que o bispo ortodoxo russo Dimitri Tkatchenko era homem de Moscou, que visava publicar no Brasil um livro sobre a liberdade religiosa na União Soviética. A conclusão da investigação foi que Tkatchenko e sua igreja estavam a serviço de Moscou, objetivando “sovietizar os russos do Brasil, bem como ajudar ao movimento que se processava no mundo, de eliminar o comunismo do rol dos regimes totalitários e exaltar, o mais possível, o ideal socialista internacional de Stálin, acobertado por supostos intuitos democráticos”.³²⁷

O aparato repressivo brasileiro continuou firme em sua linha e, mesmo com a saída de velhas lideranças em 1942, não houve alteração do teor ideológico. Existem em nossa literatura alguns pesquisadores que denominam isso de “Doutrina Góes”, em alusão ao general Góis Monteiro e a sua influência na formação da política anticomunista do Estado Novo. Tal teoria coloca figuras como Filinto Müller, Francisco Campos e Lourival Fontes em uma escala menor em relação de sua influência na formação teórica da repressão no Estado Novo, tendo Góes Monteiro ascendido de forma muita mais vigorosa nesse sentido, desde a história do “Plano Cohen”. Esse setor tinha o seu interesse maior nas questões internas, nos assuntos ligados ao comportamento social e as liberdades individuais.

Com os sobressaltos acarretados pela falta de uma série de produtos, agravados no ano de 1944, as críticas ao Estado Novo se acirraram, passando as manifestações a terem cada vez mais a presença de trabalhadores. Isso começou a chamar a atenção da repressão para os sindicatos. Esses trabalhadores eram os mais atingidos pelas dificuldades com o transporte e alimentação, fruto do desabastecimento. A organização sindical passou por uma crescente com as Leis Trabalhistas e os comunistas aproveitaram antigas bases para intensificar o trabalho junto a esses sindicatos, que mesmo proibidos de atuar fora da questão profissional, encorporaram as manifestações no ano de 1944. Alguns setores, como transporte de carga, bancários, comerciários e operários, a partir de seus Institutos de Previdência, foram alcançados por uma política habitacional desenvolvida por Vargas. Essas políticas públicas mantinham a popularidade de Vargas em alta entre os trabalhadores.

Quando as tropas brasileiras embarcaram rumo à Europa, houve, por parte da população, um apoio muito grande, apesar de algumas descrenças e derrotismos

³²⁷ Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – POL/POL, Setor: Diversos, Notação 5.

externados por setores menores, que, ainda influenciados pela propaganda do Eixo, diziam que os brasileiros seriam “bucha de canhão” dos estadunidenses. Superando todas as dificuldades e descrenças, Vargas falou que a participação efetiva na guerra asseguraria uma posição de vanguarda ao país. Isso facilitaria a participação ativa no mundo pós-guerra. Para tanto, o país precisava de um alto grau de desenvolvimento, principalmente nas esferas de transporte, indústria e combustíveis, três setores que se mostraram vitais na guerra. Isto é, a sociedade do futuro, iria requerer o dinamismo da guerra e a produtividade da paz.

A economia agrário-exportadora, carro-chefe da economia nacional, era fruto, segundo Vargas, do projeto inacabado de nação. Era preciso, segundo ele, terminar esse processo e isso somente era possível a partir de um Estado forte. O desenvolvimento nacional e a edificação de uma indústria de base permitiriam ao país suplantar a dependência de produtos importados.³²⁸ Os produtos de baixo valor agregado que permeavam as exportações brasileiras ficavam fragilizados diante de qualquer intempérie climática e ou política no cenário internacional. Por isso, a industrialização era uma questão de prioritária. Equivocaram-se aqueles que localizaram a figura de Vargas entre mandatários tacanhos e alienados – a percepção do mesmo sobre o imperialismo o levou a manter o projeto de desenvolvimento sob a batuta do Estado, garantindo investimentos na área social e impedindo a ação desregulamentada do capital privado.

O Primado da Política Interna sobre a Política Externa, tratado aqui como o mais adequado conceito para a compreensão da política de aproximação do campo Aliado desenvolvida por Vargas, é usado para traçar um paralelo entre as ações de Vargas para evitar que Brasil fosse tragado pela guerra sem ganhos substanciais e as demandas nacionais. Sem a compreensão das forças que agiam na sociedade brasileira durante a guerra, existe o risco de se repetir o erro banal de muitas pesquisas existentes, que colocam o Brasil basicamente como refém da conjuntura internacional. Um exemplo dessa postura estratégica do governo brasileiro foi a conversação em junho de 1944 com Washington sobre a extensão dos acordos especiais constituídos para a guerra aos tempos de paz. Tais fatos suplantam as teorias que subordinam os ganhos brasileiros a uma conjuntura eventual. Na correspondência para tratar do referido assunto, Cordell

³²⁸ CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional, São Paulo, Editora UNESP, 1999. Pag.285.

Hull, Secretário de Estado Estadunidense, se dirigiu a Oswaldo Aranha confirmando o anúncio de Roosevelt:

*Estive pensando ultimamente no conceito fundamental que o senhor estabeleceu tão claro e vigorosamente em sua carta recentemente a mim, de que é da maior necessidade que o seu país e o meu continuem no após-guerra a cooperação extraordinariamente estreita e produtiva que caracterizou as nossas relações durante a guerra. Tal proposta é de conveniência evidente. O presidente e eu aceitamo-la sem reservas.*³²⁹

Em 1944, os relatórios diplomáticos que o Itamaraty recebeu de seus embaixadores passaram a conter mais análises a respeito da conjuntura internacional. Com as derrotas do Eixo, um ambiente de dúvida se estabeleceu quanto à política internacional e tudo indica que havia um desejo de se informar o governo federal de forma mais abrangente do que nos outros anos. Também havia, nesses informes, uma percepção de que a derrota do Eixo comprometeria o Estado Novo de alguma forma. A negativa de Vargas em sagrar eleições em 1943, quando, caso fosse candidato, não teria dificuldade de vencer, a exemplo do presidente Roosevelt em 1944, que foi reeleito em plena guerra, acabou atendendo mais aos setores reacionários do que a Vargas.

De uma maneira forçosa, é claro, as manifestações e os atos de repúdio ao Estado Novo, ao se acirrarem, mostraram uma queda de prestígio muito grande do Estado Novo e de muitas de suas lideranças. Essa perda de prestígio seguiu paralelas às vitórias soviéticas na Frente Leste e as conquistas Aliadas no Ocidente. Ao postergar o Estado Novo, suas lideranças o atrelaram ao Eixo, pelo menos na percepção de muitos opositores, quando, na realidade, o regime estava umbilicalmente atrelado ao campo Aliado. A maior parte dos setores médios nunca fez essa diferenciação, por isso, após a destituição de Vargas, muitos representantes desses setores exigiram prisão e exílio para Vargas, de maneira a equipará-lo aos líderes fascistas derrotados na Europa.

No âmbito das relações internacionais, essa pouca clareza de Vargas em apontar um processo de transição para a democracia e a recusa na aproximação diplomática com a União Soviética criou uma série de desconfianças, além do uso constante do velho espantalho do anticomunismo, brandido de forma sistemática, para responder de forma

³²⁹ SILVA, Hélio. 1942, Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. Pág.261.

genérica aos questionamentos internos, tentando desqualificar a oposição. O conservadorismo reinante, ligado à doutrina social herdada da Velha República, “tradição, família e propriedade”, contrastava com os novos hábitos culturais adquiridos a partir das obras produzidas nos Estados Unidos que inundavam o Brasil. Essa série de detalhes alimentou a oposição a Vargas dentro e fora do país, confluindo em um momento no qual todos os erros do Estado Novo foram personificados na figura de Getúlio Vargas. Uma espécie de contraponto aos setores que, ao inverso, colaram todos os pontos positivos do governo na figura onisciente de Vargas. Isto é, para um setor, “o pai dos pobres” e, para outro, a “mãe dos ricos”.

A ruptura com Oswaldo Aranha, de certo modo, enfraqueceu Vargas. Entorno de Aranha, estavam setores civis e militares importantes que passaram a colocar em dúvida a real motivação do mesmo de sagrar eleições. A negativa em reatar com URSS, na sua visão, não poderia ser empecilho para entrada do Brasil na ONU, por mais que o governo estadunidense sinalizasse a respeito. Os brasileiros lutando na Europa deveriam ser essa garantia. A entrada do Brasil na guerra nunca empolgou os brasileiros de forma ampla, apesar do esforço da imprensa em promover uma cobertura “in loco”. A censura, o analfabetismo e a essência rural do país dificultaram o entendimento do brasileiro mais humilde e o momento histórico que representava aquele momento. A formação da FEB não foi fácil – pouca adesão voluntária e problemas com o estado geral de saúde dos homens obrigaram a realização de sucessivas convocações. Também houve pouca participação de jovens, principalmente entre aqueles que tantas manifestações e passeatas fizeram contra o fascismo.

A questão do nacionalismo passou a ser latente com a guerra, por mais que Vargas soubesse que as conspirações contra sua pessoa atendiam também a demandas externas. Ele tratou de garantir uma ação heroica para os expedicionários brasileiros. Com todo esforço voltado para o suprimento das tropas, Vargas apostou em uma unidade nacional entorno da Campanha da Itália. A ideia era que as três forças fossem equipadas com o que tinha de mais moderno na época para assegurar uma participação gloriosa. Dessa maneira, Vargas acreditou aliar os ganhos da guerra com o heroísmo do campo de batalha, pensando poder ocupar um lugar entre os brasileiros semelhante a que Roosevelt, Churchill e Stálin ocuparam entre seus povos.

O Tenente-brigadeiro-do-ar Rui Moreira Lima contou, em seu livro³³⁰, que a conspiração contra Vargas era feita às claras ainda na Itália. Usavam como justificativa a falta de liberdade. O curioso é que os golpistas estavam intimamente ligados aos chefes da repressão. O Ministro Oswaldo Aranha, constantemente acusado de “aliadófilo” por setores militares e oligárquicos, foi chamado a presidir a Sociedade dos Amigos da América e isso fez aumentar as críticas contra sua pessoa. Esses setores que questionavam a aliança com Washington eram os que mais exerciam pressão contra a instituição de relações com Moscou. Com os soviéticos às portas da Alemanha, eles passaram a questionar a brandura da relação dos Aliados com a União Soviética. Esse setor foi o que mais interiorizou a história que os “comunistas estavam se expandindo na Europa”. A crítica aos Estados Unidos pelo seu apetite imperialista deu lugar a sua passividade diante da União Soviética.

Esses setores mais reacionários, que sustentaram o Estado Novo, se caracterizaram também pela ausência de um projeto para a política externa. Para esses agrupamentos, o isolacionismo deveria ser o carro-chefe da política internacional brasileira. Para esse grupo, cabe plenamente a teoria do professor Gerson Moura de “falta de autonomia de país periférico diante de uma crise global”. A saída de Oswaldo Aranha do governo marcou um avanço dos setores reacionários em direção ao controle do governo. Ressoou de forma negativa entre os Aliados o seu pedido de demissão, trazendo de volta a questão das eleições para a pauta. Por mais que Aranha negasse que sua saída alteraria a política externa brasileira, ficou latente entre os Aliados que o problema era interno e evolvia a questão da democratização do país.

Setores militares descontentes com Vargas aproveitaram o ambiente social de contestação ao Estado Novo e se agruparam com setores civis, já ligados ao capital estrangeiro. Perceberam que o pós-guerra era o momento onde se definiria os rumos do país. A ideia de controlar esse processo, que apontava para o fim do Estado Novo, ou seja, o fim da guerra, dependia da continuidade de uma política interna anticomunista e a proximidade com Washington. Do mesmo jeito que suscitaram dúvidas quanto a abertura política, também as fizeram com relação à abertura econômica. Setores do empresariado ligados às empresas de comunicação alimentaram dúvidas e críticas quanto a política de valorização da classe operária. Tal política era interpretada por

³³⁰ LIMA, Rui Moreira. Senta a Pua, Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1980.

parte da oposição, como uma maneira de Vargas se eternizar no poder. Já a luta contra o comunismo foi tomando contornos de cruzada, quase que uma missão messiânica a partir de 1944.³³¹

No dia 28 de abril de 1944, o general Valentin Benício da Silva, comandante da 1ª Região Militar (Rio de Janeiro), enviou uma carta ao Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra. Nela, ele questionou o movimento para a anistia dos comunistas. Afirmou que eles permaneciam ativos, fazendo campanha disfarçada. Citou que “grupos condenam os ‘ismos’, fazendo omissão ao comunismo”, fazendo menção ao integralismo e ao fascismo. Afirmou que a Rússia já planejava desfraldar a bandeira soviética ao lado da bandeira do Brasil e terminou a carta da seguinte forma. “*Esta é a opinião franca de quem sempre se manteve em ostensiva oposição ao ignominioso credo e sente as responsabilidades que sobre os ombros lhe pesam*”.³³² Silva foi adido militar em Washington quando Dutra presidiu o Brasil.

A insistente negativa do governo brasileiro em reatar relações com a União Soviética e a vigência do Estado Novo demonstraram o desejo de Vargas e de seus colaboradores em manter a política interna completamente apartada da conjuntura internacional. A mudança de paradigma levaria não só ao confronto com comunismo internacional como também com os presos políticos e exilados de 1935. Figuras como Luís Carlos Prestes e Agildo Barata eram demonizadas pelas lideranças militares e não havia por parte destes nenhum interesse em permitir que eles voltassem para a vida pública.

O Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, depois de consultar seus oficiais comandantes, escreveu no dia 22 de junho de 1944 ao Presidente Getúlio Vargas. Falou que os comunistas estavam aproveitando as vitórias soviéticas para fazer “propaganda de seu credo à sombra da bandeira de união nacional”. Acusou Prestes de, mesmo preso, continuar a liderar os comunistas, que agora faziam passeatas e comícios e recebiam ajuda de membros do governo. Apontou a UNE, a Liga de Defesa Nacional e a Sociedade dos Amigos da América como aparelho dos comunistas. Disse que a conjuntura atual é semelhante a que precedeu o Levante de 1935 e parecida com a de 1937, quando os militares se viram obrigados a solicitar ao presidente que decretasse o

³³¹ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pag.263.

³³² Fonte: CPDOC-FGV - ED, vp.1944.04.28

Estado de Emergência. Terminou a carta pedindo ao presidente Vargas “providências e decisões” que prevenissem “atividades comunistas”. Isto é, Dutra cobrou a Vargas medidas para endurecer o regime.³³³

A pressão para que o Brasil reatasse relações com a União Soviética era grande por parte dos Estados Unidos e também da ala progressista do Estado Novo. Vasco Leitão da Cunha, que era enviado especial junto ao Comitê Francês de Libertação Nacional em Argel, escreveu em caráter confidencial para o Itamaraty informando que o general Badoglio, líder italiano, havia reatado relações com a União Soviética. Cunha também apontou interesses soviéticos no Mediterrâneo, mas sem acreditar que a mesma queria “sovietizar a Europa”, evidenciando a doravante pretensão dos soviéticos em orientar a política internacional, coisa que lhe pareceu estar sendo facilitada pelos anglo-estadunidenses.³³⁴

Desde fevereiro de 1944, os soviéticos oficialmente faziam contatos com diplomatas brasileiros para tentar estabelecer relações formais. Esses contatos continuaram com o Itamaraty mesmo com a saída de Oswaldo Aranha. O próprio Lourival Fontes, quando embaixador no México, escreveu a Vargas encaminhando positivamente sobre o assunto. No dia 2 de março daquele ano, Vargas telegrafou a Leão Veloso:

“Creio chegado o momento de examinarmos a possibilidade do restabelecimento de nossas relações com a Rússia, com as necessárias cautelas, de acordo com a palestra que tivemos com Stettinius em Petrópolis³³⁵. Parece preferível que trate do assunto oficialmente em Washington, não havendo inconveniente que inicie aí mesmo as conversações com o Secretário de Estado Norte-Americano.³³⁶

Em 1944, com a proximidade da derrota total do Eixo, política interna brasileira passou a girar entorno do pós-guerra. Os relatórios do Itamaraty estavam impregnados de análises e orientações a esse respeito. Os discursos do presidente Vargas também apontavam nessa direção, assim como algumas correspondências importantes suas

³³³Fonte: CPDOC-FGV - ED,vp 1944.04,28

³³⁴Fonte: CPDOC-FGV – GV.c. 1944.03.25.2.

³³⁵ Vargas encontrou Stettinius, Secretário de Estado dos EUA, que estava regressando da Conferência de Yalta.

³³⁶ SILVA, Hélio. 1944: Brasil na Guerra, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974. Pág.269.

endereçadas aos seus colaboradores. Nesse sentido, a Campanha da Itália, que a nível político era um investimento, ainda não havia proporcionado grandes feitos que pudessem ser capitalizados pelo governo, já que as tropas brasileiras iniciaram sua participação efetiva somente em 6 de setembro.

As discussões sobre a abertura política e sucessão de Vargas acabaram disputando espaço na imprensa e rivalizando com as notícias sobre a FEB e FAB na Itália no final de 1944. Alguns eventos davam a entender, pelos menos a imprensa os noticiou dessa forma, que o Estado Novo poderia recrudescer a política interna. A saída de Oswaldo Aranha depois que a Sociedade dos Amigos da América foi impedida de funcionar e uma série de prisões que a polícia realizou por conta das questões políticas contra sindicalistas assustaram todos que acompanhavam a política nacional. O lufu de abertura que circulou no ano de 1943, no rastro das vitórias soviéticas, pareceu interrompido nessa segunda metade de 1944. Houve, ao final do referido ano, uma disputa velada entre os grupos que sustentavam o governo sobre o rumo a ser seguido no ano de 1945.

Outro problema grave foi o aumento do custo de vida. A guerra privilegiou as exportações, coisa que não alcançou o trabalhador. A popularidade de Vargas continuou alta, mas apresentava algumas fissuras. Essa contestação também se deu no meio militar, principalmente entre os jovens oficiais que estavam ligados ao esforço de guerra e próximos dos estadunidenses. A tentativa de espelhar o Estado Novo ao fascismo e Vargas às figuras como Mussolini, Salazar e Franco lentamente ganhou corpo entre os vários segmentos da sociedade, principalmente entre os mais jovens e os setores médios.³³⁷

A diplomacia brasileira continuou a produzir análises sobre a União Soviética, muitas delas enviadas de maneira pessoal a Vargas. É nítido que muitos desses embaixadores eram pessoas muito próximas do Presidente da República pela maneira como escreviam. No dia 8 de setembro de 1944, João Neves da Fontoura, embaixador em Lisboa, escreveu a Getúlio para falar do Acordo Ortográfico e aproveitou para fazer uma análise da situação internacional. Na maior parte da carta, se deteve em falar sobre a União Soviética. Analisou que ela já estava em uma luta surda contra os Estados Unidos por conta do Oriente. Sobre a Polônia, julgou que os mesmos foram

³³⁷ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pag.266.

abandonados por pressão de Stálin. Acreditava ser possível um acordo de paz entre Berlim e Moscou por conta do poderio estadunidense.³³⁸ Em 1945, João Neves foi convidado por Getúlio para disputar a presidência, mas declinou, alegando já estar comprometido com Dutra.

Vargas precisava continuar a capitalizar com a política internacional, pois a industrialização e a superação do subdesenvolvimento dependiam disso, mas a estabilidade era o fator de ordem primária. Era nítido, ao final de 1944, que a oposição contra ele havia crescido. O temor de alguma alteração nas relações com os Aliados era tamanha, que Vargas não hesitou em fazer um discurso direcionado ao exterior depois da saída de Oswaldo Aranha para explicar que nada seria alterado. A relação com Washington foi decisiva para que os projetos nas áreas de transporte e energia elétrica avançassem em 1944. Vargas conseguiu, quase que milagrosamente, a liberação de exportação dos Estados Unidos para essas áreas muito sensíveis naquele ano, como a construção de inúmeras fábricas (alumínio, celulose, álcalis e até de motores de avião), junto ao plano para produção de petróleo na Bahia.³³⁹

No discurso de 7 de setembro de 1944, Vargas fez menção às dificuldades econômicas existentes:

“O encarecimento do custo de vida, originado pelas circunstâncias extraordinárias e por distúrbios na circulação e distribuição das utilidades, trouxe ao país perturbações que o Governo procura corrigir com os meios disponíveis. As perdas consideráveis da nossa frota mercante, o desgaste do material ferroviário e as deficiências do transporte rodoviário são outros tantos fatores grandes que estamos eliminando gradativamente.”³⁴⁰

Sobre os problemas políticos e a questão eleitoral, Vargas afirmou o seguinte:

“O problema institucional do país também não deve causar-nos apreensões. Já foi simplificado com as reformas de 1937, de profundo e sadio sentido democrático, que incorporaram à vida política boa parte da população ativa, dos trabalhadores e produtores da riqueza nacional, colocando em

³³⁸ Fonte: CPDOC-FGV – GV. c 1944.09,082

³³⁹ Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional, São Paulo, Editora UNESP, 1999.

Pag.256.

³⁴⁰ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil XI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1944. Pag.28.

*primeiro plano os interesses do povo, a segurança da comunidade. Terminada a guerra, em ambiente de calma, a Nação, através de ampla consulta às urnas, poderá pronunciar-se e fazer a livre escolha dos seus mandatários.*³⁴¹

No dia 10 de novembro, fez um discurso ao Exército Brasileiro denominado de *Reajustamento Mundial e Readaptação Nacional*:

*“A realidade que se impõe por evidente é que atingimos ponto culminante do nosso desenvolvimento e entramos em nova fase de expansão para enfrentar quaisquer eventualidades e receber influxo das mudanças saudáveis que se venham a operar no mundo, sem comprometer as características profundas da formação nacional.”*³⁴²

Os dois discursos de Vargas tinham como ponto de partida uma nova ordem interna, fruto das mudanças externas nesse final de 1944. Vargas parecia convencido de que não era mais possível adiar as reformas internas. Nesse período, ele passou a conclamar os brasileiros a se aterem às questões internas que poderiam sofrer variações, mas deveriam seguir os princípios de 1937. No mesmo discurso de 10 de novembro, um pouco mais a frente ele falou: *“Próximos da vitória na guerra, outra luta, noutros campos e com outras armas, já se anuncia. É a da readaptação para as situações decorrentes do reajustamento mundial.”*³⁴³ A teimosia de Vargas em não querer ser explícito sobre mudanças no regime durante o primeiro semestre de 1944 deu lugar no segundo semestre a um pensamento contrário.

Vargas evidencia toda uma série de preocupações com a conjuntura do pós-guerra no contexto social, mas é crível que ele apostava aplacar esses problemas, mais uma vez escudado nas boas relações comerciais com Washington. Ele sabia que os Aliados não iriam tolerar um regime de força; por isso a tal “readaptação”, que ele cita no discurso de 10 de novembro, tinha que ser feita nos marcos da Revolução de 1930 para afastar aventuras que pudessem mudar a política interna. Essa aproximação cada vez mais calorosa com as camadas mais humildes sem dúvida era o fiel da balança, principalmente como antítese a alguma movimentação de cunho golpista.

³⁴¹ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil XI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1944. Pag.28.

³⁴² VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil XI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1944. Pag.46.

³⁴³ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil XI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1944. Pag.47.

A questão econômica tornou-se central ao final de 1944 devido aos problemas inflacionários. Vargas percebeu que o capital privado cresceu e estabeleceu suas relações internacionais a despeito dos interesses nacionais. A questão do imperialismo ganhou força com o capital estadunidense se desdobrando em direção à América Latina. O Brasil também enfrentava disputas regionais, nas quais Argentina e México também tentavam constituir um projeto de desenvolvimento e disputavam o mercado de exportação com o Brasil. Por isso, as relações privilegiadas com Washington eram elementares no pós-guerra.

O que mais Vargas e seus colaboradores externaram foi a necessidade a todo custo de continuar o processo industrializante, que, como todos eles sabiam, ainda era dependente do capital externo devido à baixa produtividade nacional. A produtividade precisa crescer em quantidade e qualidade; na medida em que mais e mais brasileiros fossem incluídos no mundo do trabalho, o consumo cresceria, forjando um crescimento econômico que resultava em investimento social. Esse círculo virtuoso não foi tão simétrico como Vargas planejou. A elite financeira também tinha um projeto econômico que não admitia o papel central do Estado. A expansão das multinacionais que cresceram com a guerra necessitava de novos mercados. O pós-guerra estabeleceu um avanço do imperialismo em moldes muito superiores aos que Vargas centrou suas críticas em 1930.

Até 1944, Vargas teve sucesso político em não permitir que a Alemanha e depois Estados Unidos, como potências, exercessem um poder monopolista sobre o Brasil. Os acordos diplomáticos durante a guerra contribuíram para esse êxito. A autonomia que o país foi capaz de exercer permitiu que um projeto vigoroso de desenvolvimento fosse forjado em curto espaço de tempo. Essa discussão, muito presente nos estudos sobre Era Vargas, sobre ele ter ou não um projeto prévio, se tornou secundária diante da capacidade do Estado Novo em aproveitar a Segunda Guerra Mundial a seu favor. Com soberania, o governo brasileiro edificou uma indústria de base e deu início a um programa de Bem-Estar Social a partir do capital estrangeiro.

A proximidade do fim da guerra trouxe questionamentos sobre essa conjuntura de facilidades que o Estado Novo tanto propagandeou. Na impossibilidade de manter as linhas do movimento de 1937 por conta da pressão interna e externa, Vargas agiu para manter as condições internas favoráveis. Por mais que tenha tentado evitar as “novas

tendências”, maneira como ele classificou as demandas por democracia, foi convencido a aceder algumas liberdades, mesmo com a guerra em curso, mas mantendo o centralismo político do Estado Novo, que até então lhe oferecia boas condições de governança. É possível que Vargas tenha ordenado o fim da censura no início de 1945 muito mais como um gesto de boa vontade a Washington do que um aceno à oposição.

Ao final de 1944, o Primado da Política Interna sobre a Política Externa estava em jogo no Brasil, já que a sua relação simétrica com os Estados Unidos estava chegando ao fim. Os objetivos políticos e econômicos de Washington começaram a cobrar o fato do governo Vargas, até então, estar se desenvolvendo paralelamente a duas grandes metrópoles, Washington e Londres, usando para tanto o excedente de capital de ambas. O projeto nacionalista de Vargas tornou-se então um desafio para os interesses do imperialismo estadunidense na América Latina, não pelo escopo reacionário do Estado Novo, mas sim pela sua condição autônoma e nacionalista. A emergência da União Soviética enquanto potência era o maior desafio a Washington, por isso a necessidade de expandir os seus monopólios para as áreas periféricas o mais rápido possível.

IV.I – O EXÉRCITO VERMELHO VENCE O ESTADO NOVO

As vitórias soviéticas no ano de 1943 foram definidoras para os rumos da guerra. Depois da Batalha de Kursk, os alemães perderam totalmente a iniciativa no Leste e foram obrigados a passarem para a defensiva e tentarem, via diplomacia amiga, sondagens sobre uma possível trégua. A ideia era garantir os territórios já conquistados no Leste Europeu, principalmente os da União Soviética, que compunham o que o governo nazista chamava de *Lebensraum*, local para onde o povo alemão deveria se expandir e que seria o grande celeiro.

A vitória do Exército Vermelho em Kursk no final de agosto de 1943 também marcou a expansão industrial soviética, fazendo com que a mesma se tornasse detentora de uma capacidade produtiva maior que a da Alemanha. Essa virada foi decisiva para que o Exército Vermelho empreendesse operações em profundidade que permitissem ultrapassar as fronteiras soviéticas, já que Moscou tinha definido que a guerra não

terminaria com a expulsão dos nazistas de seus territórios – a Alemanha nazista tinha que ser totalmente derrotada, juntamente com seus satélites.

Existe uma parte da guerra no Leste que é pouco conhecida no Ocidente, principalmente no Brasil, que é a Batalha do Dnieper, que é confundida com a Batalha de Kursk. Desencadeada em uma linha de cerca de 1400 km, ela durou 4 meses e envolveu quase 4 milhões de homens. A batalha, que começou no dia 26 de agosto de 1943 e terminou no dia 23 de dezembro, foi a responsável pela retomada da margem oriental do Rio Dnieper das mãos alemãs, permitindo o estabelecimento de várias cabeças-de-pontes na margem ocidental, entrando assim na rota para Kiev, capital da Ucrânia. A vitória soviética no Dnieper mostrou ao mundo uma capacidade logística extraordinária, principalmente de aerotransporte, que os aliados não conheciam.³⁴⁴

Essa vitória soviética obrigou os nazistas a encolherem a sua linha de frente, comprometendo várias conquistas dos anos anteriores. Também revelou ao mundo as heroicas forças “partisans” que os soviéticos tinham organizado. Milhares desses guerrilheiros se insurgiram em distintos pontos da retaguarda nazista, recuperando muitos vilarejos que estavam sob jugo alemão e acarretando em grande perda de material bélico inimigo. A ideia dessa operação por parte dos soviéticos, além dos objetivos militares, era levar para a mesa de negociação na Conferência de Teerã uma condição territorial favorável.

A Conferência de Teerã (28 de novembro a 1º de dezembro de 1943) assentou bases para a abertura da Segunda Frente e a ocupação espacial que caberia a cada um no ataque a Berlim. Foi a partir desse período que as ações da União Soviética foram revestidas com o “manto do medo”, nas quais as “hordas vermelhas se aproximavam do Ocidente cristão”. Esse tipo de “argumento” apareceu em diversos relatórios diplomáticos do Itamaraty. Tal ideia teve início através da propaganda nazista, que visava arregimentar setores dessas sociedades para a resistência. Esses tais “argumentos” foram logo encampados por setores reacionários ligados aos Aliados. O responsável pela Legação brasileira em Berna citou, em sua análise do mês de dezembro de 1943, o discurso que o Marechal Goering tinha feito naquela semana em Berlim,

³⁴⁴ Tchelichev, I. A Verdade e a Mentira sobre a Segunda Guerra Mundial, Lisboa, Edições Avante, 1984. Pag.162.

reafirmando o momento crítico que a Alemanha atravessava e conclamando a todos para lutarem contra o comunismo.³⁴⁵

Em Teerã, também ficou acertado que finalmente os Aliados abririam uma Segunda Frente na Europa Ocidental. Era nesse contexto que o governo brasileiro esperava enviar as suas tropas. Muitas questões internas estavam ligadas a esse sucesso. Por isso o empenho da diplomacia brasileira em convencer não só os militares estadunidenses, como também Winston Churchill, que era contra a presença de tropas brasileiras na Europa. Diversas questões cercavam essa negativa. Os estadunidenses apontaram a dificuldade em treinar e equipar um contingente tão inexperiente e Churchill enxergava problema em ter uma tropa de língua portuguesa na região para a organização das operações.

O que garantiu o envio de tropas brasileiras para o teatro de operações europeu foi a determinação do governo brasileiro e o seu bom trânsito com as autoridades de Washington. Essa foi mais uma vertente do Primado da Política Interna brasileira que conseguiu se contrapor a uma série de contratempos que impediam a participação efetiva do Brasil na guerra. Esses contratempos iam desde políticos, econômicos, militares a até logísticos, passando pela descrença que dos anglo-estadunidenses que latino-americanos poderiam cumprir tamanha missão. Por fim, até a dificuldade em se conseguir transporte foi apontado como empecilho à participação brasileira na guerra.

No dia 6 de junho de 1944, os Aliados desembarcam na Normandia, uma região de costa na França. Tal operação teve o nome de Overlord. Ficou conhecida como o maior desembarque anfíbio da história. Um ano antes, em julho de 1943, os Aliados já a haviam penetrado na Itália através da Sicília (Operação Husky), causando a queda de Mussolini. No dia 24 de julho, Benito Mussolini foi preso por uma junta governativa, comandada pelo general Pietro Badoglio. Enquanto o general Badoglio botava fim ao governo fascista e negociava uma trégua com os Aliados, os alemães resgataram Mussolini de seu cativeiro e invadiram a Itália.

Na parte italiana ocupada pelos nazistas, Mussolini deu prosseguimento ao seu governo fascista. A República Social Italiana, ou República de Salò, tornou-se um Estado fantoche comandado por Berlim. Localizada na parte norte da península italiana, passou a ser um apêndice do território alemão. Tinha como missão continuar a guerra

³⁴⁵ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Berna - estante 6, prateleira 1, volume 9.

contra os Aliados e servir de contenção ao avanço dos mesmos contra Berlim. Os militares brasileiros começaram a operar justamente nessa região, onde se estendia a Linha Gótica. As operações brasileiras iniciaram em setembro de 1944 e as forças brasileiras integraram o 5º Exército Estadunidense. Foram 239 dias de ação contínua contra um inimigo superior e dono do território. A campanha brasileira foi heroica diante de tanta adversidade.³⁴⁶

Os soviéticos planejaram apoiar o Desembarque da Normandia (Dia D) com uma grande operação, a maior da Segunda Guerra Mundial, chamada de Operação Bagration (o nome é uma homenagem ao príncipe Piotr Bagration, herói na luta contra Napoleão). Iniciada em 23 de junho de 1943, tinha como objetivo limpar as fronteiras soviéticas das forças do Eixo e incluir nisso a libertação da Ucrânia, Bielorrússia e Estados Bálticos, impedindo assim que o Comando Alemão transferisse forças para a França. As forças soviéticas congregavam cerca de 1,2 milhão de homens e pela primeira vez na guerra tinham superioridade tática sobre o inimigo. As forças do Eixo somavam cerca de 800 mil homens e já não possuíam tantos aviões e tanques como em 1941.

Os soviéticos aniquilaram as principais forças do Grupo de Exércitos Centro, libertando Minsk. Os “partisans” destruíram boa parte da infraestrutura ferroviária nazista na retaguarda. As forças soviéticas abriram uma enorme brecha nas linhas defensivas alemãs, causando grande preocupação em Berlim. Com a perda de cerca de 400.000 homens nos primeiros dias da batalha, Berlim foi obrigada a remanejar reforços do Ocidente para o Leste, aliviando assim a pressão nos Aliados que tiveram dificuldade de avançar na França. A ofensiva soviética também englobou a Linha Mannheim, confluindo na libertação de Leningrado depois de mais de 900 dias de cerco, o maior da história.³⁴⁷

Em 24 de setembro de 1944, quando o governo soviético encerrou a Operação Bagration, o saldo pendia positivamente para o lado soviético. Os alemães amargaram uma das suas maiores derrotas: 17 divisões haviam sido aniquiladas e 50 divisões tinham perdido mais da metade de seu aparato. O Exército Vermelho havia avançado quase 600 km, abrindo o caminho para Varsóvia e Königsberg. Os alemães tinham

³⁴⁶ SILVEIRA, Joel. II Guerra Momentos Críticos, Rio de Janeiro, Editora Maud, 1995.

³⁴⁷ Tchelichev, I. A Verdade e a Mentira sobre a Segunda Guerra Mundial, Lisboa, Edições Avante, 1984. Pag.205.

praticamente sido expulsos do Oriente, permitindo que os soviéticos voltassem para muito próximo das fronteiras polonesas de 1941. Os alemães perderam quase 500.000 homens e os soviéticos cerca de 180.000.³⁴⁸

No verão de 1944, a União Soviética cruzou a fronteira polonesa e iniciou as operações rumo a Berlim. Ao cruzar o Rio Vístula e adentrar em território polonês, a União Soviética surpreendeu não só os alemães como também os Aliados, já que ambos não acreditavam que o Exército Vermelho conseguiria tal façanha antes de dezembro de 1944. A entrada do Exército Vermelho na Polônia colocou a Alemanha sob forte pressão. Sua capacidade produtiva já estava reduzida e suas perdas de tropas dificultavam o reabastecimento das unidades que combatiam. Hitler acreditava, até então, em deter os soviéticos no Vístula a partir de novas unidades blindadas, que nunca foram efetivamente constituídas.

Em julho de 1944, a Alemanha tinha produzido 27% menos que no mesmo período em 1943. A carência de matérias-primas e mão de obra era fruto das perdas de territórios no Leste. No outono de 1944, a Alemanha sofreu a sua maior derrota desde o início da guerra. As forças soviéticas romperam o cinturão defensivo da Prússia Oriental e adentraram no território nazista, causando grande pânico entre a população. Novamente, o governo nazista apelou ao “perigo vermelho” como forma de gerar cizânia entre os Aliados. Hitler insistiu no discurso que a Alemanha era a última barreira entre o Ocidente e o “vírus do comunismo”. Foi feito um esforço propagandístico monumental nos territórios ocupados contra os soviéticos e Hitler acreditou até o final da vida na possibilidade dos Aliados “salvarem” a Alemanha dos comunistas a partir de um acordo com o governo alemão.³⁴⁹

No dia 24 de fevereiro de 1944, o embaixador brasileiro em Londres informou em seu relatório para o Itamaraty o tom que Hitler havia dado em seu discurso recente, quando das comemorações dos 11 anos do nazismo. O embaixador Muniz Aragão revelou que toda a fala consagrou o perigo bolchevista contra o qual o Reich lutava para proteger não só a Alemanha, mas como toda a Europa. Hitler solicitou uma união dos povos europeus para enfrentar tamanha monstruosidade. Aragão informou que a

³⁴⁸ <https://br.rbth.com/historia/82448-operacao-bragation-maior-derrota-alemaes#>: Acessado em 17/01/21.

³⁴⁹ GRECHKO, Andrei Antonovich. *Missão Libertadora*, Rio de Janeiro, Livraria Ciência e Paz, 1985. Pág.68.

imprensa inglesa deu pouca importância, comentando que essa cantilena de Hitler era a mesma desde 1936.³⁵⁰

Lourival Fontes, que já havia aconselhado a Vargas a rever a sua política externa com relação a URSS e se concentrar nos problemas internos que poderiam surgir com o fim da guerra, escreveu uma nova carta a Getúlio Vargas no dia 29 de dezembro de 1944. Ele fez um balanço político, militar e econômico da Europa. Também analisou a União Soviética sobre vários aspectos, dando foco a sua reinserção na política internacional e teceu considerações sobre a libertação de vários países ocupados, ocasionada pelo Exército Vermelho:

“Os inimigos do regime soviético arcam na eliminação dos ‘socialmente perigosos’, a Rússia não procura punir apenas os criminosos de guerra. Na Polônia, nos Estados Bálticos, na Bessarábia, na Bulgária, na Romênia, foram principalmente eliminados, segundo as observações dos adversários soviéticos, financistas e homens de negócios, industriais e largas seções da classe média, políticos dos diferentes partidos, agricultores e funcionários públicos, intelectuais de todas as nuances de opinião exceto os comunistas. As populações remanescentes, sem líderes e sem guias intelectuais, privadas de força política e expressão cultural, não passarão de uma massa amorfa seguindo como um rebanho a regra.”³⁵¹

A análise de Lourival Fontes tem como fonte os “inimigos da Rússia” e foi justamente esse esforço ideológico que a Alemanha fez no campo da propaganda que facilitou a constituição por parte do Ocidente de uma série de mitos contra os soviéticos nessa fase final da guerra. Importante notar como essa ação teve um efeito relâmpago: ela foi providencial para os grupos fascistas de pronto aderissem ao campo Aliado com base no anticomunismo. Na Guerra Fria, tais mitos foram encampados com um “verniz” de “grandes análises fruto de pesquisas próprias”. Tais acusações foram casualmente usadas na batalha cultural que equiparou a União Soviética à Alemanha, onde fascismo e socialismo passam a ser a mesma coisa.

As palavras “democracia e liberdade”, usadas como antítese a essas duas ideologias supracitadas, brandiam conceitos vagos, carecendo de outros pressupostos

³⁵⁰ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - estante 28, prateleira 3, volume 5.

³⁵¹ GV.c.1944.12.29.

para serem palpáveis. A liberdade era sagrada na ótica do capital e a democracia o simples direito de participar de eleições burguesas. Sobre a discussão do uso dos tais valores democráticos ocidentais contra o socialismo, podemos notar que a eleição passou a ser tratada como um fim em si mesmo e que liberdade era a palavra lastro da economia de mercado; mercado esse que passou a ser o regulamentador da sociedade, suplantando o Estado. Foi esse discurso liberal que mais tarde seria usado contra Vargas no ano de 1945. A derrubada do Estado Novo não foi uma superação dialética rumo a uma sociedade mais participativa, mas apenas a emergência de setores da elite que desejavam reassumir o Estado para diminuir a sua importância para as classes menos favorecidas.

Essa discussão sobre a falta de liberdade no socialismo e o autoritarismo na União Soviética era antiga. Tal situação foi manifestada pelas potências ocidentais quando da Guerra Civil Soviética. Vladimir Lênin já havia respondido essas acusações de que a União Soviética não era democrática.

“Começamos por esclarecer a noção de ‘liberdade’. ‘Liberdade’, é inútil acentuá-lo, é um slogan muito, muito importante em qualquer revolução, Socialista ou Democrática. Mas o nosso programa declara: ‘A Liberdade é uma fraude se se opõe à emancipação do Trabalho, da opressão e do Capital. (...) A ridicularização da liberdade, igualdade, vontade da maioria e a todas as espécies Bentham’s³⁵² que o descrevem, para provar que por detrás destas frases se encontram os interesses da liberdade do proprietário, a liberdade do Capital, para oprimir os nossos trabalhadores.³⁵³”

A construção do anticomunismo de guerra feito no Brasil a partir de 1944 obedeceu a uma ótica diferente daquele criado no pós-Revolução de 1917 e o pós-Levante de 1935. Desta vez, ele estava impregnado pela questão nacional. Setores reacionários de vários pontos da Europa que coadunaram com o nazismo, a fim de combater o avanço soviético, passaram a usar uma linha nacionalista para classificar as ações soviéticas de imperialistas. A ideia era forjar uma política nacional de unidade que pudesse se opor à União Soviética, obtendo para tanto o apoio dos Aliados. A

³⁵² Jeremy Bentham, filósofo londrino, um dos últimos iluministas. Defendia uma Filosofia Moral para a normatização da sociedade.

³⁵³ LÊNIN. Vladimir I. Como Iludir o Povo Com os Slogans de Liberdade e Igualdade, São Paulo, Editora Global, 1979. Pág.25.

máquina de propaganda nazista trabalhou habilmente as histórias do “horror vermelho”, que tiveram uma continuidade grandiosa durante a Guerra Fria.

As manchetes de alguns jornais da capital tiveram que fazer um grande malabarismo semântico para narrar a guerra na Frente Leste. Quando do avanço nazista nos anos de 1941-42, a imprensa gozava de muita liberdade para retratá-los; já nos anos de 1943-44, com o avanço soviético, precisavam ser sucintos. Uma manchete do jornal “Correio da Manhã” quando da vitória soviética em Kursk: “*Oitenta Divisões Alemãs Ameaçadas de Envolvimento*”. O mesmo “Correio da Manhã” noticiou da seguinte forma a vitória soviética na Polônia: “*Os Russos já avistam a fronteira do Reich.*”³⁵⁴ No mês de julho de 1943, o DIP baixou uma norma com relação à publicação de personalidades soviéticas: “*Somente sejam publicadas fotografias de personagens russos quando as mesmas ilustrarem noticiários de operações militares nas quais esses personagens tenham tido parte.*”³⁵⁵ Com isso, evitava-se a publicação de fotografia de lideranças políticas soviéticas, como Josef Stálin.

A participação brasileira na guerra chamou a atenção da imprensa no mundo todo, tanto que a surpresa do desembarque sigiloso da FEB na Itália foi quebrada pela BBC de Londres, que informou ao mundo tal coisa. Do Brasil, vários jornalistas seguiram como correspondentes de guerra. Boa parte da população acompanhou diariamente as notícias da Itália. Criou-se o hábito de acompanhar os boletins diários que o rádio e os jornais transmitiam. Nesse momento que a FEB atuava na Europa, a imprensa internacional começou a fazer cobranças com relação aos presos políticos brasileiros. Era extremamente contraditório o Brasil estar lutando contra Hitler e Mussolini ao lado da URSS e as prisões brasileiras com presos políticos comunistas. A campanha para a libertação desses presos se intensificou em paralelo as manifestações contra o Estado Novo. O nome de Luís Carlos Prestes era entoado sempre que possível. Várias figuras próximas de Vargas o aconselharam, na virada de 1944 a 1945, a pôr fim a tal coisa.

Nesse momento, os setores mais duros do Estado Novo passaram a pressionar o presidente Vargas sobre a não concessão de liberdade a Prestes. Como Dutra havia escrito a Vargas, o ambiente de agitação comunista ressurgiu não como 1935 e 1937,

³⁵⁴ Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional – DC 28/08/43 e 14/07/44.

³⁵⁵ Fonte: APERJ – Pol/Pol – ADM – Notação 13, Dossiê 1

agora o movimento tinha um caráter mais popular, graças não só pelo renome de Prestes, mas também pelas vitórias soviéticas. A análise abaixo do professor Neil Lochery traduziu de forma sucinta o que aconteceu com Vargas a partir de 1945. Ele passou a acreditar que a independência da política interna estava escudada pura e simplesmente nas forças armadas.

*“Vargas estava de fato entrando na órbita de certos agentes políticos poderosos. Ele não mostrava nenhuma indicação de que ouvia a oposição (categorizada por ele de comunistas ou fascistas), muito menos a poderosa Igreja Católica (na qual ele não confiava) ou os membros mais liberais de seu próprio regime (que, segundo o presidente, continuavam sendo aliados de Aranha). O único grupo em que Vargas confiou sem reservas ao longo de 1945 foram as forças armadas. Vargas sentia que Dutra, apesar de toda a sua discreta conspiração, mantinha-se fiel ao governo, e ele não via o Ministro da Guerra como rival em potencial para a Presidência”.*³⁵⁶

Por mais que Vargas estivesse próximo da classe operária e os anos de 1944 e 1945 tenham marcado as Leis Trabalhistas e os avanços nas áreas sociais, toda essa agenda positiva não foi capaz de aplacar a oposição das camadas médias e do comando dos militares. Em 1945, Vargas passou a sofrer uma oposição mais acintosa dos setores empresariais, principalmente com o fim da censura. Eles questionavam os rumos da economia e clamavam por eleições. Em abril de 1944, em um discurso na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Vargas respondeu aos questionamentos sobre a economia não estar avançando:

*Contra estes fatos evidentes nada valem as murmurações derrotistas, quase sempre partidas dos que mais se aproveitaram das circunstâncias excepcionais. Conheço e avalio as dificuldades que tornam mais penosa atualmente a vida das nossas populações, pondo-lhes a prova a resistência moral e os elevados sentimentos patrióticos.*³⁵⁷

As questões políticas efervesceram ao final de 1944, quando já se falava francamente em destituição de Vargas. O final da missão do embaixador estadunidense

³⁵⁶ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pag.74.

³⁵⁷ ³⁵⁷ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil X, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1945. Pag. 281.

Jefferson Caffery no Brasil ao final de 1944 foi veiculado por alguns setores como um ato de desagravo de Roosevelt contra a ditadura Vargas. E quando o novo nomeado, Adolf Berle, chegou em janeiro de 1945, foi saudado por esses mesmos setores como o homem que iria destituir Vargas. Já havia sido estabelecido um consórcio entre os capitais privados brasileiros e estadunidenses. Essa aliança escolheu o brigadeiro Eduardo Gomes, que firmava seu discurso contra o Estado Novo e principalmente contra a política nacionalista de Vargas. Sob forte pressão, Vargas mais uma vez tentou se sobrepor à política externa, elaborando uma política nacional de defesa da economia, que os setores liberais chamaram de protecionista. Entre os anos de 1944 e 1945, Vargas promulgou uma série de leis que taxaram o lucro excessivo e evitou a formação de cartéis, além de praticar uma política fiscal e alfandegária mais rígida.

Com a certeza da derrota nazista, o governo de Washington iniciou uma escalada para liderar a política do pós-guerra. Em uma verdadeira sanha imperialista, os Estados Unidos impuseram os seus interesses nos vários fóruns internacionais que trataram da Nova Ordem Global do pós-guerra. Na Conferência de Bretton Woods (1944), impõe o dólar como moeda global e a criação do FMI e do BIRD, que concentraram a reconstrução da Europa em suas mãos. Na reunião de Dumbarton Oaks (1944), acertaram sobre o Conselho de Segurança da ONU, praticamente descartando a participação brasileira. A União Soviética foi contra e a Inglaterra também, mas os Estados Unidos não tinham interesse de defender a presença brasileira a despeito de tudo. Os Estados Unidos acabaram aceitando a França em virtude do contexto europeu, tratando-a como muito mais importante do que o Brasil, apesar de ser vista como próxima da Inglaterra.

A Conferência de Yalta (1945) marcou as zonas de influências do pós-guerra. Nesse encontro, sagrou-se a conformidade de respeitar a integridade do território alemão, coisa que a Inglaterra era contra, como também do povo alemão ter e o direito de escolher livremente um novo governo. Os acordos quanto a manutenção do território alemão, sagrados nessa reunião, foram violados pelos estadunidenses mais tarde, com a criação RFA (República Federal Alemã) na calada da noite em 1949. A proposta soviética era que o território alemão permanecesse intacto e se realizasse eleições sem a participação dos nazistas.

Na Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz (1945), o debate girou entorno do fortalecimento dos fóruns de decisões regionais. “*Fortalecer uma organização regional significaria enfraquecer a organização mundial*”. Essa foi a tônica dos debates. Com muito custo, a tese estadunidense de defesa da ONU foi aprovada, como também o livre mercado, que foi sagrado como necessário. Com a morte de Roosevelt, em 12 de abril de 1945, Truman reorganizou a política estadunidense para a América Latina. Disse ele que uma potência não americana poderia requerer uma base no continente, sem um mecanismo pan-americano forte para evitar. O que ele queria de fato era cooptar os governos latino-americanos amigos para a Guerra Fria, que assentou ali as suas bases na região.³⁵⁸

O governo brasileiro, aliado incondicional dos estadunidenses na política externa, votou em todos esses fóruns que participou ao lado de Washington. Todas essas propostas se mostram maléficas para o Brasil em curto prazo. Mas a relação Vargas e Roosevelt acabou sendo a fiadora de todos esses tratados, que, até aquela data, tinham gerado ao Brasil ganhos substanciais, assim como contribuído para a ordem interna, por mais esgarçada que ela pudesse estar em 1945. Em dezembro de 1944, Getúlio Vargas discursou para os militares depois de ter sido homenageado por eles. A preocupação com as questões internas estava na ordem do dia.

*“Os problemas de organização política estão naturalmente condicionados à evolução das circunstâncias internas e externas e não de ser resolvidos a seu tempo. A agitação prematura, as perturbações demagógicas, as ameaças à tranquilidade pública, só poderão servir para dificultar o bom entendimento de todas as correntes e matizes de opinião. O governo nunca teve intransigências senão na defesa dos interesses nacionais, jamais cultivou preconceitos de mero formalismo político e procurou sempre interpretar as aspirações legítimas do povo. Num país de índole e formação democrática, como é o nosso, as transformações de caráter político-social podem ser concluídas dentro dos processos de evolução gradual, sob o império da lei e da ordem. Para a manutenção destas, entretanto, todos os esforços serão feitos de forma a conseguirmos o ambiente pacífico necessário à complementação constitucional, que se efetuará brevemente em moldes de ampla e livre consulta à opinião.”*³⁵⁹

³⁵⁸ MOURA, Gerson. Relações Exteriores do Brasil 1939 – 1950, Brasília, FAG, 2012. Pag.161.

³⁵⁹ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil XI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1945. Pag.78.

Em seu discurso, Vargas classificou o Estado Novo como democrático, respondendo indiretamente às críticas que vinha recebendo de ser um ditador. Falando para os militares, lembrou da conjuntura internacional e criticou o ambiente de “perturbação demagógica” se referindo às cobranças que estavam sendo feitas com relação às eleições e a sua participação nelas. Na imprensa, as críticas já transbordavam – Vargas tinha dado ordens para o DIP não mais censurar. No primeiro trimestre de 1945, vários setores da sociedade questionavam Vargas; intelectuais, estudantes, militares, empresários e a imprensa, todos eram uníssomos com relação às eleições.

A política interna de Vargas continuou marcando seu governo e foi ela que garantiu autonomia ao país diante dos desafios internacionais que a guerra revelou.³⁶⁰ O problema é que a conjuntura internacional havia mudado por conta da União Soviética. O governo estadunidense deslocou o seu eixo de interesses prioritário para a Europa e para a Ásia e a América Latina não estava nos planos urgentes de intercâmbio econômico. O que o Washington passou a necessitar dos povos ao Sul do Rio Grande era um alinhamento subordinado dentro de uma nova ordem econômica. Getúlio não aceitou coisa parecida nos 30 anos antes e se garantia no bom trânsito junto a Roosevelt para não o precisar fazer em meados dos anos 40. Acreditou Vargas que o desenvolvimento brasileiro poderia ocorrer paralelo ao dos Estados Unidos, em um ambiente de concórdia continental e, para tanto, desenvolveu uma política de proximidade com vários países da América do Sul.

O governo brasileiro, que se fez necessário aos Aliados no ambiente de guerra, agora precisava se fazer necessário em um ambiente de paz. O problema é que a morte de Franklin Roosevelt em abril de 1945 mudou todo esse relacionamento. Dessa maneira, Vargas ordenou ao Itamaraty que se colocasse como aliado e fiador de Washington junto a América do Sul. Contudo, a conjuntura interna não ajudou em tal sentido. O Itamaraty, tão ativo com Oswaldo Aranha, havia perdido o seu líder, que pediu demissão em agosto de 1944. Isso repercutiu de forma negativa dentro e fora do país. Depois de pedir demissão do cargo, Aranha concedeu uma entrevista a um jornal carioca no qual ele criticou o Estado Novo, dizendo não mais acreditar no mesmo. Aranha deu como justificativa para a sua renúncia o fato da política interna se imiscuir

³⁶⁰ PANDOFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999. Pág.246.

na política externa e que quando essa interferência se tornou grande demais, ele não teve outra saída senão a renúncia.³⁶¹

Para que o Primado da Política Interna se torne uma realidade, é preciso que a soberania faça parte do projeto a ser desenvolvido. O conceito de soberania no escopo das Relações Internacionais exige “*legitimidade política e territorial do Estado sobre suas ações no âmbito doméstico e internacional*”.³⁶² Isto é, as condições internas precisam ser favoráveis para o exercício autônomo da sua política externa. Em 1945, o governo Getúlio estava carecendo de legitimidade interna, que ameaçava a sua autonomia externa. Um fator impediu que as relações internacionais do Brasil seguissem privilegiando o projeto nacional de desenvolvimento – os Estados Unidos não precisavam mais fazer concessões ao Brasil.

A Doutrina Truman e a Guerra Fria inverteram os polos. Toda aquela propaganda do “terror vermelho”, usada na Europa para mobilizar uma oposição ao Exército Vermelho, também causou terror no Brasil. Isto é, para se manterem livres dos comunistas, as elites nacionais passaram a precisar dos Estados Unidos. Sem o poder de Washington, o “terror vermelho” tomaria a América Latina, pelos menos assim pensava boa parte da elite política da região. E Washington trabalhava ativamente para que elas acreditassem fielmente nisso, mesmo quando não era real. O governo nacionalista de Vargas passou a ser um entrave por conta da política econômica. Ela atrapalhava a acumulação de poder e capital que essas elites objetivavam ter a partir de uma nova relação com Washington, principalmente após a ascensão de Truman.

O Estado Novo, quando da sua promulgação, agradou a diversos grupos de interesses, mesmo com suas medidas de exceção. Existiam divergências de interesses entre esses grupos, mas nada que impedissem que cooperassem entre si.³⁶³ Logo, foi estabelecida uma hierarquia tácita entre essas frações da elite que coadunava com o regime de força estabelecido em 1937, afinal de contas, ele havia sido estabelecido contra os comunistas. Mesmo com uma composição heterogênea, esses grupos integraram o Estado Novo sem questionar o seu centralismo no primeiro momento. Por mais que a Revolta de 1932 tenha sido um desacordo, no geral houve uma espécie de

³⁶¹ LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015. Pag. 271.

³⁶² JUBBRAN, Bruno Mariotto, LEÃES, Ricardo Fagundes, VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. Relações Internacionais: Conceitos Básicos e Aspectos Teóricos, Porto Alegre, SPDR, 2015. Pág.10.

³⁶³ PASSO, Rodrigo Duarte Fernandes, FUCILLE, Alexandre. Visões do Sul – Crise e Transformações do Sistema Internacional, Marília, Editora Cultura Acadêmica, 2016. Pág. 109.

acomodação. A guerra proporcionou que os ganhos desses setores fossem ampliados, mas, ao fim dela, perceberam que boa parte do lucro transitava em direção à classe operária graças às políticas sociais de Vargas.

Esses grupos que apoiaram o Estado Novo partilharam de ganhos comuns com a guerra, mas tendo a gerência do Estado brasileiro. Com o fim da mesma, eles perceberam a possibilidade de estabelecerem relações individuais não só com os comerciantes estadunidenses, como também com o próprio governo de lá, que precisava captar parceiros para lutar a Guerra Fria. Sendo assim, os seus lucros seriam maiores, precisando somente interromper o projeto nacionalista de Vargas, que castrava os ganhos privados. O fim da guerra também finalizava o discurso governamental de traição à pátria e o “quintacolonismo”, ou seja, esses empresários não estavam mais ligados moralmente à pátria – a guerra acabou, não havia mais necessidade de abrirem concessões.

O contrato que Vargas estabeleceu com os setores liberais e até mesmo com a oligarquia rural, através do Estado Novo, no qual prometeu livrar o Brasil dos bolcheviques, estava se esgotando, apesar das vitórias soviéticas. Essa elite com tendência entreguista escolheu combater o comunismo via Washington, abandonando o projeto nacional de Vargas.

*“No plano ideológico, a indústria cultural e de comunicação dos Estados Unidos projetou ao mundo, com muito sucesso, uma imagem idílica do modelo societário do American Way of Life que até hoje encanta boa parte da humanidade. A cultura se revelou um dos mais sólidos instrumentos de poder, pois a percepção da realidade é mais importante do que o mundo real. Tinha início a Pax Americana, que duraria até o fim do século XX”.*³⁶⁴

As palavras de liberdade e livre comércio embalararam esses setores. A classe operária, que hipotecava apoio a Vargas, carecia de organização e consciência do que se avizinhava. Os setores que entendiam que a deposição pura e simples de Vargas não resultaria em ganhos para si e para os mais humildes ficaram por muito tempo alijados dos processos decisórios pela força, fruto do temor que Vargas e setores do

³⁶⁴ VISENTI, Paulo Fagundes. O Eixo e a URSS na Guerra Mundial, Porto Alegre, Editora Leitura XXI, 2020. Pág. 190.

“Queremismo”³⁶⁵ tinham dos mesmos pelo simples fato de serem identificados como “comunistas”, mesmo quando não eram. A estreiteza de Vargas em querer conduzir a política interna apoiado nos setores mais reacionários impediu que os progressistas e a classe operária pudessem ocupar espaços que garantiriam o projeto nacional. A incapacidade de Vargas em entender que, a despeito do centralismo político, existia a organização popular o levou a ficar isolado.

A saída de Oswaldo Aranha do Ministério das Relações Exteriores, substituído por Pedro Leão Veloso, um hábil diplomata, porém pouco entrosado com Washington, passou a dificultar a relação de Vargas com a Casa Branca. Mas Vargas não recuou em sua missão de conseguir a “emancipação econômica do Brasil”, como ele denominava o seu projeto. A prova disso foi a Lei Malaia³⁶⁶, promulgada em 22 de junho 1945. Ela tratava de impedir a formação de trustes e disciplinava mais rigidamente a concentração de capital e a remessa de lucro para o exterior. Fonte de protestos de setores nacionais e internacionais, foi revogada após a deposição de Vargas. Contudo, demonstrou que Vargas havia percebido que a relação com o capital estrangeiro precisava de regulamentação, caso ele quisesse alcançar a tal “emancipação”.

Mesmo com todas essas mudanças no cenário internacional, em março de 1945, a diplomacia brasileira continuava com a sua firme observação da União Soviética. Produzindo cada vez mais relatórios sobre o comportamento de Moscou, a troca de Ministro não alterou a linha diplomática e a desconfiança com os soviéticos continuava. O embaixador brasileiro em Londres, inquieto com as ações soviéticas no Leste Europeu, escreveu o seguinte:

“É uma mudança interessante de observar-se. A adoção da política das Três Potências – que o papel preponderante o da Rússia – está dando imensos resultados. Se qualquer dos dois outros parceiros aspirasse na África ou na América às pretensões da Rússia na Europa, que escândalo não seria!”³⁶⁷

De setembro de 1944 a janeiro de 1945, houve um recrudescimento da repressão, em especial a direcionada aos comunistas. A nomeação de Coriolano de Góes à frente do recém criado “Departamento Federal de Segurança Pública” desencadeou

³⁶⁵ Movimento que visava reconduzir Vargas ao poder em 1945.

³⁶⁶ CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional, São Paulo, Editora UNESP, 1999. Pag.272.

³⁶⁷ Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - estante 28, prateleira 3, volume 9.

uma longa caçada a muitos cidadãos que participaram de manifestações e atos contra o governo, mas que tinham no máximo sido fichados. Com Coriolano, a ordem era prender estudantes, sindicalistas, intelectuais e todos mais que estivessem em franca oposição ao governo.³⁶⁸ Em meio a isso, ganhou corpo a luta pela anistia aos presos políticos, em especial Luís Carlos Prestes, que era o nome central. A demanda pelo fim da censura e pela liberdade política uniu segmentos antagônicos da sociedade, que já vislumbravam a queda de Vargas.

IV.II – A QUINTA - COLUNA DERROTA VARGAS

A Campanha da Itália foi vitoriosa em todos os aspectos, mas não foi capaz de reverter o desejo das oposições em se livrarem de Vargas. A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, lutando na Europa, foi um acontecimento muito importante, afinal, foi ele que respaldou o país diante da ONU. Mas essa participação foi um traço da política soberana que Vargas tentou implementar. Essa política era justamente a causadora dos desacordos entre a elite brasileira e Vargas. A atuação dos pracinhas (de terra, ar e mar) foi marco na história nacional, mas até hoje é praticamente desconhecida pela maioria da população e está ausente das salas de aula em todo o Brasil.

O desconhecimento sobre a Campanha da Itália só não é maior do que as confusões sobre o conceito de nacionalismo. O presidente Vargas havia planejado modernizar as forças armadas e colocá-las entre as potências mundiais e ao mesmo tempo transformá-las em um instrumento de coesão social. As tropas enviadas para lutar no exterior tinham como objetivo mobilizar a sociedade entorno dessa proposta, fazendo da defesa nacional um projeto de edificação de um Estado autônomo.

O retorno dos combatentes foi triunfal, mais de um milhão de pessoas ocuparam o Centro do Rio de Janeiro para recebê-los, mas a sua precoce desmobilização e o ostracismo que muitos desses homens viveram depois da guerra ajudou a enterrar as histórias de glória na Itália. Os combatentes brasileiros foram tratados pelos militares e pelo governo Dutra com desdém. O plano de Vargas de fazer da Campanha da Itália a porta de entrada do Brasil no cenário internacional foi desmontado paulatinamente por Dutra e pela União Democrática Nacional (UDN). A Campanha da Itália foi condenada

³⁶⁸ DULLES, John W. Foster, *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro, 1973. Pág.264.

ao esquecimento pelos sucessivos governos fizeram oposição a Vargas e ao trabalhismo.

O desenvolvimento de uma série de indústrias no momento da guerra, como siderurgia, alumínio, cimento, química, borracha, vidro, laminados, e a consequente construção da CSN e da Companhia Vale do Rio Doce serviriam para o avanço econômico, mas também para o social, já que a incorporação da mão de obra urbana a esses empreendimentos elevou o nível de vida de muitos brasileiros. O avanço nas questões econômicas, acreditava Vargas, afastaria os trabalhadores das ideologias alienantes, que tinham o seu discurso central voltado para as condições materiais dos trabalhadores e as espoliações externas. Em discurso no dia 7 de setembro de 1944, Vargas citou esses avanços econômicos e deixou claro o objetivo do governo diante da conjuntura externa.³⁶⁹

“Eis na realidade a posição atual do Brasil no mundo. Já não somos, como há poucos lustros, uma simples comunidade semicolonial, presa à produção de dois ou três produtos tropicais e dependendo em tudo, ou quase tudo, da importação de artigos manufaturados. Pusemos em relevo os próprios valores econômicos, inclinamos a balança da produção para o setor industrial, iniciamos, penalmente, a exploração das riquezas do nosso subsolo, tão louvadas sempre e tão pouco conhecidas. E o que é mais: fizemos, neste período convulsionado da vida internacional, realçar o nosso papel no concerto das grandes nações”.

O plano de enviar vários escalões da FEB para o teatro de operações italiano foi desfeito pelo fim da guerra, antecipada pela Operação Vístula – Oder do Exército Soviético.³⁷⁰ Os Aliados imaginaram terminar a guerra no início de 1946. A mobilização tardia das tropas brasileiras acabou comprometendo os planos de Vargas com relação à FEB e FAB no contexto social. O início das atividades na Itália no segundo semestre de 1944 aconteceram em um momento onde o brasileiro já havia se desconectado parcialmente da guerra. Os afundamentos de navios brasileiros, que atingiram o número de 26 em 1942, gerando grande comoção nacional, caíram para 8 navios em 1943 e somente 1 em 1944. Houve, por parte dos detratores da FEB, um

³⁶⁹ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil XI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1945. Pag.27.

³⁷⁰ Operação do Exército Vermelho que teve início em 12 de janeiro e foi concluída com sucesso em 2 de fevereiro de 1945. Em menos de um mês, os soviéticos atravessaram o Rio Vístula na Polônia e cruzaram o Rio Oder, na Alemanha, fazendo desmoronar a defesa da capital Berlim.

discurso de que os militares brasileiros estavam indo fazer turismo, já que a guerra estava definida, tudo isso com o intuito de atingir Vargas.

Vargas sofreu uma espécie de cerco da imprensa e da oposição no início de 1945. As medidas de abertura do regime, interpretadas como sinal de fraqueza, derrota e decadência do mesmo, foram saudadas até por notórios integrantes do Estado Novo, que enxergavam os novos tempos sem o protagonismo da Revolução de 1930. O fim da censura foi saudado pela imprensa com uma série de ataques a Vargas. Ele passou a ser penalizando quase que unicamente pelos arroubos ditatoriais do Estado Novo. O ambiente reacionário e profundamente anticomunista não foi aliviado com o estabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética e com a soltura de Prestes. Pelo contrário, o retorno do Partido Comunista Brasileiro ao cenário político nacional foi visto com temor. Os comunistas gozaram de pouca liberdade, já que em 1947 foram postos novamente na clandestinidade pelo governo Dutra.

A polícia política acompanhou os momentos finais do governo Vargas com estreita vigilância. Ela produziu uma série de fichas com o nome de “Boletim Diário”, contendo matérias referentes ao Presidente e a política interna. Com data de 9 de agosto 1944, um deles assinalou: *“Razões que começam a surgir de uma suposta impopularidade que estaria dominando e vencendo o nome e o governo S.Exa.”* No dia 18 de agosto do mesmo ano, outro dá conta da apreensão de boletins que estavam sendo distribuídos pelo Correio que denominava Vargas como “Chefe Nacional da Polícia do Terror”.

Com a saída de Vargas do poder, a pressão de alguns setores aumentou contra ele. Em 1º de novembro de 1945 – *“Quanto a saída do epigrafado do poder, em 29/10/45, o contentamento é geral nos meios estudantis, apenas alguns não satisfeitos em o fichado ficar livre em São Borja”*. Em 13 de novembro do mesmo ano:

*“Com a colaboração da Associação dos Advogados de São Paulo, o Centro Acadêmico XI de Agosto começou uma campanha destinada a convencer o Presidente Linhares da necessidade imperiosa do exílio do Sr. Getúlio Vargas”.*³⁷¹

³⁷¹ APERJ – POL/POL – Fichas: Vargas, Getúlio.

Com o retorno da liberdade política, surgiu a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado por um amplo setor reacionário, um arco de opositores de Vargas composto pelos setores derrotados na Revolução de 1930 e de 1932. Eles criaram a UDN, a União Democrática Nacional, um partido tão reacionário quanto o Estado, só que completamente comprometido com o capital estrangeiro e contra o desenvolvimento nacional autônomo. Era literalmente a antítese a toda política econômica e social que Vargas desenvolveu ao longo de seu governo.

A resposta de Vargas aos partidos criados por seus opositores foi a criação do PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro, que em sua base contava com amplos setores populares e sindicais. Os panfletos que o PTB distribuía nos primeiros comícios tinham sempre a frase: “*O Presidente Getúlio Vargas Aconselha aos Trabalhadores o Ingresso no Partido Trabalhista Brasileiro*”.³⁷² Era necessário informar à população que Vargas tinha o seu partido. Com o avanço das discussões para a realização de uma Assembleia Constituinte, o PCB passou a apoiar a palavra de ordem “Constituinte com Vargas”, que dizia respeito a manutenção de Vargas na Presidência da República acompanhando os trabalhos até a promulgação do pleito eleitoral sob essa nova Constituição Federal.

A golpismo exigiu, de várias maneiras, explícitas e implícitas, não só a renúncia de Vargas, como também o seu impedimento de se candidatar ao cargo de Presidente da República. Somado a esse movimento, estava o PSD (Partido Social Democrático), que se antecipou e lançou Eurico Gaspar Dutra para a presidência. Esse partido era composto quase que pela sua maioria de elementos ligados à máquina pública, em especial o setor ligado a repressão civil e militar. Não sobrou outra opção a Vargas que não fosse o de tentar cooptar os sindicatos, que eram, na época, a fração da classe operária mais organizada.

Para que o nacionalismo continuasse a pautar política interna, era preciso que Vargas recompusesse a sua base de apoio. Com dois candidatos militares, heróis da Campanha da Itália, como concorrentes, Vargas teria que explorar o respaldo as suas ações na área social e isso só poderia vir dos mais humildes. Só que essa base também era disputada pelo PCB, que, por mais que tivesse passado anos na clandestinidade, continuou desenvolvendo trabalho de formação e conscientização aliado à popularidade

³⁷² Fonte: APERJ – Pol/Pol – Setor: Político, Notação 6.

de Prestes. Vargas não foi capaz de organizar um contraponto popular a essas duas candidaturas. O receio com o crescimento dos comunistas, de alguma forma, o levou a apoiar a candidatura de Dutra contra a UDN de Eduardo Gomes.

A discussão dos setores conservadores deixou de ser pura e simplesmente a Presidência da República, mas onde o processo eleitoral e político, com Vargas à frente da presidência, poderia confluir. O apoio dos comunistas a Vargas e ambos atuando entre os mais humildes, discutindo a ampliação do Estado de Bem-Estar Social, agora sagrado em uma Constituição Federal, era perigoso demais para aqueles que passaram 15 anos fora do poder e para aqueles que queriam continuar mais 15 anos no poder. Com o fim da guerra, todas as atenções se voltaram para a sucessão presidencial. Com a ausência de Vargas no palanque, foi impossível discutir com os eleitores a importância dos avanços nas áreas sociais e econômicas. Vargas perdeu a oportunidade de fazer do pleito eleitoral um ato de defesa do nacionalismo, denunciando as propostas entreguistas opositoras.

A figura de Getúlio Vargas, aliada a sua política interna, foram traços muito vigorosos na sociedade brasileira. Pela primeira vez na história nacional, o conceito de independência se tornou palpável para os setores mais baixos da sociedade. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o país estava apto para ampliar as suas conquistas econômicas. O problema é que as opções no cenário externo para estabelecimento de parcerias eram poucos e isso obrigou Vargas a se manter atrelado a uma única potência.

A Inglaterra havia perdido a condição de império e passou a lutar contra uma forte recessão no pós-guerra. A Alemanha estava completamente destruída. Igualmente estavam França, Itália e Japão. Para a obtenção de créditos e tecnologias, só restou ao governo brasileiro as “boas relações” com Washington. Com a morte de Roosevelt em 12 de abril de 1945, essas “boas relações” mudaram de escopo, juntamente com o fim da guerra. Harry S. Truman assumiu a Casa Branca sob uma nova ótica, mudando toda a política internacional sagrada durante o conflito.

Com relação ao Brasil, a política de transferência de tecnologia e subsídios foi finalizada a partir dos novos interesses estadunidenses no continente Americano, que se baseou então em um alinhamento automático e subordinado, a partir da luta contra o comunismo. A política pan-americana de defesa mútua foi redirecionada pela Doutrina

Truman³⁷³, de olho nos inimigos internos, que eram os agentes do comunismo internacional, classificando assim as tentativas domésticas de autonomia e democracia como parte de um plano do comunismo. O início da Guerra Fria e as tensões com os países socialistas foram usados pelo governo estadunidense como ações em defesa da democracia e dos valores ocidentais (família, cristianismo e livre iniciativa). Por isso, o governo estadunidense passou a influir diretamente nos processos internos dos países da América Latina, a fim de orientar as suas políticas nacionais para os interesses de Washington.

A incorporação das massas urbanas em um projeto de industrialização sob o gerenciamento do Estado, voltando os investimentos públicos para a elevação do nível social, colocou Vargas em rota de colisão com o novo paradigma político da Casa Branca. A criação do PTB e a proximidade com PCB, mesmo que no âmbito da defesa da Assembleia Constituinte, fez com que recaísse sobre Vargas uma série de desconfianças por parte dos estadunidenses. O “Queremismo” foi estigmatizado pelas oposições a Vargas como um movimento de força que poderia desencadear um golpe. Isso passou a chamar atenção não só dos setores internos como também os externos. Dos Estados Unidos, surgiam críticas do governo, imprensa e até dos investidores.

Em correspondência secreta, o embaixador brasileiro em Washington Carlos Martins Pereira e Souza informou ao presidente Getúlio Vargas em 3 de janeiro de 1945 que tinha estado com o presidente Franklin Roosevelt naquele mesmo dia e que tratara dos assuntos que o Rio de Janeiro havia solicitado. Informou que a nomeação de Adolf Berle para embaixador estadunidense no Brasil era um gesto “expressivo”.³⁷⁴ Souza também informou em primeira mão que o presidente Roosevelt estava de viagem para encontrar Stálin e Churchill e que na volta passaria no Brasil para conversar com Vargas. Ninguém sabia ainda da Conferência de Yalta, na Crimeia, que foi realizada entre os dias 4 e 11 de fevereiro. Roosevelt não passou pelo Brasil na volta, seu estado de saúde não permitiu.

Até esse momento, Vargas acreditava poder continuar gozando de boas relações com os estadunidenses a partir da sua política interna, que caminhava para a

³⁷³ Política estadunidense de combate ao comunismo. Consistia em um conjunto de ações políticas, econômicas, militares e culturais que visavam impedir que países (prioritariamente) do Terceiro Mundo, constituíssem projetos de desenvolvimento autônomos, caracterizados por Washington como comunismo.

³⁷⁴ Fonte – CPDOC-FGV – GV. c 1945.01.03.

configuração de uma democracia ocidental, na qual o nacionalismo poderia ser o padrão ideológico a guiar a economia e o estrato social. As visões utópicas de Vargas, em poder apartar as lutas de classes da sociedade brasileira a partir de um projeto de desenvolvimento nacional baseado no mundo do trabalho, fizeram-no acreditar que a sua base de sustentação, agora ampliada pelos mais humildes, resistiria mais uma vez as pressões internacionais.

As pressões internas aumentaram nos meses de fevereiro e março, fazendo com que Vargas tomasse uma série de medidas liberalizantes. Mas, mesmo assim, Vargas não conseguiu reestabelecer a sua tão propalada “paz interna”. No dia 13 de março de 1945, Vargas recebeu um comunicado do seu Ministro das Relações Exteriores Pedro Leão Veloso. O mesmo esteve reunido com Roosevelt no dia anterior e presente estava o embaixador brasileiro Carlos Martins Pereira e Souza e o futuro embaixador Adolf Berle. A pauta principal foi Getúlio Vargas e a sua continuidade à frente da presidência. Veloso informou que Roosevelt o apoiaria na próxima eleição, taxando o seu governo como “necessário ao Brasil”.³⁷⁵

Boa parte da historiografia nacional se debruça em dois pontos para a derrubada de Vargas em 1945. Um é a sua candidatura (que não aconteceu) e o outro é a questão da Constituinte (que ele poderia controlar). Várias testemunhas apontam a pouca vontade de Vargas em se candidatar, só que essas narrativas não foram ordenadas de forma cronológica e confrontadas com os acontecimentos. O documento, acima citado, mostra a fala do presidente Roosevelt declarando apoio a Vargas. É pouco provável que Getúlio abrisse mão de concorrer ao cargo tendo o apoio de Roosevelt – esse era o maior cabo eleitoral que alguém poderia ter no continente Americano em 1945. Vargas talvez tenha protelado a sua decisão muito para entender como seria a postura estadunidense. Quanto à constituinte, Vargas iria precisar de uma base de apoio para governar e passaria a ter que negociar com o parlamento; sem uma constituinte que lhe assegurasse essa base, seria bem difícil em face de crescente oposição.

Vargas estava, mais uma vez, tentando mobilizar as forças internas para garantir a inserção do país no cenário internacional. As disputas que lhe eram informadas pela diplomacia, envolvendo a União Soviética e os Aliados nos países do Leste Europeu, mostravam o vigor do governo soviético diante dos Aliados. Essa postura firme que a

³⁷⁵ Fonte – CPDOC-FGV – GV. c 1945.03.13.

União Soviética adotou frente aos Aliados com relação aos países do Leste Europeu demonstrou a capacidade soviética de agir fora de suas fronteiras. Isso teve um grande impacto nos governos anticomunistas da América Latina. Em um documento, com data de 17 de outubro de 1945, o núcleo dirigente Queremista de São Paulo enviou ao presidente Vargas a seguinte análise:

*“Não há dúvida que, se não formos à Constituinte, dando assim ao povo possibilidade de votar em representantes que, pelo menos lhe de esperanças da continuação do Presidente Vargas, uma percentagem considerável votará em Partido Comunista, mais como protesto e menos como adepta dessa ideologia,”*³⁷⁶

Na data de 9 de agosto de 1945, o embaixador brasileiro em Londres Moniz de Aragão informou ao presidente Vargas sobre a entrada da União Soviética na guerra contra o Japão fazendo o seguinte comentário: *“Nas circunstâncias de momento, a participação russa na guerra do Extremo Oriente produz mais apreensão do que satisfação, tanto aqui quanto em Washington.”*³⁷⁷ Mesmo com o fim do Estado Novo, a política anticomunista continuou a pautar o Itamaraty. Essa apreensão que Aragão se referiu era por conta dos informes das movimentações dos grupos comunistas na Ásia, principalmente do Sudeste.

Quando o governo Truman começou a desenvolver a sua oposição à União Soviética, colocou no mesmo pacote os regimes nacionalistas. Mas que tipo de nacionalismo? Aqueles regimes revanchistas europeus que contribuíram para a Primeira Guerra Mundial e fizeram do fascismo a sua orientação ideológica? Claro que não, a discussão na antessala da Guerra Fria era sobre alinhamento e, por isso, o nacionalismo a ser combatido eram as experiências de desenvolvimento nacional. No início de 1944, existia o “problema Argentina”, que, relutante ao declarar guerra ao Eixo, desenvolvia uma política de proteção aos trabalhadores ao mesmo tempo que tentava efetivar um projeto de industrialização. O grande fluxo de exportação garantiu a Argentina um acúmulo de capitais consideráveis para tentar construir o seu parque tecnológico.

À frente desse processo estava Juan Domingo Perón, um militar que viajara à Europa estudando as Ciências Militares no momento que seu país tinha estreita ligação com os países do Eixo, principalmente com a Alemanha. Participou de um golpe de

³⁷⁶ Fonte – CPDOC-FGV – GV. c 1945.10.17.

³⁷⁷ Fonte – CPDOC-FGV – GV. c 1945.08.09.

Estado contra o presidente Ramon Castillo e desde então se tonou chefe do Departamento Nacional do Trabalho e Bem-Estar Social, onde adquiriu grande popularidade. Em outro movimento de força, dessa vez intragoverno, Perón tornou-se vice-presidente e Ministro da Guerra. No decorrer do ano de 1945, Vargas se aproximou de Perón, causando temor na Casa Branca, já que esses dois projetos se chocavam frontalmente com os objetivos de Washington. Existe uma outra coincidência envolvendo essas duas figuras – Perón foi deposto em 9 de outubro de 1945 e Vargas em 29, ambos com o beneplácito dos Estados Unidos.

Essa aproximação não tinha nada de concreto, foram apenas contatos exploratórios, já que Vargas havia assumido a tarefa com Washington de tentar fazer a Argentina declarar guerra ao Eixo. Internamente, essa aproximação também não foi bem vista pelos setores liberais, que já se encontravam em franca campanha contra Vargas e a favor de Eduardo Gomes. Em artigo publicado no dia 21 de abril de 1945, o proprietário do jornal “Correio da Manhã”, Paulo Bittencourt, escreveu um artigo atacando Vargas, Dutra e Prestes, no qual acusou Getúlio de tentar permanecer no poder através de uma aliança entre “esquerda e direita” (Prestes e Dutra). Bittencourt também afirmou que Prestes não era brasileiro, por viver subordinado às ordens externas. Seu artigo foi, acima de tudo, uma defesa voraz de Eduardo Gomes.³⁷⁸

O comando das forças armadas, desde o final de 1944, havia se decidido pela abertura política. A candidatura de Dutra só confirmou a tese de que eles não mais hipotecariam apoio a Vargas. A grande questão era quando exatamente seriam as eleições e de que forma elas se dariam. Tementes que a conjuntura nacional voltasse às mãos de Vargas, Dutra tentou um golpe de Estado em fevereiro de 1945, que acabou sendo sutilmente desmobilizado por Vargas, lhe garantindo apoio na sua intenção em ser presidente.³⁷⁹ Esse jogo de espera era ambivalente. Vargas esperou o fim da guerra na esperança que a economia melhorasse, já que a guerra foi também vendida ao povo como uma das promotoras da futura bonança que marcaria a sociedade brasileira.

Com a vitória Aliada na Europa em 8 de maio de 1945, a sociedade brasileira promoveu uma série de comemorações. O Brasil de maio de 1945 era bem diferente do de fevereiro de 1942, quando o governo brasileiro sinalizou sua escolha pelo campo

³⁷⁸ Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional – Correio da Manhã.

³⁷⁹ SILVA, Hélio. 1945: Porque Depuseram Vargas, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976. Pág.138.

Aliado. O país gozava de liberdades democráticas, faltando somente a eleição para confirmar tal coisa. Mas esse ambiente “democrático” ainda era composto pelos setores reacionários, que aproveitaram a subida de Truman para retornar com a política anticomunista. O novo embaixador estadunidense no Brasil, Adolf Berle, tornou-se a primeira voz da Doutrina Truman no país.

Adolf Berle cercou-se dos opositores de Vargas no Rio de Janeiro e tinha um trânsito muito grande entre a imprensa liberal e com setores do empresariado. Com a morte de Roosevelt, recebeu ordens de Washington para vigiar Prestes e os comunistas brasileiros.³⁸⁰ Berle fez um discurso em Petrópolis no dia 29 de setembro, no qual ele, de maneira intempestiva, discorreu sobre a política interna, colocando em dúvida, apesar de dizer acreditar, no processo eleitoral. Sua fala provocou um grande debate nos meios diplomáticos, dentro e fora do governo e na imprensa. Até setores da oposição criticaram o ato de clara intervenção da diplomacia estadunidense nos assuntos internos brasileiros.³⁸¹

A devolução dos comunistas à vida pública nunca foi uma vontade de Vargas, foi uma imposição estadunidense para que o Brasil pleiteasse o assento no Conselho de Segurança da ONU. O reconhecimento dos comunistas como parte da vida política nacional fazia parte dos planos de Roosevelt para a ONU. É difícil confirmar se a diplomacia estadunidense comandada por Truman exigiria tal coisa de Vargas. O general Góes Monteiro afirmou, em uma entrevista para explicar a deposição de Vargas, que ele mesmo nunca admitiu uma constituinte com o PCB.³⁸² Vargas, com todas as reservas possíveis, reatou relações diplomáticas com a União Soviética só e exclusivamente para poder continuar a pleitear a quinta vaga no Conselho de Segurança da ONU, algo que Roosevelt era a favor, mas precisava que o Brasil abandonasse sua querela contra Moscou.³⁸³ O retorno das relações com a URSS foi um problema para Vargas. Por conta do PCB, ele sabia que o retorno dos comunistas à cena pública alteraria por completo a conjuntura política e social.

³⁸⁰ HILTON, Stanley. O Ditador e o Embaixador, Rio de Janeiro, Editora Record, 1997.

³⁸¹ SILVA, Hélio. 1945: Porque Depuseram Vargas, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976. Pág.221.

³⁸² SILVA, Hélio. 1945: Porque Depuseram Vargas, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976. Pág.238.

³⁸³ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, Meu Pai, Rio de Janeiro, Objetiva, 2017. Pag.388.

O golpe contra Vargas aconteceu no dia 29 de outubro de 1945. Desfechado pelos militares, teve como objetivo impedir que Vargas interferisse no processo eleitoral a partir da presidência. Dessa maneira, também se findou a ideia de uma Constituinte com ele na presidência, como queriam o PTB, os Queremistas e o PCB. O processo eleitoral passou a correr em volta de Dutra e Gomes, ambos militares e reacionários. Dutra trazia consigo o apoio do aparato repressivo do Estado Novo e os setores mais conservadores, como latifundiários e a Igreja Católica. Já Gomes era a inspiração dos setores liberais e das oligarquias, alijadas do poder em três ocasiões, 1930, 1932 e 1937. Gomes também tinha um bom trânsito entre os investidores anglo-estadunidenses e na imprensa. Com o nada opor da Casa Branca, não foi difícil derrubar Vargas. Avesso à organização popular, Getúlio caiu sem reagir a um “golpe branco”, como ele denominou o movimento.

A deposição de Vargas atendeu a vários objetivos, principalmente a questão eleitoral. Com Vargas fora do governo, sua penetração nos estados passou a ser ínfima, como também na Assembleia Constituinte. Os setores próximos ao presidente Vargas sabiam que ele não tinha a menor intenção de sustar o processo eleitoral. A conspiração feita pela imprensa e pelos setores do capital estrangeiro, que desde o final de 1944 colocavam sob suspeita a ideia de Vargas cumprir a transição democrática, tinha por objetivo desgastar a imagem dele e criar um ambiente de animosidade entorno de seu nome. Esse processo serviu para que o golpe dado pelo comando das forças armadas recebesse apoio das patentes mais baixas.

A campanha midiática contra Vargas em 1945 usou a todo instante o “fantasma de 1937”, como se ele fosse o único responsável pelo Estado Novo. Desde então, a pecha de “ditador fascista” sempre foi presente no conjunto no arcabouço de sua oposição. Ao mesmo tempo, a ala dos militares que estiveram ao seu lado e que tanto brigaram para o Brasil não romper com o Eixo passou por um processo de “limpeza” na qual suas tendências fascistas foram esquecidas. Dutra, por exemplo, por ter sido o Ministro da Guerra, capitalizou a Campanha da Itália em sua eleição, enquanto Vargas era demonizado. A proximidade do governo Dutra com Washington ajudou a constituir entono de sua imagem um ar de democrata.

Dutra venceu a eleição contra Eduardo Gomes com o apoio de Vargas e parte da máquina eleitoral do PTB. As camadas mais humildes só votaram em Dutra por conta

do pedido de Vargas e foi ele que deu ares populares à campanha morna de Dutra. Vargas avaliou que Gomes seria um retrocesso maior devido ao seu entreguismo explícito. O governo Eurico Dutra acumulou marcas ruins em vários setores. Na economia, onde os créditos adquiridos pelo Brasil junto aos Aliados devido ao comércio durante a guerra foram liquidados, a inflação e o desabastecimento eram marcas recorrente. O projeto de desenvolvimento nacional praticamente estancou. Dutra mal conseguiu gerir os projetos iniciados no governo Vargas. Sobre o governo Dutra, Getúlio Vargas falou: *“Um governo e um país inteiramente desorganizados por essa gente, com tudo destruído e à beira da derrota”*.³⁸⁴

Dutra deixou claro a sua discordância com a linha internacional de Vargas quando abriu mão de participar de uma missão de patrulha em áreas alemãs no pós-guerra a convite dos Aliados. A sua inanição ao pleito brasileiro de uma vaga no Conselho de Segurança da ONU também evidenciou a insipiência de sua política externa. A sua inteira subordinação à Doutrina Truman o fez colocar o PCB na ilegalidade em 1947, caçando o mandato de seus parlamentares. O PCB elegeu 15 Deputados Federais e um Senador, que foi Luís Carlos Prestes, o segundo mais votado, atrás somente de Getúlio Vargas, também eleito para o senado. O PCB se tornou a quarta maior força eleitoral do país entre 13 partidos. Em maio de 1947, todos os parlamentares do PCB foram caçados e a legenda proibida de existir por ordem do TSE e em outubro do mesmo ano Dutra rompeu relações com a União Soviética.

Getúlio Vargas nunca confiou no processo político e eleitoral que foi obrigado a adotar a partir de 1945. As condições para a continuidade do projeto de industrialização e desenvolvimento autônomo haviam mudado. As questões internacionais estavam falando mais alto e a polarização da Guerra Fria era um complicador. As eleições, a liberdade de imprensa, a liberdade política e de reunião e a volta dos comunistas eram elementos que, para Vargas, dificultavam esse processo de desenvolvimento. Atropelado pelo imperialismo, Vargas não conseguiu construir uma transição. Visceralmente anticomunista, também teve dificuldade de entender o papel do povo na história. Impedido de atualizar o Primado da Política Interna, acabou derrotado pela quinta-coluna, aquela que nunca deixou de ser fascista.

³⁸⁴ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, Meu Pai, Rio de Janeiro, Objetiva, 2017. Pag.409.

CONCLUSÃO

A dificuldade em compreender e conceituar as várias fases do governo Getúlio Vargas durante o período de 1930 a 1945 acarretou na elaboração, por parte majoritária de historiadores, professores, pesquisadores e parlamentares, teses incapazes de sintetizarem de forma eficiente o tipo de nacionalismo constituído por Vargas. Localizando a discussão nos anos da guerra, o grau de confusão é maior ainda, já que esses mesmos investigadores passaram a estudar o Estado Novo de fora para dentro, isto é, ignorando o imperialismo e sua viva disputa contra o nacionalismo, que foi erguido em primeiro lugar para resistir ao assédio estrangeiro e depois para orientar a construção de um projeto de nação.

O Primado da Política Interna de Vargas constituiu a primeira escola de pensamento nacional. O trato que o mesmo deu à conjuntura de guerra visava só e exclusivamente os interesses nacionais e, pela primeira vez, nesses “interesses nacionais” estavam setores da classe operária, que, beneficiados por uma política trabalhista, foram imediatamente integrados à vida política. Ao contrário do que muitos pesquisadores tem se esforçado em afirmar, os sindicatos surgidos no Estado Novo respiravam política, discutiam política, podiam ser insipientes, mas não eram amorfos. Se não fosse assim, não existiriam milhares de fichas “criminais” no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, produzidas pelo DOPS e pelo DESPS, sobre os sindicalistas durante o Estado Novo.

A política anticomunista do governo Vargas, que foi terrível e abominável, não impediu que o povo se organizasse para reivindicar, cobrar e reclamar, como fez durante toda a guerra. Muitas e muitas manifestações, algumas de forma radical, pleitearam uma série de coisas, desde o revide às forças do Eixo até o contragosto com os Interventores que foram nomeados a despeito da vontade popular. A incompreensão do papel que Vargas desempenhou durante a guerra tem acarretado em análises tacanhas não só sobre o período, mas também sobre a figura do presidente. O processo de desenvolvimento autônomo que o mesmo tanto perseguiu praticamente foi excluído das análises acadêmicas e científicas. Poucas são as teses e reflexões sobre o efeito danoso da interrupção do projeto de Vargas para o desenvolvimento nacional.

O professor Josef Fontana nos alertou sobre os problemas da narração linear do passado (FONTANA, 1998). Tal alerta se encaixa nas muitas análises equivocadas sobre o governo Vargas na guerra. “Vargas ditador reacionário, que bordejava o fascismo”. “Sem projeto e sem saber o que fazer, acabou cooptado pelos Aliados, os quais serviu docilmente”. “Com o fim da guerra, a democracia derrubou Vargas”. Esses chavões têm sido repetidos sistematicamente, ora mais rebuscados, outras nem tanto. Porém, o teor dura mais de 80 anos. Com um olhar mais atento, podemos perceber que Dutra, Góes Monteiro e os setores da imprensa e do empresariado que derrubaram Vargas nada tinham de democráticos. Muitos desses que se insurgiram contra Vargas em 1945 torceram pelo Eixo 1942 sem o menor pudor.

*“Necessitamos partir do fato concreto, do acontecimento com tudo o que tem de complexo e peculiar, não para isolá-lo como algo único, mas sim para colocar à prova o marco interpretativo e enriquecê-lo ao mesmo tempo”.*³⁸⁵

Outro fator também ajudou a pasteurizar as análises sobre o papel de Vargas durante a guerra, foi o emprego do conceito de totalitarismo para se referir ao Estado Novo e a figura de Vargas, o colocando no mesmo patamar que Hitler e Mussolini. Se o emprego de tal conceito para equivaler “socialismo e fascismo” e os governos de Stálin e Hitler, já demonstra um erro crasso, aplicar o referido conceito de alguma forma para alcançar Getúlio Vargas é um equívoco monumental.³⁸⁶ Errado na forma e no objetivo, o conceito de “totalitarismo” serviu muito mais para confundir do que para elucidar. Muito útil para a Guerra Fria, o conceito de totalitarismo permitiu que uma elite ocidental capitalista construísse uma série de mentiras contra as várias tentativas de edificação de governos autônomos no antigo “terceiro mundo”.³⁸⁷

Tomando como marco inicial a fala do presidente Getúlio Vargas a bordo do encouraçado “Minas Gerais” no dia 11 de junho de 1940, em um evento em comemoração à Batalha do Riachuelo, num discurso sobre a conjuntura externa e interna, destaca-se que o que houve de mais significativo foi uma crítica veemente ao liberalismo, aquele que levou à Crise de 1929. Os pontos abordados por Vargas foram a organização do trabalho, engrandecimento nacional, crítica às fortunas privadas, mais

³⁸⁵ FONTANA, Josep. História – Análise do Passado e Projeto Social, Bauru, EDUSC, 1998. Pag. 277.

³⁸⁶ KERSHAW, IAN. LEWIN, Moshe. Stalinism and Nazism: Dictatorships in Comparison, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

³⁸⁷ <http://blogjunho.com.br/alguns-problemas-do-conceito-de-totalitarismo/> - Acessado em 02/02/20.

críticas a regimes de privilégios e distinções e, ao final, enaltecimento da Justiça Social. Necessário lembrar que o Estado Novo ainda não tinha três anos e era alvo de críticas justamente dos setores apontados por Vargas. Em especial a turma do capital, as oligarquias e os comprometidos com o capital estrangeiro.

“Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma nova era. Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estereis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem. À democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo, e instituído para a defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio caminho de fortunas privadas. Não há mais lugar para regimes fundados em privilégios e distinções; subsistem somente os que incorporam toda a nação nos mesmos deveres e oferecem, equitativamente, justiça social e oportunidades de luta pela vida”.³⁸⁸

Mas houve um trecho em especial que desencadeou uma série de críticas internacionais a Vargas, chegando até ao presidente Roosevelt, que, preocupado, pediu que seus assessores procurassem Vargas. Os jornais ingleses também despejaram uma série de críticas a Vargas, que já era visto como um ditador reacionário pelo governo britânico. Porém, outra parte do discurso, de grande importância não foi citada pela imprensa internacional e muito menos pela diplomacia anglo-estadunidense:

“É preciso que o proletário participe de todas as atividades públicas, como elemento indispensável de colaboração social. A ordem criada pelas circunstâncias novas que dirigem as nações é incompatível com o individualismo, pelo menos, quando este colida com os interesses coletivos. Ela não admite direitos que se sobreponham aos deveres para com a pátria”.

“Felizmente, no Brasil, criamos um regime adequado às nossas necessidades, sem imitar outros nem filiar-se a qualquer das correntes doutrinárias e ideológicas, existentes. É o regime da ordem e da paz brasileira, de acordo com a índole e a

³⁸⁸ VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VII, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.334.

*tradição do nosso povo, capaz de impulsionar mais rapidamente o progresso geral e garantir a segurança de todos”.*³⁸⁹

Por mais que a gritaria tenha sido grande, é perceptível que o discurso foi voltado para a conjuntura interna, onde Vargas brigava para consolidar o seu governo. A imprensa nacional e principalmente a internacional, que localizou as palavras de Vargas em algum tipo de apoio ao Eixo e começou a alimentar uma campanha de que Vargas poderia se tornar aliado de Hitler, foi a mesma que se calou com relação ao Acordo de Munique, aquele que permitiu a expansão do nazismo em direção ao Leste. Nesta mesma sintonia, muitos pesquisadores brasileiros modularam seus trabalhos.

Um Vargas “vacilante, pendular e oportunista” foi o modelo de análises que mais floresceu no último século, pelo qual a figura de Vargas era confundida com alguém apenas que sonhava em ser ditador. Tal visão não se sustenta diante de um olhar cuidadoso e apontado para os arquivos do Itamaraty, onde se encontra toda a discussão envolvendo a *Aliança Brasil-Estados Unidos*. Desde o início do conflito até a declaração de guerra contra o Japão, Vargas e a sua diplomacia constituíram um modelo de “soft power” invejável para qualquer país desenvolvido, que dirá para o Brasil, uma país pobre e atrasado.

Não basta o argumento de que o Brasil era imprescindível, geograficamente falando para os Aliados. Essa condição durou pouco, ao final de 1942, a geografia brasileira não importava tanto. Ela não explica os ganhos totais do Brasil. Essa é outra teoria que mostra a pobreza da análise sobre o período. De fevereiro de 1941 a março de 1943, os alemães desenvolveram suas operações no Norte da África. O período mais agudo foi o ano de 1942, quando se estabeleceu o “Trampolim para a Vitória”, a conhecida ponte aérea de equipamentos militares do Saliente Nordeste ao litoral da África do Norte. Com ele, foi possível realizar a “Operação Torch” no início de novembro de 1942, quando a luta na África pendeu para os Aliados. Nesse momento, o valor do litoral brasileiro diminuiu. Contudo, os acordos com Washington continuaram em um volume crescente.

O fator social foi o definidor da política interna durante a guerra. Essa observação, poucas vezes feita, é necessária para se compreender os motivos que

³⁸⁹ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil VII*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940. Pag.334.

levaram Vargas a querer participar da guerra na Europa. Vargas sempre pautou a participação brasileira no campo Aliado a partir da solidariedade pan-americana e os ganhos obtidos a partir dos tratados com Washington. Mas a ida para a Europa foi uma política estritamente voltada para as questões sociais. Lutar contra o fascismo afastava de vez a penetração dessa ideologia na sociedade brasileira. A vingança aos afundamentos dos navios marcou a força do nacionalismo como capaz de organizar uma expedição militar para defender o país em outras terras.

Outra grande crítica contra Vargas é se ele possuía de fato um projeto, ou atuou de forma refratária aos acontecimentos. Ao longo das negociações com os estadunidenses, ficou explícito o desejo de Vargas de possuir uma siderúrgica que pudesse alavancar a indústria de base. A ideia de construir um mercado interno à custa da diminuição das importações objetivava não só equilibrar a balança comercial como findar a dependência por produtos industrializados. Paralelo ao projeto siderúrgico, houve o de eletrificação, que tinha o objetivo de fornecer energia para as grandes indústrias, aumentando assim a capacidade produtiva. A Companhia Siderúrgica Nacional foi o motor do desenvolvimento industrial brasileiro e o golpe de 1945 só permitiu que Vargas criasse a Eletrobras em 1954 e o segundo golpe fez com que a mesma fosse efetiva somente em 1962.

É óbvio que Vargas tinha um projeto, um projeto de nação, a partir do desenvolvimento das forças produtivas. Vargas tinha o objetivo de desenvolver o capitalismo a partir de um Estado de Bem-Estar Social e isso está explícito em todas as suas falas. Se compreendermos o conceito projeto somente como “um esquema gráfico detalhado de um empreendimento a ser realizado”, isso pode ser encontrado na “Carta Testamento de Getúlio Vargas”. O Brasil de 1942, data que marcou a sua entrada na guerra, não possuía infraestrutura rodoviária e nem ferroviária e isso era o um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento nacional. A defasagem de energia era outra questão delicada, juntamente com a falta de combustíveis. O país importava tudo. A questão do petróleo foi outro ponto importante e Vargas deu atenção especial ao caso, primeiro com o Campo de Exploração de Candeias na Bahia, que a partir de 1941 começou a produzir em pequena escala, e muito depois com a criação da Petrobras em 1953.

Quanto ao fim da dependência de produtos industrializados, Vargas deu passos importantes. Com criação da FNM (Fábrica Nacional de Motores) em 1942, o Brasil passou a construir motores de avião e logo fabricou também de caminhões e carros. Tal evento possibilitou a criação da Embraer, colocando o Brasil entre os cinco países no mundo a possuir tecnologia própria para a construção de aviões. O investimento na área militar possibilitou a criação da IMBEL (Indústria de Material Bélico do Brasil) em 1975, que foi herdeira da Fábrica da Estrela (Magé – RJ), totalmente reestruturada por Vargas em 1939. Nos anos 1970 e 1980, o Brasil tinha se tornando um grande exportador de material bélico e em nada parecia com aquele país da década de 1940.

Os investimentos para a formação de uma indústria de base e a criação de um parque produtor de energia não deixam dúvida sobre o projeto de Vargas. Isso só foi possível com a participação brasileira na guerra, que proporcionou ganhos e oportunidades que foram obtidas também pelo esforço diplomático brasileiro. Todo o esforço do governo Vargas a partir de 1942 foi para extrair o máximo de apoio de Washington, visando o fortalecimento nacional e o fim da dependência. Esse projeto autônomo só pôde ser viabilizado quando Vargas compreendeu os malefícios do imperialismo e localizou o nacionalismo como uma resposta efetiva. Importante ressaltar um detalhe sobre o nacionalismo de Vargas – ele era a antítese àquele movimento chauvinista europeu que contribuiu para duas guerras mundiais e propiciou o surgimento fascismo.

O nacionalismo de Vargas enfrentou muitos adversários, pela esquerda e pela direita. Mas o que permitiu a Vargas governar durante a guerra foi a sua compreensão dos efeitos do referido conflito na sociedade brasileira. Na primeira fase da guerra, com o avanço nazista, Vargas soube manobrar a penetração fascista no país, usando as causas nacionais como um anteparo. A ótima relação que o governo brasileiro cultivava com a Alemanha nessa primeira fase, ajudou a atenuar as tensões com os grupos fascistas que conspiravam contra o governo. A entrada dos Estados Unidos proporcionou ao país uma gama de oportunidades que Vargas teve a sagacidade de aproveitar, ao mesmo tempo em que conteve a fúria da “quinta-coluna” que desejava a neutralidade. Mais uma vez, o projeto nacional falou mais alto e escudou Vargas das críticas.

Com a entrada da União Soviética na guerra, como os documentos aqui elencados demonstram, a preocupação de Vargas passou a ser o envolvimento da sociedade brasileira no conflito. Vargas passou a temer que o duelo entre fascistas e comunistas na Frente Leste fosse reproduzido no Brasil pelos adeptos dessas duas ideologias. A radicalização que marcou a guerra no Leste foi mais difícil de ser contida pelo projeto nacional, mas também foi aproveitada contra a “quinta-coluna”. A penetração de comunistas e fascistas no tecido social brasileiro era grande e quando a URSS passou a lutar ao lado do campo Aliado, a penetração dos comunistas se tornou maior ainda. Esse foi um momento de inflexão de Vargas, que, visceralmente anticomunista, não demorou a perceber que antigas contradições voltariam a permear a sociedade.

A formação do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) por Vargas tinha a ideia de criar algo novo, nacional, que fosse uma sigla popular e que esvaziasse o PCB. Um partido onde os setores populares pudessem discutir política afastados do comunismo, que o Vargas enxergava como algo estranho aos interesses nacionais. O maior legado dos 15 primeiros anos do governo Vargas para a política foi o trabalhismo, que tipificou o nacionalismo ostentado por seu governo. Alzira Vargas citou o que ouviu de seu pai sobre o PTB:

“Ele destina-se a ser um anteparo entre os verdadeiros operários e o PC. Os trabalhadores não irão se filiar nem ao PSD e nem à UDN. Com mais facilidade vão engrossar os quadros do PC. O PTB sendo deles, um veículo para expressarem seus anseios e necessidades, servirá, ao mesmo tempo, de freio contra o comunismo e de acicate para o PSD”³⁹⁰

Getúlio Vargas era conservador e anticomunista, mas profundamente comprometido com as causas nacionais, deu início a uma tendência a qual o professor Gilberto Felisberto Vasconcellos (UFJF) denominou de “*vargo-darço-jango-brizolista*”, que foi a construção de um campo nacionalista, que tinha o socialismo como objetivo. A mudança de postura de Vargas a partir de 1945, ao se tornar uma pessoa mais progressista e ter uma relação a partir do trabalhismo com João Goulart, que, por conseguinte, uniu-se a Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, constituiu a superação

³⁹⁰ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, Meu Pai, Rio de Janeiro, Objetiva, 2017. Pag.405.

dialética do seu nacionalismo burguês para um nacionalismo revolucionário de Brizola.³⁹¹ Esse trabalhismo que Vargas construiu no final do seu primeiro governo, que tinha por objetivo combater o PCB, com o tempo se transformou complementar ao marxismo-leninismo no Brasil. Com Leonel Brizola por muitas vezes dizendo ser o trabalhismo “o caminho brasileiro para o socialismo”. A filiação de Luís Carlos Prestes ao PDT nos anos 1980, do qual se tornou presidente de honra, mostrou que esses antagonismos tinham passado, graças ao anti-imperialismo e a defesa da soberania contida nesses dois projetos.

Em um país onde a tradição de subordinação ao estrangeiro vem desde a sua formação, o campo político eleitoral não poderia fugir a essa regra. Na tentativa de frear os abusos do capital estrangeiro e disciplinar o acúmulo de capital privado, Vargas entrou em rota de colisão com setores importantes. Esses setores, historicamente, existem graças a sua postura antinacional e, entreguistas que são, constituíram-se ligados umbilicalmente às metrópoles, fazendo do Brasil apenas uma área de negócio. Primeiro ligados à exportação agrárias e depois como representantes de multinacionais, foram esses agrupamentos os primeiros a condenarem o nacionalismo de Vargas, fazendo uma ligação rasteira com os governos fascistas da Europa dos anos 1930-1940. Entre 1945 e 1950, ano que Vargas voltou ao poder, ele percebeu que as elites nacionais não eram os parceiros preferenciais para a edificação de um projeto de nação. A guinada progressista de Vargas em seu segundo governo mostrou a superação do anticomunismo e a compreensão da Guerra Fria.

“Frente ao nacionalismo burguês como justificação ideológica da exploração, o nacionalismo revolucionário é o resultado permanentemente enriquecido e aperfeiçoado da luta histórica dos povos dos países capitalistas dependentes contra a exploração. Concebido como o processo de desenvolvimento histórico da consciência nacional nas massas elevando a níveis superiores nas lutas sociais e políticas que vai se desencadeando, o nacionalismo revolucionário expressa as sucessivas aproximações de recuperação da nação por e pelas próprias massas. Recuperação total, que é a reapropriação total a nível social por parte do homem, de todos os produtos de sua atividade criativa (a riqueza social) com os quais conforma-se cada nação e que na sociedade capitalista são coercivamente encostados ou incutidos pela classe burguesa.”³⁹²

³⁹¹ VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. A Jangada do Sul, São Paulo, Editora Casa Amarela, 2005.

³⁹² Cadernos do Núcleo de Estudos Pela Esquerda – Partido Democrático Trabalhista – 1991.

Outro ponto importante é a conceituação do caráter popular. Vargas recebeu a pecha negativa de populista e demagogo, aquele que se aproveitava das massas. Esse tem sido outro equívoco terrível que dificulta a compreensão do governo Vargas na guerra. Na ausência de uma explicação política plausível para a diferença entre “popular e populista”, a primeira passou a ser a denominação positiva e a segunda negativa, mas ambas advêm da mesma origem e reportam preferência pelas classes populares. Nelson Werneck Sodré se dispôs a desfazer essa “confusão conceitual”.

“Não tem sido puro acaso a difusão, entre nós, de conceitos como populismo e totalitarismo, que ganharam espaço em estudos acadêmicos e passaram à linguagem comum. Um dos aspectos mais curiosos da luta ideológica, realmente, é aquele ligado à confusão conceitual. Ela faz passar como verdades indiscutíveis falsidades transparentes, que não resistem à menor análise. A velha técnica da repetição lhes dá consciência. (...)

Nos acirrados debates, iniciados praticamente há mais de meio século, em 1930, com o avanço da burguesia, ocupando crescentes espaços em áreas do poder aqui, o conceito de populismo foi uma poderosa arma, usada como demolidor e desmoralizante tacape como injúria. (...)

Getúlio Vargas, personagem central da época, desfrutou de prestígio popular incomum em ditadores, ele pelo menos efetivou reformas que importavam em significativo avanço. (...)

Populismo é, pois, um conceito a arquivar. Já prestou ao que o criaram benefícios e vantagens suficientes para desmistificá-lo. É um instrumento da reação.”³⁹³

Vargas, ao recorrer ao financiamento estrangeiro e alinhar o país à política estadunidense de guerra, em nada desvirtuou e nem comprometeu a autonomia nacional. Ficou sempre a cargo do governo brasileiro definir onde e como esses recursos seriam aplicados. A presença disciplinadora do Estado na economia tinha como meta evitar que o capital estrangeiro agisse a despeito dos interesses nacionais. Mesmo com o fim da guerra e a aliança vigente com os Estados Unidos, Vargas promulgou a “Lei Malaia” e uma série de atos administrativos que visavam taxar o capital privado e coibir a evasão de divisas. Para Vargas, não havia contradição em seguir a linha internacional estadunidense e internamente manter uma política nacionalista, até porque, no cenário

³⁹³ SODRÉ, Nelson Werneck. A Confusão Conceitual – O Populismo, Rio de Janeiro, Editora Linolivro, 1991.

externo, existia uma União Soviética, agora potência, com a qual o governo Vargas tinha suas objeções. A impossibilidade do governo nacionalista de Vargas de continuar existindo foi criada pelas elites brasileiras em acordo com Washington. A deposição de Vargas foi o primeiro ato da Guerra Fria na América Latina.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Vágner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um Envolvimento Forçado, São Paulo, Editora PUC RIO, 2002.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política, Volume I 11ª Edição, Brasília, Editora UNB, 1998.

BUTLER, Susan. Prezado Sr. Stálin, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2005.

Cadernos do Núcleo de Estudos Pela Esquerda – Partido Democrático Trabalhista – 1991.

CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945), Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Difel, 1977.

CARONE, Edgar. Revoluções do Brasil Contemporâneo, 2ª Edição, Editora Difel, São Paulo, 1975.

CARVALHO, Apolônio. Vale A Pena Sonhar, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1997.

CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional, São Paulo, Editora UNESP, 1999.

CORSÍ, Francisco Luiz. Política Externa, Projeto Nacional e Política Econômica ao Final do Estado Novo, Revista Política e Sociedade n 12, São Paulo, 2008.

DULLES, John W. Foster, Anarquistas e Comunistas no Brasil, Rio de Janeiro, 1973.

FARIA, Antônio A. da Costa. BARROS, Edgar Luiz de, Getúlio Vargas e sua Época, São Paulo, Global Editora, 9ª Edição, 2001.

FONTANA, Josep. História – Análise do Passado e Projeto Social, Bauru, EDUSC, 1998.

GAMBINI, Roberto. O Duplo Jogo de Getúlio Vargas, São Paulo, Edições Símbolo, 1977.

GRECHKO, Andrei Antonovich. Missão Libertadora, Rio de Janeiro, Livraria Ciência e Paz, 1985.

GOMES, Angela. A Invenção do Trabalhismo, Rio de Janeiro, IUPERJ, Vértice, 1988.

GOMES, Angela de Castro. D'ARAÚJO, Maria Celina. Getulismo e Trabalhismo, São Paulo, Editora Ática, 1989.

HILTON, Stanley. O Brasil e a Crise Internacional (1930/1945), Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977.

- HILTON, Stanley E. Suástica sobre o Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977.
- HILTON, Hilton. O Ditador e o Embaixador, Rio de Janeiro, Editora Record, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos – O Breve Século XX 1914-1991, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- JUBBRAN, Bruno Mariotto, LEÃES, Ricardo Fagundes, VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. Relações Internacionais: Conceitos Básicos e Aspectos Teóricos, Porto Alegre, SPDR, 2015.
- JÚNIOR, Carlos Zacarias de Sena. Capítulos de História dos Comunistas no Brasil, Salvador, EDUFBA, 2016.
- KERSHAW, Ian. LEWIN, Moshe. Stalinism and Nazism: Dictatorships in Comparison, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- KINSSIGER, Henry. Diplomacia, Barcelona, Ediciones B, S.A., 1996.
- KINSSIGER, Henry. Ordem Mundial, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2009.
- KULKOV, E. Rjehevski, O. Tchelichev, I. A Verdade e a Mentira sobre a Segunda Guerra Mundial, Lisboa, Edições Avante, 1984.
- LÊNIN. Vladimir I. Como Iludir o Povo Com os Slogans de Liberdade e Igualdade, São Paulo, Editora Global, 1979.
- LIMA, Rui Moreira. Senta a Pua, Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1980.
- LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra Prometida, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1999.
- LOCHERY, Neill. Brasil - Os Frutos da Guerra, Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015.
- LOPES, Sônia de Castro. Lourival Fontes – As Duas Faces do Poder, Rio de Janeiro, Litteris Editora, 1999.
- MINASIÁN, M. La Gran Guerra Patria de La Union Soviética, Moscú, Editorial Progreso, 1975.
- MOURA, Gerson. Autonomia na Dependência, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980.
- MOURA, Gerson. Relações Exteriores do Brasil 1939 – 1950, Brasília, FAG, 2012.
- MORGENTHAU, Has. A Política entre as Nações, São Paulo, Editora UNB, 2003.
- MUYLAERT, Roberto. 1943 Roosevelt e Vargas em Natal, São Paulo, Editora Bússola, 2012.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria de Castro, Estado Novo – Ideologia e Poder, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- PANDOFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.
- PASSO, Rodrigo Duarte Fernandes, FUCILLE, Alexandre. Visões do Sul – Crise e Transformações do Sistema Internacional, Marília, Editora Cultura Acadêmica, 2016.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, Meu Pai, Rio de Janeiro, Objetiva, 2017.
- PEREIRA, Durval Lourenço. Operação Brasil - O Ataque Alemão que Mudou o Curso da Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Editora Contexto, 2015.
- PITILLO, João Claudio Platenik. Aço Vermelho – Os Segredos da Vitória Soviética na Segunda Guerra Mundial, Rio de Janeiro, Multifoco, 2014.
- PITILLO, João Claudio Platenik. A Segunda Guerra Mundial e seus Momentos Decisivos, São Paulo, Raízes da América, 2017.
- PRESTES, Anita Leocádia. Da Insurreição Armada (1935) À “União Nacional” (1938 – 1945), São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- Revista Política e Sociedade n 12, CORSÍ, Francisco Luiz Política externa, projeto nacional e política econômica ao final do Estado Novo, São Paulo, 2008.
- RIBEIRO, José Augusto. A Era Vargas 1882-1950. Rio de Janeiro, Casa Jorge Editorial, 2001.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. Relações Internacionais – Dois Séculos de História Volume I, Brasília, Editora UNB, 2001.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil de Getúlio Vargas E A Formação dos Blocos: 1930-1942, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil Vai à Guerra, 3º Edição, Barueri, Editora Manole, 2003.
- SILVA, F.C T. PITILLO, J.C.P. NETO, P.G. SANTOS, R.S. A Segunda Guerra Mundial 70 Anos Depois, Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2016.
- SILVA, Hélio. Guerra Inevitável 1939-1942, Rio de Janeiro, Editora Três, 1975.
- SILVA, Hélio. 1942, Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- SILVA, Hélio. 1944: Brasil na Guerra, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- SILVA, Hélio. O Brasil Declara Guerra ao Eixo 1943 – 1945, São Paulo, Editora Três, 2006.
- SILVA, Hélio. 1945: Porque Depuseram Vargas, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.

- SILVEIRA, Joel. II Guerra Momentos Críticos, Rio de Janeiro, Editora Maud, 1995.
- SODRÉ, Nelson Werneck. A Confusão Conceitual – O Populismo, Rio de Janeiro, Editora Linolivro, 1991.
- SOUZA, Pedro. Análise do Discurso, Florianópolis, Editora UFSC, 2014.
- Tchelichev, I. A Verdade e a Mentira sobre a Segunda Guerra Mundial, Lisboa, Edições Avante, 1984.
- TCHUIKOV, Vasili Ivanovitch, A Batalha de Stalingrado, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940.
- VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VII, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1940.
- VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil VIII, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1941.
- VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil IX, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1942.
- VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil X, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1944.
- VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil XI, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1944.
- VARGAS, Getúlio. Diário volume I, São Paulo, Editora Siciliano, 1995.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. A Jangada do Sul, São Paulo, Editora Casa Amarela, 2005.
- VERGARA, Luiz. Fui Secretário de Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo, Editora Globo, 1960.
- VISENTI, Paulo Fagundes. O Eixo e a URSS na Guerra Mundial, Porto Alegre, Editora Leitura XXI, 2020.
- WALTZ, Kenneth N. Teoria das Relações Internacionais, Lisboa Edições Gradiva, 2012.

INTERNET

https://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1943.pdf - Acessado em 13/01/21.

<https://diariodorio.com/os-cinemas-da-cinelandia/> - Acessado em 25/10/2018.

<http://www.une.org.br/2012/09/ha-70-anos-une-ocupava-a-praia-do-flamengo-132/> -
Acessado em 15/10/2018.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_navios_brasileiros_atacados_na_Segunda_Guerra_Mundial - Acessado em 4/10/2018.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontes-lourival> -
Acessado em 4/10/2018.

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas> - Acessado em 11/05/2018.

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Nacoes-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html> -
Acessado em 9/05/2018.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontes-lourival> -
Acessado em 14/05/2018.

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/21.pdf/view>- Acessado em 7/02/2018.

https://en.wikipedia.org/wiki/Robin_Humphreys - Acessado em 2/03/2018.

<https://tokdehistoria.com.br/2018/02/01/1941-o-ataque-de-um-aviao-nazista-ao-cargueiro-taubate-e-o-primeiro-potiguar-a-testemunhar-o-horror-da-segunda-guerra/> -
Acessada em 3/05/2018.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-de-lima-e-silva-muniz-de-aragao> - Acessado em 8/04/2018.

<https://www.theguardian.com/politics/1941/jan/22/past.secondworldwar> - Acessado em 8/05/2018.

<http://www.jcb.com.br/home/noticias/109074/turfe-brasil-da-epoca-de-1930-a-1960-milton-lodi/> - Acessado em 8/05/2018.

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa> -
Acessado em 3/10/2018.

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ABkPfKuCjIoJ:https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2367179/pg-30-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-04-1949+&cd=16&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> - Acessado em 24/07/2019.

https://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1943.pdf - Acessado em 13/01/21.

<https://br.rbth.com/historia/82448-operacao-bragation-maior-derrota-alemaes#>:
Acessado em 17/01/21.

<http://blogjunho.com.br/alguns-problemas-do-conceito-de-totalitarismo/> - Acessado em 02/02/20.

LOCAIS DE PESQUISA

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Arquivo Histórico do Itamaraty

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Biblioteca Nacional

CPDOC - FGV